

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA**

LEIDE BARBOSA ROCHA SCHUELTER

**FRONTEIRAS SUCESSIVAS: IGREJA CATÓLICA E
AGENTES CIVILIZADORES EM PARANAVAÍ-PR (1951-1971)**

TESE DE DOUTORADO

**MARINGÁ
2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA**

**FRONTEIRAS SUCESSIVAS: IGREJA CATÓLICA E
AGENTES CIVILIZADORES EM PARANAÍ-PR (1951-1971)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na Área de concentração: História, Cultura e Política. Linha de pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

LEIDE BARBOSA ROCHA SCHUELTER

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange Ramos de Andrade

MARINGÁ
2021

*Dedico este trabalho
a minha mãe Lourdes Barbosa Rocha
a meu pai Izidoro José da Rocha (in memoriam)
Aos amores da minha vida...
Leandro Schuelter Barbosa, meu companheiro de
todas os momentos,
Leonardo Schuelter Barbosa e
Leandro Schuelter Barbosa (Júnior), luz dos meus
olhos.*

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta caminhada tenho muito a agradecer.

Agradeço imensamente, a todos aqueles que de forma direta ou indireta colaboraram para a realização desse trabalho e deste sonho.

A minha orientadora Prof^a Dr^a. Solange Ramos De Andrade, pela confiança, pelo apoio, por todas as palavras de incentivo, pelo carinho com que me orientou e por todo o aprendizado proporcionado que extrapolou o conhecimento acadêmico; Sol, muito obrigada por acreditar em mim! Vou levar seus ensinamentos para a vida.

À professora Dr^a Ivana Guilherme Similli por adentrar no campo das religiosidades para orientar-me.

À Prof^a Dr^a Vanda Fortuna Serafim minha primeira orientadora no curso de especialização “História das Religiões: Fundamentos para a pesquisa e o ensino”, oferecido pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

Aos professores do Exame de Qualificação, Dr^o Daniel Lula Costa, Dr^a Ivana Guilherme Similli, Dr^a Renata Lopes Biazotto Venturini e Dr^a Vivina Dias Sól Queiróz, pelas contribuições.

Aos membros da banca de defesa, Dr^o Daniel Lula Costa, Dr^a Edilece Souza Couto, Dr^a Ivana Guilherme Similli, Dr^o Vanderley Paulo Rocha.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá.

Aos colegas do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades.

Ao Dom Wilmar Santin, pelos esclarecimentos e pela amabilidade que prontamente sempre me respondeu, bem como toda a comunidade do Comissariado Geral Carmelita do Paraná.

À família Olavo Bilac.

À família Irene Szukala.

À Lucineide Demori pela leitura e revisão deste trabalho.

À Rainilda e Walberto.

À Badley Balbo, Heitor Gregório, Jéssica dos Santos, Andreia Schuelter Schulz, Luís Eduardo Schulz, Eduardo Schuelter e Glaucia Hawerth.

Aos meus sobrinhos Maria Eduarda, João Pedro, Bruno, Nathália, Maria Heloísa, Isabela e Nathan.

Ao meu afilhado João Lucas.

Aos meus irmãos, Ariberto, Geovana e Lidia.

A minha mãe Lourdes, que sempre me apoiou em todos os sentidos.

Aos meus filhos Leonardo e Leandro, que souberam entender a frase “agora a mamãe não pode brincar”! Amo vocês.

Ao meu esposo, Leandro, meu companheiro de todos os momentos, por ter respeitado os meus momentos de mau humor, de confusão mental, mas principalmente, por ter me incentivado e apoiado durante esses anos. Obrigada por tentar fazer meus dias mais felizes!

Amo você um “tantão” assim!

A todos e todas, meu muito obrigada!

“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] é um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. [...] O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível...” (CERTEAU, 1996 p.31).

SCHUELTER. Leide Barbosa Rocha. *Fronteiras sucessivas: Igreja católica e agentes civilizadores em Paranavaí-PR (1951-1971)*. 213 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2021.

RESUMO

O processo de (re) ocupação do Norte Novíssimo do Paraná, teve como um dos protagonistas a Igreja Católica. A Igreja representada por bispos e sacerdotes encarregou-se de promover a institucionalização do catolicismo na região. Em 1951 chegava a Paranavaí, Frei Ulrico Goevert, frei carmelita provindo da Província Carmelita de Bamberg na Alemanha. Na bagagem a missão apostólica de anunciar o evangelho a todos os homens. O projeto missionário adentrava a região ao mesmo tempo em que a ocupação de parte do território paranaense contemplava o crescimento econômico norte adentro, abrindo as fronteiras da região que veio a ser chamada Norte Novíssimo. O projeto missionário conduzido pela *Oberdeutsche Provinz der Karmeliten*- Província Carmelita Superior- insere-se no processo de criação de novas paróquias e novas dioceses na região, no qual a Igreja Católica acompanhou o processo de ocupação e desenvolvimento da região. A pequena sociedade que se formava reunia virtudes e desventuras tantas quais só a cruz de Cristo poderia solucionar, segundo a fé e percepção dos religiosos. Apresentar o catolicismo oficial, significava organizar a sociedade nos moldes dos ideais civilizacionais, pois a civilidade era um valor que o bom cristão deveria ter. Assim, o projeto missionário foi atrelado ao processo civilizacional, unindo instituições conforme o conceito de fronteiras sucessivas (ROSENDAHL, 2012). A institucionalização do catolicismo na cidade acompanhou o desenvolvimento sociocultural e urbanístico. Frente a esse contexto, as ações desses missionários foram (re) configuradas a partir das gestões episcopais de Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Benjamin de Souza Gomes, respectivamente, bispos das dioceses de Jacarezinho-PR, Maringá-PR e Paranavaí-PR. Tendo como hipótese tais afirmações monta-se esta tese. O recorte espaço-temporal elenca Paranavaí e região entre 1951-1971. As cartas, artigos, relatos de viagem e memórias produzidos e remetidos pelos freis à Província Carmelita de Bamberg, com ênfase no trabalho de Frei Ulrico Goevert, são as fontes documentais minuciosamente estudadas. Nelas encontram-se narrativas que embasam a tese do processo civilizacional que, juntamente com o aporte teórico e o conceito de “processo civilizador” oportunizado por Norbert Elias (1994), sustentam e enquadram metodologicamente a pesquisa na História das Religiões e Religiosidades, inserida à linha de Pesquisa História, Cultura e Narrativas. Desta feita, a Igreja Católica, representada por seus agentes evangelizadores, a partir da fé e de ritos institucionalizados, contribuíram para a formação de Paranavaí-PR.

Palavras-chave: Carmelitas; Processo civilizador; Fronteiras sucessivas; Catolicismo.

SCHUELTER. Leide Barbosa Rocha. *Successive borders: Catholic Church and civilizing agents in Paranaíba-PR (1951-1971)*. 213 f. Thesis. (Doctorate in History)- State University of Maringá. Maringá: UEM, 2021.

ABSTRACT

The process of (re) occupation of the Norte Novíssimo of Paraná, had as one of the protagonists the Catholic Church. The Church represented by bishops and priests was in charge of promoting the institutionalization of Catholicism in the region. In 1951 arrived in Paranaíba, Friar Ulrico Goevert, Carmelite friar from the Carmelite Province of Bamberg in Germany. In the baggage the apostolic mission of proclaiming the gospel to all men. The missionary project entered the region at the same time as the occupation of part of the Paraná territory contemplated the economic growth northward, opening the borders of the region that came to be called The Brand New North "Norte Novíssimo". The missionary project led by the Oberdeutsche Provinz der Karmeliten- Upper Carmelite Province - is part of the process of creating new parishes and new dioceses in the region, in which the Catholic Church accompanied the process of occupation and development in the region. The small society that was formed gathered virtues and misfortunes that only the cross of Christ could homogenize, according to the faith and perception of religious. Presenting official Catholicism meant organizing society along the lines of civilizational ideals, because civility was a value that the good Christian should have. Thus, the missionary project was intertwined with the civilization process, uniting institutions according to the concept of successive frontiers (ROSENDAHL, 2012). The institutionalization of Catholicism in the city accompanied the sociocultural and urban development. In view of this context, the actions of these missionaries were (re) configured based on episcopal administrations of Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho and Dom Benjamin de Souza Gomes, respectively, bishops of the dioceses of Jacarezinho-PR, Maringá-PR and Paranaíba-PR. Taking as a hypothesis, such statements mount this thesis. The space-time cut-off lists Paranaíba and the region between 1951-1971. The letters, articles, travel accounts and memories produced and sent by the friars to the Carmelite Province of Bamberg, with emphasis on the work of Friar Ulrico Goevert, are the documentary sources thoroughly studied. In them are narratives that underlie the thesis of the civilizational process that, together with the theoretical contribution and the concept of "civilizing process", provided by Norbert Elias (1994) sustain and methodologically frame the research in the History of Religions and Religiosities, inserted to the line of Research History, Culture and Narratives. This time, the Catholic Church, represented by its evangelizing agents, based on faith and institutionalized rites, contributed to the formation of Paranaíba-PR.

Keywords: Carmelites; Civilizing process; Successive borders; Catholicism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB- Ação Católica Brasileira
CEB's- Comunidades Eclesiais de Base
CIA- Central de Inteligência Americana
CMNP- Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COSDIPA- Centro de Obras Sociais da Diocese de Paranavaí
CTNP- Companhia de Terras Norte do Paraná
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JAM- Juventude em Ação Mariana
JEC- Juventude Estudantil Católica
JOC- Juventude Operária Católica
JUC- Juventude Universitária Católica
Mat.- Mateus
SPDC- Sociedade Paranavaense de Desportos e Cultura
TLC- Treinamento da Liderança Cristã
TFP- Tradição, Família e Propriedade
Ts.- Tessalonicenses

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Divisão regional do Norte do Paraná.....	59
Imagem 02: Primeiras Igrejas de Paranavaí.....	87
Imagem 03: Mapa do Paraná/ divisões regionais.....	103
Imagem 04: Missões Capuchinhas em Paranavaí.....	114
Imagem 05: Missões Capuchinhas em Paranavaí.....	115
Imagem 06: Lei nº 363/65, doação de 03 alqueires de terra à Mitra diocesana de Maringá.....	132
Imagem 07: Lei nº 327 de doação de terreno a Mitra diocesana de Maringá. Câmara Municipal de Paranavaí.....	140
Imagem 08: Lei nº 374 de venda de parte de uma quadra a Mitra diocesana de Maringá. Câmara Municipal de Paranavaí, 1965.....	141
Imagem 09: Lei nº 420 de isenção de tributos municipais a Mitra diocesana de Maringá. Câmara Municipal de Paranavaí, 1966.....	142
Imagem 10: Primeira Igreja de Paranavaí e Igreja São Sebastião atual.....	144
Imagem 11: Frei Ulrico Goevert em Santa Isabel do Ivaí-PR.....	162
Imagem 12: Igreja Assembleia de Deus.....	175
Imagem 13: Santa Casa de Paranavaí.....	182
Imagem 14: Primeiras Missas realizadas pelos freis carmelitas na Paróquia de Paranavaí....	187
Imagem 15: Convite de inauguração do Cine Paranavaí.....	188
Imagem 16: Bênção do Cine Paranavaí.....	189
Imagem 17: Primeiro pároco, prefeito e juiz de direito.....	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Censo demográfico de Paranavaí.....	84
Tabela 02: Principais grupos étnicos de Paranavaí 1970-1980.....	84
Tabela 03: Primeiras missas realizadas na região missionária de Paranavaí.....	87
Tabela 04: Primeiras capelas erigidas pelos freis carmelitas.....	88
Tabela 05: Paróquias criadas na região de Paranavaí sob a administração de Dom Jaime Luiz Coelho.....	104

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. OBERDEUTSCHE PROVINZ DER KARMELITEN: APRESENTANDO OS PERSONAGENS E FONTES.....	26
2.1 OBERDEUTSCHE PROVINZ DER KARMELITEN: PROVÍNCIA CARMELITA SUPERIOR.....	26
2.2 OS CARMELITAS NO CAMPO MISSIONÁRIO: A LIDERANÇA DE FREI ULRICO GOEVERT VIABILIZA A DIOCESANIZAÇÃO.....	31
2.3 NARRATIVAS PARA ALEMÃO LER: AS FONTES DOCUMENTAIS PRODUZIDAS PELOS CARMELITAS NO CAMPO DAS MISSÕES.....	36
2.4 ALTERNÂNCIA DE VOZES : NARRATIVAS, RELATOS, DIÁRIOS- QUANDO OS DISCURSOS SÃO FONTES PARA O HISTORIADOR.....	40
2.5 QUEM ESCREVE, PARA QUE ESCREVE, PARA QUEM ESCREVE.....	43
2.6 O QUE LEMBRAR: MEMÓRIA PRESERVADA.....	46
2.7 INTEGRANTES DA OBERDEUTSCHE PROVINZ DER KARMELITEN: QUEM SÃO ELES.....	50
2.8. UM CAMPO MISSIONÁRIO: CULTURAS EMARANHADAS.....	55
3. DOM SIGAUD E OS CARMELITAS: RELAÇÕES INDIVÍDUO E SOCIEDADE	59
3.1.DOM SIGAUD CONSERVADOR.....	59
3.2.DOM SIGAUD, CONSERVADORISMO E MODERNIDADE:INDIVÍDUO E SOCIEDADE EM MEIO AO PROCESSO CIVILIZADOR NO PARANÁ.....	64
3.3. A REGIÃO MISSIONÁRIA CRESCE: AS ORIENTAÇÕES CATÓLICAS EM MEIO AO PROCESSO CIVILIZADOR EM PARANAÍ.....	78
3.4. PRIMEIRAS AÇÕES CARMELITAS: PROCESSO CIVILIZADOR NA REGIÃO DE PARANAÍ	86
3.5. “TUDO POR ORGANIZAR”	96
4. A ATUAÇÃO DE DOM JAIME LUIZ COELHO NA DIOCESE DE MARINGÁ: FRONTEIRA SUCESSIVAS EM PARANAÍ.....	98
4.1. CRIAÇÃO DA DIOCESE DE MARINGÁ	98
4.2. SOB A INFLUÊNCIA EPISCOPAL DE DOM JAIME LUIZ COELHO.....	102
4.3. DOM JAIME E OS CARMELITAS EM PARANAÍ: FRONTEIRAS SUCESSIVAS.....	109
4.4. PODER SIMBÓLICO: DOM JAIME E OS CARMELITAS NO CAMPO DAS TROCAS.....	117

5. MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PARANAÍ (1963-1968).....	122
5.1. PARANAÍ: ESPAÇO DE LUTAS.....	122
5.2. LOANDA, SEGUNDA OPÇÃO.....	134
5.3. CONSTRUÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO	142
5.4. EFETIVAÇÃO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE.....	145
5.5. BULA <i>NIL GRATIUS</i> : FORMALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DA DIOCESE DE PARANAÍ.....	151
5.6. PERDE-SE ESPAÇO OU AMPLIA-SE FRONTEIRAS?.....	154
5.7. UM BISPADO SEM PATRIMÔNIO EPISCOPAL.....	156
6. A SOMBRA DA CRUZ CATÓLICA DEIXA MARCAS DE UM PROCESSO CIVILIZADOR.....	160
6.1. SOB A SOMBRA DA CRUZ DESENVOLVE-SE ENTÃO A POVOAÇÃO.....	160
6.2. GRACIOSA A ALEMANHA IDÍLICA.....	170
6.3. UM PROJETO EDUCATIVO, UM PROCESSO CIVILIZADOR: O PAPEL DOS FREIS NA FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PRIMORDIAIS À CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE PARANAVAIENSE	176
6.3.1 Escola Paroquial e Jardim de Infância.....	178
6.3.2 Santa Casa de Paranavaí.....	181
6.3.3 Catequese e Sacramentos: Iniciação Cristã e Formação Católica para a normatização comportamental.....	184
6.3.4 Poder público e poder religioso: participação religiosa em eventos civis.....	188
6.4. VESTÍGIOS E HERANÇAS DA PRESENÇA CARMELITA EM PARANAÍ.....	190
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199

1.INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto do trabalho que iniciei em 2011, quando cursava a especialização “História das Religiões: Fundamentos para a pesquisa e o ensino”¹ do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Para essa especialização, o trabalho foi orientado pela professora Dra. Vanda Fortuna Serafim.

Naquele momento sentia-me satisfeita por concretizar minha aspiração de iniciar os estudos sobre o tema. O desejo por estudá-lo havia surgido alguns anos antes, quando entrei em contato com a comunidade católica do distrito de Graciosa na cidade de Paranavaí, em 2003. Me despertou a atenção a maneira como as pessoas dessa localidade vivenciavam sua religiosidade. Era quase uma obrigatoriedade ir à missa aos domingos. Por se tratar de um local pequeno as pessoas se conheciam e falavam daqueles que não compareciam à missa, portanto, as “boas” famílias obrigatoriamente tinham que participar deste evento dominical.

O que mais despertou minha atenção foi a não existência de espaços físicos de outras denominações religiosas: nenhuma igreja evangélica, terreiro de umbanda ou candomblé, ou ainda centro espírita². Com isso, não afirmo, que não existiam pessoas que professavam outras religiosidades, mas afirmo que não existiam espaços físicos nos quais essas pessoas professavam sua religiosidade publicamente. A Igreja Católica reinava soberana, ao menos em questão de espaço geográfico, por algum motivo que eu ainda desconhecia.

Também causou estranheza a inexistência de grupos da RCC (Renovação Carismática Católica), tão em alta naquele momento, principalmente pelo sucesso de figuras midiáticas, entre elas, o Padre Marcelo Rossi. Logo percebi que, ali, no diminuto distrito, dentro da própria Igreja Católica prevalecia um modelo de condutas da melhor maneira de exteriorizar a fé. Do mesmo modo, percebi que a cobrança que as pessoas faziam relativa ao modo de vida católico tinha uma relação com a maneira de considerarem-se civilizados. Participar das missas, portar-se como católico, transparecia como preceitos de aceitação pela comunidade.

¹ SCHUELTER, Leide Barbosa Rocha. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí enquanto possibilidade de fonte histórica para o estudo da religiosidade católica no município de Paranavaí-PR (1950-1960)**. 2012. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, (2012). O trabalho teve como orientadora a Professora Doutora Vanda Fortuna Serafim.

²Essa afirmação diz respeito a Graciosa, um distrito de Paranavaí-PR.

Mantive essas inquietações até que, finalmente, encontrei no espaço acadêmico um modo de investigá-las; mais ainda, transformá-las em estudos.

Em 2013 iniciei o mestrado na Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação da Professora Dra. Solange Ramos de Andrade que, incansavelmente, me questionava, me testava, para que eu pudesse olhar para além do que meus olhos ofuscados pelo crepúsculo da credulidade me permitiam enxergar naquele momento.

Quero salientar que toda vez que vocês verem a 1ª pessoa do singular nesse texto, por trás está a dedicação de minha orientadora Drª Solange Ramos de Andrade. Esse texto, escrito na primeira pessoa do singular está imbuído de concordâncias, discordâncias, revisões, aperfeiçoamento, censuras, mas sobretudo de muito amor de uma orientadora (que é mais que isso) por seu ofício e por seus orientandos.

Devo muito do meu amadurecimento intelectual ao Laboratório de Religiões e Religiosidades (LERR/UEM). As discussões realizadas em grupo, periodicamente, no espaço do laboratório, colaboraram para o desenvolvimento crítico sobre a História, a Narrativa e as Religiões e Religiosidades. Tudo isso refletiu, amplamente, em minha formação acadêmica, refletindo no entendimento sobre a pesquisa científica e a forma de escrita³.

A partir daí, minha trajetória alçou voo e eu consegui olhar por entre as frestas e escrever, escrever e escrever. Em 2015 concluí minha dissertação: “*Do Paraná à Baviera: cartas e artigos da Ordem do Carmo acerca da implantação do Catolicismo em Paranavaí-PR (1952-1958)*”⁴. Na dissertação abordei os aspectos que permearam a expansão e a institucionalização do catolicismo na cidade de Paranavaí, relacionando-os ao ultramontanismo⁵, cujo principal objetivo era o de organizar o catolicismo a partir das normas

³ Para mais informações consultar: BOECHAT, Gustavo Vargas Laprovitera; ANDRADE, Solange Ramos de. **Laboratório de Religiões e Religiosidades: relato de uma experiência**. IN: Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/laboratorio_de_estudos_em_religioes.pdf. Acesso em 16/11/2019

⁴ Realizado no Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, entre os anos de 2013-2015. SCHUELTER, Leide Barbosa Rocha. **Do Paraná à Baviera: cartas e artigos da ordem do Carmo acerca da implantação do catolicismo em Paranavaí-PR (1952-1958)**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

⁵ MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)** Maringá: Eduem, 2004. O período chamado de ultramontano inicia-se com o papa Pio VII (1800-1823) e tem seu declínio com Pio XII (1939-1958), caracterizando-se como um período marcado por práticas conservadoras e um crescente projeto centralizador dos atos da igreja em Roma, além de decretar a infalibilidade do papa. O Catolicismo Ultramontano na Europa tem suas origens em uma expressão usada no início do século XIX, na França e na Alemanha para fazer referência a Roma que estava além das montanhas. Essa política tinha como diretriz, entre outras, a infalibilidade da figura do papa. No Brasil o catolicismo ultramontano, também chamado de catolicismo romanizador ou romanização (embora alguns estudiosos contestem a ideia de sinônimo, que a grande maioria dos autores atribuem a esse projeto), chegou em meados do século XIX. Em função do Regime

estabelecidas pela Igreja romana, depurando-o daquilo que a instituição considerava excessos da fé ⁶.

Terminado esse processo, não hesitei em dar continuidade aos estudos sobre a questão dos carmelitas em Paranavaí e região. Com esse propósito me preparei e ocupei a cadeira de doutoranda, a partir de 2016, na mesma instituição (UEM), sob a orientação da professora Dra. Solange Ramos de Andrade.

Na medida em que avançava nos estudos, mais se firmava em mim a hipótese que levantei no início da pesquisa: A implementação do projeto missionário dos freis carmelitas em Paranavaí e região, nos meados do século XX, não somente contribuiu com o processo civilizador na região como foi seu elemento determinante.

Ao deixar as fontes falarem percebi vozes alternadas que tornam explícitos os entrelaces do religioso com o social: construir um mundo sob a luz do Evangelho (na percepção dos freis missionários) em meio ao crescimento populacional, à miscelânea cultural, o desenvolvimento econômico carregado de seus conflitos, às políticas locais, e assim por diante... Entrelaces que colocaram os freis carmelitas na condição de agentes ativos da construção civilizacional do Norte Novíssimo paranaense.

Persegui essa hipótese. Esforcei-me para entender os conceitos oportunizados pelos aportes teóricos (elencado e listado nos referenciais), tais quais os conceitos sobre processo civilizador (ELIAS, 1994), catolicismo e religiosidades (AQUINO, 2007; ANDRADE, 2008, 2012), história e narrativas (GOMES, 2004) e conservadorismo e modernismo (SILVA JÚNIOR, 2006; MANOEL, 2004).

do Padroado a romanização no Brasil, passou por dificuldades para se estabelecer. Em linhas gerais, o catolicismo ultramontano se assenta “nos seguintes fundamentos: 1) condenação do mundo moderno; 2) centralização política e doutrinária na Cúria Romana e 3) adoção da medievalidade como paradigma sócio-político.” (MANOEL, 2004, p.9) Cf. RIGOLO FILHO, Pedro. **A romanização como cultura religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920**. 2006, 176 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2006; ROMANO, Cristina de Toledo. **Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920**. 2007. 258 f. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007. TAVARES, Marcelo dos Reis. **Entre a cruz e o esquadrão: o debate entre a Igreja Católica e a maçonaria na imprensa francana (1882-1901)**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

⁶ Cf. RIGOLO FILHO, Pedro. **A romanização como cultura religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920**. 2006, 176 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2006; ROMANO, Cristina de Toledo. **Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920**. 2007. 258 f. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007. TAVARES, Marcelo dos Reis. **Entre a cruz e o esquadrão: o debate entre a Igreja Católica e a maçonaria na imprensa francana (1882-1901)**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

Porém, o objeto da minha pesquisa – o campo missionário de Paranavaí e região – foi de tal forma sendo delineado que me pôs em íntima comunhão com os freis, os personagens que protagonizaram a história – do processo civilizador – por mim recortada.

Adiante quero descrever a intimidade que pude criar com meu objeto e seus agentes excepcionais: os freis carmelitas.

Colocar-se no lugar do outro é sempre uma aventura perigosa; demanda conhecimento de que outro é esse que falamos, ou melhor, conhecer quem é esse outro de quem se pretende usurpar o lugar e sentir seus sentimentos, chorar suas dores e derramar seu pranto e talvez rir seu riso “ao seu pesar ou seu contentamento.”⁷

Foi difícil romper o estereótipo de que um padre, um frei, tenha sentimentos e ações de um homem qualquer. Cresci no seio de uma família católica atuante, e ler, por exemplo que um padre possa chamar um bispo de *bispo do dinheiro*, no mínimo, é assombroso. E é nesse sentido que digo que foi longa a caminhada, pois me aproximar de um paradigma crítico-reflexivo foi uma árdua tarefa.

Em 2011 iniciei minha caminhada junto aos freis carmelitas pertencentes a Província carmelita de Bamberg. Não obstante o zelo na perscruta das fontes, sou também parte desse campo missionário, minha formação cidadã cristã católica é herdeira do movimento iniciado com a vinda dos carmelitas a Paranavaí, nos meados do século XX. Enfim, acredito que ter passado tanto tempo caminhando com os freis (por meio dos documentos) que tenho uma certa legitimidade para deles falar. A aproximação que foi acontecendo, na trajetória da pesquisa, me sensibilizou para falar desses religiosos, que além de terem uma ligação com o transcendente foram, antes de tudo, homens que tinham desejos, sentimentos, pesares que os acompanharam ao longo da vida religiosa.

Pensando em toda bagagem de sentimentos que os acompanhou, sempre me perguntei o que eles sentiam por viver em Paranavaí, lugar que, naturalmente, não lhes era próprio, mas que fora se tornando no decurso de suas jornadas.

Ao longo desses anos criei tantas expectativas, algumas em essência foram cumpridas, outras com muito pesar foram frustradas. Esse é o problema das projeções, elas são atraentes, mas perigosíssimas quando atreladas a elas temos que utilizar um método.

Hoje me sinto serena, em paz com minha missão, saio – temporariamente – dessa relação acrescida, mais madura, mais pronta para seguir meu trajeto de professora e pesquisadora.

⁷ Vinícius de Moraes. Soneto de Fidelidade.

Nesse sentido, vou apresentar na sequência um exercício que primeiro brotou das minhas confabulações mentais, depois foi para o papel, de tanto pensar sobre a vinda dos carmelitas, não enquanto avatares de um projeto, e sim enquanto seres humanos crentes e sensíveis.⁸

Embarque comigo caro leitor, numa viagem imaginária da qual partirei de Bamberg rumo ao Brasil; a data de minha viagem está entre os anos de 1950 a 1970.

“Receber a notícia de que fui designado para servir minha Ordem no longínquo Brasil me pegou de surpresa, é um local do qual eu não tinha conhecimento. A única coisa que tinha certeza é que ficava muito, muito distante. Ao ingressar na vida religiosa, tinha consciência que poderia vir a trabalhar fora da Baviera, mas não havia imaginado que ultrapassaria as fronteiras da Alemanha, e pior, ultrapassaria fronteiras continentais. Não que a América me parecesse um mau lugar para se viver, no entanto, não fazia parte dos meus planos. Mas a missão “somente é realizada por quem tem fé nas promessas de Deus e amor pelas almas perdidas” (1 Ts: 1:3).

A Alemanha é o local onde nasci, cresci, onde construí laços de amizade, também é o local onde vi as maiores aberrações que um homem pode fazer ao próximo. Sim, fui testemunha da Segunda Grande Guerra, mas prefiro não falar sobre o assunto, essa ferida ainda não foi cicatrizada.

Mil fantasmas vêm me visitar à noite. Fico a pensar como será minha adaptação, serei realmente um estrangeiro em uma terra de pagãos? E a língua local, não sei falar português! Serão essas pessoas amáveis irmãos ou me tratarão com indiferença?

Relutei, mas acabei assinando a carta autorizando o meu envio missionário a Paranaíba, quanta tristeza tomou conta de minha alma, deixar meus pares, minha família, meus amigos, minha pátria! A despedida foi um dos momentos mais tristes de minha existência, dar adeus ao meu pai, minha mãe, meus irmãos, lágrimas me vieram aos olhos, não consegui controlar meus sentimentos, o medo tomou conta de mim. Abracei a todos detidamente como se fosse a última vez que os veria, o abraço foi tão forte que quase me unifico a minha mãe. Adeus companheiros de caminhada!

O navio emitiu o som trágico de quem não queria partir. O apito anunciou a hora de zarpar, com relutância me encaminhei ao convés, um último aceno, fiquei paralisado até não

⁸ A narrativa que apresento a seguir, é um texto hipotético que criei com base em todas as narrativas escritas pelos freis carmelitas alemães. Nela tento resumir as primeiras impressões que esses religiosos deixaram registradas acerca daquilo que eles vivenciaram no Brasil.

conseguir discernir mais os rostos e os corpos daqueles que sempre levarei na alma. Encaminhei-me para minha cabine, deitei-me em minha cama e adormeci.

Quando finalmente acordei já era noite, ao redor só escuridão, sai de minha cabine e fui em direção ao restaurante: engoli alguma coisa...não consegui lembrar o quê! Olho as pessoas ao meu redor, a maioria pareceu-me feliz com o trajeto, possivelmente eles sabem quando voltarão a casa...eu não!

Os dias foram passando no navio, tentei me distrair e organizei no navio missas duas vezes ao dia. Trabalhar pareceu ser uma boa maneira de distrair a alma. Conversava com as pessoas, contava-lhes o que iria fazer no Brasil e tentei não transparecer a tristeza que imperava no meu coração. As pessoas ficavam admiradas com a coragem do jovem missionário. Nelas, via um misto de sentimentos transparecer aos olhos que ia da admiração à pena, talvez essas pessoas soubessem mais que eu, o que me esperava do outro lado do Atlântico.

Como toda longa viagem a ansiedade começou a me visitar, uma viagem de navio não oferece muitos atrativos a um jovem missionário, meus pensamentos voltavam-se para o Brasil.

Finalmente chegamos ao Rio de Janeiro. Terra firme, de longe a cidade me pareceu aceitável, mas ao adentrá-la fiquei surpreso com a natureza que impera nesse espaço e a exuberante estátua do Cristo Redentor me impressionou. Senti-me um pouco incomodado por não entender o que as pessoas ao meu redor falam, até agora só travei diálogo com o frei que estava me acompanhando, encarregado de me levar a São Paulo.

São Paulo me surpreendeu. Uma cidade extremamente urbanizada, é verdade tem um trânsito um pouco caótico, e o que dizer do clima? Parecia que eu iria derreter a qualquer momento. Na rodoviária aconteceu uma situação estranha, eu deveria pagar 50 cruzeiros para despachar minha bagagem, no entanto o atendente me disse para dar-lhe 20 cruzeiros e não precisaria pagar mais nada. Que inusitado...

Conforme fui me distanciando de São Paulo, a paisagem mudava, a urbanidade foi cedendo espaço para longos trechos sem sinal de traços citadinos, andamos exaustivamente, meu transporte se aproximava de uma carroça de boi.

Em Jacarezinho me senti acolhido. O bispo de minha Diocese – um agradável senhor que para minha surpresa falava alemão! – ligeiramente me alertou de todo o trabalho missionário que teria pela frente; esperava que ele tivesse sido exagerado em suas palavras, não poderia ser tão laborioso assim...será?

Segui em frente, ainda deveria percorrer largos 350 km para chegar ao meu destino, a cidade de Paranavaí. A medida que fui me aproximando de Londrina a paisagem foi morosamente se modificando, e inesperadamente meu humor foi se alterando, me perguntei se realizei a escolha certa? Me tornar um homem religioso, abdicar de minha família, meus amigos, meus planos, para vir a um local desconhecido evangelizar o outro?

Minhas certezas foram se desfalecendo. Quando me aproximei de Maringá parecia que o clima estava excessivamente mais quente. O que meus olhos conseguiam ver eu chamaria de uma pequena vila, onde a simples passagem de um carro com dois religiosos despertava a atenção dos transeuntes. Como as ruas não tinham pavimentação tivemos que passar devagar para não cairmos em algum buraco e, conseqüentemente, quebrar o carro.

Finalmente, perto de uns 70 km de Paranavaí a paisagem começava mudar: longo trecho sem pavimentação aproximava-me do meu destino. A mata virgem foi se tornando mais frequente, já não existia sinal de pavimentação, apenas um rastro de poeira deixado para trás que ia marcando o caminho percorrido. Não havia sinal de vento; eu olhava para trás e via que a poeira não se desfazia, como se ela quisesse mostrar o caminho de volta. Os parques sinais de urbanidade abriam caminho para imensas florestas.

Em meio à nuvem de poeira me perdi novamente em meus pensamentos, pensando no quão incerta será minha vida, como eu guiarei minhas ações, meus pensamentos, não deveria desfalecer, fui escolhido para uma missão nobre que transcende minhas inquietações.

Eu não poderia encarar a renúncia – que optei ao ingressar no sacerdócio – com desalento. Eu que escolhi levar aos que necessitam o conhecimento do Deus único, verdadeiro, não podia desfalecer, a minha vocação seria levar a palavra de Deus àqueles que necessitam. Mantinha-me firme no pensamento: O sacrifício que realizo hoje, amanhã me fará um sacerdote realizado porque poderei olhar para trás e ver que consegui realizar os propósitos de meus superiores e, como não...os meus?

Chegamos a Paranavaí. Observei que a cidade não tinha estrutura física para gozar da categoria de cidade, as ruas eram, sem exceção, de terra, ou melhor de um barro vermelho. O carro que estávamos teve que fazer inúmeras peripécias para conseguir seguir em frente. As casas eram todas de madeira; a poeira parecia uma tosca neblina que não nos deixava discernir muito bem o que ficava para trás.

O motorista parou em frente a um casebre de madeira com uma cruz no teto, deduzi se tratar de minha nova igreja. Desci, olhei ao meu redor e subitamente fui tomado por um sentimento de coragem que há muito havia me abandonado. Desci do carro, olhei para o chão

e vi uma terra vermelha...o vermelho me recorda sangue, dor, desafios... aí vem Frei Ulrico alegre a me saudar...”

Oxalá pudesse contar a história desses agentes evangelizadores de forma literária, *baseada em fatos reais!* Não posso. A academia me chama para a cientificidade dos fatos históricos.

Dessa maneira, a metodologia utilizada nesta pesquisa parte da análise das fontes documentais à luz do referencial teórico, o que se define por uma análise bibliográfica qualitativa. Consta de entrevista, análise documental e bibliográfica, porém, não me furto de observar o comportamental e o psicológico.

Quem pode determinar o que é correto em termos comportamentais? Essa questão nos transporta há uma série de dúvidas (pré) conceitos que não são facilmente solucionados. Cada grupo sociocultural tem costumes, valores condizentes com o meio no qual esta inserido, carregando assim marcas que o tempo se encarrega de legitimar. Esse processo de legitimação de determinada prática cultural é um processo lento, algumas vezes explícito, outras imperceptível, mas que alcança a todos em função do caráter móbil ao qual a sociedade está envolta. Nesse sentido, a partir de Eliade:

[...] o *sagrado* e *profano* constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história. Esses modos de ser no Mundo não interessam unicamente à história das religiões ou à sociologia, não constituem apenas objeto de estudos históricos, sociológicos, etnológicos. Em última instância, os modos de ser *sagrado* e *profano* dependem das diferentes posições que o homem conquistou no Cosmos e, conseqüentemente, interessam não só ao filósofo, mas também a todo investigador desejoso de conhecer as dimensões possíveis da existência humana” (ELIADE, 2001, p. 20).

Essas duas maneiras de se relacionar com o mundo rege a forma como o homem se posiciona com o que o cerca e, conseqüentemente, influencia em suas escolhas. No entanto, nem sempre é possível delimitar qual a posição assumida por esse sujeito com o qual estamos trabalhando. A linha que os separa é muito tênue – o que por um lado dificulta o trabalho do pesquisador, mas que em contrapartida, é exatamente essa inexatidão que abre caminho para todo trabalho historiográfico.

Essencialmente, essa curiosidade é o que me move a aproximar-me dos fatos e resquícios que os integrantes da Ordem Carmelitana foram deixando ao longo dos anos, e transportá-los para a narrativa historiográfica, é o intuito deste trabalho.

Portanto, nessa pesquisa procuro analisar o discurso e as ações dos freis carmelitas alemães pertencentes a *Oberdeutsche Provinz der Karmeliten*⁹, que acreditando-se imbuídos de uma missão salvífica procuraram monopolizar a gestão dos bens de salvação. No entanto, suas ações ao longo desse processo foram (re) configuradas a partir das gestões episcopais de Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Benjamin de Souza Gomes, respectivamente bispos de Jacarezinho PR-, Maringá-PR e Paranavaí-PR. A tese que defendo é que a maneira como foi institucionalizado o catolicismo na região de Paranavaí pelos carmelitas alemães, a partir de uma readequação dos costumes, e no ápice da colonização, não se separa do processo civilizador da região, em curso nos idos do século XX.

Uma das características do processo civilizador que marcou os países europeus foi o aumento no número de regras e proibições. Esse processo foi paulatinamente introjetado pelas pessoas, levando essas regras e modelos de condutas a tornarem-se “normais” e, conseqüentemente, integrados à personalidade do homem (ELIAS, 1994). Isso me auxilia a pensar como as normas que os missionários alemães foram introduzindo à formação da população local introjetaram-se, gradualmente, reverberando no tipo de sociedade que se estabeleceu.

Os sacramentos, ritos, dogmas, entre outros, são mecanismos que garantem a mediação da Igreja na relação entre Deus e o homem, pois é esta instituição que tem o poder de conferir aos homens a participação nesses preceitos. A “Igreja visa conquistar ou preservar um monopólio mais ou menos total de um *capital de graça institucional ou sacramental* [...] um objeto de troca com os leigos e um instrumento de poder sobre os mesmos [...]” (BOURDIEU, 2011a, p. 58).

São os bens simbólicos os quais Bourdieu (2011) explica que podem ser pensados como um objeto cultural oferecido aos indivíduos na qualidade de mercadoria a ser consumida.

O projeto missionário veiculado pela *Oberdeutsche Provinz der Karmeliten* - Província Carmelita Superior – insere-se no processo de criação de novas paróquias e novas dioceses no Paraná, no qual a Igreja acompanhou o processo de ocupação e desenvolvimento

⁹A província *Germanis Superioris* está ligada aos primórdios da fundação da Ordem Carmelita, logo após a saída da Palestina no século XIII, esses religiosos se espalharam por parte da Europa. Na Alemanha os carmelitas chegaram oficialmente em 1273, e se organizaram em duas províncias, uma localizada ao norte que era conhecida como Germânia Superior e outra ao sul que recebeu o nome de Província *Germanis Inferioris*. Na atualidade as duas províncias se fundiram sobrevivendo somente a Província *Germanis Superioris*. A frente missionária de Paranavaí foi idealizada por esta província. Disponível em: <https://karmeliten.de/orte/bamberg/kloster.ba/index.html>. Acesso em 15/10/2020

do próprio Estado. Dessa maneira, os freis alemães colaboraram no projeto de desenvolvimento que visava estabelecer uma ordem na região.

Para que se efetivasse essa contribuição dos freis carmelitas em relação à organização social e cultural na região, era primordial que os religiosos obtivessem o monopólio dos bens de salvação desse espaço visto como o campo religioso. Para tanto era necessário estabelecer alianças com outras instituições agentes desse espaço:

É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um *campo*, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 2011b, p. 50)

Os freis alemães nasceram, cresceram e foram educados a partir de referenciais diferentes dos encontrados no Brasil. Dessa maneira, consideravam os costumes e as práticas da comunidade de Paranavaí como inadequados, ou incivilizados. Nesse sentido, a Segunda Guerra Mundial, e o pós-guerra, marcaram sobremaneira os freis alemães. Acreditamos que análise de Elias (1994), ao afirmar que o processo civilizador tem estreita relação com as mudanças históricas, inerentes às sociedades, nos dará suporte para analisarmos a sociedade de Paranavaí em formação.

Os missionários alemães apresentaram-se como mediadores da salvação, como religiosos encarregados de oferecer à população local a possibilidade da salvação. Ao analisar a documentação aparece o discurso recorrente da população local buscando conselhos e ações dos freis que viessem amenizar seus sofrimentos. Fazendo uso dos referenciais de Certeau (1994), o que dá sentido à vida dos missionários e da maioria da população de Paranavaí é o ato de crer; sem esse sentimento todo o trabalho missionário empreendido em Paranavaí não teria sentido. O ato do crer é o “investimento das pessoas em uma proposição, *o ato* de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma ‘modalidade’ da afirmação e não seu conteúdo.” (CERTEAU, 1994, p. 278). Parto deste conceito para pensar o discurso dos missionários que articulam práticas em torno da crença, ou seja, o ato de crer é a modalidade de afirmação, não o objeto do crer.

Um outro conceito de grande importância para o desenvolvimento desse trabalho é o conceito de estratégia:

Chamo de estratégias o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma

empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (CERTEAU, 1994, p. 99).

Os Carmelitas ao chegarem a Paranavaí, conheceram suas particularidades e potencialidades e se impuseram como legítimos propagadores de uma doutrina espiritual. Para serem aceitos e legitimados enquanto propagadores, esses missionários adotaram algumas estratégias. As estratégias são as atitudes, tomadas de decisões com a finalidade de conquistar ou manter determinado poder em relação a um cenário próprio.

Faço o recorte temporal dos anos de 1951 a 1970. Esse período engloba a chegada do primeiro missionário alemão à região missionária e 1970 marca o envio do último missionário alemão a Paranavaí-PR. A partir do exposto, apresento minha pesquisa que foi dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo *Oberdeutsche Provinz der karmeliten: apresentando os personagens e fontes*, apresento o percurso teórico metodológico para entender a documentação produzida pelos freis carmelitas alemães. Em um segundo momento apresento os religiosos e sua trajetória: a vinda deles ao Paraná ligando-a a uma necessidade interna da Igreja no Brasil. Existia uma demanda de religiosos para, segundo a concepção vigente, (re) cristianizar a sociedade. No entanto, esse conceito está atrelado a uma ideia maior que segundo a minha percepção, seria ao processo civilizador.

No segundo capítulo, *Dom Sigaud e os carmelitas: relações indivíduo e sociedade*, meu intuito foi refletir acerca da relação estabelecida entre Dom Sigaud, bispo da diocese de Jacarezinho-PR, e os membros da Ordem do Carmo que se estabeleceram em Paranavaí com o aval desse bispo. Esse propósito é respaldado pela reflexão que parte do questionamento se o discurso e as práticas ultramontanas de Dom Sigaud foram colocadas em prática pelos missionários carmelitas em Paranavaí-Pr.

No terceiro capítulo *A atuação de Dom Jaime Luiz Coelho na diocese de Maringá: fronteiras sucessivas em Paranavaí*, proponho refletir sobre o papel desempenhado por Dom Jaime Luiz Coelho, bispo de Maringá-PR, e apontar o quanto sua administração foi permeada de um teor político. O intuito é destacar sua atuação à frente das paróquias quando Paranavaí pertencia à Diocese de Maringá e, especificamente, em relação aos freis carmelitas da Província Carmelita de Bamberg, missionários precursores que integraram o amplo processo de desenvolvimento da instituição católica no Paraná.

No quarto capítulo *Motivações para a criação da diocese de Paranavaí (1963-1968)*, me propus a pensar as possíveis motivações para a criação da Diocese de Paranavaí e contestar o discurso memorialístico de que os freis carmelitas alemães da Província Carmelita de Bamberg tiveram uma posição apática no processo de fundação da Diocese de Paranavaí. Outro ponto que mereceu destaque foi a relação estabelecida entre Igreja e Estado em prol da concretização do projeto de Dom Jaime. Esse empenho do Estado, que nesse espaço está representado pelo poder local em contribuir com a concretização do projeto da Igreja foi pensado nesse trabalho como uma estratégia (CERTEAU, 1994) de ambos os poderes para lograrem estabelecer/materializar/sedimentar sua influência, mas principalmente manter boa parte da população sob seu controle ao aproximar a população católica das regras institucionais da Igreja.

No quinto capítulo *A sombra da cruz católica deixa marcas de um processo civilizador*, me propus a pensar a atuação dos carmelitas no processo de formação da comunidade de Paranavaí, refleti as permanências ou mudanças, e o papel normatizador do catolicismo estabelecido em Paranavaí. Para tanto, parto de um local denominado Graciosa (distrito de Paranavaí), uma comunidade que na década de 1950-1970 era caracterizado por se constituir majoritariamente de teuto-catarinenses. A partir dos discursos dos freis carmelitas Graciosa seria o modelo almejado por apresentar características socioculturais muito próximas da cultura dos freis alemães.

2.OBERDEUTSCHE PROVINZ DER KARMELITEN: APRESENTANDO OS PERSONAGENS E FONTES

Que em nossa Ordem a ideia missionária está sempre mais acentuada, vê-se não só na cerimônia de envio missionário em nosso novo ritual. [...] Mesmo que o caminho seja longo, difícil e cheio de pedras, não se deve ter medo de sacrifícios, estorvos e dificuldades e recuar diante disso. (LIPPERT, 2001, p.44).

2.1 OBERDEUTSCHE PROVINZ DER KARMELITEN: PROVÍNCIA CARMELITA SUPERIOR

Em 1936 os carmelitas da Província de Bamberg, na Alemanha, sentiam-se movidos pelo ideal de abrir novos espaços de influência da Ordem. A expansão do campo religioso justificava-se pelo ideal missionário de aproximar do sagrado as pessoas afastadas dos preceitos cristãos.

Vir da Alemanha para as terras desconhecidas do Brasil atendia a um dos pilares da Ordem Carmelita: a missão. Os carmelitas tinham acreditavam que o trabalho espiritual no rumo de ajudar o próximo requeria paciência, constância e fé.

A vinda dos carmelitas para o Brasil, em missão, está relacionada aos componentes contextuais do século XX, referentes à Igreja e às mudanças advindas com a modernidade. A crise da Igreja Católica mediante as transformações conceituais da sociedade atingia também a Ordem.

Considerável parte da documentação que foi produzida pelos carmelitas, em meados do século XX, expressa a dificuldade da Ordem em manter-se no mundo moderno e, principalmente, aponta como solução a necessidade de renovação da Ordem¹⁰.

La Iglesia, para renovarse a sí misma, tuvo necesidad, primero, de reflexionar, de penetrar en su propio misterio, de adquirir más clara conciencia de sí para después renovarse en su ser y en su obrar. Así nosotros. Porque queremos llegar a un conocimiento más hondo de nosotros mismos, hemos intentado penetrar en la vocación del Carmelo en el misterio de la Iglesia para, después, iniciar nuestra renovación (CURIA GENERALICIA O.C.D., 1973, p. 3)¹¹.

¹⁰ CURIA GENERALICIA O.C.D. **Mensaje del capítulo general de los carmelitas descalzos a todos los religiosos de la orden.** Roma, 1973; CAPÍTULO GENERAL PROVINCIALES DE ESPAÑA. Cartas-mensaje del capítulo general a toda la orden, 1968.

¹¹A Igreja, para renovar-se, teve necessidade, primeiro, de refletir, de entrar em seu próprio mistério, de adquirir consciência de si para depois renovar-se em seu ser e em seu trabalho. Assim, nós. Porque queremos chegar a

Este foi um momento no qual as ordens eclesiásticas, entre as quais, a Ordem Carmelita, preocuparam-se em atender o conclave de Roma para a participação em empreitadas que assegurassem a posição da Igreja frente às demandas seculares. Missões tornaram-se elementares no sentido de garantir o crescimento e a presença da Igreja.

Dentro de este mismo sector del apostolado, debe destacarse lo que podríamos llamar el signo misionero. El Capítulo quiso darle, y con justicia, un relieve muy fuerte. Y es que por las misiones que la Orden ha abierto, por el número de religiosos que trabajan en el campo misional y por el nuevo dinamismo que se advierte en nuestra actividad misionera, podemos hablar de un renacimiento misionero en la Orden, con todo el valor de vitalidad que ello significa y con la esperanza de que la Orden se dilate vocacionalmente (CURIA GENERALICIA O.C.D, 1973, p. 21)¹².

No pontificado do Papa Pio IX (1846-1878), a Igreja Católica deu início ao processo que ficou conhecido como ultramontanismo, ou romanização¹³. Este processo constituiu-se na tentativa da Igreja Católica Romana recobrar a hegemonia de outrora. O aspecto de maior relevância do catolicismo ultramontano foi a questão da infalibilidade do papa, aspecto que

um conhecimento mais fundo de nós mesmo, temos tentado entrar na vocação do Carmelo no mistério da Igreja para, depois, iniciar nossa renovação (CURIA GENERALICIA O.C.D, 1973, p. 3, tradução nossa).

¹² Dentro desse mesmo setor do apostolado, deve destacar-se o que podemos chamar de sinal missionário. O Capítulo quis dar-lhe, e com razão, uma grande relevância. E é pelas missões que a Ordem abriu, pelo número de religiosos que trabalham nas missões e pelo novo dinamismo, que se manifesta em nossa atividade missionária, que podemos falar de um renascimento missionário na Ordem, com toda a importância que isso significa e com a esperança que a Ordem se expanda vocacionalmente. (CURIA GENERALICIA O.C.D, 1973, p. 21, tradução nossa).

¹³ Segundo Aquino (2013), o conceito de romanização do catolicismo brasileiro remete ao século XIX, em texto de Rui Barbosa, no ambiente da chamada questão religiosa” (1872-1875), este intelectual foi o primeiro a servir-se do termo para designar o movimento de controle do papado sobre a Igreja Católica no Brasil durante o século XIX. Ainda segundo Aquino, “romanização reúne a ideia de imposição (sentido repressor e dominador apontado já por Rui Barbosa e presente também nos textos de Bastide e Della Cava) de valores, doutrinas e comportamentos romanos/europeus à liturgia e à rotina institucional da Igreja Católica do Brasil; indica ainda os dispositivos de imposição desses valores e dessas práticas “romanas”, como as reformas do clero e do povo, e o atrelamento administrativo das instituições católicas brasileiras à Cúria Romana que geraram tensões e conflitos entre modelos distintos de catolicismo; designa também um período da história da Igreja Católica no Brasil, sobretudo entre os anos de 1850 e 1950, cujos efeitos deveriam ser combatidos em nome de uma concepção teológica libertadora fincada na experiência latinoamericana e inspirada pelos ideais renovadores do Concílio Vaticano II e de seu mentor o papa João XXIII”. (AQUINO, 2013, p. 1500). In: AQUINO, M. DE. **O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação** (The concept of Romanization of Brazilian Catholicism and the historical approach of the Liberation Theology) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2013v11n32p1485. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, 15 dez. 2013. Disponível em:

<file:///C:/Users/leide/Downloads/5789-Texto%20do%20artigo-24398-2-10-20131216.pdf>.

Acesso em 20/11/2020.

foi aprovado durante o Concílio Vaticano I¹⁴, em 18 de julho de 1870. As repercussões da infalibilidade papal foram discutidas na Baviera, de onde vieram os freis carmelitas:

O governo da Baviera alarmou outros governos, fazendo da infalibilidade uma questão política. Houve uma verdadeira guerra de panfletos e mini-teologias prós ou contra a infalibilidade pontifícia. Com isso os católicos se dividiram em dois partidos: os adeptos (infalibilistas) e os não-adeptos. (ZILLES, 1970, p. 158).

O capítulo IX da coleção *Los Carmelitas IV*, intitulado *Los Carmelitas en el Concilio Vaticano Primero*, traz uma importante informação acerca da posição dos quatro carmelitas que tiveram participação no Concílio I: Elías Alberani (1812-1876), nasceu em Fusignano (Ravena) pertencia à Diocese de Montefeltro Itália; Salvador Angelo Demartis (1817-1901) nasceu em Sássari, bispo de Galtelli-Nuoro; Simón Spilotros (1806-1877), nasceu em Manresa, bispo de Salamanca (SMET, 1995, p.177-182). Esses carmelitas, segundo apresenta o autor, durante o Concílio, preocupavam-se com a necessidade de pensar a posição da Igreja em relação ao novo momento histórico.

No es necesario repetir aquí el fondo bien conocido de este controvertido concilio: el convencimiento de la mayoría de la necesidad de una confrontación de la doctrina católica con la filosofía y las teorías modernas y la clarificación del primado papal; la preocupación de los poderes seculares, por primera vez sin representación en el concilio, a propósito de los efectos de las resoluciones conciliares sobre sus ciudadanos. Los padres conciliares carmelitas, italianos y español, eran, como se podía prever, conservadores e infalibilistas. Pro experiencia pastoral y formación teológica estaban bien preparados para participar en el concilio (SMET, 1995, p.183)¹⁵.

A preocupação premente dos padres carmelitas dizia respeito às necessidades imediatas da Igreja, às dificuldades de ordem prática que a modernidade¹⁶ impunha. Entre

¹⁴ O Concílio Vaticano I (1869-1870) ocupou-se, prioritariamente de assuntos doutrinários e demonstrou a hegemonia da autoridade papal e a dissolução da influência e da participação dos poderes políticos no concílio. IN: RAIMUNDO. Mariana de Matos Ponte. **Concílio Vaticano I 1869-1870): textos e contextos, tradição e representação**. Tese de Doutorado.201 f. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

¹⁵Não é necessário repetir aqui os antigos antecedentes deste polêmico concílio: a convicção da maioria da necessidade de um confronto da doutrina católica com a filosofia e as teorias modernas e o esclarecimento do primado papal; a preocupação dos poderes seculares, pela primeira vez sem representação no concílio, quanto aos efeitos das resoluções conciliares sobre os seus cidadãos. Os padres conciliares carmelitas italianos e espanhóis eram, como era de se esperar, conservadores e infalibilistas. Através da experiência pastoral e da formação teológica, eles foram bem preparados para participar do concílio (SMET, 1995, p.183, tradução nossa)

¹⁶Penso a modernidade nessa pesquisa em linhas gerais como um modo de organização que vai influenciar a sociedade em todos os seus aspectos. A modernidade tem suas origens no Iluminismo, momento no qual a Igreja Católica busca se estabelecer na sociedade burguesa. A Igreja neste contexto precisa da tradição, pois ela se desenvolveu a partir desta. No entanto, ela precisou de inúmeras formas estabelecer um diálogo com a modernidade. A modernidade marca a “cisão com o mundo da tradição” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p.33); Modernidade representa a consolidação dos pressupostos teórico-econômicos e culturais de um movimento

elas, a perda de influência da Igreja em alguns países/monarquias, o espaço que outras denominações religiosas adquiriam, a conduta daqueles que estavam à frente das ações pastorais, entre outras questões.

A necessidade de renovar suas estratégias de permanência colocava a questão das missões na ordem do dia. O movimento embasava-se na Palavra missionária que é atribuída a Jesus: “Portanto ide e fazei com que todos os povos da terra se tornem discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28:19). O “Ide”, colocado em prática ao longo da história do cristianismo, para além de motivar os agentes evangelizadores, significou uma chave de expansão da fé católica.

A *Encíclica Rerum Ecclesiae*, escrita por Pio XI, anunciada no dia 28 de fevereiro de 1926, aborda principalmente a questão das missões e a necessidade existente no seio da Igreja Católica de ampliar sua zona de atuação e, conseqüentemente, aumentar o número de “embaixadores sagrados”¹⁷.

3. Por donde se ve que quien, por la divina gracia, tiene en el mundo las veces de Jesucristo, Príncipe de Pastores, no sólo no debe contentarse con defender y conservar la grey del Señor ya a él confiada, sino que faltaría a una de sus más graves obligaciones si no procurase con todo empeño ganar y atraer a Cristo las ovejas aún apartadas de El. (ENCICLICA RERUM ECCLESIAE, 1926)¹⁸

No Brasil o debate acerca da necessidade de renovação católica perpassou o Concílio Vaticano I, e se tornou mais intenso após o Decreto provisório n° 119 de Janeiro de 1890 com a laicização, ao menos teoricamente, do Estado, chegando até ao Concílio Vaticano II (1962-1965)¹⁹.

político e epistemológico que se iniciou durante a era moderna, mas que só obteve status normativo durante o século XIX, quando houve a consolidação das revoluções burguesas, sobretudo após 1848. Entretanto, é importante destacar não ser possível falar de apenas uma modernidade. Existem, na verdade, múltiplas modernidades que se estendem do campo político ao econômico, da esfera filosófica à cultural e do âmbito artístico ao geográfico. In: DAMIÃO. Abraão Pustrelo. **A construção histórico-social da modernidade e da (s) pós-modernidade (s): rupturas e resistência do discurso moderno**. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2017, p. 15.

¹⁷ Parafrazeando Pio XI na Encíclica Rerum Ecclesia, no parágrafo 38

¹⁸ ENCICLICA RERUM ECCLESIAE, 1926. Disponível em:

http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19260228_rerum-ecclesiae.html . Acesso em 13/01/2019. Pelo que se vê que quem, pela graça divina, tem no mundo o papel de Jesus Cristo, o Príncipe dos Pastores, não só não se contentaria em defender e preservar o rebanho do Senhor já confiado a ele, mas que faltaria obrigações mais sérias se ele não tentasse com todos os esforços ganhar e atrair para Cristo as ovelhas ainda separadas dele (ENCICLICA RERUM ECCLESIAE, 1926, tradução nossa)

¹⁹ O Concílio Vaticano II (1962-1965), é considerado um dos mais importantes eventos religiosos do século XX, sendo um marco na história da Igreja Católica, em razão das grandes mudanças que projetou. “[...] o Vaticano II buscou promover, por meio das discussões intereclesiais, um diálogo com o mundo moderno e um conceito de Igreja que melhor se ajustasse a modernidade.” SOFFIATTI, Elza Silva Cardoso. **Pio XII e as origens do**

Segundo entrevista realizada em abril de 2015²⁰, com Frei Jerônimo Brodka, o último missionário alemão que, todavia, reside em Paranavaí, a vinda dos carmelitas alemães relaciona-se à Encíclica escrita pelo Papa Pio XI, que tratava da ampliação do trabalho missionário. Considerando que o cognome dado a Pio XI seja “Papa das missões”, infere-se que a vinda dos carmelitas alemães ao Brasil, e posteriormente ao Paraná, seja uma resposta positiva dos carmelitas ao chamado reconhecido no documento.

A Carta Encíclica *Rerum Ecclesiae* (A História da Igreja e as Missões), do Papa Pio XI, o “Papa das Missões”, publicada em 28 de fevereiro de 1926 (o seu 22º documento missionário...), acentua a importância dos apóstolos nativos (sacerdotes, religiosos e leigos). Também estimula a disponibilidade missionária da Igreja que envia e da que é ajudada, e não se esquece de colocar em relevo a responsabilidade de toda a Igreja particular na evangelização universal. Os bispos com o Papa são corresponsáveis (sic) das Missões. A urgência de anunciar o Evangelho a todos os povos deriva da caridade cristã e do agradecimento por ter recebido a fé. Dá importância à formação dos catequistas e à introdução das Ordens contemplativas nos países de Missão. A ciência missiológica, que estava em seus começos, inspirou-se nesta encíclica, procurando harmonizar os dois aspectos mais ressaltados então sobre a Missão “ad gentes”: propagar a fé (chamar à conversão) e implantar a Igreja. No mesmo ano da publicação da encíclica foram ordenados em Roma os seis primeiros bispos chineses e ficou estabelecido o Dia Mundial das Missões (penúltimo domingo de outubro). Durante o Pontificado de Pio XI nasceram as Faculdades e Institutos de Missiologia para a investigação científica sobre o tema das Missões. Foi também no seu pontificado, em 1922, que as Pontifícias Obras Missionárias se tornaram pontifícias. Para o “Jubileu de 1925”, promoveu uma ampla Exposição Missionária, que, a seguir, deu origem ao atual Museu Missionário do Vaticano. Nesta sua encíclica, começa a aparecer a insistência na corresponsabilidade de toda a Igreja na obra missionária universal. A motivação colocada pelo Papa é a gratidão pelo Dom da Fé, a qual deve levar o agradecido à prática da caridade: “Não há caridade maior e mais perfeita do que arrancar os irmãos das trevas da superstição e iluminá-los com a verdadeira fé em Jesus Cristo (nº 20 e 21)” (PAROQUIA SÃO SEBASTIÃO, [s.d., p. 2]).²¹

O primeiro passo foi dado em 1936 quando Ulrico Goevert embarcou na Alemanha rumo ao Brasil. Missionário carmelita enviado pela Província Carmelita de Bamberg, Alemanha, para trabalhar inicialmente em Recife-PE, Goevert tinha a incumbência de conhecer os costumes brasileiros, aprender a língua, para posteriormente iniciar a abertura de uma zona missionária que ficasse sob a tutela da Ordem carmelitana de Bamberg. A

Concílio Vaticano II. 245 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Franca, UNESP, Franca, 2016, p.49.

²⁰Informações coletadas em entrevista realizada dia 06/07/2015, com Georg Karl Brodka, conhecido como Frei Jerônimo. O último remanescente da Província Carmelita de Bamberg, ainda reside no seminário construído pelos missionários em Graciosa, distrito de Paranavaí, executa a função de vigário paróquial na Paróquia Nossa Senhora das Graças de Graciosa, Paranavaí.

²¹ PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO. **A missão à luz do magistério da Igreja.** Disponível em: <https://paroquiasaosebastiao.com.br/wp-content/uploads/2016/06/DOC.-A-MISS%c3%83O-%c3%80-LUZ-DO-MAGIST%c3%89RIO-DA-IGREJA.pdf> Acesso em 20/10/2020

Oberdeutsche Provinz der Karmeliten, doravante denominada Província Carmelita de Bamberg, fica no estado da Baviera, localizado a sudeste da Alemanha.

Em contato com Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo da Diocese de Jacarezinho, Frei Ulrico Goevert firmou o propósito de abrir o campo missionário em Paranaíba, pelos idos da década de 1950. Foram enviados os carmelitas missionários que, sob a liderança de Frei Ulrico, ocuparam o campo missionário de Paranaíba. Em meados do século XX, em meio à colonização do território conhecido como Norte Novíssimo, os carmelitas fizeram-se presentes ao processo civilizador da região.

2.2 OS CARMELITAS NO CAMPO MISSIONÁRIO: A LIDERANÇA DE FREI ULRICO GOEVERT VIABILIZA A DIOCESANIZAÇÃO DO NORTE NOVÍSSIMO

A dinâmica histórica da qual os freis carmelitas foram agentes ativos, na região de Paranaíba, não pode ser pensada de maneira desconexa do contexto de formação do Estado do Paraná. Tampouco, não pode separar-se das motivações sedimentadas pela Igreja Católica do século XX. São facetas de um mesmo complexo projeto civilizador.

Com o estandarte da evangelização à frente, os missionários católicos abrem fronteiras religiosas onde a escassez de recursos parece esconder o promissor potencial de desenvolvimento social. São muitos os conceitos que abarcam a sensibilidade que os religiosos têm de ousar adentrar espaços em formação e impingir a marca da cruz de Cristo. Para a compreensão do processo estabelecido em meados do século XX no Norte Novíssimo do Paraná, início o estudo explorando o conceito de diocesanização.

Em sua tese de doutoramento *Modernidade Republicana e Diocesanização do Catolicismo (1890-1923)*, Maurício Aquino (2012), investiga as ações e conflitos provocados a partir da introdução de projetos civilizadores gerados pelo poder civil e pela Igreja. Segundo o autor:

O conceito de diocesanização considerado aqui como um conjunto de intervenções da Igreja Católica que ativa seu poderio institucional para criar lugares próprios, justificando suas práticas através de um discurso teológico-político que repercute sobre a construção e organização dos espaços, permite repensar, desde novas bases, as relações entre o Estado republicano, a Igreja e a Sociedade no Brasil, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, ao propor novas indagações aos documentos clássicos desse problema, ao abrir caminho para que novos documentos sejam considerados na análise, bem como problematizar certas interpretações históricas e sociológicas recorrentes que merecem reparos e ajustes ao serem rigorosamente confrontadas com a documentação e a historiografia pertinentes. Ressalte-se aqui que a diocesanização não se restringe a um processo territorial

(geográfico), mas, sob a inspiração da categoria de estratégia de Michel de Certeau, envolveria além dos lugares físicos, os lugares políticos (relações e situações de poder) e os lugares teóricos (discursos)(AQUINO, 2012, p.23).²²

O conceito de diocesanização como pensado por Aquino (2012), não se restringe apenas há um determinado espaço geográfico, o autor alia diocesanização ao conceito de estratégia de Michel de Certeau, possibilitando que o conceito caminhe para além dos espaços físicos e devendo ser utilizado para pensar as relações de poder e os discursos. O autor utiliza esse conceito no período da Primeira República no Brasil, por ser um momento que, após o fim do Padroado²³ em 07 de janeiro de 1890 com o decreto 119-A, a Igreja no Brasil passou por um processo de rearticulação de discursos e estratégias para a reorganização da instituição católica.

Mesmo reconhecendo a temporalidade atribuída por Aquino na utilização do conceito de diocesanização, acredito que possa utilizá-lo no contexto delimitado por essa pesquisa. Se ao longo da Primeira República a Igreja Católica estava institucionalmente chegando a espaços físicos antes não possíveis, o Estado do Paraná e de maneira específica, o território conhecido como Norte Novíssimo, passa a apresentar também, “novas características sociais, econômicas e políticas” (ROSENDAHL,2006)²⁴. Nesse sentido, esses dois poderes vão procurar consolidar seu espaço na sociedade em formação no Norte Novíssimo do Paraná.

Compreender o processo de estabelecimento do homem religioso, abarcando tanto aqueles que são os legítimos detentores do sagrado quanto os leigos, me leva, necessariamente, a pensar em todo o labor que demandou a esse grupo conviver.

Tanto os missionários quanto os leigos não tinham por Paranavaí um sentimento de amor à pátria, de pertença. Em razão de seu recente processo de ocupação o município carecia de elementos identitários, o que possivelmente gerava certo desconforto, pois como mostrei

²² AQUINO, Maurício. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese de doutorado, Universidade Paulista, 2012.

²³O padroado pode ser definido em linhas gerais como um conjunto de privilégios dados pela Santa Sé aos reis portugueses. Nesse regime, a Coroa portuguesa exercia domínio nos negócios religiosos, ou seja, a Igreja Católica ficava subordinada aos poderes políticos. Os padres e bispos eram funcionários da Coroa portuguesa, nesse sentido o Estado cuidava da manutenção das paróquias e se responsabilizava pelos vencimentos do clero. SANTOS, Patrícia Ferreira dos. **Poder e palavra: discursos, contendas e direito do padroado em Mariana (1748-1764)**. 306f. Dissertação de mestrado- Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, 2007.

²⁴ ROSENDAHL; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551-1930. Scripta Nova. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. v. X, n. 218, ago 2006, Barcelona: Universidad de Barcelona. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103158/aquino_m_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso 26/01/2019

adiante se tratava de um município recém fundado com pessoas de diferentes estados brasileiros e de outros continentes. Conseqüentemente, os costumes, hábitos alimentares, religiosidade, enfim, a diversidade cultural presunha maneiras diferenciadas de pensar e viver. E nesse entremeio o elemento religioso desempenhou um papel proeminente, pois “[...] o homem religioso assume um modo de existência específica no mundo, e, apesar do grande número de formas histórico-religiosas, este modo específico é sempre reconhecível” (ELIADE, 1992, p.164).

Penso que esse modo de existência do homem religioso, naquilo que o diferencia do não religioso, conforme discorre Eliade (1992), comporta um conjunto de práticas e crenças que, ao mesmo tempo que identifica um grupo, o diferencia e afasta aqueles que não comungam dos mesmos comportamentos.

Esse sentimento de pertença, paulatinamente, acaba a partir da convivência, do partilhamento de experiências, propiciando laços identitários que são reforçados e renovados a cada novo encontro, a cada nova experiência vivida em conjunto.

Apesar das narrativas produzidas pelos freis carmelitas que fazem referência a Paranavaí serem de estranhamento, em alguns momentos desanimadores – como veremos adiante –, o município e toda a região converteram-se num lugar de extrema importância para os missionários alemães. A região ao não possuir a religião institucionalizada por carecer de padres, capelas e igrejas, propiciou a Frei Ulrico um relevante poder.

Frei Ulrico foi o primeiro missionário pertencente a Província Carmelita de Bamberg, a ser enviado ao Brasil, era o mais velho, foi o primeiro carmelita alemão a chegar a Paranavaí. Esses fatos nos ajudam a entender, de maneira sumária, as responsabilidades que Frei Ulrico relatava. Possivelmente ele se sentia responsável pelo encaminhamento da missão no Brasil.

Entendo Frei Ulrico como uma pessoa que exerceu um fascínio religioso. Esse fascínio religioso pode ser definido como a capacidade do homem religioso, detentor de algum poder dentro da estrutura religiosa, que consegue, a partir de ações individuais ou coletivas, realizar adequações no imaginário do grupo.

Frei Ulrico teve um relevante papel na institucionalização do catolicismo em Paranavaí e região. No espaço social, ele foi homenageado pelo poder público de Paranavaí em várias ocasiões. Além disso, o campus da UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná) de Paranavaí leva o seu nome.

O tradutor da documentação produzida pelos missionários carmelitas alemães coloca Frei Ulrico como “o grande missionário”. No prefácio do Livro *História e memórias de Paranaíba*, Dom Wilmar Santin coloca:

Os Padres Carmelitas estão comemorando 40 anos de presença de fé e vida em Paranaíba. Vasta programação foi elaborada e está sendo executada. Um dos pontos altos do programa é, sem dúvida, o lançamento deste livro de Frei Ulrico, como mais uma homenagem ao grande missionário carmelita (SANTIN,[1957] 1992, p. 03).

As palavras de enobrecimento da figura de Frei Ulrico o reconhecem como grande articulador de todo o processo de estabelecimento da Ordem Carmelita em Paranaíba. Não somente por ter sido o primeiro missionário alemão a ter lá chegado, ou por ser o mais velho dentre os enviados, o que, pelas próprias regras da Ordem, dava a ele maior legitimidade entre os pares, mas por dedicação à missão e comprometimento com o crescimento social e religioso da comunidade.

A trajetória de Frei Ulrico foi bastante explorada pela Província Carmelita de Bamberg. A partir das publicações das cartas e artigos publicadas na Revista *Karmelstimmen*, ele foi aclamado como um exemplo de martírio e abnegação.

Frei Ulrico se coloca como um religioso obediente à doutrina católica:

Longo, longo tempo faz ” diz uma antiga canção popular alemã e “longo, longo tempo faz”, pode-se também dizer- e logo serão 25 anos desde que os superiores da Província Carmelita Alemã pensaram em assumir no Brasil um trabalho missionário. Como a Província não tinha condições suficientes para enviar muitos padres, fui enviado sozinho no dia 14 de fevereiro de 1936 para me aclimatar e aprender a língua. Mais tarde seriam mandados outros. E realmente um ano depois veio outro padre. Logo, porém, chegaram as arruaças nazistas e a guerra. Em consequência disto, o projeto missionário foi temporariamente adiado pelos superiores. Adiado, mas não abandonado. Em 1951, com a situação já normalizada, recebi a incumbência dos meus superiores de Roma e Bamberg para fundar no Sul do Brasil um posto missionário para a Província Carmelita Alemã. O Padre Geral deu-me, através do provincial de Pernambuco, a ordem para procurar um lugar nos estados sulinos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde ainda não existia convento Carmelita (GOEVERT, [1957]1992, p.08).

Em relação a sua saída de Pernambuco, o missionário ressalta a questão da obediência: “Deus quer isto e quem obedece não pode errar ” (GOEVERT, [1957] 1992, p.09). Um pouco mais a frente ele coloca: “Por amor a Vós e a Vossa Mãe eu estou aqui. Por amor a Vós quero de bom gosto desembarcar e lá embaixo para Vós lutar e trabalhar ” (GOEVERT, [1957]1992, p. 09).

O discurso de Frei Ulrico entabula quatro palavras: obediência, erro, luta e trabalho. Essas palavras podem definir de maneira geral a forma como foi pensado o processo de instalação da Ordem em Paranavaí e região e, conseqüentemente, a institucionalização do catolicismo.

Chamo a atenção para a palavra obediência, que segundo o dicionário Houaiss estaria ligada a “submeter-se à vontade ou às determinações” (HOUAISS, 2011, p. 673). E os carmelitas ao integrarem uma ordem religiosa, impreterivelmente, devem respeitar o voto de obediência.

A palavra obediência vem do latim, *ob audire*, e significa estar pronto a ouvir ou escutar. Portanto, trata-se de uma relação dialógica na qual existe aquele que detem o poder e, por conseguinte, manda, e aquele que está sujeito às ordens, ou seja, deve ser submisso às ordens. Essas ordens projetadas por um superior emanam de uma força que transcende a ele, ou seja, seria uma obediência a Deus, e que portanto não caberia desobediências nem contestações. No entanto, na prática a (des) obediência acaba se tornando uma situação de barganha na qual, dependendo da situação, as partes envolvidas podem vir a infringir a ordem ou a promessa.

O que quero dizer é que apesar da importância que tem o voto religioso da obediência na vida de um frei pertencente a uma ordem religiosa, a rotina em uma região missionária, em alguns momentos, impõe ao missionário que rompa as barreiras do que foi apreendido ao longo de sua vida religiosa. Táticas cotidianas, artes do fazer? Lembrando Certeau (1998).

A ruptura momentânea – ou desobediência frente a alguns princípios ético-religiosos da Igreja Católica – é definida pelo contexto ao qual o religioso está submetido, mas também pelo desejo do projeto se expandir e obter êxito.

Não quero pensar Frei Ulrico como uma figura emblemática que abocanhou multidões, tampouco com poderes transcendentais. Em realidade, minha proposta é racionalizá-lo como um homem religioso, que soube tirar proveito do momento e contexto que o cercavam. A partir do lugar social que ocupava conseguiu alcançar uma série de conquistas no campo religioso, assegurando resultados vantajosos para a Igreja Católica.

Portador do projeto missionário, Goevert impingiu a marca do cristianismo católico na região em desenvolvimento sócio, político, econômico e cultural paranavaense. Nesse sentido, o conceito de diocesanização – elencado no início deste tópico – instrumentaliza

visualizar a pessoa de Frei Ulrico como agente interventor da Igreja Católica, apto a criar lugares próprios onde as representações de poder compõem suas instituições.

2.3 NARRATIVAS PARA ALEMÃO LER: AS FONTES DOCUMENTAIS PRODUZIDAS PELOS CARMELITAS

Distante da Alemanha e, em virtude dos escassos meios de comunicação, a troca de informações entre os freis e a Província Carmelita de Bamberg era realizada por meio de cartas, algumas das quais foram publicadas, posteriormente, sob a forma de artigos na revista católica alemã “*Karmelstimmen*”²⁵. Outras foram produzidas já com o intuito da publicação na referenciada revista.

Publicadas em alemão, foram posteriormente traduzidas para o português e publicadas de maneira impressa ou digital, por intermédio de Frei Wilmar Santin²⁶: *Os 25 anos dos carmelitas da Província Germaniae Superioris no Brasil*²⁷ (1976), *História e memórias de Paranavaí* (1992), *Minha viagem missionária à cidade de Paranavaí* (1992), *As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí* (2001) e, *Erinnerungen eines Brasilienmissionars* (2012)²⁸.

Escrever acerca do que ocorria na região missionária de Paranavaí era uma exigência que tinha uma tripla função: em primeiro momento informar aos leitores da revista católica os avanços e dificuldades pelos quais passavam os alemães missionários, além de angariar fundos para a estruturação da Ordem Carmelitana no Brasil. E a terceira função era informar aos superiores da Ordem Carmelita os detalhes do que ocorria na região missionária, para dessa maneira traçarem estratégias de ação.

O primeiro compêndio, *História e Memórias de Paranavaí* é composto por 22 artigos. Seu autor, frei Ulrico Goevert, foi o primeiro missionário da Província Carmelita de Bamberg a vir para o Brasil. Ele foi enviado a Pernambuco pelo Prior Geral Carmelita Ilário Doswald, em 1936 e se tornou Mestre de Noviços da Província Carmelitana Pernambucana.

²⁵ A revista *Karmelstimmen* mudou de nome, e na atualidade chama-se *Karmel-Kontakt*. . O periódico está Disponível no endereço eletrônico:

<http://www.karmeliten.de/aktuelles/karmelkontakt/index.html>. Acesso 09/09/2018

²⁶ Frei de nacionalidade brasileira, pertence a Ordem dos Carmelitas da Antiga Observância. Nasceu na cidade de Nova Londrina-PR e foi nomeado bispo da Prelazia de Itaituba-PA no dia 08/12/2010, sua ordenação episcopal ocorreu no dia 19 de março de 2011, em Paranavaí.

²⁷ Esse documento foi publicado na Revista *Karmelstimmen* no ano de 1976, no entanto, não disponho dos dados em relação ao ano de sua tradução.

²⁸ Essa obra publicada na Alemanha, não foi editada em português. No entanto, Frei Wilmar Santin realizou a tradução e gentilmente cedeu uma cópia do documento que será publicado em breve.

Chegou a Recife dia 1º de março de 1936 e já no dia 19 de março²⁹, iniciou as aulas no noviciado. A referida obra foi escrita em 1957 a pedido do superior da Província Carmelita de Bamberg e publicada ao longo de 1958 na Revista *Karmelstimmen*. Posteriormente, Frei Wilmar Santin realizou a tradução e a obra foi compilada e publicada em 1992 para a comemoração dos 40 anos da presença da Ordem Carmelitana em Paranavaí. Os artigos que compõem este livro são: *Apresentação- Frei Wilmar Santin, Introdução, A procura de um local para a fundação”, Viajando, Chegando, Nossa Igreja, Frei Estanislau. Isto e aquilo de João e Maria, A caçada da onça, Fundação da Escola, Como se consegue dinheiro, O Jardim da Infância, Construção de capelas, Colonos, O destino dos índios, Finalmente chegou ajuda da Alemanha, Visita importante de Roma, Doenças batem a nossa porta, A chegada das irmãs carmelitas, Criação de um patrimônio, A divisão da Paróquia e A alma do povo brasileiro.*

O segundo documento é um relato de viagem intitulado *Minha viagem a região missionária de Paranavaí* produzido pelo provincial Jacobus Beck durante sua viagem em 1952 a Paranavaí. O superior provincial, em sua visita canônica, teve por intenção averiguar as condições e as potencialidades da região missionária, bem como a situação que seus confrades relatavam. O religioso, além de conhecer esse território novo que estava sob a jurisdição da Província Carmelita de Bamberg, legitimou o que vinha sendo relatado pelos missionários alemães em relação às adversidades a que estavam submetidos.³⁰

O terceiro documento é um compêndio, *As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí*, reúne 21 cartas-artigos. Esses documentos foram compilados por Dom Wilmar Santin e escritos pelos seguintes freis: Henrique Wunderlich³¹, Burcardo Lippert³², Alberto Foerst³³, Bruno Doepgen³⁴ e Frei Adalbert Deckert³⁵ – este último não trabalhou em

²⁹ A data é significativa para a Igreja católica, pois comemora-se a Festa de São José.

³⁰ Pe. Jacobus Beck, esteve na região missionária em fevereiro de 1952, seus relatos de viagem foram publicados na revista *Karmelstimmen*, em quatro partes, nos meses: maio (páginas 140-43); julho (páginas 200-205); agosto (páginas 233-238) e setembro (páginas 261-266) de 1952. O título original era: *Meine Reise nach Brasilien*. Posteriormente Frei Wilmar traduziu e publicou os relatos sob o título de: *Minha viagem à região missionária de Paranavaí*.

³¹ Frei Henrique Wunderlich: *Cartas do Brasil*, de outubro de 1953 e *Cartas do Brasil* de novembro de 1953.

³² Em relação ao nome deste religioso, o compêndio *As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí* apresenta duas formas de apresentação: Burcardo Lippert na capa e Frei Burcard no interior do compêndio. Encontramos, ainda, Burkard, presente na obra: KNOBLAUCH, Frei Joaquim. **Os vinte cinco anos dos carmelitas da Província Germaniae Superioris no Brasil**. Trad. Frei Wilmar Santin. Disponível em: <http://www.ocarm.org/books/content/os-25-anos-dos-carmelitas-da-prov%C3%ADncia-germaniae-superioris-no-brasil>. Acesso 13/09/2019. Optamos por adotar a grafia de Frei Burcardo, pois é a que aparece na capa do compêndio.

³³ Frei Alberto Foerst: *Algumas aventuras dos missionários, A voz das Missões e No meio do mato é construído um seminário*.

³⁴ Frei Bruno Doepgen: *Carta de Frei Bruno*.

Paranavaí, no entanto, ele esteve na região para uma visita canônica no período de 10/06/1955 a 13/07/1955. Trata-se de uma documentação rica em informações acerca do panorama religioso e social de Paranavaí e região, na década de 1950. O conteúdo desta documentação remete ao cotidiano, às aflições, aos desejos desses religiosos inseridos em um projeto missionário que tinha como pressuposto recristianizar uma comunidade que vivenciava práticas não condizentes com o almejado pela instituição.

Nesse compêndio, há ainda, um espaço para biografias, apresentadas na forma de breves informações acerca dos freis. Interessante notar que apesar da autoria das narrativas contidas nesse documento pertencerem a cinco freis, o título refere-se a apenas três: Frei Alberto Foerst, Frei Henrique Wunderlich e Frei Burcardo Lippert. Possivelmente o tradutor, Dom Wilmar Santin, tenha optado por referir-se aos primeiros três freis que vieram para auxiliar Frei Ulrico Goevert em Paranavaí. Frei Bruno Doepgen chegou a Paranavaí em 1956, e Frei Adalbert Deckert esteve na região missionária a trabalho em 1955.

Possivelmente o tradutor dessa documentação foi também quem as selecionou e as compilou. Presumivelmente ele quisesse falar dos primeiros anos de administração dos carmelitas. Momento em que existe toda uma retórica acerca das dificuldades, da dedicação desse grupo para com o povo que carecia da presença efetiva de sacerdotes.

O quarto documento *Os 25 anos dos Carmelitas da Província Germaniae Superioris no Brasil* de autoria de Frei Joaquim Knoblauch, é composto por 30 laudas e faz um apanhado, como aponta o próprio nome do documento, da trajetória da Ordem em Paranavaí ao longo desses primeiros 25 anos.

O quinto documento, escrito por Dom Alberto Foerst, *Erinnerungen eines Brasilienmissionars* (2012), foi um livro publicado na Alemanha. A tradução literal seria *Memórias missionárias do Brasil*, no entanto, Dom Wilmar Santin, tradutor desse livro, optou por atribuir o nome *Memórias de um missionário Carmelita do século XX*. O texto original tem 65 páginas e faz um recorrido da história do religioso durante os 55 anos em que trabalhou no Brasil. Concomitantemente, apresenta a trajetória da Província Carmelita de Bamberg representada por seus integrantes em território brasileiro.

Reafirmo que as narrativas eram publicadas na Alemanha e a tradução portuguesa aconteceu somente quando Frei Wilmar Santin, da Ordem carmelita, realizou a tradução e a publicação dos documentos citados anteriormente. O primeiro e o segundo, em comemoração aos 40 anos da chegada dos carmelitas em Paranavaí em 1992. O terceiro veio a domínio

³⁵ Frei Adalbert Deckert: *Em solo brasileiro, Entre o povo brasileiro e Resumo da viagem provincial*.

público no ano de 2001. O livro *Os 25 anos dos Carmelitas da Província Germaniae Superioris no Brasil*, foi escrito em 1976 e está disponível em formato *PDF*. O livro *Erinnerungen eines Brasilienmissionars*, foi publicado na Alemanha em 2012, foi traduzido, mas não publicado. Segundo nossa interpretação, a tradução desta documentação está ligada à tentativa de Frei Wilmar Santin em dar continuidade ao processo missionário visando manter o que foi instituído pelos religiosos alemães na região de Paranavaí.

Frei Wilmar Santin é autor da apresentação dos dois livros, na qual nota-se o discurso enaltecedor, de legitimação do trabalho efetuado pelos missionários. Para elucidar, apresento um trecho da apresentação do livro *História e Memórias de Paranavaí*:

Além de ser um livro de “história e Memórias” é, sobretudo, um testemunho de fé. Quem ler este livro também com os olhos da fé evidentemente fortalecerá a própria fé, pois somente a fé explica o porquê de uma pessoa deixar sua própria pátria para ser missionário em outro país enfrentando todo o tipo de sofrimento. Somente a fé explica a razão pela qual Abraão deixou sua terra natal e partiu para o desconhecido. Assim também só a fé explica a saída de Frei Ulrico da Alemanha para ser mestre de noviço em Pernambuco. Somente a fé explica a coragem de Frei Ulrico em deixar o Nordeste e vir para o Sul. Por isso não foi mero acaso a chegada de Frei Ulrico aqui em Paranavaí. Quem ler com os olhos da fé perceberá que foi a mão de Deus que o conduziu até aqui. É emocionante ver a fé que Frei Ulrico tinha na presença de Cristo na Eucaristia e a importância que ele dava ao sacramento. É edificante ver como ele rezava nas horas de dificuldades. Oxalá cada leitor, ao terminar de ler este livro, saia fortalecido e comprometido na fé (SANTIN, 1992, p. 04).

A citação explicita a tentativa de mostrar Frei Ulrico como o articulador de todo o processo de institucionalização do catolicismo em Paranavaí. A figura do religioso é edificada, mostrando-o como um homem que foi guiado pela fé e que a partir desta, logrou alcançar sucesso em suas ações.

No prefácio do segundo livro *As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí*, Frei Wilmar ressalta:

Os padres carmelitas alemães deram uma grande contribuição na formação espiritual deste povo. [...] Se a Igreja de um modo geral hoje vai bem, é porque teve no passado homens que deixaram tudo por causa do Reino de Deus para serem missionários no Noroeste do Paraná. Este livro é um testemunho do esforço empreendido e do suor derramado por abnegados pastores (SANTIN, 2001, p. 02).

Para o tradutor, se a comunidade de Paranavaí tem raízes católicas é porque um grupo de religiosos deixou a comodidade de sua vida na Alemanha, disposto a vir ao Brasil abraçando o desconhecido, passando por inúmeros sofrimentos para efetivarem a construção de uma comunidade religiosa.

2.4 ALTERNÂNCIA DE VOZES: NARRATIVAS, RELATOS, DIÁRIOS- QUANDO OS DISCURSOS SÃO FONTES PARA O HISTORIADOR³⁶

Passei anos pensando com que tipo de gênero textual eu trabalho. Quem são e quais são essas vozes? Cada voz tem uma tonalidade, uma entonação diferente, então, decidi pensar os discursos produzidos a partir de uma alternância de vozes que pode ser pensada como uma alternância de discursos, com métodos diferentes de escrita, mas que ao final querem chegar a um mesmo caminho, querem ser ouvidas, anseiam sair do anonimato, querem contar sua história. São sobre essas vozes que quero pensar e discorrer.

A escrita de uma narrativa, seja ela qual for, que verse acerca de si é um ato de dar materialidade a aspectos de uma vida que, na maioria das vezes rotineira, passa a ser conhecida por outrem. Esse tipo de escrita tem por característica principal o uso da primeira pessoa verbal na construção do texto, de maneira geral a escrita de si engloba cartas, diários íntimos e memórias.

Na atualidade, é crescente a diminuição no número de produção desse tipo de fonte documental, em razão da utilização das novas mídias tecnológicas. Em contrapartida, o número de trabalhos que versam acerca destas fontes, veem aumentando paulatinamente entre os historiadores. Apesar desse aumento, a quantidade de publicações ainda é pouco expressiva se comparada à quantidade de material disponível. Essa assertiva é respaldada pelas obras de Galvão; Gotlib (2000) e Gomes (2004)

O problema que me acompanhou esses anos tem uma abrangência maior, pois as narrativas, ou melhor, as fontes com as quais trabalho, falam de si em conjunto com várias outras. Em muitos momentos pensei se tratar de uma escrita edificante (CERTEAU, 1982), pois ela se assemelha muito à perspectiva da exemplaridade. O discurso dos missionários esteve, em muitas situações, pautado na prática das virtudes, em demonstrar para o “outro” o quão virtuoso tem sido o seu trabalho na região missionária.

Acredito que escrever narrativas, muitas das quais do gênero epistolar, era a maneira que os missionários encontravam de intercambiar informações acerca do que ocorria na região missionária. Paranaíba nos primeiros anos de fundação não dispunha de linha telefônica, então a escrita epistolar era a maneira pela qual os freis conseguiam informar seus superiores acerca dos problemas e conquistas que logravam. Mas, era também uma forma dos freis carmelitas saberem o que estava ocorrendo na Alemanha.

³⁶ Parafraseando Leonor Arfuch, p. 148. ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**; Trad. VIDAL, Paloma. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

Essas são questões de ordem prática, no entanto, o que está no âmago da prática da escrita epistolar? Foucault afirma que:

Escrever é pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face (FOUCAULT, 1992, p.151)

A comunicação entre ausentes era uma maneira de intercambiar informações, sejam elas privadas, políticas, administrativas, jurídicas, sociais ou religiosas. Dessa maneira, o intercâmbio de cartas permitia se expor, partilhar o vivenciado cotidianamente, seja em termos sentimentais, profissionais, familiares ou religiosos. Nas narrativas dos freis carmelitas a variedade de assuntos é abordada, no entanto, por causa da posição, as questões ligadas à região missionária tem maior relevância.

Nesse sentido, a epistolografia é um elo, entre aquele que escreve e aquele que lê. Pois segundo Gómez: as “cartas, además, explicitan una doble acto de representación: por un lado, el de la persona ausente que se muestra a través del signo escrito y del suplemento que acarrea; y por otro, por su función como espacio de conocimiento personal [...]” (GÓMEZ, 2002, p.105)³⁷. Dessa maneira, escrever é uma das maneiras possíveis que o sujeito tem de tomar consciência de si. Segundo Salinas:

El escribir es cobrar conciencia de nosotros y hasta el que escriba una carta a la ligera se pondrá delante el testimonio, la conciencia de su ligereza. Hombre que acaba una carta sabe de si un poco más de lo que sabía antes; sabe lo que quiere comunicar al otro ser [...] pero ella, la carta se dirige primero a nosotros. Cuántas veces se han dejado caer pensamientos en un papel, como lágrimas por las mejillas, por puro desahogo del ánimo, enderezados más que al destinatario al consuelo de autor mismo. Es ésta la forma esencialmente privada de la carta, la privadísima (SALINAS, 1993, p. 35-36).³⁸

³⁷ “As cartas, aliás, explicitam um duplo ato de representação: por um lado, o do ausente que se mostra através do sinal escrito e do conteúdo que ele carrega; e de outro, pela sua função de espaço de conhecimento pessoal [...].” (GÓMEZ, 2002, p.105, tradução nossa)

³⁸Escrever é tomar consciência de nós mesmos, e mesmo quem escreve uma carta rapidamente colocará diante de nós seu testemunho, a consciência de sua leveza. Um homem que termina uma carta sabe um pouco mais sobre si mesmo do que antes; sabe o que quer comunicar para o outro ser [...] mas ela, a carta é endereçada primeiro a nós. Quantas vezes os pensamentos caíram no papel, como lágrimas pelo rosto, por puro alívio do espírito, endereçada mais do que o destinatário para consolo do próprio autor. Esta é a forma essencialmente privada da carta, a mais íntima (SALINAS, 1993, p. 35-36, tradução nossa)

A citação de Pedro Salinas, importante poeta e escritor espanhol, vem ao encontro do exposto por Gómez (2002), que entende que ao escrever sobre si, e sobre aquilo que o rodeia, o indivíduo necessariamente tem que realizar um exercício reflexivo e se posicionar frente ao que quer relatar. E essa tomada de posição faz com que o indivíduo se afaste, de alguma maneira, daquilo que relata e, em alguns casos, perde o sentimento de passividade frente ao ocorrido, pois escrever é também tomar decisão: o que vou relatar e como vou relatar. O simples ato de escrever é em suma rebelar-se.

Muito se tem discutido acerca da relevância desse tipo de fonte documental, principalmente no que tange à questão da subjetividade. No entanto, acredito que é exatamente a subjetividade inerente à escrita epistolar o que lhe dá relevância, pois a partir dessa escrita singular carregada de emotividade, confissões, ressentimentos, arrependimentos, boas ou más notícias podem ser fontes/objetos de estudos de pesquisadores, na atualidade. Uma das características importantes da correspondência epistolar são as informações inseridas acerca de um passado longínquo ou não, mas que traz em seu cerne uma outra dinâmica, muito mais individual, sentimental, tanto em termos profissional, religioso e emocional. Sem essa fonte documental seria difícil entender e analisar essa dinâmica. É exatamente “por se reconhecer tais características na escrita de si, que sua utilização pelos historiadores tem sido objeto de preocupações, que acabaram por gerar saudáveis e produtivos debates sobre seu uso como fonte” (GOMES, 2004, p. 15).

Nesse sentido, indiferente da fonte documental, “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”(KARNAL, TATSCH, 2009, p.21). Assim, trabalhar com a escrita de si possibilita ao historiador adentrar em conhecimentos que extrapolam as fontes tradicionais, oportunizando a abertura de novos horizontes de investigação histórica³⁹, nesse caso, a partir do estudo dessas fontes subjetivas.

Um ponto significativo, partindo da análise epistolar, paira na observação dos temas mais recorrentes presente nas narrativas. A simples contabilização desse aspecto torna mais fácil ao historiador delimitar de uma maneira superficial o que motivara a escrita. Quais os pontos de vista defendidos pelo remetente, possíveis divergências de opiniões entre os dois missivitas –remetente/destinatário. Mesmo não tendo acesso, em muitos casos, à resposta

³⁹ Cf. Celso Castro (2004), autor que ressalta que alguns acontecimentos históricos podem e devem – se as fontes o permitirem – serem analisados a partir de fontes oficiais, como a partir de fontes não oficiais, como diários íntimos. Seu trabalho exemplifica como um diário íntimo pode esclarecer outras fontes como as ditas “oficiais”. CASTRO, Celso. O diário de Bernardina. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

dada pelo remetente/destinatário é possível deduzir algumas situações, a partir da reflexão de um dado arquivo (GOMES, 2004).

Acredito ser importante acrescentar os relatos de viagem, um outro gênero textual, que segundo Franco, possibilita ao historiador trabalhar com vários temas (FRANCO, 2011, p. 62). O visitante, a partir de suas observações a respeito do local visitado, e principalmente a partir de seus próprios referenciais, emite juízo de valor, que permite ao historiador descobrir informações acerca do local, como também do lugar de origem do próprio visitante (JUNQUEIRA, 2011, p. 45). Os trabalhos de Junqueira (2011) e Franco (2011) alertam que o historiador deve tentar realizar a análise do discurso ao invés de perambular, buscando a verdade dos fatos, ou a “fidedignidade dessas fontes” (FRANCO, 2011, p. 85).

2.5 QUEM ESCREVE, PARA QUE ESCREVE, PARA QUEM ESCREVE

Uma análise inicial da escrita epistolar deve obrigatoriamente responder ao seguinte questionamento: quem escreve, para que escreve e para quem escreve⁴⁰ (GOMES, 2004, p. 21). De maneira geral, deve-se entender esse questionamento inicial como suporte para um direcionamento básico que proporcionaria uma inteligibilidade maior da intencionalidade pela qual o texto foi escrito.

Ao pensarmos no primeiro questionamento: quem escreve, podemos pensar o gênero epistolar enquanto um desdobramento, um terreno dentro da (auto) biografia⁴¹, “pois as cartas expressam dimensões culturais do sujeito, que poderiam ser chamadas de momento biográfico” (MALATIAN, 2009, p. 201). A pessoa que escreve na maioria das vezes, entre outros fatores, relata fatos de seu cotidiano, que acredita terem relevância para serem materializados, escreve sobre si e o que o rodeia, nesse sentido, uma das principais questões

⁴⁰ Existem outros trabalhos que preferem dividir essa temática em seis tópicos, como o de Antonio de Torquemada, apud Gómez (2002, p.12): “Quién, A quién, Por qué, Cuándo, De qué manera. Já Angela de Castro Gomes, faz o seguinte questionamento: Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como foram guardadas? Qual ou quais o(os) seu(s) objetivo(s)? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem? Essas questões podem se multiplicar, chamando a atenção do analista para as importantes relações estabelecidas entre quem escreve, o que escreve, como escreve e o suporte material usado na escrita (Gomes, 2004, p.21).

⁴¹ Ao dizermos isso não queremos afirmar que a autobiografia e a escrita epistolar sejam áreas ambivalentes, queremos apenas ressaltar que existem aproximações, o que Lejeune (1994) chamou de “gêneros vizinhos”. No trabalho de Lejeune o autor oferece a discussão necessária e aponta quatro características, que distancia a autobiografia de outras escritas autorreferenciais como o diário íntimo, a memória, biografia, novela pessoal, poema autobiográfico, autorretrato ou ensaio. LEJEUNE, Philippe. **El pacto autobiográfico y otros textos**. Trad. TORRENT, Ana Madrid: Megazul-Endymion, 1994.

que devem permear o trabalho historiográfico é: qual o lugar social desse sujeito⁴², ou seja, de onde ele fala?

Nessa perspectiva, segundo Gomes:

Um dos recursos analíticos mais usados para se tratar uma troca de correspondência é observar “o lugar social” de quem escreve: a posição ocupada pelo missivista, num dado momento, no campo intelectual e político. Isso porque a correspondência pode estar voltada para um certo objetivo específico, embora não exclusivo, ou combinar de forma mais equilibrada algumas intenções. (GOMES, 2004, p. 54).

Vale ressaltar que a citação de Gomes diz respeito a personagens públicos, no entanto, a assertiva pode ser pensada para outros sujeitos, pese a impossibilidade da produção de um texto sem intencionalidade por qualquer sujeito, indiferente da posição social que ele ocupa. Independente se a produção da narrativa é intelectual ou – passando a um outro extremo – sentimental, a pertença do sujeito aparecerá seja de maneira explícita ou velada. Assim sendo, é importante observar quem é o autor, que profissão ele exerce, qual sua formação intelectual ou religiosa – ou se não a tem. Esses pormenores auxiliam na compreensão de como foi construído o documento.

A respeito do questionamento “para que escreve”, o historiador deve ter em mente que todo texto tem um objetivo, pode ter um caráter de informação, de convencimento, entre outros. Em suma, o missivista tem um objetivo que é necessário tentar desvendar, ou seja, pensar os motivos que impulsionaram a redação do documento.

Embora se possa considerar que toda escrita de si deseja reter o tempo, constituindo-se em um “lugar de memória”, cabe observar que certas circunstâncias e momentos da história de vida de uma pessoa ou de um grupo estimulam essa prática. É o caso dos textos - sejam eles diários, memórias ou cartas- que se voltam para o registro de fases específicas de uma vida, como viagens, estadas de estudos e trabalho, experiências de confrontos militares, prisão, enfim, um período percebido como excepcional. [...] Há também os textos que procuram registrar, evidentemente não de forma exclusiva, fatos referentes a uma escrita íntima, sem deixar de ser uma escrita pessoal. E pode-se, evidentemente, encontrar uma escrita de si que busque cobrir um período de tempo ordinário em suas múltiplas temporalidades: a do trabalho, da casa, dos sentimentos íntimos, do lazer do cotidiano (GOMES, 2006, p.18).

⁴² É de cabal relevância para o encaminhamento do trabalho historiográfico que essa questão seja pormenorizada. O missivista faz parte de determinado meio e esse pertencimento veiculará suas escolhas, e principalmente, o que pode ser dito e como pode ser dito. Michel de Certeau conceitua o conceito de “lugar social”; a partir da influência que este exerce sobre o sujeito. A pertença do autor a determinado contexto social/institucional influencia sobremaneira na construção da narrativa. (CERTEAU, 1982, p.66). No entanto não se pode pensar nesse “lugar social” no singular e de maneira estanque, ele é dinâmico, o missivista se constrói e produz sua narrativa a partir das inúmeras intermediações que está sujeito ao longo do dia, mês e ano.

A partir da citação acima, podemos conjecturar que são inúmeros os motivos que levam o sujeito a produzir uma carta. Em momentos nos quais o indivíduo sai da normalidade essa prática é mais propícia pois, em virtude do êxtase que a novidade proporciona, o sujeito sente a necessidade de compartilhar suas descobertas com o outro. No entanto, não é apenas o excepcional que explica a produção da narrativa, o corriqueiro também faz parte dessa produção. Certamente o que explica de uma maneira superficial a escrita do “eu” é a grande necessidade do homem de comunicar-se, de partilhar frações de vida.

Diante do exposto, parto do pressuposto que o “novo” é um dos elementos intrínsecos e motivadores da escrita de si. Uma missiva, por mais que a vida do sujeito não tenha saído da normalidade, possivelmente apresenta elementos “novos”.

No terceiro item da análise: “ para quem escreve”, o pesquisador deve levar em consideração o destinatário, quais ligações este tem com o autor das cartas? Quais as ligações com o contexto social do destinatário? Existe proximidade entre os dois interlocutores, e quem é o destinatário? Ao responder a estas questões é possível perceber algumas motivações que levaram o missivista a redigir a narrativa.

Diferentemente de quem escreve uma autobiografia, biografia, ou mesmo um livro, que não sabe ao certo quem terá acesso ao conteúdo da narrativa, no caso particular da correspondência epistolar, normalmente seu conteúdo foi escrito para ter um apreciador particular, o qual dispunha de toda a inteligibilidade para compreender o conteúdo da narrativa. Como é o caso dos freis carmelitas que, em dados momentos, escrevem diretamente a seus superiores, e em outros momentos escrevem a pedido de seus superiores. No segundo caso o objetivo é a publicação da documentação.

Nesse sentido, a proximidade com a fonte e a leitura dessa subjetividade particular e inebriante, que acaba envolvendo pelas descobertas que contém, devem necessariamente ser pensadas teórica e metodologicamente. Uma das perspectivas é pensá-las a partir da crítica levantada por Bourdieu (2006), na qual, segundo o autor, é necessário fugir da ideia de causalidade, ou seja, questionar uma trajetória que se desenvolve de forma lógica e cronológica.

Apesar de não estarmos tratando de biografias propriamente ditas a análise de Boudieu no texto “A ilusão biográfica”, é pertinente e nos ajuda a pensar a produção de missivas, dos relatos de viagem e das narrativas de memória, pois segundo sua crítica o historiador não deve apegar-se aos fatos narrados e acreditar que a biografia de um indivíduo,

ou os fatos que rodeiam sua vida, refletem àquilo que realmente aconteceu (BOURDIEU, 2006).

Buscar respostas a essas três questões: “quem escreve, para que escreve e para quem escreve”, é de extrema importância para tentar conhecer o enredo da produção da documentação. Fazendo uso desta metodologia inicial, tento me distanciar do engodo que os autores, nesse caso os freis carmelitas, conscientemente/inconscientemente deixam entrever em sua produção. Dessa maneira, e nesses “casos, está descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber ‘o que realmente aconteceu’ (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito” (GOMES, 2004, p. 15).

2.6 O QUE LEMBRAR: MEMÓRIA PRESERVADA

Particularmente no caso destes gêneros textuais a questão do que deve ou não ser preservado é extremamente complexo. Primeiro porque é uma eleição daquele que escreve, pois impera seu poder de escolha, ao escolher os fatos que vão ou não compor suas narrativas. Quais ações, sentimentos, aquele que narra elege escrever? Quais fatos ele opta por não transcrever? Os fatos que ele optou por “esquecer” influenciaram na construção e no resultado de sua escrita? De qual forma?

Essa ação de priorização de memória também acontece no meio intelectual, ou mais especificamente no meio historiográfico. A seletividade é aceitável em todos os campos do conhecimento, pese a impossibilidade de abordagem de um “todo”. Assim:

Discutir o que consideramos um documento histórico é, na verdade, estabelecer qual a memória que deve ser preservada pela História e qual estatuto da própria História. A categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude de sua busca. (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 9-10)

O relato da escrita de si está submetida à memória, que é um aspecto subjetivo, o indivíduo recupera aspectos do vivenciado para dar coerência a sua narrativa que nem sempre é cronológica ou linear, ou seja, os fatos são narrados conforme são lembrados. Devemos necessariamente perceber que “[...] nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto a vir a acrescentar impressões quanto a omitir detalhes” (FRANCO, 2011, p. 75).

De modo que a “lembrança é a sobrevivência do passado [...]” (BOSI, 1994, p. 68.), e não deve ser encarada como o real tal como ocorreu, e sim, como uma escolha daquele

que efetua a narrativa. E qual a principal forma de memória de um indivíduo? “ O único modo correto de sabê-lo é levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória” (BOSI, 1994, p. 68). O ato de lembrar implica em dar relevância a determinados acontecimentos em detrimento de outros, o que será lembrado depende de uma escolha pessoal.

Apontei de maneira superficial - já que não é o foco desse trabalho-, a questão da preservação da memória no conteúdo dessas narrativas, e o arquivamento e conseqüentemente preservação da materialidade do documento. Subseqüente, impera uma outra indagação, a questão da interpretação pelo(s) leitor(es) das narrativas. Interpretação esta que pode fugir a intencionalidade do autor. A partir dessa perspectiva:

A leitura, enfim, é prática criadora –tão importante quanto o gesto da escritura do livro. Pode-se dizer, ainda que cada leitor recria o texto original de uma nova maneira- isto de acordo com os seus âmbitos de “competência textual” e com as suas especificidades (inclusive a sua capacidade de comparar o texto com outros que leu, e que podem não ter sido previstos ou sequer conhecidos pelo autor do texto original que está se prestando à leitura). Desta forma, uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela também se constitui no momento da recepção (BARROS, 2013, p.57).

O autor esta relacionando a prática da escrita e leitura de um livro à produção cultural. Ampliando a perspectiva de Barros podemos articular que a escrita autorreferencial, apesar de ser menos complexa no que tange seu conteúdo, forma e tamanho, que a produção de um livro, ela é também uma maneira de produzir cultura. Partindo dessa concepção, a maneira como o produto dessa produção vai ser introjetado pelos que a ele tiverem acesso também será variável.

O autor ao escrever dá uma sequencialidade e um sentido ao texto, que possivelmente receberá uma interpretação não almejada, em alguns aspectos. Da mesma maneira o pesquisador ao esmiuçar a documentação, seus olhos e sentidos o farão dialogar com uma realidade (re) criada. Ou seja, não “bastassem as especificidades do valor oscilante de um texto, variam também os agentes que o leem” (KARNAL; TATSCH, 2009, p.12). Assim o valor do documento não está apenas em quem o produz, mas também em quem o lê, pois “todo documento histórico é um construção permanente ” (IBIDEM), isso em função das releituras que o documento vai sofrendo com o decorrer do tempo e espaço. Essa assertiva é respaldada por Castro:

Não sendo ficção, todas as cartas acabam por nos dar versões ficcionadas daquilo que nos querem dizer, existindo um hiato profundo entre o que o autor da carta nos quis comunicar, o que ele escreveu na carta e aquilo que o destinatário mais tarde lerá (CASTRO, 2000, p.15).

O autor do texto constrói uma narrativa, atribui significados a ela de acordo com seu contexto sociocultural, que é influenciado entre outros fatores pelo distanciamento temporal e espacial ao qual cada um dos sujeitos da escrita estavam inseridos, o que impreterivelmente gera infinitas possibilidades de compreensão e reelaboração.

Novamente recorremos a autobiografia para pensarmos esses gêneros textuais. Apesar de serem dois gêneros distintos, o primeiro nos permite apropriarmos de certos elementos para pensarmos o segundo. Nesse sentido, esses aspectos podem ser tomados como pretensamente “verdadeiros”, em função de sua narratividade e de sua subjetividade, o que a aproximaria da verossimilhança:

É por isso que, do ponto de vista do enunciado, o pacto autobiográfico prevê e admite falhas, erros, esquecimentos, omissões e deformações na *história* do personagem; possibilidades, aliás que muitas vezes o autor mesmo –num movimento de sinceridade próprio à autobiografia- levanta: escreverá sobre sua vida aquilo que lhe permito, seja em função de sua memória, de sua posição social, ou mesmo de sua possibilidade de conhecimento (ALBERTI, 1991, p. 76).

Partindo do enunciado, o pacto autobiográfico pode ser pensado também na correspondência epistolar e no relato de viagem, pois esse comprometimento de narração fiel de uma vida pode ser aplicado também a essa fração diminuta de vida narrada nesses gêneros textuais. Nesse sentido, existe também por parte do autor uma tendência de narrar o que lhe convém, no qual o fato retratado, ainda que não abranja a totalidade do vivenciado é uma representação efetiva daquilo que o autor selecionou para narrar.

Nesse sentido, a memória tem um papel significativo dentro desses gêneros textuais, pois ela tem um caráter móbil:

A coisa mais estranha é sem dúvida a *mobilidade* dessa memória onde os detalhes não são nunca o que são: nem objetos, pois escapam como tais; nem fragmentos, pois oferecem também o conjunto que esquecem; nem totalidades, pois não se bastam; nem estáveis, pois cada lembrança os altera (CERTEAU, 1994, p. 165, grifo do autor).

A citação de Certeau é significativa pois mostra essa dubiedade que a memória, - esses resquícios do que ocorreu - é detentora. Memória e pretérito são (re) significados continuamente a partir das questões que o “hoje” impõe.

Ao sujeito que escreve sem ter a necessidade de realizar inúmeras correções, ou ainda de pensar detidamente e cientificamente acerca do que vai redigir, fica muito mais fácil que deixe entrever aspectos de seu cotidiano, de seu contexto histórico, ou seja, essa naturalidade – no sentido de não estar preso a regras acadêmicas, isso possibilitaria ao historiador iluminar ou conhecer determinado acontecimento, pensamento ou códigos de conduta, entre outros.

A partir do exposto podemos conjecturar que essa interlocução de vozes torna a leitura dessas narrativas uma aventura apaixonante denotando uma ilimitada possibilidade de compreensão e reelaboração daquilo que foi escrito. No entanto, é necessário que o historiador faça uso de um arsenal teórico-metodológico para tentar evitar o deslumbramento ocasionado por essa inebriante fonte de estudo.

O uso de epístolas, relatos de viagem e autobiografias em trabalhos historiográficos pode ocorrer, atribuindo-lhe o caráter de fonte, objeto, ou ainda, simultaneamente. São registros que mostram expressões e que auxiliam a compreender determinado fato histórico. Dessa maneira, ao trabalhar com esses gêneros textuais o historiador se apropria de um eficiente mecanismo para compreender as particularidades de uma época, a leitura que os autores faziam de seu contexto social, enfim, as representações percebidas pelos indivíduos no contexto da época.

O que me permite realizar essas aproximações entre a autobiografia, a escrita epistolar, e o relato de viagem, é pensar que o primeiro gênero, visto a partir de uma macro narratividade, narra a vida de um sujeito, portanto, tem características mais abrangentes. Por conseguinte, os outros dois gêneros estariam inseridos em uma micro narratividade, já que são narrações de características mais curtas pela própria objetividade que é narrar determinados acontecimentos do cotidiano em um determinado espaço de tempo.

Em relação a multiplicidade de narrativas que me colocam diante de várias vozes, que gritam por atenção a partir de vários gêneros textuais, acredito que a melhor maneira de pensar esses documentos seja a partir daquilo que seus autores querem expor. De maneira geral, eles estão relatando os sabores e dissabores de viverem em um contexto originariamente alheio, carregado de costumes e comportamentos culturais, sociais e religiosos que precisam compreender para tentar mudar, - ou ao menos é isso que planejavam.

Aliado a tudo isso, eles precisavam exercer a função para a qual foram designados ao serem enviados ao longínquo Brasil: evangelizar uma população que se entendia católica, mas que na prática estava distante do catolicismo que ditava a Igreja Institucional. As vozes que

ressonavam nesse campo religioso o discurso do catolicismo institucional eram as vozes dos bispos, que nessa pesquisa, são as vozes dos bispos Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Benjamin de Souza Gomes.

Então como pensar essa documentação? Toda a multiplicidade de metodologias compõe o aparato teórico-metodológico a partir do qual faço a leitura das fontes. Acredito que em alguns momentos tenha que pensar essa documentação para além do exposto, pois em muitas situações, por tratar-se de um documentação produzida por religiosos, a história de vida do autobiografado se mescla ao processo de fundação, estabilização e sobrevivência da própria instituição. O protagonista nessas narrativas não é o biografado, tampouco é a instituição, suas histórias se mesclam ao ponto de indivíduo e instituição se diluírem num protagonismo compartilhado.

2.7 INTEGRANTES DA *OBERDEUTSCHE PROVINZ DER KARMELITEN*: QUEM SÃO ELES?

Para tornar a leitura e interpretação das ações desses personagens e auxiliar na reflexão das ações realizadas pelos freis carmelitas alemães, optei por realizar uma pequena apresentação de alguns desses personagens.

Pelo destaque que tem, o primeiro destes religiosos que elejo para apresentar é Frei Ulrico Goevert, cujo nome de batismo é Hubert. O primeiro missionário carmelita alemão a ser enviado para o Brasil, chegou a Paranavaí com 49 anos, nasceu na cidade de Darfeld, Alemanha, no dia 13 de julho de 1902 e faleceu no dia 26 de outubro de 1983 em Paranavaí. Frei Ulrico está sepultado na cripta da Igreja São Sebastião, diocese de Paranavaí-PR⁴³.

Frei Ulrico Goevert, Nasceu em Darfeld, Província de Westfalia, Alemanha, aos 13 de julho de 1902. Tendo feito seus estudos preparatórios em vários estabelecimentos de ensino superior, terminando-os em Münster. Esteve algum tempo trabalhando com exploradores das minas de carvão da Floresta Negra, quando contava 21 anos de idade foi bater à porta do Convento dos Carmelitas de Bamberg, sentindo ardentes desejos de abraçar a vida religiosa para experimentar as delícias do Carmelo. Começou o Noviciado aos 2 de maio de 1923. Terminando o anno do tirocínio de vida religiosa, fez sua profissão aos 5 de maio de 1924. No mesmo Convento de Bamberg fez seus estudos de Philosophia e Theologia e foi ordenado Sacerdote aos 24 de junho de 1928. Ainda no mesmo Convento de Bamberg ocupou o cargo de Sub-Prior. Em princípios de Fevereiro de 1936 recebeu ordens do Rev.mo Pe. Geral para vir ao Brasil auxiliar na Província de Pernambuco, como Mestre de Noviços. Chegou em Recife a 1 de Março de 1936 e foi destinado a

⁴³ Dados coletados em entrevista realizada dia 06/03/2014, com Georg Karl Brodka, conhecido como Frei Jerônimo.

desempenhar a missão para que viera ao Brasil, no Convento de Goyanna, começando com a primeira turma de Novícios, 7 ao todo, a 19 de Março do mesmo anno. A princípio, devido à diferença da língua, algumas dificuldades encontrou, ao lado de outras, taes como diferença de clima e alimentação. Entretanto dentro de um anno mais ou menos, já estava perfeitamente identificado ao meio. Relevantes serviços têm prestado a esta Província, particularmente na formação de jovens que se preparam para o Sacerdócio. Relevantes também foram os seus serviços missionários, percorrendo vários pontos dos sertões dos Estados de Pernambuco e Parayba, onde seu zelo tem sido encansável em procurar novas vocações para a vinha do Carmelo. Sempre assíduo em attender ao púlpito e ao confessional, grande bem tem feito às almas que muito aproveitam de seus conselhos. Em Novembro de 1940 foi transferido o Noviciado do Convento de Goyanna para o de Recife e passou o fr. Ulrico a desempenhar a sua função em Recife. Desde Outubro de 1942 desempenha o cargo de Sub-Prior do Convento de Recife e desde Fevereiro de 1944 é também o Commissario da Ordem Terceira de Recife. (SANTIN, 2019)⁴⁴

Frei Henrique, cujo nome de batismo é Hartwig, nasceu em Kulmbach, Alemanha no dia dezessete de outubro de 1921 e faleceu dia 18 de abril de 2000 no mesmo local. Entrou para o Seminário dos Carmelitas em 1935, participou da II Guerra Mundial; enquanto soldado, frequentou a escola de aviação e paraquedismo. Em vinte e nove de julho de 1951 foi ordenado sacerdote em Bamberg e em 1952 aos 31 anos, foi transferido para a região missionária do Brasil, permanecendo em Paranavaí até 1957, quando retornou à Alemanha. (SANTIN, 2001, p. 95).

Dom Alberto Foerst, ou melhor, Johann Foerst nasceu dia 26/11/1926 em Gunzendorf - Alemanha. Entrou no seminário *Marianum* dos carmelitas em Bamberg no ano de 1939. Em 1944 foi chamado a ser soldado na 2ª Guerra Mundial. Durante 8 meses foi prisioneiro de guerra dos americanos na França. Em 1946 retornou ao seminário. Fez o noviciado em 1947 na cidade de Straubing. Foi ordenado em 29/06/52. Após sua ordenação trabalhou em Beilstein e Springiersbach e no *Marianum*. Em 1953 foi transferido para Fürth e no ano seguinte aos 28 anos foi enviado ao Brasil (SANTIN, 2002, p. 94).

Dom Alberto Foerst foi capelão em Paranavaí, prior, ecônomo, comissário duas vezes (1958-1963 e 1970-1976) e pároco de 1970-1985. Foi também vigário geral da diocese de 1970-1985 e como tal construiu o COSDIPA (Centro de Obras Sociais da Diocese de Paranavaí) e a casa do bispo. Frei Alberto foi responsável pela introdução do Cursilho, do

⁴⁴ Frei Antônio deve ter escrito esta biografia de Frei Ulrico em 1945. Isto deduz-se porque as outras biografias só vão até 1945, inclusive a sua própria. O texto está escrito a mão em folhas avulsas, mas grampeadas. Seria passado a limpo num livro próprio. Quando ia passar a limpo a biografia de Frei Ulrico interrompeu seus trabalhos. Deste só há o nome e a data de entrada no noviciado (1923). O livro e o 2º volume de biografias de Religiosos Carmelitas a partir da restauração da Província de Pernambuco, em 5/11/1894. O livro foi iniciado dia 15/8/1944.) O texto original está no arquivo da Província Pernambucana, no Convento do Carmo do Recife. (ARQUIVO PESSOAL DOM WILMAR SANTIN.)

Movimento Familiar Cristão (MFC), do Treinamento da Liderança Cristã (TLC), da Juventude em Ação Mariana (JAM) e das Comunidades Eclesiais de base (CEB's).

Em 1985 Dom Alberto foi transferido para Dourados, Mato Grosso do Sul. Na paróquia Bom Jesus terminou o centro catequético, reformou e ampliou a igreja e a casa paroquial. Construiu o salão paroquial. Em 1986 foi nomeado vigário geral. Como tal reformou a catedral, sugeriu e projetou o IPAD (Instituto Diocesano de Pastoral). Em 06 de julho de 1988 foi nomeado bispo e ordenado bispo coadjutor de Dourados em 07 de setembro do mesmo ano. (SANTIN, ARQUIVO PESSOAL, 2019). Dom Frei Alberto Foerst residiu até sua morte em uma casa de repouso para idosos em Bamberg, conforme informações de Frei Jerônimo⁴⁵. Dom Alberto faleceu dia 1º de novembro de 2014.

Frei Burcardo Lippert, é o missionário que obtive menos informações. É sabido que chegou ao Brasil no dia 02 de abril de 1954, para evangelizar na região de Paranavaí. Permaneceu no Brasil por um ano e meio, porém teve de retornar para a Alemanha por problemas de saúde.⁴⁶

Georg Karl Brodka ou simplesmente, Frei Jerônimo Brodka, nasceu em Neisse (então pertencente à Alemanha), no dia 31 de dezembro de 1935, mesmo ano em que Adolf Hitler conseguiu a aprovação das Leis de Nuremberg pelo parlamento alemão (Reichstag). Enquanto criança viveu ativamente os pesares da Segunda Grande Guerra. Viu muitos mortos tanto civis quanto militares,

No decorrer da guerra, Georg Karl perdeu as contas de quantas vezes o alarme soou e tiveram de correr até o porão, onde costumavam guardar alguns alimentos. O ambiente não havia sido projetado para suportar bombardeios, mas era o único local disponível para a família sentir-se menos vulnerável aos ataques aéreos. Um dia, uma forte investida dos aliados – União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra, resultou na destruição de quatro quartéis. “Andamos em cima dos cadáveres para, imagine, retirar distintivos dos corpos. Hoje eu teria nojo, mas naquele tempo as crianças pisavam nos mortos para pegar e colecionar distintivos. Não entra na minha cabeça como eu pude fazer uma coisa dessas. Muitos faziam isso”, narra (ARIOCH, 2017, n.p.).⁴⁷

⁴⁵ Informações coletadas em entrevista realizada dia 06/03/2014, com Georg Karl Brodka, conhecido como Frei Jerônimo. O último remanescente da Província Carmelita de Bamberg, ainda reside no seminário construído pelos missionários em Graciosa, distrito de Paranavaí, executa a função de vigário paroquial na Paróquia Nossa Senhora das Graças de Graciosa, Paranavaí.

⁴⁶ Informações coletadas em entrevista realizada dia 06/03/2014, com Georg Karl Brodka, conhecido como Frei Jerônimo.

⁴⁷ ARIUCH, David. A vida de Frei Jerônimo na Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra. **Jornalismo Cultural**, 2017. Disponível em: <https://davidarioch.com/2017/10/28/a-vida-de-frei-jeronimo-na-2a-guerra/>. Acesso em 10/11/2019.

Frei Jerônimo chegou em Paranavaí com 28 anos em 1963, e em 1966 fundou em Paranavaí o grupo de escoteiros Guy de Larigaudie. No ano de 1990 o religioso foi transferido para Dourados, MS. No ano de 2003, Frei Jerônimo pediu autorização a seus superiores para retornar à Alemanha para continuar seu trabalho pastoral em solo alemão. No entanto, passados dois anos, seu superior o aconselhou retornar a Paranavaí. Após 40 anos trabalhando no Brasil, seus confrades o viam como um *outsider*⁴⁸. E retorna a Paranavaí em dezembro de 2005. No ano de 2013, Frei Jerônimo recebeu o título de Cidadão Honorário de Paranavaí. Após retornar da Alemanha, Frei Jerônimo passou a viver no Seminário Imaculada Conceição de Graciosa/Paranavaí (ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA).

Frei Boaventura Einberger, chegou a Paranavaí em 1953. Veio por causa de um acordo firmado entre o Provincial Jacobus Beck (em sua viagem canônica ao Brasil em 1952) e membros da comunidade de Graciosa/Paranavaí. O acordo consistia em que se a Ordem enviasse um padre da Alemanha para trabalhar em Graciosa, a comunidade doaria terrenos à Ordem. Esse assunto será tratado de maneira mais específica mais adiante.

Frei Boaventura foi enfermeiro da Wehrmacht, Forças Armadas da Alemanha nazista, durante a Segunda Guerra Mundial; seu irmão faleceu durante o conflito. Quando o religioso foi transferido para o Brasil, ele veio acompanhado da viúva de seu irmão e seus três filhos. A família do religioso, após a construção do Seminário Imaculada Conceição de Graciosa, passou a viver em uma casa do lado do Seminário que foi construída para abrigá-la.

Uma história interessante, memorada por alguns pioneiros de Graciosa ligam Frei Boaventura a Joseph Mengele. Alguns pioneiros de Graciosa comentam que em 1954 apareceu na comunidade um médico alemão que tinha uma postura arredia. Alguns desses moradores acreditam se tratar de Joseph Mengele. O jornalista David Arouch, publicou uma entrevista com uma das pioneiras de Graciosa, Francisca Schiroff, na qual a moradora acredita se tratar do médico alemão:

A pioneira se recorda do dia em que o frei Bonaventura Einberger falou sobre a chegada de um médico alemão para ajudar os mais necessitados. “Explicou apenas que o médico, assim como ele, também participou da guerra. Como a gente era bem jovem, ninguém tinha coragem de perguntar demais. Além disso, o ‘frei Bona’ não gostava de comentar sobre a Alemanha do período nazista”, relata. Apesar do conhecimento básico de português, o médico não enfrentou nenhum problema no distrito, até porque nos anos 1950 muitos moradores de Graciosa se comunicavam mais em alemão do que em português. [...] Polido, parcimonioso e reservado, o

⁴⁸Aquele que vive à margem de um grupo, que é estigmatizado. Elias aborda esse conceito. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

médico atendeu praticamente todas as famílias que viviam em Graciosa em 1954. Ainda assim, um fato curioso chamou a atenção dos moradores. O misterioso alemão não registrava prescrições médicas em papel nem pedia que alguém o fizesse para que ele apenas assinasse. “Era tudo falado, de boca mesmo”, garante Francisca Bruning Schiroff. [...]No distrito, o médico auxiliava o frei Bonaventura na distribuição gratuita dos medicamentos enviados da Alemanha [...] Como o frei Bonaventura Einberger foi enfermeiro da Wehrmacht, Forças Armadas da Alemanha nazista, até o final da Segunda Guerra Mundial, pode ser que eles tenham se conhecido anos antes. “Não dá pra afirmar até que ponto o ‘frei Bona’ o conhecia, mas a partida do médico foi suspeita. Acho que o frei ficou com medo de alguma coisa e recomendou que o homem partisse para outro lugar”, supõe a pioneira. (ARIOCH, 2014, n.p.)⁴⁹

Apesar da incompatibilidade de datas, pois segundo a historiografia em 1954 Joseph Mengele vivia na Argentina, ele só migrou para o Brasil em 1961, muitos moradores acreditam nessa possibilidade. Acredito que o fato de Frei Boaventura ter sido enfermeiro durante a Segunda Guerra Mundial tenha aguçado o imaginário dos moradores.

Frei Bruno Doepgen, nasceu dia 17/9/1928 em Zell/Mosel (Alemanha). Entrou no seminário dos carmelitas de Bamberg em 1948. Fez o noviciado em Straubing (1950-51) e seus primeiros votos no dia 8/9/1951. Sua ordenação sacerdotal aconteceu no dia 31/07/1955 na Catedral de Bamberg. A seu pedido aos 28 anos foi transferido para o Brasil em 1956. Trabalhou em Paranavaí até janeiro de 1967, quando foi nomeado pároco de Cidade Gaúcha, PR. Em 1985 retornou a Paranavaí como superior dos carmelitas do Paraná. Em 1990 foi transferido para Tapira, PR, onde foi vigário paroquial (1990) e pároco (1991-92). Em 1993 retornou a Paranavaí. Morreu no hospital dos Irmãos da Misericórdia em Maringá dia 26 de abril de 1997. Foi sepultado na cripta da Igreja São Sebastião de Paranavaí. (FOERST, 2012, p.11)

Ao todo foram 15 freis carmelitas alemães que se introjetaram ao processo de construção da sociedade paranavaense e região. Durante os primeiros 19 anos de administração da Província Carmelita de Bamberg foram enviados para trabalhar no

⁴⁹ ARIUCH, David. Anjo da Morte pode ter morado em Graciosa em 1954. **Jornalismo Cultural**, 2014. Disponível em: <https://davidarioch.com/2014/12/26/anjo-da-morte-pode-ter-morado-em-graciosa-em-1954/>. Acesso em 10/11/2019

Comissariado⁵⁰ do Paraná um total de 14 religiosos. Se contarmos Frei Ulrico (1936), totalizamos 15⁵¹.

Os 14 carmelitas alemães são: Frei Henrique (1952), Frei Boaventura Einberger (1953), Frei Burcardo Lippert (1954), Frei Alberto Foerst (1954), Frei Bruno Doepgen (1956), Frei Matias Werneke (1958), Frei Rafael Mainka (1961), Frei Joaquim Knoblauch (1962), Frei Jerônimo Brodka (1963), Frei Justino Stampfer (1965), Frei Afonso Pflaum (1966), Timóteo Schorn (1967), Frei Agostinho Wolf (1968) e Frei Paulo Pollmann (1971) (KNOBLAUCH, 1976, p. 05-06). Juntamente com Frei Ulrico, foram estes carmelitas da Província de Bamberg que trouxeram a missão de construir o catolicismo e, introjetando o projeto missionário na sociedade paranavaense e região, participaram ativamente do processo civilizador do Norte Novíssimo.

2.8 UM CAMPO MISSIONÁRIO: CULTURAS EMARANHADAS

A partir da Igreja Católica, a ideia de um projeto missionário tem por objetivo básico levar o evangelho a pessoas ou grupos que desconhecem os princípios religiosos de determinada religião, sob a perspectiva institucionalizada. O projeto objetiva o revigoreamento da fé, bem como da reforma dos costumes e administração dos sacramentos. A missão, ou melhor, um projeto missionário consiste na estratégia religiosa para organizar a comunidade de leigos, oportunizando-a apreender os preceitos religiosos pautados nos conceitos teóricos e metodológicos do grupo detentor do monopólio da gestão dos bens de salvação. O missionário, a partir do ponto de vista da Igreja, tem o compromisso de estar presente na caminhada do povo.

⁵⁰Um comissariado provincial é parte de uma Província – entidade constituída por frades, que incorporados a ela e reunidos em seus conventos, são governados pelo padre provincial e seu conselho. Quando surge a esperança de um comissariado provincial tornar-se uma futura Província, é erigido, então, pelo padre geral da Ordem, um Comissariado Geral que deixa de manter vínculos jurídicos à antiga província a qual pertencia e passa a manter uma autonomia de governo, estando, todavia, unida à Cúria Geral, em Roma. FREIS CARMELITAS. **História do Comissariado Geral do Paraná**. Disponível em: <https://www.freiscarmelitas.org.br/historia-do-comissariado-geral/>. Acesso em 20/01/2020

⁵¹ É necessário acrescentar que ao menos quatro religiosos, foram enviados ao Brasil e não foram mencionados nesta lista. Segundo nota de rodapé do compêndio “As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí”: “Frei Willibrord Kaese, veio ao Brasil com Frei Henrique, no entanto, “era ainda estudante e queria ser missionário no Brasil. Ficou em Paranavaí até março de 1953, quando foi a Jacarezinho e ingressou no Seminário Diocesano, deixando de ser carmelita”. (SANTIN, 2001, p. 09). Os outros três casos são de clérigos que foram enviados ao convento de São Paulo: Frei Sebald Dörsch, Beda Fritsch e Hugo Stumpf, que deveriam concluir a teologia e ir trabalhar em Paranavaí, contudo dois deles retornaram a Alemanha e deixaram de ser carmelitas e o terceiro deixou a ordem permanecendo no Brasil. Cf. BECK, Jacobus. **Minha viagem à região missionária de Paranavaí**. Trad. Frei Wilmar Santin. Paranavaí: Livraria Nossa Senhora do Carmo, 1990, p. 36; KNOBLAUCH, Joaquim. **Os 25 anos dos carmelitas da Província Germaniae Superioris no Brasil**. Trad. Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 1976, p. 06.

Ao examinar a documentação constatei que não houve um detido trabalho de preparação dos primeiros religiosos para enfrentar a realidade brasileira, ou seja, para o contexto sociocultural da região de Paranavaí.

Os missionários carmelitas foram formados na concepção do Concílio Vaticano I. No entanto, a partir dos relatos nota-se, nos primeiros anos da missão no Norte Novíssimo, uma abertura que viria a ser respalda somente pelo Concílio Vaticano II. Tais religiosos estavam sintonizados com as discussões a respeito do papel da igreja perante os desígnios da sociedade.

Em relação aos primórdios da fundação do território missionário, que se estende até 1955, ano da fundação do Comissariado Provincial do Paraná, as palavras são de sacralização, mas principalmente apresentam a ideia de sacrifício dos envolvidos. O Provincial dos carmelitas alemães em Bamberg ao escrever o prefácio do texto de Frei Knoblach *Os 25 anos da Província dos Carmelitas da Província Germaniae Superioris no Brasil*, ressalta que:

Nos estatutos da nossa Província art. 106 lê-se: “Através do trabalho pastoral dos nossos confrades no Comissariado brasileiro a Província manifesta sua responsabilidade de cristianização do mundo”. Esta declaração da Província foi feita em 1973, Frei Ulrico antecipou este compromisso, quando ele no dia 1º de setembro de 1951, portanto há 25 anos, celebrou a primeira missa em Paranavaí.[...] Com isso naquela hora foi lançada a raiz do nosso Comissariado. [...] Não foi muita ousadia de Frei Ulrico assumir sozinho uma paróquia maior do que algumas dioceses da Alemanha? Uma paróquia, à qual pertenciam mais ou menos 50 localidades (cidades) espalhadas numa grande região. Somente algumas havia uma capela. Aquilo que foi exigido nos primeiros anos dos nossos padres, tanto física como psicologicamente, não está escrito. Frei Ulrico havia morado alguns anos no Norte do Brasil, mas tudo aquilo que os nossos padres jovens, que foram ao Brasil nos primeiros anos, tiveram que passar é digno de reconhecimento e admiração. (KOTSCHNER, 1976, p. 02)

Acredito ser possível olhar para Frei Ulrico como um porta-voz autorizado. Pensando a partir de Bourdieu (1983), Frei Ulrico estaria inserido no campo de legitimação que ocorre quando os seguidores acreditam na legitimidade e autoridade de quem as exerce. O “discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor (BOURDIEU, 1983, p. 06). A imagem de porta-voz autorizado aparece nos textos dos demais freis carmelitas, de modo que não posso assegurar se essa imagem foi uma construção de seus pares, ou a população católica o percebia assim. No entanto, no processo de investigação para essa pesquisa a partir de relatos de integrantes da Igreja Católica, pude perceber que Frei Ulrico conseguiu consolidar sua autoridade religiosa em meio aos leigos que conviveram com ele. Não pretendo assegurar que a aceitação desse discurso se estendia a

toda a população da região noroeste do Paraná, ela era circunscrita à sua área de atuação, e por aqueles que legitimavam seu poder pelo sentimento de identificação entre sacerdote e leigo. Sentimento possível em razão da postura do religioso, que soube conjugar a sua posição de articulador do processo de institucionalização do catolicismo, em Paranaíba, com os anseios da população católica ansiosa pela presença efetiva de um religioso.

Apresento uma citação do texto de Certeau (2006) *Una figura enigmática*, no qual o autor aponta o religioso como uma figura intrigante. Segundo o autor a vida religiosa não encontra justificção fora de sua existência, para aquele que se propõe a vivê-la, só existe sentido se for vivida dentro dessa crença:

Lo que la define no es el beneficio de la sociedad o el provecho que de ella extraerá el religioso, sino un acto: el acto de creer.
El poeta no escribe para tener un público o debido a las rentas que tal vez le produzca su libro. Lucha y juega con las palabras por necesidad, *porque no puede hacer otra cosa*. Sin duda, otro tanto es preciso decir ante del religioso, así como del creyente o de muchas otras “vocaciones”. El religioso no puede vivir sin eso, cualesquiera que sean los riesgos o los modos de vida que dicho reconocimiento acarreará, cualesquiera que sean también las formas necesariamente particulares-psicológicas, intelectuales, socioculturales- adoptadas por dicha urgencia (CERTEAU, 2006, p.27-28).⁵²

A citação de Certeau oportuniza pensar que apesar de toda a motivação pelo monopólio dos bens de salvação, submerso a este desejo por poder está, uma força que arrebatava homens e mulheres, indiferentemente se seus propósitos são religiosos ou não. Essa força pode ser apontada como a crença em alguma simbologia. Com isso quero dizer que não dá para explicar a instalação e as ações dos missionários carmelitas em Paranaíba, apenas como uma luta por poder. A esses religiosos correspondia uma força motriz que alinhava suas ações em prol de suas crenças.

Minha intenção neste primeiro capítulo foi pontuar informações a respeito dos freis carmelitas, a fim de entender o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente apresentei as variedades de escrita de si, das quais ouço seus sussurros, suas vozes e seus gritos, esperando para serem ouvidas. Na sequência apresentei uma resumida biografia de alguns missionários

⁵²O que define a crença não é o benefício da sociedade ou o benefício que dela extrairá o religioso, mas um ato: o ato de crer.

O poeta não escreve para ter público ou pela possível pela renda que seu livro pode gerar. Ele luta e brinca com as palavras por necessidade, *porque não pode fazer de outra coisa*. Sem dúvida, o mesmo deve ser dito perante o religioso, assim como o crente ou muitas outras “vocações”. O religioso não pode viver sem ela, quaisquer que sejam os riscos ou modos de vida que tal reconhecimento acarrete, quaisquer que sejam as formas necessariamente particulares - psicológicas, intelectuais, socioculturais - adotadas por tal urgência (CERTEAU, 2006, p.27) -28).

carmelitas, na tentativa de mostrar que esses religiosos encontraram no Brasil um contexto diferente daquele que conheciam na Alemanha, e que o contexto levou-os a qualificar os costumes e as práticas dos habitantes da região de Paranaíba como não condizentes com o catolicismo institucional como veremos adiante.

Por fim, ao falar sobre a vinda dos freis carmelitas em missão apresentei a hipótese – a qual persigo ao longo da pesquisa - sobre o quanto a presença dos carmelitas de Bamberg tornou-se um elemento construtivo no processo civilizador de Paranaíba e região.

3. DOM SIGAUD E OS CARMELITAS: RELAÇÕES INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Cada pessoa nesse turbilhão faz parte de determinado lugar. Tem uma mesa à qual come, uma cama em que dorme; até os famintos e sem teto são produtos e componentes da ordem oculta que subjaz à confusão. Cada um dos passantes, em algum lugar, em algum momento, tem uma função, uma propriedade ou trabalho específico, algum tipo de tarefa para os outros, ou uma função perdida[...] (ELIAS, 1994, p. 21)

3.1 DOM SIGAUD: CONSERVADOR?

O capítulo trata da relação entre Dom Sigaud, bispo da Diocese de Jacarezinho, cidade do norte pioneiro do Paraná, e os membros da Ordem do Carmo, estabelecidos em Paranavaí, município da região noroeste do estado.

Em 1947 Dom Sigaud assumiu o bispado da Diocese de Jacarezinho que abrangia as cidades de Campo Mourão, Cornélio Procópio, Londrina, Apucarana, Maringá e Paranavaí, portanto, uma vasta área que contava com mais de dois milhões de habitantes.



Imagem 01: Divisão regional do norte do Paraná. Disponível em: <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/download/public/arquivos/documentos/160/2018/12/12/KG7NoB8ETuacgOo1Q9MDFV06DJzmRaGEQErCbIrm.pdf> Acesso em: 27 maio 2020.

Os carmelitas instalaram-se em Paranavaí com o aval do bispo, porém, questiono se os missionários carmelitas destoavam, na prática, das orientações ultramontanas de Dom Sigaud, ou conseguiram seguir as normatizações orientadas pelo bispo. Isto pensado em razão dos carmelitas serem alinhados com a visão ultramontana de Dom Sigaud, por tradição, mas em razão das particularidades da região de Paranavaí, tomaram atitudes não autorizadas pelo bispo.

Para entender o questionamento a respeito da orientação de Dom Sigaud e a postura dos carmelitas à frente da Igreja em Paranavaí, é necessário apresentar Dom Sigaud e pontuar

os conceitos que permearam o contexto histórico do século XX. Refiro-me a pontuar os conceitos – tais quais, romanização, tradicionalismo, progressismo e, porventura, movimentos como o Integralismo, a TFP e a Teologia da Libertação – e não os discutir, mesmo porque não é esse o objetivo deste estudo. O objetivo é identificar as idiossincrasias de Dom Sigaud, a fim de compreender a orientação com a qual o bispo manipula a trajetória da Igreja em formação no Paraná, e concomitantemente, a postura dos carmelitas perante a comunidade e mediante o conservadorismo do bispo.

Dom Geraldo de Proença Sigaud foi o terceiro a ocupar a cadeira bispal na Diocese de Jacarezinho. Nascido na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, em 26 de setembro de 1909, filho de Paulo da Nóbrega e Maria de Proença, o bispo é irmão do artista plástico Eugênio de Proença Sigaud. Geraldo Sigaud realizou seus estudos primários em Belo Horizonte, posteriormente entrou na Congregação do Verbo Divino, no qual cursou Filosofia. Terminou doutorado em Teologia em 1932 na Universidade Gregoriana, em Roma. No dia primeiro de maio de 1947, em São Paulo, foi ordenado bispo e em 04 de maio tomava posse da ampla Diocese de Jacarezinho. Em 1948 inaugurou, em Joaquim Távora, o Colégio São José das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família; em 08 de outubro de 1949 inaugurou a Catedral Diocesana⁵³ (SILVA JÚNIOR, 2006). (EVANGELISTA, 2012). O lema episcopal de Dom Sigaud era *De per Matrem*⁵⁴. É notável nas paróquias da Diocese de Jacarezinho a importância dada a devoção Mariana⁵⁵ (SILVA, 2008).

Dom Sigaud é nacionalmente conhecido por suas posições conservadoras. Foi um ferrenho combatente das ideias comunistas. Em seu livro, *Catolicismo Anticomunista*, demonstra total repúdio à ideologia comunista. Esse livro é composto de 102 questões/respostas, todas elas demonizando tudo o que faz referência ao comunismo. Como exemplo cito a questão 01 do livro, na qual Dom Sigaud argumenta:

1. Que é o comunismo?

O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho,

⁵³ SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da. **Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961)**. 2006. 95 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis; DIOCESE DE JARAREZINHO. História. Disponível em : <https://diocesejacarezinho.org/diocese/historia/>. Acesso 17/10/2018.

EVANGELISTA, Luciana de Fátima Marinho. **O artista e a cidade: Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho-PR (1954-1957)**. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

⁵⁴ Do latim: A Mãe.

⁵⁵Cf. SILVA, Tiago Vidal da. **Devoção Mariana na Diocese de Jacarezinho: alguns apontamentos**. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/vidal-tiago.pdf>. Acesso em: 18/10/2019

bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade. (SIGAUD, 1963, (n.p.).

A edição do livro (1963) é posterior ao episcopado de Dom Sigaud em Jacarezinho. No entanto, é necessário ressaltar que essas ideias não foram gestadas abruptamente, foram construções realizadas a partir das inúmeras socializações ao longo da existência do bispo. Digo inúmeras socializações porque a intervenção dos fatores sociais é um dos elementos presentes na formação do indivíduo, mas não seu determinante singular.

Há um contraponto à polêmica sobre o indivíduo e a sociedade, oportunizado por Norbert Elias (1994) e Roger Chartier (1998). O indivíduo produto e produtor de sua realidade, contemplado a partir de estruturas rígidas de pensamento, é uma tese desconstruída por Chartier (1998) na medida em que argumenta a respeito da diversidade de pensamentos, comportamentos, personalidades que convivem num mesmo espaço temporal, sob as mesmas criações sociais e são identidades singulares, indivíduos plenos no convívio pluralizado do social. Na esteira do pensamento de Elias, Chartier (1998) enceta uma reflexão sobre a evolução das sociedades humanas a partir de três pressupostos: a evolução biológica, a evolução social e a evolução do indivíduo que vivencia uma história distinta, individual. Essas categorias entrelaçadas formam uma rede de reciprocidades que resulta em percepções e ações individuais, modificando o jogo social. E não tanto por determinação das objetividades e concretudes biológicas e socioeconômicas, mas por posições refratárias aos esquemas mentais e psicológicos, por isso a história de cada um, e a visão de cada um, serem distintas. Independentemente das determinações sociais cada indivíduo absorve e reage de maneira única diante de situações compartilhadas. Segundo Chartier, em “cada formação, as interdependências existentes entre os sujeitos ou os grupos distribuem-se em séries de antagonismos, instáveis, móveis, equilibrados, que são a própria condição da sua possível reprodução” (CHARTIER, 1998, p. 102).

Elias (1994) oportuniza pensar a relação indivíduo e sociedade para além de um “eu” destituído de um “nós”, e vice-versa, afinal, sociedades enquanto “somatórias de indivíduos” é um conceito facilmente diluído pelas diferenças regionais e temporais entre as sociedades.

A sociedade, como sabemos, somos todos nós, é uma porção de pessoas juntas. Mas uma porção de pessoas juntas na Índia e na China formam um tipo de sociedade diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha; a sociedade composta por muitas pessoas individuais na Europa do século XII era diferente da encontrada nos séculos XVI ou XX. E, embora todas essas sociedades certamente

tenham consistido e consistam em nada além de muitos indivíduos, é claro que a mudança de uma forma de vida em comum para outra não foi planejada por nenhum desses indivíduos (ELIAS, 1994, p. 13).

Assim como a arquitetura de uma casa não pode ser calculada pela média dos tijolos que a compõem, ou a composição de uma canção conceituada pelas notas musicais isoladas, as instituições que compõem uma sociedade não podem ser avaliadas como formações desconectadas, que atendem a esse ou a aquele conjunto social; tampouco, o conjunto social entendido como uma simples soma de vontades e necessidades de indivíduos. São complexidades implicitamente interligadas que, nas palavras de Elias, “dão origem a uma unidade de potência maior, que não pode ser compreendida quando suas partes são consideradas em isolamento, independentemente de suas relações” (ELIAS, 1994, p. 16)

Considero essa reflexão importante porque me isento da responsabilidade de conceituar Dom Sigaud como um conservador, ou mesmo classificá-lo por um homem de direita, e aos carmelitas atribuir postura oposta. Minha proposta, nesta pesquisa, é entender o processo histórico de instalação da Igreja católica no Paraná do século XX, analisando as representações impulsionadas pela figura do bispo enquanto líder e portador de uma vertente política no seio da Igreja e sociedade. Por conseguinte, identificar o papel exercido pelos carmelitas, grupo religioso mais próximo das bases da comunidade católica, no processo civilizador da sociedade paranavaense. Por isso, considero oportuna a reflexão de Norbert Elias (1994) sobre as interdependências entre o indivíduo e a sociedade, pensando as representações que estabelecem e são estabelecidas pela relação indivíduo/sociedade, nem sempre harmoniosas, lineares ou congruentes. Na maioria das vezes, conflituosas, porque nem sempre a sociedade produz o que foi pensado pelo indivíduo, e dizer que o indivíduo pensa o que a sociedade determina é desconsiderar a complexidade humana.

A oportunidade que o historiador tem de analisar o fato histórico, com uma distância temporal, após ter-se concluído, não dá a ele o direito de enquadrá-lo a um molde previamente preparado. Pelo contrário, a distância do historiador do fato ocorrido oportuniza estudar os percalços, analisar os objetos contrários, os conflitos e desfechos, de modo a extrair-lhe o sentido, o caldo cultural produzido pela relação indivíduo e sociedade. Construir a narrativa, ou “fazer história”, não é emoldurar o acontecimento, fazendo-o caber dentro da moldura prevista. É propiciar a leitura do acontecimento passado, diversa e continuamente:

Arrancado do mundo da ação pelo arquivo, o historiador reinsere-se nele ao inscrever seu texto no mundo dos seus leitores; por sua vez, o livro de história faz-se

documento, aberto à série de reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de revisão (RICCOEUR, 2007, p. 247).

A História está em contínua revisão, e essa revisão é posta pelos sujeitos de determinados contextos diferentes. Para pensar o lugar social do indivíduo inserido no sistema de relações institucionais cabe pensar a identidade do sujeito, enquanto indivíduo. Stuart Hall (2006), num estudo sobre a identidade cultural do indivíduo na pós-modernidade, pontua as diversas construções identitárias, características dos específicos modos de sociedades interpostas aos períodos históricos. Hall (2006) também oportuniza pensar hermenêuticas constituídas pelas ciências datadas historicamente. A princípio, a congruência desse estudo está na possibilidade de perceber que a identidade do sujeito diz respeito às Ciências Sociais na medida em que não há como separar o indivíduo de sua atuação social. A ninguém interessa o indivíduo – aquele ser único – caso não seja vislumbrado dentro do universo das relações humanas e suas reverberações institucionais. Para tanto, Hall distingue três concepções de identidade do sujeito: sujeito do Iluminismo; sujeito sociológico; sujeito pós-moderno. Em síntese, o que separa o sujeito da Idade Média do sujeito da era pós iluminista é a identidade do indivíduo mediante o contexto social. Sendo assim, o sujeito sociológico – acentuado por esse autor adepto dos Estudos Culturais – manifesta um “eu” interior “formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, pp. 10-11).

A interação contínua e metamorfoseada do indivíduo e a sociedade dá conta de explicar que o processo civilizador não pode ser impulsionado pela soma das racionalidades, senão seria projeto e não processo. Elias explica:

Claro que “civilização” não é, nem o é racionalização, um produto da “ratio” humana ou o resultado de um planejamento calculado a longo prazo [...] Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada “racionalmente” através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem (ELIAS, 1993, p. 193).

Conquanto, ao se pensar no empenho de Dom Sigaud por fundamentar a constituição da Igreja Católica, Apostólica e Romana sob as bases ultramontanas, como pressuposto da construção civilizacional na região de sua influência, não se pode considerar como uma deliberação e propósito isolados. Mas, há de se considerar que os propósitos do bispo (e demais bispos posteriores) e a ação dos carmelitas são partes de um mesmo processo; e que ao

somarem-se a outros tantos grupos, desencadearam a conformação da sociedade paranavaense.

3.2 DOM SIGAUD, CONSERVADORISMO E MODERNIDADE: INDIVÍDUO E SOCIEDADE EM MEIO AO PROCESSO CIVILIZADOR NO PARANÁ

Dom Sigaud foi ordenado sacerdote em Jerusalém, e após lecionar Teologia em Steyl, e de volta ao Brasil, foi professor em Santo Amaro, São Paulo (EVANGELISTA, 2012, p. 41-42). Em 1947 assumiu a Diocese de Jacarezinho. Cabe pensar o contexto político do Brasil e do mundo, também as vertentes do catolicismo nesses meados do século XX para entender os posicionamentos de Dom Sigaud no Paraná.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo processo de reconstrução da Europa, dilacerada pela expansão do nazismo e a II Guerra Mundial, e o acirramento da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, reverberando na bipolarização mundial. O medo da destruição do mundo pela corrida armamentista e a ameaça nuclear se manteve por gerações: “[...] num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da “destruição mútua inevitável” [...] impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização” (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

Na América Latina, os golpes militares contra governos democratas alinharam os países à ordem estadunidense. De fato, em 1964 no Brasil, o golpe civil e militar contra o presidente João Goulart instalou o regime militar sob a bandeira do combate ao comunismo, e sob a tutela da Central de Inteligência Americana - CIA (GASPARI, 2014, vl. 1), (HELLER, 2014, pp. 64-74).

Em meio às turbulências políticas da primeira metade do século XX, o Paraná expandiu-se territorial e economicamente, ampliando fronteiras a noroeste do estado, momento em que é delineado o processo civilizador de Paranavaí e região⁵⁶ (SILVA, 2014, pp. 23-70). Localizado a noroeste do Paraná, em 1950 o município caracterizava-se como espaço em vias de ocupação. Conhecida como Norte Novíssimo, a região - última do Paraná a passar pelo processo de ocupação efetiva – vivenciava o ápice da colonização.

⁵⁶ Cf.: Silva, Paulo Marcelo Soares. **História de Paranavaí**. Paranavaí: Fundo Municipal de Cultura, 2014.

O implemento colonizador deu-se a partir das companhias colonizadoras, com destaque para a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)⁵⁷. A relevância das Companhias Colonizadoras para o processo civilizador nacional e regional é inegável; foi a partir do fomento dado por elas que a imigração europeia, e a migração nacional, tornaram-se elementares na constituição das sociedades esparsas pelo Brasil. Motivadas pelo conceito de lucro, mediante a passagem do sistema escravocrata para o trabalho livre, as Companhias de Colonização objetivaram o ganho duplicado. Primeiro com a introdução do trabalhador provindo de outras regiões para suprir a demanda de mão de obra. E segundo, com a venda de lotes para os colonos; terras as quais tomaram posse mediante acordos com o Estado e as elites governantes, desconsiderando as populações nativas e caboclas que as habitavam (OLIVEIRA, 2015, pp. 13-40).⁵⁸

As relações conflituosas que se estabeleceram na região Norte e Norte Novíssimo⁵⁹ do Paraná por questões de posse da terra são memoradas por Crestani (2015). Ao fazer o estudo de caso nos municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi, o historiador oportuniza pensar os conflitos agrários na região Oeste do Paraná: “pensando sua construção num duplo processo, ou seja, os que querem dominar e os que dominam os espaços regionais e a formação de uma elite regional que, por meio do discurso regional, se afirma (sic) politicamente” (CRESTANI, 2015, pp. 46-47).

⁵⁷ A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), em 1951, ano em que passa a diversificar seus investimentos, passa a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (CHIES; YOKOO, 2012, p. 35).

⁵⁸ A análise de Giani Vendramel de Oliveira (2015) a respeito do papel desempenhado pela Companhia de Agricultura, Imigração E Colonização (CAIC) traça um perfil sobre a relevância das Companhias Colonizadoras para a introdução da mão de obra assalariada e do sistema de colonato no Brasil.

Cf.: OLIVEIRA, Giani Vendramel. A Companhia de Agricultura, Imigração E Colonização (CAIC) E O Processo Imigratório No Estado De São Paulo (1928-1936). In: PRIORI, Angelo. BERTONHA, João Fábio. **IMIGRAÇÃO e colonização: conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX**. Guarapuava: Unicentro, 2015, pp. 13-40.

⁵⁹O Norte Novo do Paraná, compreende uma região que vai desde o rio Tibagi até as proximidades de Maringá, foi colonizada principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná entre os anos de 1930 e 1947. O Norte Novíssimo compreende a região que se estende das proximidades de Maringá até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abrange toda a margem direita do rio Piquiri. O processo de (re) ocupação dessa região iniciou-se aproximadamente a partir de 1940, até 1960. Uma questão importante a ser destacada em relação a terminologia “Norte do Paraná”, segundo Tomazi (1999), é a clivagem norte/sul do Paraná, que foi “construída” a partir de vários segmentos sociais, e também por autores da academia. O autor destaca que essa construção discursiva, procura-se afirmar a “existência de um sul e de um norte que possuem ‘identidades’ diferentes. (TOMAZI, 2004, p. 60). Segundo o autor o principal motivo para a criação dessa clivagem foi um suposto esquecimento do governo estadual em relação a região norte do Paraná, o que levou a tentativa de criação do estado do Norte do Paraná. In: TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Org DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá: EDUEM, 1999, p.51-85.

Quando se fala em (re) ocupação no noroeste do Paraná, duas problemáticas bifurcam o contexto: a ocupação do território e a colonização impulsionadas pelos grupos econômicos e as companhias colonizadoras⁶⁰, e a questão das idiossincrasias da Igreja Católica, instituição presente e determinante como agente moralizador.

Na expansão interiorana do estado, abordada pela história oficial como a modernização, desconsiderou-se os conflitos oriundos da ocupação de uma região onde não havia o vazio demográfico propagandeado pelas empresas colonizadoras, conforme apresentam os autores:

Ao contrário do que a historiografia oficial construiu a respeito da ocupação do interior do Paraná, como se esta ocupação tivesse ocorrido de forma pacífica, este livro tem por meta mostrar a existência de violentos conflitos pela posse da terra, bem como desmistificar a ideia de vazio demográfico construído pela historiografia paranaense ao tratar dessa ocupação (GUILHERME e RAMPATTO, 2015, p.09).

A Igreja Católica, presente desde a longa história de disputa pelo território por espanhóis e portugueses, preação e escravização dos povos indígenas que habitavam a região, protagonizou essa história assumindo papel em defesa e evangelização dos indígenas por meio das Reduções, desde finais do século XVI. No século XX, quando o cenário tornou-se outro, a Igreja assumiu outro papel, com novas proporções e outros ensejos. Nesta pesquisa, pretendo enfatizar a segunda questão, ou seja, problematizo a ação da Igreja, que por intermédio de suas lideranças – bispais e grupos religiosos – interveio como agente de um projeto civilizador para a sociedade, e o quê, na prática, a sociedade sintetizou, convencionou e instituiu. Com base em Certeau, busco entender o posicionamento da instituição para a formação moral e religiosa da sociedade, e como esse discurso é formalizado, e normatizado por seus agentes diretos no seio da sociedade (CERTEAU, 1982, pp. 136-186).

Se o Norte Novíssimo vivenciava a expansão sociopolítica e econômica, a Igreja administrada pelos carmelitas também crescia. Paradoxalmente, a postura política de Dom

⁶⁰ A concessão à BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio) começa com o decreto nº 10.432 de 9 de novembro de 1889, do Governo Imperial, com base no decreto nº 816, de 10 de julho de 1855. A partir do que, a concessão passa para outras companhias: Companhia Chemins de Fer Sud Oest Brésiliens. Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil e, pelo decreto do governo nº 1386, de 6 de maio de 1893, dá-se nova transferência, desta vez para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande, subsidiária da Brazil Railway Company. Finalmente, em 1920 a Companhia São Paulo-Rio Grande outorga à Companhia Brasileira de Viação e Comércio – Braviaco, a concessão das terras. Cf.: Silva, Paulo Marcelo Soares. **História de Paranavaí**. Paranavaí: Fundo Municipal de Cultura, 2014, p. 33-34.

Sigaud coincidia com a visão ultramontana de sociedade, ou seja, a Igreja Católica, com base em Roma, apresentava um projeto civilizador contrário às ideias modernizantes. Nesse sentido, caberia aos bispos e padres combaterem qualquer ideia contrária ao poder do papa, nesse aspecto os padres deveriam reconduzir os católicos aos ensinamentos cristãos e seguirem as normas pregadas por Roma. O ultramontanismo primava pelo conservadorismo de suas doutrinas e, ao mesmo tempo, mantinha-se reacionário em relação aos avanços da modernidade. O movimento ultramontano é inicializado com o papa Pio VII (1800-1823) em resposta às grandes mudanças pelas quais passava a sociedade. O ideário ultramontano centralizava a ação da Igreja em Roma e decretava a infalibilidade do papa; tinha no medievo o modelo ideal de organização social, política e econômica, e o objetivo de recristianizar a sociedade, colocando a Igreja como centro do equilíbrio social (MANOEL, 2004, p. 45).

Gizele Zanotto e Cândido Rodrigues (2013) oportunizam pensar a Igreja Católica como uma instituição multifacetada, apesar de centralizada e hierárquica, capaz de abrigar movimentos que manifestam formas de “catolicismos” adaptáveis às diversidades sociais. Portanto, permitem pensar a instituição como um elemento sempre em movimento, como é a vida em sociedade. Na síntese de Beired (2013),

A poderosa atração exercida pelas ideias tradicionalistas e autoritárias não foi unívoca e conviveu de forma contraditória com posições modernizantes e democráticas, sugerindo que o campo católico é atravessado por divisões similares às do restante da sociedade (BEIRED, 2013, pp. 11-12).

A conjuntura permite situar Dom Sigaud entre os agentes de uma das visões dos vários catolicismos conviventes no seio da Igreja: a visão ultramontana, como proposta moralizante para o processo de construção da civilização no interior do Paraná, no qual nesse momento [...] o clero regular seria essencial para a mudança de hábitos do clero secular (MARIN, 2009, pp. 163-165). Outra vertente de pensamento e conduta política, gerada no seio da Igreja, representada por setores progressistas que anteviam para a sociedade um projeto de ascensão das classes populares e trabalhadoras, contrapunha o ultramontanismo. Essa corrente catolicista foi denominada Teologia da Libertação, sendo que o viés ideológico e a ação direta na sociedade tomavam por pressupostos as decisões do Concílio Vaticano II, de uma Igreja optante pelos pobres e oprimidos. O Concílio Vaticano II aconteceu no período de 1962 a 1965, aspirando pelo diálogo da Igreja com a sociedade afetada pelas transformações ocorridas com o advento da modernidade: “O Concílio Vaticano II não foi

convocado para propor novos dogmas, mas para reformular a fé em linguagem nova, de maneira compreensível para o fiel.” (ANDRADE, 2012, p. 29)

A Igreja, como instituição religiosa e política, sempre esteve presente na história do Ocidente e onde os ocidentais lograram fazer história. Desta feita, não poderia isentar-se de acompanhar o curso dos acontecimentos; portanto, sua intervenção dicotômica (Igreja tridentina/Igreja progressista) refletiu um contexto internacionalmente estabelecido pelas relações da era moderna. Não obstante, a Igreja posicionou-se (e posiciona-se) de uma maneira conexas a realidades localizadas, adequando-se ao contexto de cada sociedade, à cada conjuntura instituindo estratégias. Cerneau (1998) esclarece a respeito das estratégias institucionais terem a habilidade de perpetuar a instituição e agregar valores (nem sempre positivos) à sociedade:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se pode gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do outro. Gesto da modernidade política, científica ou militar (CERTEAU, 1998, p. 99).

Atenta ao contexto do mundo bipolarizado por capitalismo versus socialismo, a Igreja, por meio de suas vertentes ideológicas, disputou a liderança da sociedade. Por um lado, os documentos papais conclamavam a resistência aos avanços modernizantes, alegando a deterioração social pela perda dos princípios cristãos. Em 1864 o papa Pio IX escreveu a Carta Encíclica advertindo “Sobre os Erros do Naturalismo e Liberalismo”⁶¹. Pio IX admoesta que o Naturalismo e o Modernismo vieram desfazer a concórdia e união entre a Igreja e o Estado; dar ao indivíduo o direito à liberdade de consciência e culto; retirar a supremacia da doutrina religiosa sobre a razão nas esferas jurídicas, impedindo a doutrina cristã atuar sobre a ordem civil. Além de pôr fim à influência da Igreja na formação e educação da juventude. São esses os “males” elencados por Pio IX que embasam o caput dos estatutos do Ultramontanismo: Reagir contra as heresias da Modernidade. Carneiro (2013) traça um breve histórico sobre os documentos papais dos séculos XIX e XX, apontando dois documentos como determinantes nessa linha de pensamento, a Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891

⁶¹Pio IX. Carta Encíclica. **Sobre os erros do Naturalismo e Liberalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1947, pp. 3-7.

promulgada pelo Papa Leão XIII, e a Encíclica *Quadragesimo Anno*, promulgada pelo Papa Pio XI em 1931: “[...] que reiteraria a condenação do comunismo e da plutocracia e defenderia a restauração do corpo social, como reafirmação da Encíclica de 1891.” (CARNEIRO, 2013, p. 61)

No Brasil, entre as décadas de 1930 e meados de 1960, a Igreja – enquanto instituição – estava alinhada com o poder de Estado; a aliança favorecia a instituição frente às religiões e religiosidades oponentes, como o protestantismo e, ou, a Umbanda, por exemplo. Ao mesmo tempo, o discurso de poder beneficiava-se da doutrina de pacificação e submissão à qual o povo resignava-se. Mezzomo (2012) esclarece que a aliança comprometia a Igreja de modo a colocá-la numa posição atuante em defesa do Estado:

O alinhamento da Igreja junto à ordem pós 1930 não significou apenas uma defesa política conjuntural, integrante de uma episódica aliança com o poder emergente. Na medida em que a hierarquia católica, sob o comando do cardeal Dom Sebastião, hipotecava solidariedade a Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), comprometia-se, na prática, com os desdobramentos que nos campos social e econômico passavam a ser implementados pelo novo poder (MEZZOMO, 2012, p. 95).

A ação da Igreja, nesse período, orientava-se pelos princípios da disciplina, da autoridade e da ordem social; a visão tridentina, ou ultramontana, encontrava na política autoritária, ditatorial, ressonância no combate ao modernismo ancorado no liberalismo ou no comunismo.

Dom Sigaud foi um expoente dessa visão; certamente tinha a concepção de que a missão da Igreja seria reconquistar a “ordem natural” desfeita pelo avanço secular, e que as vozes dissidentes estariam ludibriadas pela Modernidade. Fecundo Cersósimo define o ideal tradicionalista da Igreja:

Además de la centralidad otorgada la Iglesia, creían también en la existencia de una verdadera “Tradición”, cuya sustancia residía en la Doctrina definida dogmáticamente por aquella y transmitida por la sucesión apostólica a través de los siglos. La misma podía enriquecerse, pero nunca cambiarse, transmutarse ni reformularse, ya que “Dios no cambia”. De allí que el término tradicionalista sea utilizado por grupos y personalidades católicas para autodenominarse defensores de la dicha “Tradición” (CERSÓSIMO, 2013, pp. 247-248).⁶²

⁶²Além da centralidade concedida a Igreja, acreditavam também na existência de uma verdadeira “Tradição”, cuja substância residia na Doutrina por ela definida dogmaticamente e transmitida pela sucessão apostólica ao longo dos séculos. A Igreja poderia se enriquecer, mas nunca mudar, transmutar ou reformular-se, visto que “Deus não muda”. Assim, o termo tradicionalista é utilizado por grupos e personalidades católicas para se autodenominarem defensores da dita “Tradição” (CERSÓSIMO, 2013, pp. 247-248, tradução nossa).

No livro *Catolicismo Anticomunista* (Dom Sigaud, 1963), a questão 102 aborda se a justiça social manda que todos sejam iguais em fortuna e posição social. Dom Sigaud argumenta que não, pois se “todos os indivíduos e famílias fossem iguais seria uma injustiça social, porque importaria na destruição da liberdade, da iniciativa privada e do direito dos filhos a herdar dos pais. A boa sociedade católica e humana é desigual, hierarquizada” (SIGAUD, 1963, n.p.). Dom Sigaud legitima a permanência da desigualdade social como pressuposto para o bom funcionamento da sociedade. Dom Sigaud, ao que indica seu texto, parece conceber que a desigualdade social era uma questão de autopreservação social e da própria Igreja institucionalizada.

A primeira metade do século XX foi marcada por duas guerras mundiais, a eminência de uma nova ordem social com o advento do socialismo, a ascensão do nazismo na Alemanha, do fascismo na Itália, e de suas nuances periféricas – como foi o caso do Movimento Integralista no Brasil. São ocorrências que acirraram as diferenças das pessoas no modo de pensar a sociedade, entre as quais, os intelectuais e as lideranças religiosas. A elite eclesiástica, fincada nas posições anticomunistas dos papas⁶³, propiciava a zona de conforto para Dom Sigaud, que recebera sua formação sacerdotal em Roma. Num momento em que o discurso universal admoestava o “novo”, a Igreja procurava manter seu tradicionalismo apregoando uma “neocristandade”.

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e que se imiscuisse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Através do modelo da neocristandade, a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. Em poucas palavras, o modelo da neocristandade era uma forma de se lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma (MAINWARIN, 2004, p. 43).

O conceito de neocristandade conservadora abarcava a finalidade da ala tradicionalista – ou conservadora – da Igreja em impor os princípios cristãos aos mecanismos de manutenção da ordem econômica, política e social. Mediante a impossibilidade de conter as transformações sociais, as elites católicas avançaram, delineando um projeto de neocristandade aliançada à concepção desenvolvimentista e nacionalista do Estado,

⁶³ O Papa Pio XI (1922-1939), na **Encíclica Divinis Redemptoris**; o papa Pio XII (1939-1958) escreveu contra o comunismo entre outros documentos o *Decretum Contra Communismum* em 1949; papa João XXIII (1958-1963), nas Encíclicas *Mater Et Magistra* (1961) e *Pacem In Terris* (1963). Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/index_po.htm. Acesso em 24/10/2020.

consonante à era Kubitschek (1956-1961), conforme esclarece Mezzomo: “ O reordenamento social fez-se inspirado no corporativismo. Nesse projeto, Estado e Igreja prestavam-se mútuo auxílio” (MEZZOMO, 2012, p. 98).

Em relação a Diocese de Jacarezinho, segundo Silva Junior (2006), esta viveu uma tardia neocristandade⁶⁴ atrelada ao bispado de Dom Sigaud:

Os projetos da Igreja da neocristandade acabam se esvaziando na medida que não foram capazes de se adequarem a uma realidade sócio-cultural (sic) que de certa forma representava uma ruptura com a “ordem” buscada. Parte do clero vai compreender os “novos tempos” e buscar alternativas para lidar com esta situação. A criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) foi importante neste contexto. Uma minoria conservadora de bispos continuaria a temer qualquer mudança na Igreja ou negar a fazer qualquer concessão aos “modernistas”. Sem dúvida, D. Geraldo Sigaud era um dos mais intransigentes representantes desta ala (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 49).

Oliveira aponta que Dom Sebastião Leme foi responsável pela organização do laicato brasileiro na década de 1920, oportunizando a ascensão de lideranças católicas intelectuais, como Jackson de Figueiredo (1891-1928), e na criação do Centro Dom Vital, em 1922 (OLIVEIRA, 2016, pp. 88-98). O Centro Dom Vital movimentou os intelectuais católicos, principalmente por meio da revista “A Ordem”, arregimentando um movimento político em defesa dos interesses da Igreja frente ao Estado. O Centro Dom Vital, ramificado por vários estados brasileiros, exerceu função de ponto de partida para a formação de outros movimentos, inclusive, mantendo membros em comum com a Ação Integralista Brasileira. Zanotto complementa:

A década de 20, em especial, foi marcada pela criação e estímulo a movimentos eclesiais de reação ao positivismo, liberalismo, comunismo, materialismo, ateísmo, e outros ismos, tidos como contrários aos desígnios de Deus. Entre eles foram destaques a revista A Ordem, fundada em 1921, e o Centro Dom Vital – cuja estratégia de ação “visava constituir lideranças capazes de pressionar o Estado de modo a tornar mais ampla a influência na sociedade.” (ZANOTTO, 2012, pp. 37-38)

Em 1922, na Encíclica *Ubi Arcano Dei*, o Papa Pio XI (1922-1939) delega ao clero e aos leigos o estabelecimento de um movimento mundial denominado Ação Católica, para cumprir o objetivo de recristianizar as nações. No Brasil, Dom Sebastião Leme inicializa a Ação Católica Brasileira (ACB) em 1935. “O papel inicial da Ação Católica Brasileira (ACB)

⁶⁴ De maneira geral, a neocristandade conservadora é entendida como um modelo religioso que pode ser datado, aproximadamente a partir de 1916, momento em que D. Leme assume o arcebispado da Arquidiocese de Olinda –posteriormente chamada de Arquidiocese de Olinda-Recife- e escreve sua famosa Carta Pastoral de saudação a seus diocesanos, e supostamente teve seu auge durante o governo de Getúlio Vargas.

foi a defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação política” (OLIVEIRA, 2016, p. 94).

O incentivo dado pela cúpula da Igreja aos intelectuais católicos no rumo de implantar uma matriz laicizada comprometida com o projeto civilizador cristão-católico propiciou a inserção desse segmento no debate político nacional, abrindo chancelas para a sustentação de fortes movimentos direitistas, como foi, de fato, o embasamento ideológico da Ação Integralista Brasileira. Parte da intelectualidade católica, respaldada nesse movimento idealizado por Plínio Salgado (1895-1975)⁶⁵, tivera decisiva atuação na sociedade, pertinente ao projeto cristianizador (BERTONHA, 2014).

Confortada pela Igreja, a elite intelectual católica “se considerava único segmento da sociedade com capacidade para oferecer respostas aos problemas do país” (ZANOTTO, 2012, p. 39). Em 1960 Plínio Côrrea de Oliveira fundou a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Plínio tinha por lema a defesa da ação católica, coordenada sob única orientação, a Igreja de Roma:

Deste modo, a gênese da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) deve ser diretamente relacionada com este movimento elitista que orientou o revigoramento do movimento católico no país na primeira metade do século XX, assim como a atuação de seu líder fundador, Plínio Côrrea de Oliveira (1908-1995), expoente da recristianização nos meios paulistas (ZANOTTO, 2012, pp. 39-40).

Obstante as idiosincrasias da Igreja, que no percurso histórico desenvolve suas estratégias de permanências e rupturas, as lideranças católicas também movimentam-se, expressando avanços ou retrocessos no modo de pensar e agir. “Táticas do consumidor” – diria Certeau, que ao analisar o que os indivíduos ou grupos sociais fazem com o que lhes é ofertado pelo sistema, demonstra que as pessoas produzem sempre algo inusitado:

Produtores desconhecidos, poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, os consumidores produzem uma coisa que se assemelha “às linhas de erre” de que fala Deligny. Traçam “trajetórias indeterminadas”, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado, onde se movimentam (CERTEAU, 1998, p. 97).

Alceu Amoroso Lima, sucessor de Jackson de Figueiredo (1893-1983), expoente da direita católica por mais de uma década, esteve à frente da Ação Católica, até se pronunciar

⁶⁵ Intelectual, jornalista, escritor, líder político e idealizador do movimento integralista brasileiro (Ação Integralista Brasileira).

revisor da postura de direita assumida pela Igreja, e voltar-se para uma visão de catolicismo aberto, reformista, democrático:

Para cúmulo se estabelecera pouco a pouco a convicção de que Deus “estava à direita” e que a opção entre Esquerda e Direita coincidia literalmente com a opção por Deus ou contra Deus, por Cristo ou contra o Cristo, pela Igreja ou contra a Igreja. Certo é que muitos indícios permitiram a confusão, pois na ausência de um conhecimento mais profundo do verdadeiro espírito da Igreja, muitas consciências puríssimas, muitos caracteres retos, muitos homens de boa vontade, desejosos de servirem à sua Fé, aderiam aos partidos políticos da extrema direita, como se fossem a própria expressão da Palavra Divina. Não é menos certo, também, que Pio XI, o grande Papa que o nosso Cardeal tanto admirou e que pagou na mesma moeda a veneração dele recebida, é certo que Pio XI lançando a Ação Católica, fora e acima dos partidos políticos, dera a todo o orbe católico a indicação do verdadeiro caminho a seguir na tremenda crise de perplexidade que agitava o mundo desde o fim da guerra de 14. A Igreja recusava a sua incorporação a um dos extremos do anfiteatro político. Não se considerava, nem à esquerda, nem à direita. Colocava-se no seu verdadeiro e único lugar possível – no centro e acima de todas as divisões acidentais de ordem política (LIMA, 1943, p. 146 apud OLIVEIRA, 2016, p. 96).

Importante ressaltar o processo político e social catolicista no Brasil, anterior ao Concílio Vaticano II, para entender a correlação de forças presentes no cenário nacional. É no contexto de reordenamento da Igreja no Brasil, em meio aos conflitos entre a esquerda e a direita no cenário político, que foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – (1952), reverberando numa modernização da ação pastoral (MEZZOMO, 2012). São passos dados pela Igreja em consonância às transformações sociais.

Analisando os intelectuais católicos, com ênfase no movimento Integrista”⁶⁶ Stela Niero (2017) disserta sobre diversidade de orientações teológicas dentro da Igreja, acrescentando que,

Dentro deste contexto começa a se organizar dentro da Igreja formas díspares de se posicionar perante aos acontecimentos. Alguns intelectuais católicos apresentam-se mais favoráveis à modernização, buscando conciliar sua posição teológica com as novas ideias e outros recusam as ideias modernizadoras contrárias aos seus princípios conservadores (NIERO, 2017, p.26).

Representantes da Igreja progressista procuraram organizar as comunidades de base, os operários e a juventude em movimentos de conscientização e participação contra as mazelas sociais resultantes da exploração capitalista, numa linha paralela aos acontecimentos

⁶⁶ Cf.: “Por integristas entende-se os católicos que apresentam ideias conservadoras em relação à modernidade, e se inserem dentro do tradicionalismo católico. Tais atores buscam preservar os ideais da fé “integral” no qual não há separação da vida religiosa e social. Além disso, afirmam que o catolicismo é a única religião verdadeira e que somente ele é capaz de garantir a coesão social” (NIERO, 2017, p. 11).

mundiais. Este contexto, construído no decorrer do primeiro meado do século XX, reverberou na reformulação conceitual do papel da Igreja cristã perante a sociedade:

A partir desse momento, e mais ainda após as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), a Igreja Latino-americana tomará o termo *Povo de Deus* e o especificará como sendo sinônimo de multidões empobrecidas ou, como os próprios membros da Igreja denominam, as multidões de oprimidos (ANDRADE, 2012, p. 30).

A proliferação das mazelas sociais, a crescente identificação das massas empobrecidas das economias periféricas com o protestantismo, e por outro lado a disseminação de crenças “místicas” entre os populares, no entendimento do catolicismo, foram fatores que estiveram presentes no repensar da Igreja, nos meados do século XX:

Estão incluídas como influências internas do campo religiosos o Cristianismo de Libertação: o surgimento de novas correntes teológicas da Alemanha e da França, como de Rahner, Calvez, Congar e Lubac, entre outros; novas formas de cristianismo social, com as experiências dos padres operários e da economia humanista de Lebrecht; uma abertura crescente a preocupações da filosofia moderna e das ciências sociais; o pontificado de João XXIII e a realização do Concílio Vaticano II (MEZZOMO, 2012, p. 99).

Dom Geraldo Sigaud rejeitava a ala progressista católica com tanta convicção quanto rejeitava a ideologia comunista, tendo em vista que esses conceitos misturavam-se numa prática que, somente com uma relativa distância dos fatos ocorridos, tornou-se possível entender as diferenças seminais entre comunismo e catolicismo progressista. A própria definição de intelectualidade católica progressista confundia-se com os pressupostos da teoria marxista, conforme explica Niero:

Por progressistas os intelectuais da revista *Hora Presente* entendiam ser os católicos que buscavam adaptar as práticas religiosas aos avanços e mudanças oriundos da sociedade moderna, principalmente aqueles que buscavam no marxismo e nas ideologias socialistas as bases para um novo catecismo e uma nova forma de evangelização. Este modelo distanciava-se da perspectiva mais sobrenatural do cristianismo e buscava valorizar mais seu aspecto comunitário, o Cristo “homem”. Tais intelectuais progressistas eram vistos pelos intelectuais da *Hora Presente* como aqueles que se envolviam na “luta pelos pobres e oprimidos” e no incentivo a uma figura de clero que deveria liderar a luta contra as injustiças sociais. (NIERO, 2017, p.11)

A rejeição pelos progressistas católicos foi registrada por Dom Sigaud na questão 13 do Catecismo Anticomunista (1963):

13. Para conquistar o poder, que faz a seita comunista com referência à Igreja Católica?

a) Procura persuadir os católicos de que não há oposição entre os objetivos da seita e a doutrina da Igreja. Procura até apresentar as idéias (sic) comunistas como a realização da doutrina do Evangelho.

b) Procura criar uma corrente intitulada de “católicos progressistas”, “católicos socialistas” ou “católicos comunistas”, para desorientar e desunir os católicos.

c) Procura atirar as organizações católicas contra os outros adversários naturais do comunismo, como os proprietários, os militares, as autoridades constituídas, para dividir e destruir os que se opõem à conquista do poder pelo Partido Comunista.

d) Favorece as modas e costumes imorais para minar a família e portanto, a civilização cristã da qual a família é viga mestra.

e) Mantém nas nações cristãs a sociedade em constante agitação, fomentando antagonismo entre as classes, as regiões do mesmo país, etc. (SIGAUD, 1963, n.p.)

A conduta de Dom Sigaud correspondia à oficialidade, à cúpula da Igreja. Enquanto exerceu bispado na Diocese de Jacarezinho manteve o propósito de confluir a sua pessoa o desenvolvimento religioso e civilizador em sua circunscrição eclesiástica. Suas atitudes frente ao contexto mundial e do país, e às normativas da Igreja, correspondiam ao projeto que a Igreja mantinha para a sociedade. Desejosa de manter as rédeas sociais, a Igreja temia os ideais liberais e as ideais comunistas e, em conformidade, Dom Sigaud sentia-se ameaçado pela modernidade⁶⁷. Sentia-se intimidado pelas mudanças pelas quais a sociedade passava, por isso a tentativa de legitimar o espaço da figura do bispo reafirmando a sua importância para o bom desenvolvimento da sociedade. Nas palavras de Dom Sigaud:

O Bispo deve ser o centro da vida religiosa da Diocese é êle (sic) o sacerdos magnus. Vós sacerdotes, sois os seus delegados, vós fiéis, sois suas ovelhas. Ele é o Mestre, em comunhão com o Mestre Infalível na terra, o Santo Padre, o Papa. Ele é o Pastor, em dependência do “Supremo Pastor. Por meio do Bispo, Cristo Jesus governa as almas: o que ligardes na terra será ligado no céu; o que desatardes na terra, será desatado no céu (Mat. 18,18) Ele é a fonte do poder sacerdotal. Os sacerdotes espalhados pela Diocese, nas paróquias, conventos, capelas, dele receberam seu admirável poder” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA DE LOANDA, 1956, pp. 6-7).

A citação anterior foi retirada da Quarta Carta Pastoral sobre a criação das dioceses de Londrina e Maringá. O documento oferece a possibilidade de perceber como Dom Sigaud pensava a hierarquia pastoral. Mostra a sua aversão ao modelo projetado pelos avanços no modo de pensar a sociedade, já que este trazia implícito a separação do poder religioso do poder secular. Precisamente, projeta àquilo que Dom Sigaud acreditava ser o papel do papa,

⁶⁷ BERGER, Peter; Luckman, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido a orientação do mundo moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004; HERVIEU- LÉGER, Danièle. A religião despedaçada – reflexões prévias sobre a modernidade religiosa. In: **O peregrino e o convertido – a religião em movimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 31-56. MARTELLI, Stefano. A Religião na Sociedade Pós-Moderna. São Paulo: Paulinas, 1995; MENOZZI, Danielle. **A Igreja Católica e a Secularização**. São Paulo: Paulinas, 1999;

bispos e membros eclesiásticos da Igreja Católica. Trata-se de um discurso no qual o bispo reitera a importância da infalibilidade papal.

Dom Sigaud invoca a importância dada a figura do bispo. Essa posição é reiterada nas palavras do frei Ulrico, que para alcançar seus propósitos prometia a visita do bispo:

Para conseguir construir o mais breve possível uma capela em outros locais eu prometia a visita do Bispo. Como o nosso bispo é muito querido pelo povo obtive excelentes resultados com este método. Entre os muitos exemplos cito: no Guaritá, um lugarejo pertencente à minha paróquia, celebrava a missa primeiramente debaixo de uma lona de caminhão e mais tarde numa pequena escola, que nós mesmos havíamos construído. Mas não se podia ficar assim por muito tempo. Após ter sido determinado o terreno para a capela sob certas desavenças, prometi a visita do nosso bom Bispo se a capela de 14x7m ficasse pronta em mais ou menos três semanas. Isto despertou um fervor e um tamanho entusiasmo como eu raramente tinha visto. O pessoal roçou, queimou e trabalhou dia após dia até tarde da noite. O trabalho foi coroado de êxito: em apenas três semanas a cúpula estava pronta. Quando o Bispo chegou para a bênção deu para esta capela o nome de "Capela Relâmpago" (GOEVERT, [1957] 1992, pp. 49-50).

A narrativa indica a comunhão existente entre o bispo e o carmelita. Mas, para além disso, o processo evangelizador, institucionalizador e civilizador é colocado em prática pelo carmelita que estava mais próximo da comunidade. A construção de capelas, em cada povoado que surgia, marcava o espaço da instituição no centro do espaço embrião da urbanização – pressuposto do processo civilizador (ELIAS, 2011).

Essa presença da Igreja seguia o processo de ocupação da região de Paranavaí. A temática foi pensada a partir de Aquino (2012) e Castillo (1997), trazendo os conceitos de diocesanização e paroquialização. São conceitos ligados intrinsecamente, ou seja, a fundação de novas dioceses e paróquias estão interligadas, pois a criação de novas dioceses ocorre, de maneira geral, quando há um significativo aumento de paróquias/paroquianos e em contrapartida o “número de paróquias aumenta à medida que se criam novas dioceses” (CASTILLO, 1997, p. 106).

Em relação ao conceito de diocesanização Aquino aponta:

[...] a diocesanização do catolicismo no Brasil, como parte de um movimento internacional de reorganização da Igreja Católica Apostólica Romana em um contexto de profundas transformações sociopolíticas, apresentou-se na condição de estratégia eclesiástica fundamental para ampliar a presença da Igreja na sociedade brasileira, respondendo às demandas da Cúria Romana e as necessidades sociopolíticas e religiosas específicas de cada unidade federativa da república brasileira (AQUINO, 2012, p. 95).

A conceitualização de Aquino (2012) vai ao encontro da projeção de Frei Ulrico para sua paróquia. Ou seja, o movimento apontado por Aquino de reorganização da Igreja Católica a partir da criação de dioceses, no rumo de se tornar mais presente em meio à sociedade, estava assimilado por Frei Ulrico. Sua tática, utilizando-se da figura do bispo para provocar nas pessoas um sentimento de proximidade com os bens de salvação (BOURDIEU, 2011), espelhou a estratégia profícua da Igreja Católica.

Nessa mesma linha de pensamento, no entanto em contextos diferentes, trabalha Castillo. São dois processos que estão conectados com o processo de expansão e institucionalização da Igreja Católica, porém, o conceito de diocesanização está ligado ao espaço urbano, enquanto paroquialização ao meio rural:

Ao usar o termo “paroquialização”, queremos relevar um processo de institucionalização eclesial da vida e organizações da religiosidade do povo, que tem como um dos seus principais objetivos “reformatar” as tradições, práticas e costumes do catolicismo tradicional brasileiro, adequando-os ao catolicismo romano. A “paroquialização” permite a presença e a influência da Igreja hierárquica junto a uma população, especialmente no mundo rural, que durante séculos elaborou criativamente sua religiosidade à margem das instituições clericais (CASTILLO, 1997, p. 92).

Portanto, os dois conceitos expressam estratégias de aproximação do crente à figura do bispo e a figura do padre, agentes responsáveis por incutir na população práticas religiosas ambicionadas pelo catolicismo ultramontano.

Segundo Hervieu-Léger (2008), o que é novo nas sociedades modernas não é o fato de que os homens possam ou não se aterem à determinada religião, mas o fato de que “a pretensão que a religião tem de reger a sociedade inteira e governar toda a vida de cada indivíduo foi-se tornando ilegítimo, mesmo aos olhos dos crentes mais convictos e mais fiéis” (HERVIEU- LÉGER, 2008, p. 34). Foi o receio de perder relevância que Dom Sigaud absorveu, ocasionando que sua identidade permanecesse integrada ao propósito do catolicismo conservador.

Mas como identificar práticas ultramontanas no implemento colonizador de Paranavaí? Em Paranavaí o processo de ocupação e urbanização foi tardio em comparação a determinados espaços brasileiros⁶⁸. Em meio a esse contexto, havia a necessidade da

⁶⁸Comparado a outras regiões do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, o processo de ocupação da região norte do Paraná foi tardio, nesse sentido a própria Igreja Católica também demorou em administrar esse território. BRITO, Maria Eliane. **A Romanização no Espírito Santo: D. João Nery (1896-1901)**. 2007. 196f. Programa de Pós-Graduação em História Social: Universidade de São Paulo, 2007; SOUZA JÚNIOR, José Pereira de. **Estado Laico, igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas religiosas (1890-1930)**. 2015.233 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2015; ROMANO, Cristina de

comunidade manter proximidade com agentes sagrados. A liderança religiosa que se estabeleceu foram os carmelitas, providos da mentalidade alemã e do projeto missionário imbuído pela visão civilizadora europeia.

3.3 A REGIÃO MISSIONÁRIA CRESCE: AS ORIENTAÇÕES CATÓLICAS EM MEIO AO PROCESSO CIVILIZADOR EM PARANAÍ

O livro escrito por Frei Ulrico Goevert, *História e Memórias de Paranavaí* (1992), menciona Dom Sigaud já nas primeiras páginas. Segundo relato de Frei Ulrico, o bispo oportunizou aos carmelitas a abertura de uma região missionária em Paranavaí. Ao descrever o encontro com o bispo, Frei Ulrico esclarece que o seu desejo era ter uma região onde desenvolver missão. Acentua que a receptividade do bispo veio ao encontro dos seus anseios, a partir do quê, deu-se uma relação de respeito e admiração por seu superior:

Após dar-me a bênção (sic) episcopal, ele pediu-me, para sentar-me e apresentar os meus desejos. Entreguei-lhe a carta de apresentação do seu amigo, Frei Jerônimo, e os documentos de Roma e Bamberg. Depois de ter lido os papéis, o bispo me disse num alemão correto: "Os seus superiores parecem ter grande confiança no senhor e eu quero unir-me a eles neste sentido. Ajudá-lo-ei por amor à Mãe de Deus. É compreensível que ao ouvir estas palavras o meu coração bateu como o rabo de um cordeirinho. Ele levantou-se de sua cadeira e conduziu-me até o mapa da sua enorme diocese. Mostrou-me cinco cidades com paróquias vagas e disse-me: "Aqui, escolha uma para o senhor! "

Eu respondi que confiante colocaria a nova fundação em suas mãos, pois ele deveria saber bem onde eu poderia satisfazer os desejos dos meus superiores. Após uma reflexão ele me disse: "Eu tenho ainda uma paróquia, que é a maior da minha diocese, terra nova onde tudo deve ser organizado. E esta tem uma superfície de 12.000 km². Chama-se Paranavaí.

Decidi rapidamente e respondi ao meu novo bispo: "Então é esta que eu quero e por amor à nossa Ordem eu peço para o senhor me entregá-la. O bispo apertou-me a mão e disse: "A paróquia pertence à Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Ajoelhado beijei o anel de sua excelência e pedi sua bênção (sic). Lágrimas de agradecimento apareceram-me nos olhos [...] (GOEVERT,[1957] 1992, pp. 11-12)⁶⁹

Como pode ser observado, existia uma relação de cordialidade, de respeito. Frei Ulrico esteve à vontade na presença do bispo e, ao partilharem o idioma nato do frei, parece que sentimentos nostálgicos afloraram no carmelita. Aliás, partilhar um idioma é um dos aspectos mais importantes para se sentir acolhido; acredito ser esta uma experiência que cria

Toledo. **Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920.** 2007. 261f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2007.

⁶⁹ Em nota de rodapé o tradutor colocou a seguinte passagem: Frei Ulrico contava que o bispo ainda disse: "É um lugar para onde ninguém quer ir. Nem os capuchinhos quiseram aceitar esta paróquia".

laços. Quando se está distante da pátria de origem há necessidade de falar algumas expressões idiomáticas, que são naturais aos que são íntimos da língua natal.

Obviamente, Frei Ulrico após 15 anos no Brasil já havia aprendido e apreendido o português, ou seja, quando estava a dialogar com Dom Sigaud, o frei carmelita tinha domínio do português, assim como dos costumes brasileiros. Contudo, o fato do bispo dirigir-se a ele em alemão demonstrou-lhe intimidade, isto é, um diálogo direcionado para o campo de conforto de Frei Ulrico, resultando na cumplicidade entre os dois religiosos.

Problematizar a relação entre o bispo de Jacarezinho e o frei carmelita emerge da necessidade de mostrar que a parceria estabelecida entre o poder eclesiástico e os religiosos carmelitas convinha aos dois lados. A relação era amistosa:

Durante o almoço na casa de madeira do meu querido amigo Benedito Borin, que faleceu pouco tempo depois, até cerveja apareceu sobre a mesa. Naquela época eu, todavia, não tomava cerveja por causa de uma promessa que havia feito num momento em que corria grande perigo de vida. Quando sua excelência perguntou-me o motivo da minha abstinência de cerveja e dei-lhe a minha explicação, ele me disse: "Escute, Frei Ulrico, eu sou agora o seu Bispo e como tal vou mudar a sua promessa. Assim em lugar de ficar sem tomar cerveja o senhor terá que rezar anualmente uma santa missa pelas almas do purgatório". Eu acho que as almas do purgatório estão muito contentes com a troca... e eu também estou" (GOEVERT, 1992, pp. 49-50)

Essa cumplicidade era necessária para a sobrevivência do projeto religioso e civilizador. Dom Sigaud precisava que os carmelitas desempenhassem um bom trabalho em sua região eclesiástica. E os carmelitas necessitavam que o projeto missionário iniciado por eles tivesse êxito para a permanência da própria Ordem na região de Paranavaí.

A devoção Mariana é outro ponto em comum entre carmelitas e seu bispo. Um dos nomes⁷⁰ da ordem do Carmo é: Ordem dos Irmãos da Bem Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo⁷¹. Frei Ulrico a partir de suas experiências faz uma leitura da devoção a Maria e como essa devoção iniciou-se:

À bondade do coração junta-se no brasileiro um grande e profundo amor devocional por Maria. Um amor tão marcante não se encontra em nenhum outro país. Os mais efusivos e altos títulos ele acrescenta à Mãe de Deus. Ele a chama de "Nossa Senhora" ou também de "Maria Santíssima". A padroeira e rainha do Brasil é "Nossa

⁷⁰ A Ordem do Carmo é conhecida como: Ordem dos Carmelitas Calçados, Ordem Carmelitana da Antiga Observância ou ainda Ordem dos Irmãos da Bem Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo

⁷¹ Cf. MINGA TONETTI. Júlio Cesar. **Nossa Senhora Aparecida: a nova padroeira do Brasil: diálogos sobre a devoção popular e a romanização**. São Paulo: [s.n.] 2019. 144 p.; AQUINO, Maurício de. **A nós suspiramos neste trem da vida: catolicismo, criação religiosa e identidade na devoção a Nossa Senhora Aparecida do Vagão Queimado de Ourinhos S.P. (1954-2006)**. 208 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis- UNESP (Universidade Estadual Paulista) Assis, 2007.

Senhora Aparecida belo e estranho é como o povo brasileiro chegou a esta invocação. Visto que a história se baseia num fato histórico e caracteriza tão bem a piedade do povo, quero rapidamente contá-la: Em 1717 um pescador lançou sua rede no rio Paraíba, mas ao tirá-la da água, não acreditou no que via, pois em vez de peixes uma imagem de Nossa Senhora estava na rede. Não era uma obra de arte, mas só uma simples estátua de terracota. Quem a tinha feito e como ela chegou na sua rede? Ele não achou resposta para sua pergunta, mas viu nela um sinal da Mãe de Deus para tomar a imagem sob a sua proteção e venerá-la. Na sua simples casinha de pescador guardou a imagem de Nossa Senhora. A notícia do miraculoso acontecimento espalhou-se muito depressa e o povo deu à imagem o nome de "Nossa Senhora Aparecida". A devoção cresceu muito entre o povo de fé. Sob frequentes atendimentos de pedidos foi ali construída uma capelinha e em 1745 a primeira igreja. Cem anos mais tarde começou-se a construção do atual santuário. Com o decorrer do tempo, o povoado, ao qual deu-se o nome de Aparecida do Norte, tornou-se o maior santuário do Brasil (GOEVERT, 1992, p. 34).

Interessante como os movimentos conservadores aproximam suas bandeiras à imagem de Maria. No entanto, Frei Ulrico demonstra sensibilidade com a vida do povo, suas histórias, suas devoções. Não somente pela maneira como descreve a devoção popular à Nossa Senhora Aparecida, mas, também quando se posiciona sobre a opressão sofrida pelos trabalhadores nas questões da posse da terra.

No Norte Novíssimo houve violentas disputas territoriais. O grileiro, o fazendeiro e os pistoleiros protagonizaram o processo de ocupação da região de Paranavaí. Com os olhos voltados para o contexto específico, Frei Ulrico descreve a realidade:

Muitos casos de assassinatos aconteceram por motivo de terra e direito de posse. [...] Isto acontece, quando por exemplo, para um mesmo pedaço de terra se cruzam de repente dois ou mais legítimos proprietários. Cada um deles apresenta um pretenso documento legal e reivindica a terra para si. Um não quer ceder e o outro faz a mesma coisa. O fim da discussão é o revólver que aqui resolve tudo. Com razão pergunta-se como podem várias pessoas possuírem documentos legais para as mesmas terras? Existem também documentos muito antigos e que ninguém tinha conhecimento. A terra não era habitada antes e ninguém tinha interesse em colonizá-la. [...], mas quando a região é aberta e desmatada, chegam as pessoas com seus documentos de propriedade do século passado sendo que o Estado já repassou essa terra para algumas colonizadoras. Estas, por sua vez, venderam-na em pequenas parcelas aos colonos, portanto temos assim dois legítimos proprietários. Muitos colonos são atingidos por esse tipo de injustiça e acabam se revoltando entre si (GOEVERT, 1992, p. 53).

Consciente das demandas de sua região, o carmelita descreve como surgiram os documentos arrolados aos conflitos pela posse da terra:

Como surgiram estes documentos antigos, do século passado? Uma grande parte destes foram emitidos no tempo do imperador Dom Pedro II. Quando a Guerra do Paraguai (1865 (sic)-1870) terminou, como o caixa imperial estava vazio, as tropas vencedoras foram pagas com terras legalmente documentadas. Uma outra fonte de documentos antigos: quando foi feito o levantamento topográfico do nosso Estado do Paraná, alguns corajosos engenheiros-topógrafos colocaram-se voluntariamente à

disposição. Durante meses moraram na mata virgem, percorreram rios e enfrentaram todos os perigos. Com a conclusão do difícil trabalho o governador doou-lhes alguns 10.000 alqueires de mato. O tempo foi passando, o mato cortado e colonizado e ninguém imaginava que a terra havia sido doada.

Existem casos de documentos falsos cuja falsidade não se tem como provar. Há também os casos das pessoas que compraram terras por muito dinheiro, para aplicarem o seu capital e receberam documentos falsos. Agora, que a terra está colonizada, eles se interessam naturalmente pela "sua" terra e fazem valer o seu direito.

Graças a Deus que a situação, entretanto, melhorou. O Estado agora intervém, colocando seus funcionários públicos nos locais bastante povoados. Se hoje alguém chega com documentos antigos e quer expulsar de sua fazenda um proprietário de boa fé (sic), então ele deve - se tiver em mãos uma prova bem concreta de propriedade - pagar todas as benfeitorias efetuadas na discutida fazenda. Muitas vezes a soma é tão alta que ele prefere desistir e se retirar.

Uma outra causa pela qual podem acontecer conflitos de terras: uma colonizadora fraudulenta diz que cerca de 20.000 alqueires pertencem a ela e vende a gleba em pequenas partes de 5 ou 10 alqueires por um preço barato. A colonizadora tem, por exemplo, sua sede em São Paulo, muito longe do local, e o comprador não tem talvez até mesmo interesse concreto de cultivar logo a sua terra. Ele quer só adquirir para especular e vendê-la alguns anos mais tarde por um preço muitas vezes maior. Ou se a terra for colonizada e ele quiser nela se estabelecer, vai até lá e vê que já está "ocupada". Reclamação junto aos serviços públicos não dá em nada. Rindo lhe dizem: "o senhor é mais uma das inúmeras vítimas desta colonizadora fraudulenta. O senhor realmente teve azar". E com isto o caso está resolvido.

Se houver conflito por causa da posse da terra e acabar em tiroteio, nem sempre são os implicados que lutam um contra o outro. Muitas vezes são contratados elementos sujos para este trabalho de "justiça". A boca do povo deu-lhes o nome de "capangas" (GOEVERT, 1992 p. 26-27).

Essa narrativa apresenta a situação desregrada da região de Paranavaí pela posse da terra. Lembrando que era uma narrativa produzida para ser lida na Alemanha pela comunidade católica de Bamberg e que apresenta a região e os problemas que os freis carmelitas enfrentavam. Mais à frente Frei Ulrico relata:

Um destes, da pior qualidade, chamava-se João Pires. Que magnífico nome! Quantas vidas-humanas este Pires tinha na sua consciência não sei dizer. Durante anos pensei em silêncio: Espera um pouco, seu Pires, e chegará o teu dia de cair liquidado no chão! E acertei. Num determinado dia o Pires encontrou seu justiceiro. Gravemente ferido foi trazido para Paranavaí em cima de um caminhão. Apesar de ter levado muitos tiros, conseguiu sobreviver por algum tempo e pediram-me para ministrarlhe os últimos sacramentos. Fiz a minha obrigação sacerdotal. Algumas horas mais tarde ele levantou-se da cama e chamou o médico. Quando este apareceu, pediu-lhe para curá-lo até o ponto de estar em condições de se vingar do seu inimigo e poder matá-lo a tiros. Isso não era um bom propósito diante das portas da morte. De repente arregalou os olhos e gritou desesperado: "Ali vem o diabo para me buscar!" Depois disto caiu de volta na cama e estava morto.

Um dos seus "colegas" tinha o nome "Gustavo, o grande brigão". Algumas histórias horripilantes o povo contava sobre ele. Numa determinada noite também ele encontrou, conforme sua categoria, o seu fim: o seu próprio motorista deu-lhe tiros à queima-roupa. Quando no dia seguinte fui levado para o sepultamento e dei uma olhada no quarto do falecido, em sua casa, deparei-me em lugar de uma cruz, que em vão procurava, com o cano de uma pistola (GOEVERT, 1992, p. 27).

Que Frei Ulrico tivesse, declaradamente, um lado a defender mediante os conflitos é bem provável que não. Talvez fosse cauteloso. No entanto, ao descrever os acontecimentos para os pares alemães o frei demonstra a indignação diante das injustiças. Cumpre com suas obrigações enquanto representante do sagrado, surpreende-se com a incapacidade dos pecadores converterem-se e reproduz a crença de que os pecadores são punidos com morte trágica. Mas, qual seria o posicionamento na prática de seu ministério? Como frei Ulrico se dirigia ao povo, como desenvolvia suas homilias? É sabido que o frei dirigiu os carmelitas no rumo da implementação de escolas e outros benefícios próprios do processo civilizador, na região. Mas, que tipo de orientação Frei Ulrico aciona junto à comunidade? E quais eram as orientações do bispo a respeito dos conflitos pela posse da terra? Responder a essas questões é um dos desafios que lanço para o percurso desta pesquisa.

No início o território que corresponde a Paranavaí foi chamado de Fazenda Montoya (1928), em seguida de Fazenda Brasileira (1930) e, posteriormente, de Colônia Paranavaí. Este território teve colonização veiculada pelo Estado, o que ocasionou a insatisfação da Companhia Terras do Norte do Paraná (CTNP), pois, em virtude de se tratar de terras devolutas e de colonização oficial, os preços das propriedades nesse território eram menores em relação aos vendidos pela CTNP. (SILVA, 1987, p. 54). O município de Paranavaí foi criado pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, com território desmembrado de Mandaguari.

A migração para o norte do Paraná, e sua expansão, originando o Norte Novíssimo dizem respeito ao processo econômico cafeeiro baseado no colonato. As geógrafas Chies e Yokoo (2012) explicam que até a década de 1930 o café foi o principal produto econômico brasileiro, sendo a produção voltada para a exportação e, “o processo de colonização do norte paranaense está intrinsecamente relacionado à expansão da cafeicultura, sobretudo das terras mineiras e paulistas no final do século XIX” (CHIES E YOKOO, 2012, p.28).

O aumento populacional, devido à vinda de imigrantes e migrantes, é sentido pelos freis carmelitas. Por ser uma situação que lhes chamou a atenção relataram as transformações:

O Norte do Paraná era a “Terra Prometida” naquele tempo. De todos os cantos do Brasil e do mundo chegaram migrantes para conquistar esta “Terra Prometida”. O café era a grande ilusão e a planta promissora que devia deixar o colono rico dentro de pouco tempo. Sonhava-se bem alto. Com machado e traçador foi derrubada a mata virgem. Motosserra ou máquina semelhante não existia, apenas os braços dos nordestinos que derrubaram esta imensa região de mata virgem. Todos estavam contaminados pela febre do café. Por Paranavaí passavam diariamente caminhões de mudanças que iam adiante levando pessoas com vontade de abrir novas frentes, até às margens dos rios Ivaí, Paraná e Paranapanema. Estes três rios eram os limites da

paróquia de São Sebastião de Paranavaí. Novas cidades surgiam e as companhias colonizadoras abriam mais possibilidades para se adquirir terras em prestações. Dentro de poucos anos toda a região estava habitada. Cidades foram construídas e por toda parte brotou vida nova (FOERST, 2012, p. 03).

Ainda acerca do processo de (re)ocupação da região Frei Burcardo relata:

Povoados e cidades crescem do chão como cogumelos. E em todo lugar onde o café é plantado, já se sabe que num espaço de 3 a 4 anos a população deverá triplicar para poder dispensar os cuidados necessários a essa cultura. O bispo tem razão, nós temos a maior paróquia -não somente em extensão, mas também em número de almas. Tivemos nos meses de maio e junho 700 batizados, 350 por mês. No primeiro ano mensalmente eram feitos no máximo 80 a 90 batizados, no segundo ano subiu para 150 a 180. Assim o número duplicou e triplicou (BURCARDO, 1954, p. 55).⁷²

Na sequência apresento os dados dos censos demográficos do IBGE como referência para pensar a questão do rápido aumento demográfico que a região de Paranavaí enfrentou nesse período: 1950⁷³, 1960⁷⁴, 1970⁷⁵ e 1980⁷⁶. Esse material é rico pelas informações demográficas, socioculturais e econômicas que oferece.

Na região de Paranavaí a iniciativa governamental obteve bons resultados, apesar dos conflitos que cercearam os anos iniciais de ocupação do território. O censo de 1950 aponta uma população de 25.520 habitantes. Na década seguinte esse número sobe para 62.405, um aumento de 144,53%.

Tabela do número de habitantes da região de Paranavaí.

⁷²Publicado na Revista *Karmelstimmen* em novembro de 1954. Título original: “*Brasilien-Schwieriges Arbeitsfeld*”.

⁷³ IBGE. Censo Demográfico 1950. Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional, vol. XXVI - Estado do Paraná. **Censos Demográfico e econômicos**. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v26_pr.pdf. Acesso em 09/09/2019.

⁷⁴ Segundo o censo do IBGE de 1960, a região de Paranavaí era constituída dos seguintes municípios: Alto Paraná, Loanda, Nova Esperança, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranavaí, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, Tamboara e Terra Rica. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf. Acesso em: 12/09/2019.

⁷⁵ Segundo o IBGE de 1970 a microrregião de Paranavaí é compostas pelos municípios de: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaça, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaipoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n20_pr.pdf. Acesso em: 12/09/2019.

⁷⁶ Segundo o IBGE de 1980 a microrregião de Paranavaí é compostas pelos mesmos 28 municípios do censo de 1970. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n20_pr.pdf. Acesso em: 12/09/2019.

Censo	Total de Habitantes	Zona Urbana	Zona Rural	Homens	Mulheres
1950	25.520	1.874	23.646		
1960	62.405	_____	_____	33.544	28.861
1970	57.387	39.309	18.078	29.108	28.279
1980	65.286	54.664	10.622	32.255	33.031

Tabela nº01: Censo Demográfico Paranavaí.
Fonte: IBGE

A tabela nº 01 mostra o crescimento demográfico da população de Paranavaí ao longo das décadas de 1950 a 1980. Indica que a população dessa região, nas duas primeiras décadas de existência do município, esteve muito ligada às atividades do meio rural, mostrando assim a importância que a produção de café exerceu na região. A tabela permite analisar que a partir de 1970 houve um processo inverso de crescimento em relação ao espaço urbano e ao rural, o que conseqüentemente levou ao processo de urbanização de Paranavaí. O crescimento que a cidade vivenciou entre as décadas de 1950 a 1970, justifica a preocupação do poder eclesiástico em relação a impossibilidade de atendimento espiritual efetivo para boa parte dessas pessoas.

A tabela seguinte indica a expansão de Paranavaí a partir da chegada dos principais grupos étnicos de acordo com o IBGE.

Nacionalidade	1950	1960	1970	1980
Alemães	-	-	26	15
Japoneses	-	-	404	240
Portugueses	-	-	152	140
Espanhóis	-	-	108	46
Libaneses	-	-	39	46
Italianos	-	-	48	20
Poloneses	-	-	5	9
Russos	-	-	5	4
Argentinos	-	-	4	4
Austriacos	-	-	4	-
Sírios	-	-	4	-
Bolivianos	-	-	4	-
Paraguaios	-	-	-	13
Romenos	-	-	8	-
Uruguaios	-	-	-	5
Outros	-	-	42	?

Tabela nº 02: Principais grupos étnicos de Paranavaí 1970-1980
Fonte IBGE⁷⁷.

⁷⁷ IBGE. Censo Demográfico de 1950. Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional, vol. XXVI- Estado do Paraná. **Censos Demográfico e econômicos**. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v26_pr.pdf. Acesso em 09/09/2019

IBGE.Censo Demográfico de 1960. Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional, vol. I Tomo XIV- Estado do Paraná. **Censos Demográfico e econômicos**. Rio de Janeiro.

O censo de 1950 não aponta a numeração de estrangeiros segundo as nações de origem, pois a pesquisa não “foi realizada em 1950, em face das dificuldades decorrentes das alterações de soberania verificadas em consequência da última guerra mundial” (IBGE, 1955, p. XV). O censo de 1960 aponta o número de estrangeiros a nível de Paraná.

A cultura japonesa, em razão do número de imigrantes, teve uma expressiva participação no processo de constituição cultural de Paranavaí. Já no ano de 1952 os japoneses fundaram uma associação que posteriormente foi chamada de SPDC (Sociedade Paranaense de Desportos e Cultura). No ano de “1952 os japoneses que chegaram a Paranavaí não tinham facilidade para o convívio social, já que existia a barreira da língua e até da alimentação. Por isso, 37 imigrantes se juntaram e fundaram a associação⁷⁸ (DIÁRIO DO NOROESTE, 2012).

Expressão da participação nipônica em Paranavaí, a antiga Praça D. Pedro II pela Lei nº 1.264 de 1988 passou a se chamar Recanto do Japonês. Em 07 de maio de 2012 o prefeito José Rogério Lorenzetti sancionou a Lei Municipal 3.954 que altera a ementa e o artigo 1º da Lei Municipal de 1988, renomeando a praça por Recanto Japonês - Cidade de Toyohashi. A mudança veio em prol do desejo nipônico de tornar Paranavaí cidade coirmã da cidade Toyohashi, localizada no Japão⁷⁹.

Os japoneses fundaram em 1963 o Templo Budista Honganji de Paranavaí. Relatam descendentes japoneses que os primeiros imigrantes eram budistas e se reuniam em suas residências para a realização dos ritos. Ou seja, em meio ao processo de evangelização os carmelitas se depararam com grupos que não comungavam dos ideais cristãos de salvação. No

Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf. Acesso em 09/09/2019

IBGE.Censo Demográfico de 1970. Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional, vol. I Tomo XIX- Estado do Paraná. **Censos Demográfico e econômicos**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t19_pr.pdf. Acesso em: 09/09/2019

IBGE.Censo Demográfico de 1980. Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional, vol. I Tomo XIX- Estado do Paraná. **Censos Demográfico e econômicos**. Rio de Janeiro. Disponível em: IBGE.Censo Demográfico de 1980. Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional, vol. I Tomo XIX- Estado do Paraná. Censos Demográfico e econômicos. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n20_pr.pdf Acesso em: 09/09/2019

⁷⁸ Diário do Noroeste. **Homenagens marcam os 60 anos da SPDC**. 2012. Disponível em : <http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/paranavai/local/44005-homenagens-marcam-os-60-anos-da-spdc->. Acesso: 16/10/2019

⁷⁹ Diário do Noroeste. **Redescobrimo praças públicas, bosques, parques e memoriais de Paranavaí**. 2014. Disponível em: <http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/paranavai/local/57424-redescobrimo-pracas-publicas--bosques--parques-e-memoriais-de-paranavai>. Acesso: 17/10/2019

ideário dos carmelitas, somente a instituição católica poderia ser considerada uma religião. As demais manifestações eram vistas como seitas e, repudiadas. Segundo Frei Burcardo:

Do jeito que aqui no Brasil as cidades e povoações crescem como cogumelos nas florestas, assim também rápida e ameaçadoramente crescem as seitas. A ignorância religiosa é o melhor terreno para elas. [...] A nossa Paranavaí já tem dez diferentes comunidades religiosas. De mais a mais as seitas são consideravelmente apoiadas pelo dinheiro norte-americano, enquanto nós somos dependentes do resultado do próprio trabalho. A ignorância religiosa e a completa inexperiência levam a muitos as garras das seitas, antes de terem conhecido realmente a própria fé católica. Os ricos e os proprietários em geral estão filiados na maçonaria (LIPPERT, 2001, p.64).⁸⁰

O censo de 1950 não traz informações específicas em relação à quantidade de católicos na região de Paranavaí, pois nesse contexto, Paranavaí ainda não existia enquanto município e fazia parte de Mandaguari-PR. Mas partindo do censo demográfico de Mandaguari podemos ter uma noção do contexto religioso daquele momento. Consta que havia 89.771 católicos (apostólicos e romanos), 6.728 protestantes (esses protestantes não foram identificados por igreja) e 1.716 espíritas.

Considero necessário pontuar os conflitos da história regional, enfatizando a ação dos grupos imanentes ao processo civilizador, no rumo de entender a ação dos religiosos e a orientação de Dom Sigaud naquele momento histórico. Minha intenção é, no decorrer desta pesquisa, entender a orientação, mas também a prática da Igreja Católica na região missionária de Paranavaí. Afinal, destacando um trecho da fala de Dom Sigaud transcrita por Goevert: “Eu tenho ainda uma paróquia, que é a maior da minha diocese, terra nova onde tudo deve ser organizado. E esta tem uma superfície de 12.000 km². Chama-se Paranavaí” (GOEVERT, 1992, pp.11-12). Nas palavras do Bispo, a terra é nova, e tudo deve ser organizado. E qual foi a contribuição da Igreja para que “tudo” fosse organizado?

3.4 PRIMEIRAS AÇÕES CARMELITAS: PROCESSO CIVILIZADOR NA REGIÃO DE PARANAVAÍ

Uma das primeiras ações de Frei Ulrico foi tornar a igreja um elemento visível. Em seus relatos ele afirma que não era possível celebrar uma cerimônia religiosa dentro da igreja pois o telhado estava precário. Então uma de suas primeiras ações foi tornar o espaço passível

⁸⁰ Publicado na Revista *Karmelstimmen* em novembro de 1954. Título original: “*Brasilien-Schwieriges Arbeitsfeld*”.

de receber os fiéis. Posteriormente, Frei Ulrico encabeçou a construção de uma nova igreja (imagem 02). Frei Ulrico aspirou, a partir da reforma desse espaço, dar acesso aos bens simbólicos de salvação (BOURDIEU, 2011).



Primeira Igreja de Paranaíba	Segunda Igreja de Paranaíba
 <p data-bbox="229 972 756 1061">Igreja de Paranaíba na década de 1950. Fonte: <i>História e memórias de Paranaíba</i>, 1992, p.17</p>	 <p data-bbox="906 927 1378 1016">Antiga Igreja São Sebastião - construída em 1952 Fonte: Dom Wilmar Santin</p>

Imagem 02: Primeiras Igrejas de Paranaíba

A atitude de reformar a igreja, de modo a abrigar com segurança a comunidade católica, demonstra o zelo de Frei Ulrico pelo espaço sagrado e, atendendo à necessidade da comunidade católica, expandir seus horizontes. Dessa maneira, era necessário que o coletivo católico “como consumidores dotados de um mínimo de competência religiosa (*habitus* religioso) necessária para sentir a necessidade específica de seus produtos” (BOURDIEU, 2011, p. 59), percebesse a importância do espaço sagrado como pressuposto civilizador. Para tanto, impôs-se a necessidade de ensinar à comunidade católica a caminhar pelo viés institucional. Por esse viés, alinhar-se ao modo de pensar da Igreja e viver conforme à doutrina institucional, e não conforme à ignorância religiosa, tanto das seitas quanto das distorções do catolicismo, era imprescindível ao projeto que os carmelitas punham em ação.

Organizei a tabela seguinte por cidades/distritos e não por data crescente de realização das primeiras missas na região missionária. Com exceção de Paranaíba e Graciosa, as demais capelas foram criadas e construídas sob o intermédio dos freis carmelitas.

Cidades/distritos	Ano	Localidade
Paranaíba	1944	Paranaíba
Graciosa	1949	Paranaíba
Sumaré	1951	Paranaíba

Piracema	1954	Paranavaí
Monte Carmelo	1954	Paranavaí (Quatro Marco)
Santa Isabel do Ivaí	1953	Santa Isabel do Ivaí
Santa Cruz do Monte Castelo	1953	Santa Cruz do Monte Castelo
Rancho Alegre	1952	Querência do Norte
Querência do Norte	1953	Querência do Norte
Marco Zero	1954	Querência do Norte (Icatú)
Porto 3 Morrinhos	1954	Querência do Norte (3 morrinhos)
Monte Castelo	1953	Santa Cruz do Monte Castelo
Porto Rico	1954	Porto Rico
Porto São José	Não consta ano	Porto Rico
Loanda	1953	Loanda
Comur	1954	Planaltina do Paraná*
Planaltina	1954	Planaltina do Paraná
Areia Branca	1954	Marilena*
Marilene	1952	Marilena
Nova Londrina	1953	Nova Londrina
Itaúna	1953	Itaúna do Sul
Cintra Pimentel	1952	Itaúna do Sul*
Diamante do Norte	1954	Diamante do Norte
Ademar de Barros	1953	Adhemar de Barros (Terra Rica)
Terra Rica	1953	Terra Rica
Cristo Rei	1952	Paranavaí
Guairaça	1952	Guairaça
São João do Caiuá	1951	São João do Caiuá
Alto Paraná	1951	Alto Paraná
Tamboara	1952	Tamboara
Três Perovas	1952	Tamboara
São Carlos do Ivaí	1953	São Carlos do Ivaí
Suruguá	1951	Paraíso do Norte
Paraíso do Norte	1951	Paraíso do Norte
Jurema	1953	Amaporã

Tabela nº 03: Primeiras missas realizadas na região missionária de Paranavaí.

A tabela nº04 demonstra as sete localidades (excetuando São Sebastião), e respectivas capelas criadas pelos freis carmelitas alemães, apoiados por Dom Sigaud. No entanto, essas capelas quando tornaram-se paróquias foram assumidas por outras ordens religiosas.

Quantidade	Paróquia	Localidade	Data de criação
01	São Sebastião	Paranavaí	30/11/1949
02	Santo Antônio de Paula	Alto Paraná	16/03/1952
03	São Pio X	Nova Londrina	01/11/1955
04	Nossa Senhora Aparecida	Loanda	01/04/1955
05	Nossa Senhora Aparecida	Paraíso de Norte	01/11/1955
06	Santo Antônio de Pádua	Tamboara	01/11/1955
07	Santo Antônio de Pádua	Terra Rica	01/11/1955
08	São João Batista	São João do Caiuá	01/11/1955

Tabela 04: Primeiras capelas erigidas pelos freis carmelitas.

Fonte: Livro Tombo da Paróquia São Sebastião de Paranavaí

Estar a cargo de uma paróquia, na concepção das lideranças católicas, é estar a serviço do rebanho de Cristo, enfrentar desafios nos quais a edificação e solidificação do cristianismo sejam compartilhadas por tal rebanho. É uma responsabilidade delegada a partir da confiança e identificação. Dom Sigaud conferiu a Frei Ulrico e demais carmelitas a responsabilidade sobre a formação do rebanho em Paranavaí. Os motivos que o levaram a atribuir a Paróquia aos carmelitas não ficaram claros, mas possivelmente poderiam estar ligados ao fato de que nela existia uma grande quantidade de teuto-catarinenses, o que facilitaria a ambientalização dos missionários alemães à região e vice-versa⁸¹.

No livro “História e memórias de Paranavaí”, Frei Ulrico aborda o Distrito de Graciosa. Optei por mostrar a citação que ele fala da chegada de Frei Boaventura Einberger, terceiro missionário a ser enviado ao Brasil. Mas que, surpreendentemente, diferente dos demais, obteve um posto fixo como pároco em Graciosa. Segundo Frei Ulrico, Frei Boaventura: “Não teve problemas com a língua, pois todas as famílias de Graciosa falam alemão.” (GOEVERT, 1992, p.29).

Frei Ulrico assumiu a Paróquia São Sebastião em 2 de setembro de 1951⁸². O primeiro registro no Livro do Tombo é de 24 de outubro de 1955, data da primeira visita registrada de Dom Sigaud.

De maneira objetiva podemos classificar as visitas pastorais⁸³ como a ida de um bispo às paróquias que estão sob sua jurisdição com o objetivo de inspecionar o trabalho realizado pelos religiosos. Entre as atividades realizadas estão: verificar a contabilidade da paróquia, aquisição de bens, situação material da igreja, averiguação de irregularidades, entre outras. Além disso, o bispo pode planejar ações que devem ser colocadas em prática pelos

⁸¹ Graciosa, distrito de Paranavaí ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, foi uma localidade com uma grande concentração de alemães e teuto-catarinenses, possivelmente este tenha sido um dos fatores que colaboraram para a escolha da paróquia de Paranavaí. Este apontamento foi aprofundado no último capítulo.

⁸² Para entender o processo de instalação da Ordem dos Carmelitas, assim como o papel de Frei Ulrico na edificação do rebanho católico na Paróquia de Paranavaí, conferir: SCHUELTER, Leide Barbosa Rocha. *Do Paraná à Baviera: Cartas e Artigos da Ordem do Carmo acerca da implantação do Catolicismo em Paranavaí-PR (1952-1958)*. Dissertação. Mestrado Em História das Religiões. PPG-História. Universidade Estadual de Maringá, 2015.

⁸³ FILHO, Pedro Rigolo. *A romanização como cultura religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920*. F.182, Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do Instituto de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006, p. 40-47; Freitas, Nainôra Maria Barbosa *de A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo : D. Alberto José Gonçalves* .f. 256, Tese de Doutorado, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. –Franca : UNESP, 2006

religiosos, sob a lógica da centralidade institucional. “Em resumo, as visitas serviam para implantar o catolicismo romanizado”⁸⁴ (FREITAS, 2006, p. 76).

Para a comunidade católica a visita de um superior da hierarquia eclesial significava um momento atípico; o momento dos paroquianos terem contato com o bispo significa uma proximidade com o divino, pois a presença do representante do Altíssimo implica num renovo da fé, além do que, na oportunidade de receber os sacramentos. Naquele tempo, a presença do superior permitia, também, que as necessidades das paróquias fossem percebidas e atendidas. Nas palavras de Frei Ulrico nota-se a importância dada a esse personagem:

Em maio de 1952 tivemos a importante visita do bispo, que veio para crismar. Nesta ocasião ele também benzeu a nova capela. O acaso quis que no dia de sua ida caísse um terrível temporal e o bispo foi obrigado a pernoitar em Paraíso do Norte. Quando no dia seguinte entramos na capela para celebrar a santa missa, a mesma tinha se transformado num lago por causa da chuva torrencial. Uma situação insustentável. Então o bispo deu-me a ordem de imediatamente remediar a situação e começar logo a construção de outra capela maior. O proprietário, porém, era contrário e não me restou mais do que agir por conta própria [...] Para conseguir construir o mais breve possível uma capela em outros locais eu prometia a visita do Bispo. Como o nosso bispo é muito querido pelo povo obtive excelentes resultados com este método (GOEVERT, 1992, p. 49).

A vinda de Dom Sigaud era um momento solene na pacata vida dos paroquianos de Paranavaí e região. Em razão da hierarquia eclesiástica, a presença do bispo dava a essas pessoas a oportunidade de sentirem-se importantes, cuidados e amparados pelo representante da Igreja.

No mez (sic) de maio de 1953 veiu (sic) o sr. Bispo para a visita canônica com crisma. A recepção era a mais solene possível. Setenta ? ? o cortejo, seguiram muitos carros e caminhões e uma grande procissão levou o bom pastor a igreja matriz (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, [1953] 1955, p. 7)

A visita de Dom Sigaud significava, também, cobranças quanto aos aspectos burocráticos. Na primeira Visita Pastoral registrada no Livro Tombo da Paróquia São Sebastião de Paranavaí, o bispo aponta que os freis carmelitas não tinham muito entusiasmo em fazer os registros necessários para o “bom andamento da Paróquia”. Segundo Dom Sigaud, “[...] o arquivo está em atraso [...] O Livro do Tombo estava por abrir. Os livros do Caixa da Matriz não estão em dia. Também os livros das Observações e da maioria das

⁸⁴FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo : D. Alberto José Gonçalves**. f. 256, Tese de Doutorado, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. –Franca : UNESP, 2006.

capelas não estão em ordem” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, 1955, p. 1).

No entanto, apesar do bispo constatar o caos administrativo, ele não culpabilizou a gestão dos carmelitas. Segundo o bispo o “trabalho demasiado que a Paróquia exige explica esse atrapalho [...] Mas daqui em diante é necessário que todos os livros sejam postos e mantidos em dia” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, 1955, p. 1).

A Primeira Visita Pastoral registrada no Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião é de 1955, momento em que a Província Carmelita de Bamberg havia disponibilizado apenas cinco freis carmelitas alemães para trabalharem na região missionária de Paranavaí: Frei Ulrico (1951), Frei Henrique (1952), Frei Boaventura Einberger (1953), Frei Burcardo Lippert (1954), Frei Alberto Foerst (1954) (KNOBLAUCH, 1976, pp. 05-06). É necessário ressaltar que Frei Boaventura tinha função fixa em Graciosa; portanto, eram quatro missionários para toda a região missionária. O que de alguma maneira limita uma atuação efetiva e eficaz em todos os aspectos de sua administração religiosa.

Na verdade pode soar lisonjeiro, que o atual bispo de Jacarezinho, numa reunião de padres tenha chamado abertamente o nosso superior das missões, Frei Ulrico, de “meu grande camponês”. Com isto ele não quis dizer que Frei Ulrico é da Westfália⁸⁵, mas que o nosso superior atendia pastoralmente a maior paróquia e a maior região.⁸⁶ (BURCARDO, 1953, p. 55)

O esclarecimento de Frei Burcardo indica a importância em demonstrar aos pares alemães a dedicação de Frei Ulrico na região missionária.

Nos registros de sua primeira visita a São Sebastião Dom Sigaud detalha a situação da Paróquia e de suas imediações, além de estabelecer os planos que deveriam ser executados pelos religiosos a fim de atender a demanda local.

É prática diocesana que os membros da Igreja angariem recursos materiais para que a paróquia possa se estabelecer e se desenvolver. Dom Sigaud, estando a frente da diocese de Jacarezinho, não poderia deixar de dar relevância a esse aspecto.

Para que o nosso convento e principalmente o seminário tenham estabilidade no futuro, devemos fazer um minucioso planejamento. Por isso o bispo dom Geraldo, que é meu amigo e protetor, disse-me já nas primeiras semanas da minha chegada:

⁸⁵ Em 1946 ocorreu a junção da província prussiana Vestfália com o norte da Renânia que recebeu o nome de Renânia do Norte-Vestfália

⁸⁶ Publicado na Revista *Karmelstimmen* em novembro de 1954. Título original: “*Brasilien-Schwieriges Arbeitsfeld*”.

“Cuide de providenciar algumas chácaras para o futuro de sua Ordem.” Portanto terras deveriam ser adquiridas para fazermos lavoura (GOEVERT, 1992, p. 66).

Portanto, entre as instruções de Dom Sigaud estava a aquisição de bens para a estruturação da Igreja católica na região de Paranavaí. Esses bens são os meios materiais para que os religiosos possam conseguir edificar sua missão, conseqüentemente são instrumentos para a realização do fim último da Igreja Católica: a salvação.

O padre encarregado de mediar a relação do crente com Deus deve encarregar-se de conduzir e administrar os bens adquiridos. Frei Ulrico tinha consciência dessa necessidade substancial, ou seja, a aquisição de bens materiais, principalmente imóveis, terrenos, chácaras, sítios, era primordial para o sucesso da missão. A estabilidade econômica é um elemento essencial para a manutenção da região missionária em expansão.

Na atualidade a Ordem do Carmo referente a Província Carmelita de Bamberg possui como patrimônio a Igreja São Sebastião de Paranavaí, o Convento anexo a ela, a Escola Paroquial, o Mosteiro Monte Carmelo- Fazenda Nossa Senhora do Carmo/Associação Casa do Servo Sofredor (Nova Aliança do Ivaí) e o Seminário Imaculada Conceição em Graciosa.

Como já foi mencionado, o território da nossa paróquia inicialmente tinha mais ou menos o tamanho da arquidiocese de Bamberg. Pouco depois da nossa chegada, uma parte foi desmembrada e fundada a paróquia de Alto Paraná, que por sua vez foi subdividida em três paróquias. Mesmo assim, o território que nos restou, tornou-se muito grande para nós por causa da contínua afluência de colonos. Dar uma assistência pastoral regular era simplesmente impossível. Ficamos limitados a fazer somente casamentos e batizados. Assim, por exemplo, chegaram a ser batizadas 720 crianças em nossa paróquia em um mês. Certo dia o bispo nos apresentou a alternativa: ou viriam imediatamente seis padres da Alemanha para o território paroquial continuar conosco, ou a paróquia teria que ser novamente subdividida. Pela divisão, que se seguiu, tivemos que entregar Loanda e com isto quase a metade da extensão da nossa paróquia. Mas a divisão não parou por aí. Foram fundadas quatro novas paróquias: Nova Londrina, Paraíso do Norte, Tamboara e Terra Rica. Todas eram nossas “capelas”. Entretanto tinham crescido tanto que precisavam cada qual de um padre. Como a imigração ainda não terminou, serão fundadas outras paróquias e por conseqüência serão feitas novas divisões (GOEVERT, 1992, pp. 67-68).

Frei Ulrico entendeu a complexidade da situação em que estavam. Era necessário uma reestruturação da paróquia e, para tanto, Dom Sigaud é levado a tomar tal decisão. O desmembramento da paróquia de Paranavaí foi uma necessidade imposta pelo crescimento da região e conseqüente aumento dos agrupamentos católicos. As longas distâncias entre uma agremiação e outras inviabilizavam a efetividade do trabalho pastoral, já que a administração dos sacramentos tão almejada pelos católicos da região era esparsa.

À região de crescente migração era primordial a presença efetiva de um padre para administrar os bens de salvação a partir de um viés institucional. A grande maioria dessa população se autodenominava católica, entretanto, a maneira como vivenciavam o catolicismo estava distante do que almejava a instituição. De maneira geral, era um catolicismo popular, muito ligado a figura de santos e os fiéis não sabiam os gestos e as posições durante a celebração da missa.

Organizar as paróquias, dividir para bem administrar, nada fora feito à revelia de todo um processo constitutivo envolvendo os grupos humanos, os conflitos trabalhistas e agrários, as demandas urbanísticas, enfim, o processo político, econômico, social. Um projeto religioso nada aquém do processo civilizador.

Não era somente a contingência demográfica que crescia, crescia também o projeto religioso. Em uma citação do Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião, Frei Ulrico coloca: “A população da freguesia aumentava cada vez mais, então o Sr. Bispo se viu forçado a dividir a vasta freguesia de Paranaíba em duas, criando a freguesia de Loanda”. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO 1955, p. 09). De acordo com Frei Alberto:

Quando Dom Geraldo entregou esta vasta região aos carmelitas pensou que eles tinham elementos suficientes para assumir toda a região e formar uma prelazia, enfim confiada aos carmelitas. Eram estes os planos do Bispo. Mas quando ele viu que não chegaram padres da Alemanha em número suficiente para atender esta região, ele começou a criar paróquias. De acordo com o aparecimento de padres ele foi criando paróquias para eles. Assim foi desmembrada em 1956 Loanda e Paraíso do Norte. Terra Rica, Nova Londrina, Tamboara foi temporariamente entregue ao Frei Henrique. Assim se desfez o plano imaginário de uma prelazia (FOERST, 2012, p. 7).

Este texto de Frei Alberto Foerst foi publicado no ano de 2012 na Alemanha. A distância temporal lhe permite falar a respeito dos planos da Província ao almejar um território de missão, ou seja, a Província Carmelita de Bamberg, ao iniciar o projeto de expansão no Brasil, almejava a administração de uma prelazia.⁸⁷ Dessa maneira, o que o discurso do frei indica é que além do objetivo religioso também estava em jogo um projeto de expansão da própria ordem carmelitana.

⁸⁷ Prelazia ou prelatura é um tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender a necessidades peculiares em um território ou de um grupo. As prelazias são ligadas diretamente ao Papa. Possuem seu próprio clero e seus próprios leigos. A prelazia territorial, na maior parte das vezes, é uma abadia, governada por um Abade, que exerce funções similares à do Bispo diocesano. Conventos e mosteiros podem ou não pertencer a Congregações que são prelazias; quando não o são, são subordinados ao bispo local. E há também as prelazias pessoais. Diferente de todas as demais estruturas institucionais que citamos aqui, estas não possuem limitação territorial. Seus membros, de qualquer parte do mundo, aderem a ela por escolha pessoal, e não por habitarem determinada localização. Exemplo: Opus Dei. Disponível em: <https://ocatequista.com.br/blog/item/14146-dioceses-arquidioceses-prelacias-entenda-as-varias-igrejas-que-formam-a-igreja-catolica>. Acesso em: 28/07/2019

Em concordância ao que coloca Frei Foerst, o religioso Knoblach avalia que,

Isto trouxe rapidamente efeitos decisivos. Pode-se dizer que o bispo de Jacarezinho, dom Geraldo de Proença Sigaud SVD, foi bem-intencionado em relação aos carmelitas ao confiar a nós o trabalho pastoral de toda aquela região para sempre. Devido ao rápido desenvolvimento econômico e demográfico era absolutamente necessário enviar logo mais padres ao Brasil. Se a nossa província naquela época tivesse tomado a decisão de enviar mais gente para o Comissariado, ou melhor dizendo, se tivesse confrades suficiente para enviar hoje a maior parte da atual diocese de Paranavaí estaria em nossas mãos e o primeiro bispo desta diocese certamente seria um carmelita. Mais isso não aconteceu. Por isso o bispo teve que forçosamente dar as novas paróquias criadas a outros padres. (KNOBLACH, 1976, pp. 04-05).

A citação de Frei Joaquim Knoblach não esclarece se realmente a Província Carmelita de Bamberg carecia de padres para enviar. Primeiramente coloca que se “a nossa província naquela época tivesse tomado a decisão de enviar mais gente para o Comissariado”, para logo em seguida se autocorriger: “ou melhor dizendo se tivesse confrades suficiente para enviar” (KNOBLACH, 1976, pp. 04-05). Será que havia discordâncias por parte dos dirigentes da Igreja em Bamberg a respeito do projeto implementado por Dom Sigaud na região? Afinal, qual a importância para os carmelitas aspirarem a liderança religiosa nesse território em ascensão? Os questionamentos surgem na medida em que é percebido um certo queixume dos carmelitas sobre a perda do domínio administrativo mediante a necessidade de desmembramento paroquial.

É eloquente a maneira como Frei Joaquim Knoblach se refere à atitude de Dom Sigaud, enquanto resultado de uma necessidade imposta pelo processo de crescimento da região, e não por subestimar o trabalho dos carmelitas: “Naturalmente Dom Geraldo teria dado com muito gosto todas essas paróquias aos carmelitas. Pelos motivos já conhecidos infelizmente isto não foi possível” (KNOBLACH, 1976, p. 09).

Em contrapartida, Frei Joaquim demonstra ressalvas ao se referir à transferência do comando de Dom Sigaud a Dom Jaime, devido a criação da Diocese de Maringá. Ainda que, Frei Joaquim tenha chegado a Paranavaí em 1962, os carmelitas já estavam há cinco anos sob o gerenciamento episcopal de Dom Jaime, Frei Joaquim, introjetou o que foi narrado por aqueles que os cercavam a respeito das ações de bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho.

Dom Sigaud, aparentemente, não demonstra nenhuma dificuldade em passar o comando da Paróquia de Paranavaí. Na verdade, demonstra uma visão congruente às demandas impostas pelo crescimento demográfico do catolicismo. A respeito da criação da

Diocese de Londrina e Maringá, realiza uma interessante analogia entre esta e o corpo humano:

As novas circunscrições eclesíásticas se encontrarão diante de grandes tarefas. Amados filhos, tereis de preparar vossa novel Diocese –tanto Londrina como Maringá – para a sua vida autônoma. Constituição do Patrimônio, aquisição da residência dos novos Prelados, eis as tarefas imediatas. Para isto é necessário que todas as paróquias da Diocese se unam e contribuam, cada uma com sua parte. Nêste (sic) ponto tem havido uma santa emulação em muitas paróquias, mas em outras tem havido uma incompreensão que não pode ser louvada. A Diocese é como o corpo. Todas as paróquias devem contribuir para a Séde (sic) como os membros contribuem para o cérebro. Se tivéssemos em terras de Missão, as paróquias e estações não teriam de dar contribuição alguma para a Diocese, pois ao contrário, a Séde das Missões é que mantém as paróquias missionárias. Num país católico dá-se ao contrário. Como os católicos têm obrigação de contribuir para o culto e o sustento do clero, os fiéis contribuem para as paróquias e estas para a Diocese. E isto é necessário, pois não há na Diocese um palmo de terra que não pertença a uma paróquia, nem um fiél (sic) que não seja freguês de alguma paróquia. Se pois cada paróquia só cuidasse de si, morreria a Diocese, morreria as obras diocesanas. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA LOANDA, 1956, p.6)⁸⁸

As fontes documentais não registram ressentimento por parte de Dom Sigaud sobre o fato de um novo bispo assumir a condução da Igreja na região que antes estava sob seu pastoreio. No entanto, os freis carmelitas demonstram o contrário. Procuram justificar a perda de controle de sua agremiação pelo fato da região ter crescido, mas conotam nostalgia pelos tempos nos quais tinham maior controle.

O trabalho que foi empreendido pelos carmelitas alemães é muito significativo para a comunidade católica de Paranaíba, pois estes fomentaram as primeiras ações no sentido de estruturar essa denominação religiosa. Ocorre que a estruturação do grupo religioso mesclou-se à própria estruturação civilizacional da região em ascenso social. Frei Joaquim acentua a inquietação por haver decorrido 25 anos da chegada dos religiosos na região missionária designada à Ordem do Carmo e, apenas duas paróquias estarem sob a administração dos carmelitas, a saber, São Sebastião de Paranaíba e Nossa Senhora das Graças de Graciosa/Paranaíba.

Mas o que mudou na perspectiva dos carmelitas com a chegada de outro bispo? Qual a relação que se estabeleceu com Dom Jaime para despertar uma certa nostalgia nos

⁸⁸ Esse texto lembra o discurso de Menênio Agripa **A revolta das partes do corpo**. Tito Lívio – V, XXXII. Na epístola do apóstolo Paulo aos coríntios essa temática também aparece: “Porque, como o corpo é um todo com muitos membros, e todos os membros do corpo, embora muitos, formam um só corpo, embora muitos, formam um só corpo, assim também é Cristo” *BÍBLIA SAGRADA. 1 Coríntios* 12:12. Trad. Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave-Maria, 2016, p.1476.

carmelitas pelo tempo em que Dom Sigaud era o bispo responsável pela região? Desmembrando a paróquia, será que fora somente a carência de religiosos para cobrir a região que fez com que um superior da Ordem dos Carmelitas não assumisse o pastoreio? São questões que persigo na medida em que adentro o contexto e, procuro responder no decorrer desta pesquisa.

É possível que o bom relacionamento entre Dom Sigaud e os carmelitas estivesse ligado ao fato da distância existente entre Jacarezinho e Paranavaí propiciar uma liberdade de atuação aos religiosos. A fiscalização do bispo era proporcional às visitas, que eram espaçadas devido à precariedade da época em percorrer 328 km. As visitas pastorais periódicas se tornavam inviáveis, o que de alguma maneira dava aos carmelitas mais autonomia para gerenciar sua paróquia e demais capelas. Entretanto, não parece que existissem consideráveis divergências entre o grupo religioso e o bispo. Tudo indica que ambos comungavam da mesma visão do catolicismo a ser implementado junto ao processo civilizador da nova região. O mesmo pode ser afirmado a respeito de Dom Jaime? No terceiro capítulo intento compreender esse processo.

3.5 “TUDO POR ORGANIZAR ...”

Nesta sessão objetivei apresentar Dom Sigaud e discutir a presença dos carmelitas num momento em que a comunidade católica se firmou, em meio ao processo civilizador, na região de Paranavaí. Tentei fugir da perspectiva de conceituar o bispo como conservador. Utilizei conceitos oportunizados por Elias e Chartier sobre a formação conceptual de cada ser em meio ao construto social, de modo a entender o homem não como produto de seu tempo ou contexto, mas como ser único em meio à temporalidade e ao contexto. O tempo e o contexto são dimensões que vislumbram a ascensão de homens indistintos. Numa distância propícia aos trabalhos historiográficos, torna-se possível entender como o indivíduo insere-se no contexto, transmutando-o e, conjuntamente, dando-lhe o tónus historicamente construtivo.

Procurei identificar a cumplicidade dos carmelitas às doutrinas ultramontanas defendidas por Dom Sigaud. Porém, levantei o questionamento se a postura dos freis, em especial Frei Ulrico, não destoava da orientação conservadora mediante os conflitos existentes na região. Com base nos documentos escritos por Frei Ulrico aos pares em Bamberg, procuro questionar se as práticas cotidianas dos carmelitas na região de Paranavaí diferenciavam-se da orientação conservadora da Igreja. Considero importante perscrutar as ideias e as práticas dos

religiosos carmelitas já que estes interviam como agentes de um projeto civilizador na diminuta sociedade paranavaense.

Não fugindo ao objetivo principal desse texto, procurei apresentar um pouco da História Regional e da História que permeia a Igreja na região. Ou seja, a pequena região paranavaense, a Diocese de Jacarezinho detentora dos domínios paranavaenses, são estudadas enquanto partes do contexto sócio, político, econômico e religioso de um todo.

Por fim, relevo a importância do catolicismo delineado em Paranavaí como um somatório de contribuições: dos imigrantes que chegavam diariamente nos primeiros anos, das várias experiências da população que já estava estabelecida, dos freis carmelitas, de religiosos de outras ordens religiosas e padres seculares, e dos bispos que administraram a região.

4. A ATUAÇÃO DE DOM JAIME LUIZ COELHO NA DIOCESE DE MARINGÁ: FRONTEIRAS SUCESSIVAS EM PARANAÍ-PR

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, procurador (BOURDIEU, 1998, p. 89)

4.1 CRIAÇÃO DA DIOCESE DE MARINGÁ

Neste capítulo proponho refletir sobre o papel desempenhado por Dom Jaime Luiz Coelho, bispo (1957- 1979) e arcebispo (1979-1997) de Maringá-PR, e apontar o quanto sua administração foi permeada de um teor político. O intuito é destacar a atuação de Dom Jaime à frente das paróquias quando Paranaíba pertencia à Diocese de Maringá e, especificamente, em relação aos freis carmelitas da Província Carmelita de Bamberg, missionários precursores que integraram o amplo processo de desenvolvimento da instituição católica no Paraná, assim como no Brasil (COSTA, 1976).

Ao pensar o processo de institucionalização do catolicismo em Paranaíba, a partir da presença dos freis carmelitas e a criação da Diocese de Maringá, destaco que os religiosos estiveram em constante luta, ainda que de maneira velada. Não há como negar a existência de disputas pela aquisição de espaço sagrado ou, pensando a partir de Bourdieu, do capital simbólico (BOURDIEU, 2011).

Bourdieu (2011) oportuniza pensar a disputa pela conquista ou manutenção do poder na região de Paranaíba como um campo de forças onde o confronto dos agentes sociais determina o contexto:

É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas no interior do qual os agentes que nele se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição e estrutura no campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2011a, p. 50).

Para pensar a edificação da instituição católica no Paraná como parte de um processo de desenvolvimento territorial, demográfico e civilizador do estado, atento para o conceito de fé e territorialidade proposto pela geografia cultural, e utilizado por historiadores das religiões e religiosidades⁸⁹.

Rosendhal, estudiosa da Geografia da Religião, afirma que a “fé católica no contexto político-religioso é o ponto de partida para o entendimento do território brasileiro” (ROSENDAHL, 2005, p.12928). A autora pensa a expansão do território brasileiro em consonância com a Igreja Católica. A religiosidade católica no Brasil esteve lado a lado com o Estado, desde o momento da colonização do Brasil, “os mistérios da fé cristã foram introduzidos pelos portugueses, não só por meio da intervenção do Estado, mas também das ordens religiosas (ROSENDAHL, 2012, p. 43). Dessa forma, a “formação da sociedade colonial brasileira confunde-se com a ação missionária dos padres jesuítas (ROSENDAHL, 2012, p.65)

A autora, apresenta uma das formas de interpretação válidas, nesse sentido, partilho do enunciado por ela, por acreditar que a história da cidade de Maringá, a partir da fundação da diocese, está estreitamente ligada à figura de Dom Jaime Luiz Coelho. Não obstante, como Dom Jaime administrava também a região de Paranavaí, suas atitudes repercutiram na formação da sociedade paranavaense.

Por esse viés, a história da Igreja Católica no Norte e Norte Novíssimo do Paraná mescla-se ao desenvolvimento histórico-social da região. Historiograficamente considerado tardio, em relação ao restante do estado, a (re) ocupação e a expansão desse território são processos atrelados à presença eclesiástica portadora de um projeto civilizador.

Em relação à criação de dioceses no Estado do Paraná, Rosendahl (2012) destaca que as iniciativas estiveram sempre ligadas aos movimentos de frentes pioneiras. Segundo a autora, até 1930 o Paraná tinha apenas três dioceses: Curitiba, Jacarezinho e Ponta Grossa. A partir de 1931 foram criadas mais 14 dioceses. A autora ressalta:

⁸⁹ Rosendhal (2005, p.12928) explica que : “Na primeira metade do século XX, a temática é investigada por Paul Fickeler (1999 [1947]), que realiza um excelente estudo sobre questões fundamentais na Geografia da Religião em *Grundfragen der Religions Geographie*; por Pierre Deffontaines, na obra *Geographie et Religions*, em 1948 e por Maxmilien Sorre, que evidencia os elementos religiosos nos textos geográficos em *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie* (1957).”

A ação da Igreja Católica acompanhava cada fronteira de ocupação que surgia. Quer na função de paróquia, na de colégio, ou na criação de prelazia, a instituição religiosa imprimia a ação evangelizadora e administrativa no lugar. Na maioria das vezes, por processo de fragmentação, novas dioceses eram criadas; estas por sua vez, continuavam esse processo, sucessivamente, até que todo território paranaense estivesse sob controle da Igreja. Esse comportamento pode ser definido como um tipo singular de estratégia de ocupação adotado pela Igreja Católica no Paraná, denominado fronteiras sucessivas (ROSENDAHL, 2012, 136).

A criação de novas dioceses no Paraná, em meados do século XX, obedeceu a lógica da expansão territorial e crescimento populacional, devido a oportunidades econômicas estabelecidas pela cultura do café. Em decorrência da abertura tardia, a possibilidade de adquirir um pedaço de terra, e a demanda de mão de obra, foram condições que atraíram pessoas de várias localidades do Brasil.

É nesse contexto que se insere a criação da Diocese de Maringá, em 1956, da qual Paranavaí passou a fazer parte. Na sequência, parte da bula papal:

Primeiro: Desmembramos e separamos da diocese de Jacarezinho todo o Território ocupado pelos municípios enumerados na citada Bula Apostólica: Maringá, Alto Paraná, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Paranavaí. Como nestes últimos tempos outros tempos e outro municípios foram criados e deles desmembrados a saber: Bom Sucesso, Cruzeiro do Sul, Florai, Loanda, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Tamboara, Terra Rica, também estes e outros municípios que deles se desmembrem igualmente desmembramos e separamos. Do território completo destes municípios erigimos e declaramos ereta a nova diocese chamada de Maringá, cujos limites se definem e circunscrevem pelos mesmos limites do conjunto dos municípios supramencionados (CÚRIA METROPOLITANA DE MARINGÁ, 1956, p.1).

Atenta ao crescimento social, a Igreja não se furtou de participar dessa mudança, organizando a instituição estrategicamente, conforme o conceito de fronteiras sucessivas apontado por Rosendhal (2012). Isso significa que a atuação da Igreja jamais fora restrita a estruturar seu campo interno em meio ao processo civilizador, mas sim, embrenhar-se como agente ativo do processo. Ampliar as fronteiras do religioso respondia à necessidade de imputar a moral e a ética cristãs ao processo civilizador. Portanto, a Igreja passou a incentivar, abrir e liderar frentes sociais, como por exemplo, as Frentes Agrárias no Brasil, nos inícios dos anos 1960 (PRIORI, et al., 2012). No caso do Paraná em expansão cafeeira, a Igreja investe na Frente Agrária Paranaense (FAP), conforme indicam os historiadores:

No Paraná, a Frente Agrária Paranaense (FAP) foi articulada pelos bispos de Londrina, Jacarezinho, Maringá e Campo Mourão, com o objetivo de 'proporcionar condições mais humanas de vida na lavoura'. Eram,

respectivamente, bispos dessas cidades: Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Eliseu Mendes (PRIORI et al., 2012, p.180).

Outro exemplo da inserção do clero na formação social foi a iniciativa de Dom Jaime Luiz Coelho ao erigir o Jornal Folha do Norte do Paraná, em 1962. O Jornal, sem cunho religioso, a princípio, apresentava-se como um veículo de informação secular. De acordo com Brito (2015), Dom Jaime ambicionava torná-lo em um dos maiores do interior do Brasil para fazer frente ao jornal ‘Última Hora’ de Samuel Wainer” (BRITO, 2015). Paula (2010) afirma que “os principais objetivos da Folha do Norte era propagar a fé cristã e combater o comunismo. “Mais que um veículo de informação, o bispo almejava fazer do Jornal um porta voz da Igreja católica” (BRITO, 2015, p.21, apud PAULA, 2010).

4.2 SOB A INFLUÊNCIA EPISCOPAL DE DOM JAIME LUIZ COELHO

A história da Igreja Católica em Maringá está vinculada a história política, econômica e social da cidade. Nesse sentido, no campo religioso, não há como refletir sobre a Igreja Católica nessa cidade e não mencionar à figura de Dom Jaime Luiz Coelho.

A expansão do território paranaense com a abertura do Norte Central e Norte Novíssimo, já no século XX, desdobrou-se devido à política de concessões de terras públicas para empresas privadas: “a partir de 1916, várias glebas de terras foram concedidas para particulares, notadamente na região norte do Estado, mas principalmente na faixa quadrilátera formada pelos rios Paraná, Paranapanema, Tibagi e Ivaí (PRIORI, 2011, p. 24).

As geógrafas Cláudia Chies e Sandra Yokoo, complementam:

[...]a colonização do norte paranaense se deu em função do interesse de expansão da cafeicultura, sobretudo porque, como aponta Verri (1998), houve limites legais impostos pelo Governo Federal, no período, para a produção cafeeira, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desse modo, vale ressaltar que a colonização no norte paranaense ocorreu principalmente a partir da ação de algumas companhias colonizadoras, das quais se destaca a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. (CHIES; YOKOO, 2012, p. 28)

Priori instrui que a Companhia Norte do Paraná – criada pela holding inglesa *Paraná Plantation Limited*, ficou responsável, a partir de 1929, pela colonização do Norte do Paraná

(PRIORI, 2011, p.26). Mediante a política de vendas das terras, os territórios ao norte paranaense foram sendo ocupados por migrantes de outras regiões brasileiras, também imigrantes estrangeiros:

Durante o período que atuou como empresa de colonização, a Companhia de Terras Norte do Paraná organizou e revendeu 515 mil alqueires de terra, no mais ambicioso projeto de colonização do centro-sul do país. Isso possibilitou a migração de milhares de famílias de pequenos proprietários e de trabalhadores para a região, originários, sobretudo, de São Paulo, de Minas Gerais e dos estados do Nordeste [...] colonos de procedências estrangeiras também se estabeleceram na região, muitos de forma espontânea, outros dirigidos por companhias (PRIORI, 2011, p.27).

Desconsiderando as populações nativas, ou seja, nações indígenas e caboclos que habitavam a região, sob a propagação de um tal vazio demográfico⁹⁰, a colonização do Paraná prosseguia pelo século XX abrindo vilas, distritos e municípios. Não obstante, paróquias,

Nos anos 1940, quando uma civilização já se consolidava e os povoados se transformavam rapidamente em aglomerados urbanos, o governo passou a agir de maneira mais interessada. Ao simples anúncio de que uma cidadezinha começava a nascer – e isto acontecia com frequência surpreendente – a primeira coisa que fazia era instalar uma coletoria para garantir que todos pagassem seus tributos. Depois acionava a igreja para mandar logo um padre ao lugar (RECCO, 2007, p. 45).

Não é necessário concordar efetivamente com Recco (2007) a respeito do governo ser o responsável pela “vinda do padre”, ou melhor, pela abertura das paróquias. A Igreja, como já mencionado, foi um agente ativo no processo civilizador nos moldes herdados pelo padroado⁹¹; mas a citação ilustra o fato de que missionários e sacerdotes chegaram juntos ao que convencionou-se chamar de desenvolvimento.

Mediante tal conjuntura, Maringá em finais da década de 1940 estava na condição de distrito do município de Mandaguari, assim como a comunidade católica encontrava-se pertencente à Diocese de Jacarezinho, tendo por bispo Dom Geraldo de

⁹⁰ Cf.: NOELLI, Francisco S.; MOTA, Lúcio T. A pré-história da Região onde se encontra Maringá, Paraná. In: **Maringá e o Norte do Paraná**. Estudos de história regional. DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). Maringá: EDUEM, 1999.

⁹¹ Para pensar o Padroado Régio enquanto elemento estruturante da nação brasileira vale a pena conferir o artigo Padroado Régio no auge do império brasileiro, publicado por Patrícia Carla de Melo Martins. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>.

Proença Sigaud. Fundada em 1947, a cidade de Maringá foi emancipada somente em 1951: “A criação do município ocorreu através da lei 790/51, da Assembleia Legislativa do Estado, aprovada em 14 de novembro de 1951” (FERREIRA, 1996, p. 341). O mesmo decreto criou também o município de Paranavaí. Em 1956 desmembra-se da Diocese de Jacarezinho e é criada a Diocese de Maringá.

Uma Nova Igreja Para Um Jovem Bispo, assim o padre Orivaldo Robles intitula o primeiro capítulo de sua obra (2007)⁹² dedicado a Dom Jaime e a ereção da Diocese de Maringá. “Uma cidade nova, uma nova igreja e um jovem bispo”, parafraseando Robles (2007), compuseram um novo panorama nos inícios do segundo meado do século XX, entabulando partes de uma mesma história: uma história social daquela que constituir-se-ia na mesorregião noroeste paranaense.

Observe, na sequência, o Mapa do Estado do Paraná com destaque para os contornos regionais:

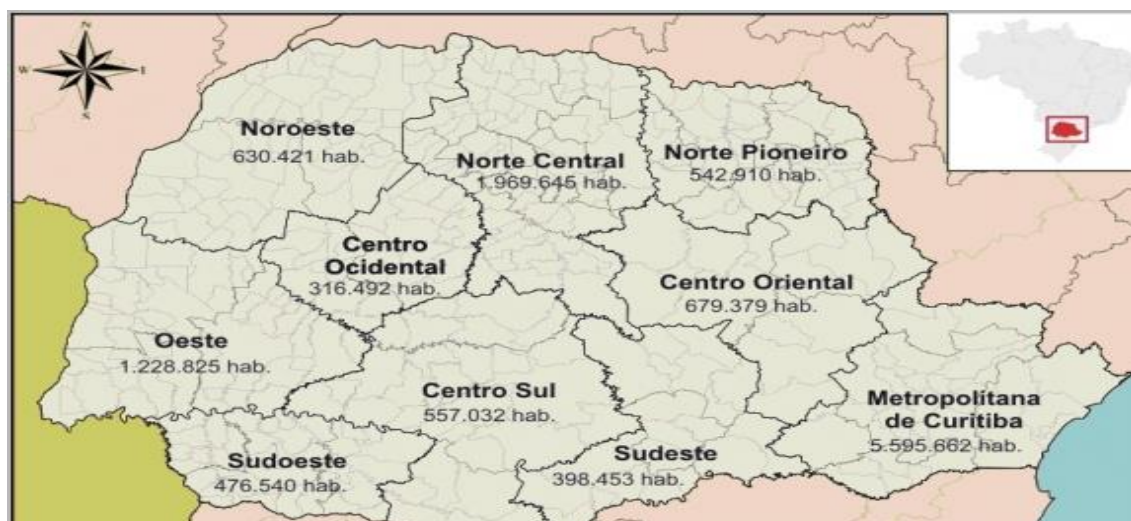


Imagem 03: Mapa do Estado do Paraná/divisões regionais. Disponível em: <https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=8irmvjP4&id=50E830DCF71D451701E7141DBBB67FAFAB8DA5E2&thid=OIP.8ir> . Acesso em 16/07/2020

Quando em 1957 Dom Jaime assumiu o bispado, a Diocese de Maringá “possuía 450 mil habitantes divididos numa área de 14.902,67 Km²” (GARUTTI, 2006).

Em 1957 a região de Paranavaí contava com as paróquias: “Nova Esperança, Alto Paraná, Sumaré, São João do Caiuá, Santo Antonio do Caiuá, Graciosa, Tamboara, São

⁹² ROBLES, Orivaldo, Pe. *A Igreja que brotou da mata*. Maringá: PR: Dental Press, 2007.

Carlos do Ivaí, Paraíso do Norte, Guairaçá, Terra Rica, Nova Londrina, Marilena, Porto Rico, Diamante do Norte, Loanda, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí e Planaltina. Com a posse de Dom Jaime mais 07 paróquias foram criadas:

Paróquia	Município	Data de Criação
Santa Isabel Mãe do Precursor	Santa Isabel do Ivaí	24/03/1959
Nossa Senhora das Graças	Graciosa/Paranavaí	09/08/1960
Santa Terezinha do Menino Jesus	Planaltina do Paraná	25/11/1960
Santa Cruz do Monte Castelo	Santa Cruz do Monte Castelo	12/12/1960
Nossa Senhora das Dores	Paranavaí	25/01/1964
São Carlos Borromeu	São Carlos do Ivaí	13/05/1964
São Paulo Apóstolo	Querência do Norte	15/08/1965

Tabela 05: Paróquias criadas na região de Paranavaí sob a administração de Dom Jaime Luiz Coelho.

Observando a extensão das regiões norte central e noroeste (Norte Novíssimo), e o quanto o desenvolvimento sócio, político e econômico trilhou um caminho comum ao crescimento da comunidade católica, é possível dimensionar a importância de Dom Jaime na constituição histórica regional. Trata-se de histórias tão próximas que ao estudá-las não se sabe se a leitura é sobre a formação da Igreja em Maringá e região, ou sobre o processo de edificação da própria cidade e adjacências. Afinal, nas definições de Rosendhal:

É marcante a relação dialética entre a política da comunidade e a ordem religiosa. A comunidade religiosa constrói a Igreja e esta, na função político-social, sustenta a própria comunidade. Quer seja na ordem religiosa, quer pela ordem política, o território responde a duas funções (ROSENDHAL, 2005, pp. 12930-12931).

É pertinente apresentar Dom Jaime Luiz Coelho, principalmente àqueles que não têm familiaridade com a história local, para que possam conhecer, de maneira geral, essa figura importante na história da Igreja Católica de Maringá. Para tanto, parto da definição de Zulian:

Entendemos que as trajetórias particulares podem vir a ser um ponto de partida, capaz de mostrar, no seu movimento, as tramas do tecido social, evitando que a análise seja reduzida à descrição de uma experiência única. Significa também estabelecer a possibilidade de um diálogo com as diferentes formas de buscar a “verdade”, enfrentando por um lado, a fragmentação das fontes e, por outro, a subjetividade do próprio historiador (ZULIAN, 2009, p. 164).

Jaime Luiz Coelho nasceu em Franca, Ribeirão Preto SP, no dia 26/07/1916, sendo o oitavo de catorze filhos de João Amélio Coelho e Guilhermina Cunha Coelho. A família residiu por algum tempo em uma propriedade rural no distrito de Cristais, Franca SP. Seus

estudos foram realizados entre as cidades de Franca, Batatais, Campinas e São Paulo, todas cidades paulistas (BEOZZO, 2001, p. 327).

A ordenação sacerdotal de Jaime Luiz Coelho ocorreu na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto - SP, no dia 07/12/1941. Recebeu o título das mãos de Dom Manoel da Silveira D'Elboux; anos mais tarde os caminhos desses dois religiosos voltariam a cruzar-se. Ao ser ordenado sacerdote, Jaime Luiz Coelho tornou-se vigário cooperador da mesma Catedral (1942-1944), Secretário-geral do Bispado (1942-1944) e Cura (1944-1956). Foi assistente da JEC, JOC e JUC⁹³, além de Promotor Vocacional e procurador do Seminário Diocesano de Ribeirão Preto, SP (1955-1956) (BEOZZO, 2001, p. 328; GARUTTI, 2006, p.62-63).

Embora considerado jovem para assumir o bispado, conforme ressalta padre Orivaldo: “com quarenta anos, seria um dos mais jovens membros do episcopado brasileiro” (ROBLES,2007, p.26), o Monsenhor Jaime Luiz Coelho foi considerado digno e apto a assumir o bispado. No dia 01 de fevereiro de 1956, o papa Pio XII cria as Dioceses de Londrina e Maringá, separando-as da Diocese de Jacarezinho por meio da Bula *Latíssimas Partire Ecclesias*.

Dom Jaime assumiu a Diocese de Maringá no dia 24 de março de 1957, função que ocupou até 1979, pois a Diocese de Maringá foi elevada a Arquidiocese em 16 de outubro de 1979. Enquanto bispo Dom Jaime teve inúmeras participações em cargos eclesiásticos. Foi ele o primeiro Secretário Geral do Regional Sul II Paraná (1964-1965), além de Secretário Geral da Província Eclesiástica de Curitiba - PR (1957-1970). Foi membro da Comissão Representativa da CNBB, participação que durou de 1947 a 1978.

Além do exposto, são atribuídas a Dom Jaime a participação em fundações de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico de Maringá e região. A primeira delas foi o curso de Economia, que mais tarde, com a união de outros cursos daria origem a Universidade Estadual de Maringá (UEM)⁹⁴. A segunda, a fundação do jornal diário “Folha do Norte do Paraná”, em 1962. (ROBLES, 2007, p. 185, 215). Além destas, Dom Jaime esteve à frente de outras fundações, conforme elenca Garutti (2013):

⁹³ Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica.

⁹⁴ A autorização de criação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) data de 1969, por meio da Lei nº 6.034, de 6/11/1969. Nesta data, as seguintes faculdades existentes foram agregadas a UEM: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ambas criadas em 1966. Universidade Estadual de Maringá. Histórico. Disponível em: <http://www.uem.br/sobre-a-uem/historico>. Acesso em 14/08/2018.

a diocese de Maringá contribuiu ainda para a organização intelectual e cultural do setor católico das classes dirigentes, e conseqüentemente, de toda a sociedade, através da fundação de várias instituições de formação de opinião, como foram os casos do jornal *Folha do Norte*, da Universidade Estadual de Maringá, da Televisão Cultura – afiliada da Rede Globo, de programas de rádio e , mais recentemente, da aquisição da emissora de rádio AM Rádio Colmeia e da criação de condições para a instalação do *campus* universitário da Universidade Pontifícia Católica do Paraná (dos Irmãos Maristas) (GARUTTI, 2013, p. 102).

O Jornal *Folha do Norte do Paraná* (1962-1979) configurou-se por uma mídia impressa vinculada a Igreja Católica de Maringá e região.⁹⁵ A formatação do jornal não fazia referência a elementos religiosos, no entanto a propriedade do jornal e parte de seu corpo editorial compunham-se de membros da Igreja Católica. Assim sendo, Maringá era o centro irradiador de notícias, informações e advertências para as comunidades sufragâneas. Também por meio do Jornal, a Diocese de Maringá admoestava Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama, impulsionando modelos comportamentais com a finalidade de normatizar aspectos cotidianos.

Acredito que o jornal tenha sido um importante meio para fazer com que os interesses da Igreja chegassem de maneira mais rápida aos moradores da região. Dom Jaime possuía a habilidade de confluir os elementos modernos na viabilização de seus projetos, embora não representasse exatamente a ala modernista da Igreja Católica. Aliás, esse fenômeno era bastante comum nos idos do século XX: a Igreja valia-se dos avanços tecnológicos oferecidos pela modernização, mas mantinha postura conservadora em termos comportamentais. A racionalidade eclesíástica do tipo conservadora poderia admitir a evolução das potencialidades humanas, porém, jamais admitiria que a secularização vencesse a batalha contra a fé. O desenvolvimento da ciência moderna, a separação do Estado da Igreja, a secularização das instituições removeria a Igreja do epicentro da História (NIERO, 2017).

Contudo, é necessário compreender que o Jornal *Folha do Norte do Paraná* foi um veículo de comunicação impulsionado pelo bispo, e que toda orientação explícita combatia ideais liberais, progressistas, e comunistas, ou seja, os “males da modernidade”, conforme

⁹⁵ Cf.: BRITO, Angélica de. **A cruz vencerá o comunismo: o discurso anticomunista do jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1965)**. f. 152. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2015; PAULA, Antonio Roberto de. **O jornal do Bispo: a história da Folha do Norte do Paraná**. Disponível em: <http://jornaldobispo.blogspot.com/>. Acesso em 20/10/2018.

adverte a Encíclica do Papa Pio IX (1792-1878) publicada em 1846⁹⁶, e obras conferidas pelo imprimatur⁹⁷.

A dissertação de Angélica de Brito (2015) confirma a postura de Dom Jaime voltada ao ultramontanismo em batalha contra as ideias comunistas, exposta por meio da orientação trazida pelo Jornal Folha do Norte do Paraná. Mas, não somente em combate aos ideais socialistas ou comunistas, mas às formas de pensamento contrárias à doutrina tradicional da Igreja:

Ao longo de seus 17 anos de circulação o periódico atuou como um importante instrumento na difusão de ideias cristãs e anticomunistas por todo o estado. Os anseios de seu principal articulador, o bispo diocesano Dom Jaime Luiz Coelho, de criar um jornal que fosse o porta voz da Igreja Católica na região refletem, em parte, as variantes do contexto histórico do início da década de 1960. Nesse aspecto, temos importantes elementos do cenário político internacional, nacional e regional a considerar. Porém, são também desdobramentos de uma postura assumida pela instituição no que se refere aos problemas sociais advindos com a modernidade e a melhor forma de enfrentá-los (BRITO, 2015, p. 36).

Dom Jaime ocupou o Secretariado Regional Sul II da CNBB, que teve sua instalação em Curitiba-Pr.

A Regional Sul II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, abrangendo o Estado do Paraná e com sede em Curitiba, foi criada a 30 de setembro de 1964, desmembrada de São Paulo, na terceira fase do Concílio Vaticano II, durante a 6ª Assembleia da CNBB, em Roma (CHIQUIM, 2005, p. 268).

Dom Jaime exerceu a função de primeiro secretário, o que na atualidade corresponde ao cargo de presidente. A Regional Sul II é um órgão de extrema importância para a Igreja Católica por ter a função de coordenar as atividades das dioceses, e a eleição de Dom Jaime demonstrou o prestígio do bispo de Maringá perante a Igreja. No entanto, passados seis meses Dom Jaime pediu demissão do cargo alegando a distância de Curitiba. O cargo que ocupava ficou, então, para Dom Manoel da Silveira D'Elboux, Arcebispo de Curitiba (CHIQUIM, 2005, p. 269). O mesmo religioso de quem Dom Jaime recebera a ordenação sacerdotal, na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto.

⁹⁶ PIO IX, Papa. **Carta Encíclica**. Sobre Erros Contemporâneos e o Modo de os Combater. Petrópolis: Editora Vozes, 1947.

⁹⁷ Obras que recebem o selo da Igreja Católica por expressarem fidelidade à doutrina.

O papel de Dom Jaime na edificação sócio, política, econômica e religiosa do Norte e Norte Novíssimo do Paraná tem sido objeto de pesquisas do campo acadêmico.⁹⁸ É fato que o bispo chegou na região quando esta expandia-se economicamente e as instituições estabeleciam-se. Sua influência não pode ser desprezada porque a hierarquia eclesiástica investiu Dom Jaime de um poder simbólico que ultrapassa a figura do religioso e o situa como uma liderança política. Entrementes, grande parte do poder que adquiriu Dom Jaime estava ligado ao papel religioso que desempenhava; era ele o detentor dos meios de salvação, ou seja, tinha o poder simbólico religioso na recém fundada diocese e território.

A produção da geógrafa Rosendhal, tem demonstrado que os símbolos sagrados – entre os quais a hierarquia de poderes – garante que o sistema religioso atribua sentido ao constructo social, colaborando com o formato civilizacional e territorial. A questão da pessoa do bispo como um agente social – empreendedor, inclusive – não é, necessariamente, inusitado. Rosendhal, esclarece com as seguintes palavras:

Essa questão envolve o conhecimento da religião como um sistema de símbolos sagrados e seus valores, envolvendo a produção, o consumo, o poder, as localizações e fluxos e os agentes sociais em suas dimensões econômica, política e do lugar. Portanto, o território está presente em todas estas dimensões (ROSENDHAL, 2005, p. 12929 *online*).

O poder simbólico do bispo possibilitou a ele introduzir-se no processo de construção social e, fato é, que a formação e sagacidade de Dom Jaime levou-o a fazer alianças promissoras e, sobretudo, a ter poder de direção sob os principais veículos de comunicação.

Nesta pesquisa não há intenção de optar por um viés ideológico, seja o defensor da construção da figura lendária de Dom Jaime, seja o crítico em relação às posturas políticas defendidas pelo bispo. O objetivo é contribuir com o entendimento qual o desenrolar histórico da sociedade e o estabelecimento da instituição católica na região pertenceram a um mesmo processo civilizador. E Dom Jaime foi agente ativo de destaque desse processo.

⁹⁸ GARUTI, Celso. **O poder no anel na diocese de Maringá**. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo S.P. 2006. f. 111

Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/1977/1/SelsonGarutti.pdf>. Acesso em 07/08/2018. PEREIRA, Márcia Maria. **A Igreja Católica em Maringá e a gestão de D. Jaime Luiz Coelho (1947-1980)**. 2007. 95 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2007; SILVA, Jonas Jorge da. **A catedral de Maringá: a imagem de um modelo de cidade**. Revista Espaço Acadêmico- nº 121. Junho d 2011: Maringá, Paraná. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3073/307325336007.pdf> Acesso em 18/01/2021.

4.3 DOM JAIME E OS CARMELITAS EM PARANAVAÍ: FRONTEIRAS SUCESSIVAS

Quando Dom Jaime assumiu o bispado da Diocese de Maringá, Paranavaí e região estavam em pleno desenvolvimento econômico.

Em 10 de outubro de 1956, Paranavaí foi considerado um dos cinco Municípios de maior progresso do Brasil, diploma concedido à cidade por meio da Revista O Cruzeiro, do Rio de Janeiro. O prefeito José Vaz de Carvalho recebeu a homenagem das mãos do presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, na então Capital da República (SILVA, 2014, p. 64).

O desenvolvimento econômico engloba todo um contexto de desenvolvimento social, pois só ocorre desenvolvimento econômico na medida em que condições favoráveis reúnem crescimento demográfico, infraestrutura, instituições políticas, aparato jurídico, comércio, culturas e tantas outras contingências relacionadas ao processo civilizador (ELIAS, 2011).

Tendo raízes na expansão cafeeira, a maneira como é formatada as bases das sociedades ao Norte e Norte Novíssimo do Paraná explica costumes, conceitos, culturas próprias da região.

Algumas características da colonização, como a organização em pequenas e médias propriedades (principalmente no norte novo e novíssimo) cultivadas a partir da produção familiar, a facilitação nas formas de pagamento da terra e o planejamento de uma rede de cidades que atendessem às necessidades da população rural, foram criadas a partir da ação das companhias colonizadoras. É importante destacar que tais características, aliadas ao solo de terra roxa (nitossolo), muito fértil, propiciando grande produtividade aos cafeeiros, foram fatores decisivos para atrair famílias de outras regiões do país, principalmente mineiros e paulistas, ao norte do Paraná, a fim de cultivarem o café (CHIES e YOKOO, 2012, p.28).

Paulistas, mineiros, nordestinos, sulistas, europeus, asiáticos... Cristãos católicos, de outras denominações, e demais religiosidades. Um contingente humano mesclando crenças, conhecimentos e hábitos, a construir novos costumes em resposta às novas realidades. Hábitos e costumes que, enraizados no cotidiano, definem a cultura local (THOMPSON, 1998).

Não é um exercício custoso deslocar o pensamento para o cenário econômico e sociocultural da região na década de 1950, quando Frei Ulrico se torna pároco da Paróquia de Paranavaí. Porém, há um contraste entre o ideário de progresso e civilização e as impressões

registradas por Frei Ulrico. Em agosto de 1951, chega a Paranavaí o Frei Ulrico Goevert que, em setembro do mesmo ano, toma posse como vigário da Paróquia de São Sebastião. Eis como Frei Ulrico fala sobre sua chegada a Paranavaí

Pouco depois de termos saído de Maringá, o quadro mudou completamente. Pela primeira vez a mata virgem do sul brasileiro. Enormes superfícies foram desmatadas nas semanas anteriores, pois o final de agosto e começo de setembro é o chamado 'tempo das queimadas'. Em monstruosas colunas, subia a fumaça céu acima e cobria o sol. Como um prato muito avermelhado estava o sol no horizonte. Uma cinza branca caía suavemente no solo. A cinza parecia como neve suja. As superfícies queimadas causavam uma desoladora impressão! Enormes árvores deitadas como corpos mortos no solo e, ao lado, arbustos meio queimados, estendiam seus poucos galhos nus, como que suplicando aos céus ajuda. O provincial leu aparentemente meus pensamentos e polidamente disse: 'O senhor deverá se acostumar com este triste aspecto. (GOEVERT, 1957, p. 7)

O ideário de civilização e progresso da região fundamenta-se a partir da criação do Distrito de Montoya, em 13 de abril de 1929 – comportava a Fazenda Ivaí –, embrião de Paranavaí, que tornar-se-ia município em 1951 (SILVA, 2015, pp. 42-60). Entretanto, a história local não é feita somente de ideais de colonização, construções de estradas, plantio cafeeiro e colheitas abundantes. Contando a história de Paranavaí Silva (2015) narra a saga dos nordestinos e demais migrantes que, envolvidos no processo de construção da sociedade paranavaense, sofreram as consequências da luta entre os grupos que disputavam a posse da terra e o poder local:

Widson Schwartz, em uma bem fundamentada reportagem publicada na Folha de Londrina, em outubro de 1982, diz o seguinte sobre essa fase da história de Paranavaí: “Da Fazenda Brasileira a Paranavaí, uma história de suor e sangue, envolvendo posseiros, grileiros e jagunços; a “Lei” ficava por conta de um tenente “promovido a capitão” pelo próprio povo e do célebre Pimpão, designado pelo interventor Manoel Ribas para “domar” Londrina (SILVA, 2015, p. 51).

Assim sendo, sobre o território tomado dos povos originários ergueu-se uma sociedade fincada na luta pela posse da terra e hegemonia política. Frei Ulrico deparou-se não somente com a paisagem de mata virgem sendo devastada pelas queimadas. Encontrou um povo que se enredava, entre a miscelânea de culturas distintas, uns à prosperidade e outros à sobrevivência. Cenário propício para quem saiu de sua terra natal disposto a fazer missão: construir a Igreja de Cristo nos confins da América do Sul (KNOBLAUCH, 1976). Literalmente a igreja estava por ser construída:

Pedi ao provincial para primeiramente me levar à igreja. Sem me dar resposta, parou diante de uma casa de madeira, sem telhado e com pequena torre: 'Esta é a igreja. Ela deve ser novamente coberta e aumentada. Este deverá ser o seu primeiro trabalho. Há ainda um pouco de dinheiro de uma festa que o povo fez. (GOUVERT, 1992, p. 8)

Os relatos de Frei Ulrico e outros freis oportunizam pensar a paisagem, os limites daquela gente, o contexto social e os avanços obtidos quando da chegada dos carmelitas à região do Norte Novíssimo, a partir da década de 1950. Não se pode negar que os carmelitas exerceram grande influência, não somente na formação religiosa, mas, efetivamente, na formação sociocultural da região.

A paróquia designada por Dom Sigaud aos carmelitas, crescia na intensidade que Paranavaí se desenvolvia: "A cidade de Paranavaí - pode-se dizer sem exagero - crescia diariamente. Também nas redondezas a população crescia continuamente" (KNOBLAUCH, 1976, p.9). E Frei Ulrico desenvolveu métodos próprios para alcançar a multidão com ensinamentos catequéticos, mas também contribuindo com a formação educacional:

Não dava para simplesmente resolver o problema com aulas de religião nas escolas, pois escolas como tal era algo muito raro nos primeiros anos. Escolas públicas simplesmente não havia. Para resolver a situação Frei Ulrico fundou uma escola paroquial. Aliás já logo após a sua chegada construiu por própria conta uma escola para carentes. Pelo menos assim um bom número de crianças puderam ter o prazer de ler, escrever e somar. Em 1956/57 foi construída finalmente com o apoio da comunidade uma escola relativamente grande. Esta escola existe até hoje. É chamada desde alguns anos de "Colégio Nossa Senhora do Carmo". Começou como escola primária oficial. Mais tarde passou a ter também o ginásio (KNOBLAUCH, 1976, pp. 9-10).

Empenhados pela missão, os carmelitas estiveram, senão à frente, ao menos ao lado, inseridos no processo de edificação das sociedades que se formaram ao entorno da Paróquia de Paranavaí. Rezando missas, realizando sacramentos, construindo igrejas e escolas, seminário e convento, indo ao encontro das necessidades da população em formação, é natural que os carmelitas almejassem perpetuar a autonomia que tinham na região sob o pastoreio de Dom Sigaud, bispo da Diocese de Jacarezinho. No entanto, a resolução de desmembrar a Paróquia de Paranavaí da Diocese de Jacarezinho, e submetê-la à Diocese de Maringá, resultou num conflito de duas vias: Dom Jaime não se sentiu acolhido pelos carmelitas e, estes, estranharam o bispo.

Assim relata Frei Joaquim Knoblauch:

Quando então em 1956 a paróquia de Paranavaí com toda a região passou a pertencer à recém-criada diocese de Maringá, a nossa situação complicou-se (agravou-se ainda mais). O bispo de Maringá não era nada favorável (simpático) aos religiosos. Por isso era impensável a aceitação de uma nova paróquia em sua diocese. Assim de tudo aquilo que era a paróquia de Paranavaí no tempo da fundação só ficou para o Comissariado as paróquias São Sebastião de Paranavaí e a de Graciosa (KNOBLAUCH, 1976, p.5).

O padre Orivaldo Robles (2007) esclarece que,

A paróquia de Paranavaí era administrada por frades carmelitas alemães. Acostumados com dom Sigaud residindo na longínqua Jacarezinho, gozavam de grande autonomia que a proximidade do bispo certamente faria mudar. Por isso, a criação de bispado de Maringá não lhes trouxe especial contentamento. Desde a primeira visita a Paranavaí, dom Jaime não se sentiu exatamente bem-vindo. Deixou registrado que, entre todas, esta foi a paróquia que lhe causou maiores aborrecimentos, acrescentando: “Os frades, com frequência, conversavam em alemão num desejo, quem sabe, de esconder ao bispo algum assunto ou comentário” (DIOCESE DE MARINGÁ, 1957^a, f.68). Não era apenas impressão. Consta que após a visita, frei Ulrico Goewert, com muita franqueza, teria comentado: “Xente gôsta muito quando bispo vem. Gôsta mais quando vai embôrra” (ROBLES, 2007, pp. 42-43).

Os carmelitas sentiam-se incomodados com a presença do superior. Ao utilizarem a prática da barreira linguística será que intencionavam esconder algo de Dom Jaime, ou, talvez, pontuar a distância entre eles e o bispo? Dom Jaime administrava a diocese, as paróquias, tomava decisões, mas não podia entender o que os carmelitas falavam. Essa prática pode ser pensada como uma tática que os freis utilizaram para burlar o autoritarismo do bispo.

O artigo do Pe. Marcos Roberto (2016) aponta o bispo como um personagem que lutou arduamente para a projeção do catolicismo na Diocese de Maringá, e apresenta o bispo como um grande articulador, pois lograva sucesso nos mais variados espaços. A historiografia reproduzida por Pe. Marcos Roberto qualifica Dom Jaime como um grande empreendedor.

Empreendedorismo e persuasão são traços atribuídos à personalidade de Dom Jaime. O bispo tinha a missão de estruturar a Diocese de Maringá e manter a Igreja Católica como força motriz dessa sociedade, para tanto ele precisava convencer as pessoas que o seu projeto, ou seja, sua proposta era relevante:

Dom Jaime era um bispo que sabia de sua importância para a consolidação da fé na diocese de Maringá. Por isso exercia de modo incisivo seu ministério episcopal como representante da Igreja e, fazia uso da palavra como instrumento de comunicação e persuasão daquilo que acreditava. Homem habilidoso nos discursos e inteligente no raciocínio sabia lidar com o povo simples e com as autoridades

políticas sem perder a postura de bispo e a credibilidade exigida, ou mesmo entrar em contradição com seus princípios pessoais. Era homem de uma só palavra, e mesmo no confronto com seus adversários não esmorecia de suas posições. Seus propósitos não eram outros que alargar a presença da Igreja e angariar espaços de solidificação e fortalecimento da fé na diocese de Maringá. (SANTOS, 2016, n. p)⁹⁹

Trabalhos acadêmicos e não acadêmicos que discorrem acerca da figura de Dom Jaime Luiz Coelho e, conseqüentemente, acrescentam à história de Maringá, chamam a atenção para o espírito empreendedor de Dom Jaime. A ele são atribuídos, também, o autoritarismo e a retórica. O poder de persuasão que o bispo tinha favorecia seus empreendimentos. Porém, possivelmente com a mesma rapidez que o bispo fazia amigos e colecionava admiradores, angariava desafetos.

Frei Alberto em relação a figura de Dom Jaime expõe:

[...] Dom Jaime Luiz Coelho era muito jovem. Na época era o bispo mais jovem do Brasil, se não me engano. Logo ele quis mostrar serviço com a construção do seminário, da catedral e do palácio episcopal. Claro que para isso ele precisava de muito dinheiro. Nas reuniões do clero só se falava em dinheiro, taxas, contribuições e percentagens que deviam ser enviadas para a cúria. O lema de Dom Jaime era: *IN OMNIBUS CHRISTUS* (Em tudo Cristo). Nós mudamos um pouco para: *in omnibus pecuniae* (Em tudo dinheiro). Isso chegou aos seus ouvidos e ele chorou tanto lamentando: “como podiam fazer isso comigo”. Nunca ele nos perdoou por esta brincadeira. Mas as suas exigências em relação ao dinheiro, ele não mudou. 30% das festas deviam ser enviados para a cúria. Hoje que sou bispo de Dourados, eu me vejo na obrigação de justificar a contribuição para a cúria porque a diocese vive também das paróquias. Sem estas contribuições nenhuma diocese sobrevive (FOERST, 2012, p.16).

No Livro Tombo da Paróquia São Sebastião registrou-se os inúmeros pedidos de Dom Jaime em relação a questões econômicas. O que mais chama a atenção são as várias solicitações para a construção do Seminário Diocesano, espórtulas, porcentagens que os padres seculares e regulares deveriam retirar das festas comuns ou especiais, entre outros.

O primeiro registro de Dom Jaime no Livro Tombo da Paróquia São Sebastião é uma crítica à obrigação do vigário em realizar os registros paroquiais, o controle do bispo em relação ao que ocorria na paróquia e nas capelas, mas também era um documento que orientava o bispo acerca dos grupos católicos nas determinadas paróquias, como e em quais porcentagens ou quantidades participavam dos rituais católicos.

⁹⁹SANTOS, Pe Marcos Roberto Almeida dos. Artigo de padre Marcos Roberto: **Cem anos de dom Jaime- O Centenário de um paulista**. Arquidiocese de Maringá, Maringá-PR, 2016, n.p. Disponível em: <http://www.arquidiocesedemaringa.org.br/noticias/704/artigo-de-padre-marcos-roberto-cem-anos-de-dom-jaime-o-centenario-de-um-paulista>. Acesso em 21/01/2021.

Ao Revmo. Sr. Vigário, Pe. Frei Ulrich Goevert
De passagem pela Paróquia, preparando os Homens e Moças para a Comunhão Pascal desejei ver o Livro de Tombo da Paróquia. Qual não foi a minha surpresa em encontrá-lo no presente estado. Quando, em setembro do ano passado, por ocasião da minha primeira visita oficial à Paróquia propositalmente, não pedi os livros do arquivo, para examiná-los, dando tempo ao Vigário para que os deixasse em ordem. Agora, porém, não posso aprovar esta atitude. Já na 1ª página deste Livro, S. Excia, o Sr. Dom Geraldo de Proença Sigaud, recomendava o registro dos fatos mais importantes ocorridos na Paróquia. É natural que, deixada esta obrigação para mais tarde, ou tais fatos não serão registrados, e quando o forem não terão a precisão necessária (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1958, p.21)

A citação é de 15 de junho de 1958. Frei Ulrico começa a colocar em ordem o livro. Na folha seguinte o frei narra o processo de desmembramento da Diocese de Jacarezinho e ereção das Dioceses de Maringá e Londrina. Outro ponto que ele aborda são as três reuniões do clero diocesano de Maringá realizadas por Dom Jaime no ano de 1957: 30 de abril, 03 de setembro e 30 de novembro.

Na primeira reunião realizada não há informações acerca das recomendações realizadas por Dom Jaime. Na descrição Frei Ulrico coloca que Dom Jaime marcou uma visita oficial com crisma do dia 21 de setembro a 02 de outubro. Para a visita de Dom Jaime foram mobilizadas as pessoas que dispunham de carro, autoridades estaduais, municipais e federais. Também foram mobilizados os civis e militares, e alunos da Escola Paroquial. Ou seja, foi organizado um evento municipal para recepcionar o bispo. No decorrer desses dias de Visita Pastoral, Dom Jaime crismou 5.000 pessoas. No entanto, chamo a atenção para a frase “nesta mesma reunião recebi também a licença para os padres capuchinhos pregar missão na freguesia de Paranavaí” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1957, p. 22). Segundo Frei Ulrico: “Mais um movimento de grande envergadura na vida religiosa da Paróquia de Paranavaí, as missões pregadas pelos Padres Capuchinhos do dia 7 até dia 16 de julho de 1957” (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1958, p.21).

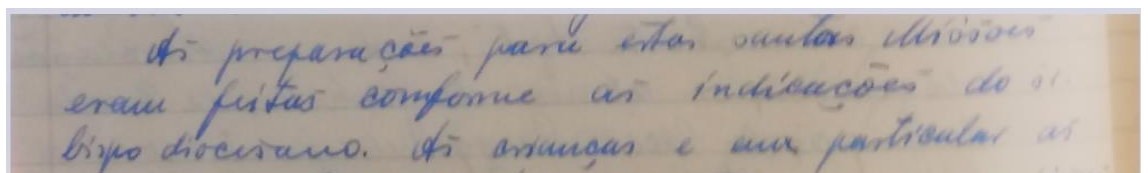


Imagem 04: Missões Capuchinhas em Paranavaí¹⁰⁰

Fonte: Livro do Tombo da Paróquia de São Sebastião de Paranavaí, 1957, p. 22

¹⁰⁰ As preparações para as santas Missões eram feitas conforme as indicações do Sr. Bispo diocesano.

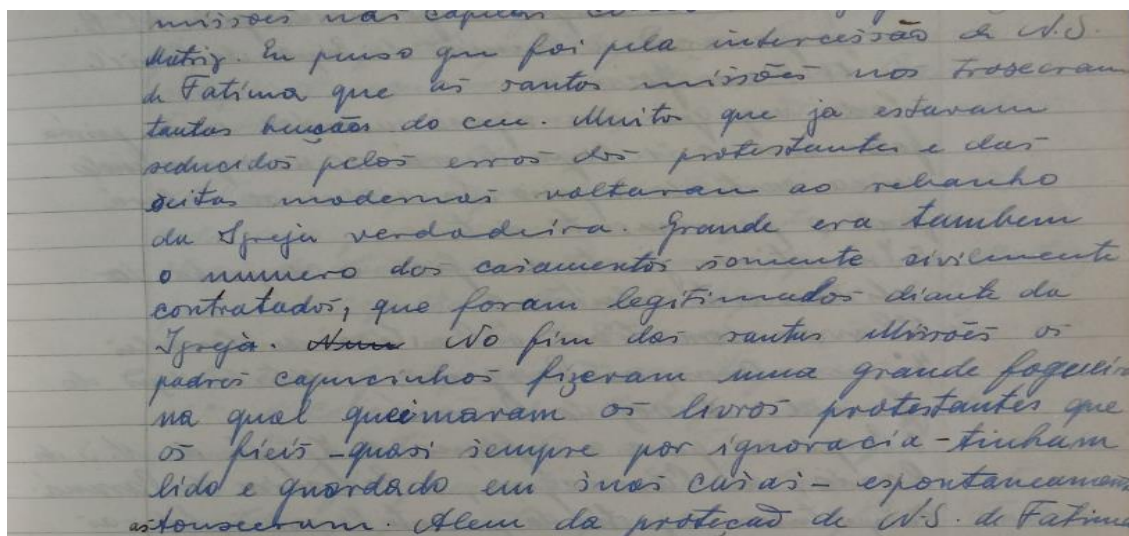


Imagem 05: Missões Capuchinhas em Paranavaí¹⁰¹

Fonte: Livro do Tombo da Paróquia de São Sebastião de Paranavaí, 1957, p.23

A segunda reunião ocorreu dia 3 de setembro. Ao todo foram 15 tópicos tratados, dos quais, os principais foram:

5º - Incentivar junto aos fiéis a campanha do alistamento eleitoral.

11º - Todas as paróquias da Diocese deverão cada ano promover uma festa para as obras do Seminário Diocesano, quer na matriz quer nas capelas. A renda líquida integral será enviada a Cúria Diocesana, tirados os 10% como gratificação ao Vigários.

13º - As comissões da Matriz e das Capelas deverão prestar contas ao Vigário que examinará com frequência o Livro-caixa e determinará os pagamentos quando serão feitos. Todo o dinheiro deverá ser colocado nos Bancos com assinatura do Vigário do Tesoureiro ou Presidente. Sem especial licença da Cúria Diocesana não é permitido o empréstimo do dinheiro pertencente a Matriz ou as Capelas a qualquer pessoa.

15º - Campanha de gêneros alimentícios: meio fácil para o pagamento das anuidades de nossos seminaristas (LIBRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, 1957, p. 24).

Na terceira reunião do clero diocesano de Maringá, ocorrida no dia 03 de dezembro de 1957, foram tratados 11 tópicos, destaque o 2º:

2º - O dever pastoral do vigário não deve se limitar somente à sede da Paróquia ou alguma capela. Diversos pedidos têm chegado ao Sr. Bispo Diocesano no sentido de que algumas capelas sejam melhor (sic) atendidas. Da escassez de clero e a extensão das paróquias, multipliquem-se sr. Padres em seu zelo sacerdotal, atendendo, na

¹⁰¹Eu penso que foi pela intercessão de Nossa Senhora de Fátima que as santas missões nos trouxeram tantas bênçãos do céu. Muitos que já estavam seduzidos pelos erros dos protestantes e das seitas modernas voltaram ao rebanho da Igreja verdadeira. Grande era também o número de casamentos somente civilmente contratados, que foram legitimados diante da Igreja. No fim das santas Missões os padres capuchinhos fizeram uma grande fogueira na qual queimaram os livros protestantes que os fiéis quase sempre por ignorância tinham lido e guardado em suas casas, espontaneamente os trouxeram. (Livro do Tombo da Paróquia de São Sebastião de Paranavaí, 1957, p.23, transcrição nossa)

medida do possível, ao bom povo ? da palavra e da vida de Deus (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DE PARANAÍ, 1957, p. 24).

A figura 04 do Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião faz referência às Santas Missões da Igreja Católica. Fato é que, mediante as missões, ocorreu a queima de livros considerados inapropriados para católicos. Tal situação remete ao período em que a Igreja Católica exercia supremacia e fazia uso do Tribunal do Santo Ofício para punir as pessoas consideradas heréticas.¹⁰² Elementos simbólicos inter cruzam-se na ocorrência: a intervenção da igreja na formação das pessoas, o uso do fogo para simbolizar a purificação, pois ao queimar os livros que não deveriam ser lidos, queima-se também a antiga crença desvirtuada ou herética.

Eu penso que foi pela intercessão de N. S. de Fátima que as Santas Missões nos ? tantas bênçãos do céu. Muitos que já estavam seduzidos pelos ? dos protestantes e das seitas modernas voltaram ao rebanho da Igreja verdadeira. Grande era também o número dos casamentos somente civilmente contratados, que foram legitimados diante da Igreja. No fim das Santas Missões os padres capuchinhos fizeram uma grande fogueira na qual queimaram os livros protestantes que os fiéis quase sempre por ignorância tinham lido e guardado em suas casas - espontaneamente os trouxeram. LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DE PARANAÍ, 1957, p.23)

No momento de estruturação da Igreja Católica na região de Paranaí, o desconhecimento da maioria dos leigos frente aos preceitos católicos era algo que incomodava os carmelitas e foi retratado em várias narrativas. A queima dos livros não condizentes com a doutrina católica pressupunha uma maneira de controlar as expressões populares e àqueles que, porventura, se desviaram do caminho da salvação considerado correto pela instituição. Nisso consiste que a normatização dos padrões de comportamento segue a lógica do controle social, com base na doutrina religiosa.

Na visão dos carmelitas o catolicismo que se desenvolvia na região missionária de Paranaí estava permeado de ignorância e credices desnecessárias. Grande porcentagem da população era analfabeta. As práticas culturais e econômicas do povo estavam ligadas ao ambiente rural. A relação das comunidades com o sagrado estava determinada pelo contexto local e a vivência religiosa baseada na tradição das festas, ritos e símbolos, com destaque para a devoção aos santos.

¹⁰² O Tribunal do Santo Ofício, foi uma instituição encarregada de investigar, julgar e punir ações consideradas heréticas.

4.4 PODER SIMBÓLICO: DOM JAIME E OS CARMELITAS NO CAMPO DAS TROCAS

Pensar o processo civilizador em Paranavaí e região nos meados do século XX, indispensavelmente, remonta pensar as relações estabelecidas pelos freis carmelitas da Província de Bamberg e os bispos das duas dioceses que gestaram a Diocese de Paranavaí.¹⁰³

Se o relacionamento dos freis com Dom Sigaud, por identidade ideológica, ou distância espacial, não apresentou conflitos, com Dom Jaime não se pode inferir o mesmo. As fontes analisadas apresentam um ou outro queixume, de ambas as partes, embora velados.

Dom Jaime ao assumir a Diocese de Maringá, e receber o Norte Novíssimo como herança da Diocese de Jacarezinho, adentrou um campo onde os carmelitas já haviam semeado frações do poder simbólico inerente à liderança religiosa. Ao passo que, os carmelitas ao receberem Dom Jaime como sucessor de Dom Sigaud, foram submetidos, mediante a economia das trocas simbólicas, à autoridade de um que lhes era estranho. Inusitada cumplicidade, a de impulsionar um mesmo processo conservando a disputa pelo poder sem, objetivamente, expor as fissuras:

[...] o poder[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Que Dom Jaime traçasse os caminhos de sua diocese, e que os religiosos carmelitas se sentissem titulares das comunidades católicas formadas em sua região missionária, é fato que não causa espanto. A relação que se estabeleceu naturalmente entre as duas forças, conforme pode ser entendido com base na divisão do trabalho religioso em face das estruturas sociais, expressa muito mais a legitimação política dos agentes do capital religioso do que picuinhas entre bispo e religiosos.

Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do capital religioso, na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras, as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, principio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo

¹⁰³ Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo da Diocese de Jacarezinho (1947-1961). Dom Jaime Luiz Coelho, bispo da Diocese de Maringá (1957-1979).

natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social (BOURDIEU, 2007, p. 57).

Um episódio pode ser elencado como demonstração da disputa política pelo capital religioso entre os freis e o bispo. Frei Alberto Foerst comenta a respeito de um grupo de 4 freiras carmelitas que chegaram a Paranavaí, em junho de 1955, para auxiliar os missionários carmelitas alemães. Nas entrelinhas, a narrativa reconhece que Dom Jaime desdenhou da presença das irmãs, requerendo o espaço ocupado por elas.

Já antes da nossa saída para o Brasil andavam na Alemanha umas Irmãs Carmelitas Missionárias da Santa Teresinha do Menino Jesus a procura de um lugar para fundar uma nova casa. Parece-me que foi este o desejo ou a proposta. Eu pessoalmente não tinha contato com elas; apenas Frei Burkardo e ele as convidou a vir para o Brasil. Assim um dia, vieram para Paranavaí. Avisaram que estavam chegando. O que agora fazer com estas irmãs? Era uma equipe internacional: uma irmã austríaca, uma holandesa e duas italianas. A Irmã Canísia Popp era de Viena, Ir. Tomazina Draisma da Holanda, Ir. Gabriela Scodina e Ir. Graça Cavallo da Itália. Assim o Frei Ulrico construiu uma casa que devia servir de jardim de infância e abrigar as Irmãs. Irmã Tomasina tinha estudo para cuidar de crianças. Assumiu a responsabilidade pelo jardim; Irmã Gabriela cuidou da nossa cozinha e dos animais; a Irmã Graça da roupa e da sacristia; enfim Ir. Canísia de relações públicas; dizia que era médica, mas não mostrou nenhum diploma. [...] Depois eu tinha que me arranjar com as Irmãs, porque Dom Jaime de Maringá pediu a casa destas Irmãs para Irmãs Vicentinas que ele enviou para Paranavaí. Então as Vicentinas ficaram na casa e no jardim; ao mesmo tempo lecionaram na escola paroquial até que construíram o próprio colégio com entrada na rua Getúlio Vargas. No colégio paroquial continuou somente o estudo do segundo grau. Para as Irmãs Carmelitas compramos uma chácara e arrumamos provisoriamente uma moradia para elas até que se definisse melhor o futuro delas. Novamente, Dom Jaime exigiu a entrega e a escritura desta chácara em nome da Mitra Diocesana. Ao mesmo tempo ele transferiu as Irmãs para o seminário em Graciosa. Eu construí lá uma residência para as irmãs, perto da cozinha, mas independente do seminário. Irmã Gabriela ficou responsável pela cozinha do seminário enquanto a Irmã Tomasina ficou mais para a casa e a roupa dos padres (FOERST, 2012, p. 12).

No processo de criação de novas paróquias Dom Jaime vai (re) afirmando sua influência e impondo seu poder. E no contexto, sendo o bispo o expoente máximo da gestão dos bens de salvação, prevalece sua autoridade ao requerer uma propriedade angariada pelos carmelitas, e instalar lá uma congregação feminina indicada por ele.

No dia 25 de fevereiro de 1959, em uma audiência o “Sr. Bispo pediu mais uma vez a entrega do Jardim da Infância e das três datas para a construção de um colégio feminino, efetivamente entregou-se esta propriedade a Mitra Diocesana” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, 1959, p. 29). Ainda em relação a doação dessas propriedades, Dom Jaime, em visita Pastoral realizada em 20 de abril de 1959, declara:

Os termos anunciado, no dia da abertura da Visita Pastoral, a vinda de Religiosas, no próximo ano para dirigirem um Colégio para meninas, pudemos constatar a alegria de todos. Trabalhem pois, os Revmos. Ser. Padres, com os membros da Comissão da igreja, para a urgente e adequada preparação da residência das Irmãs, que se instalarão no atual prédio do Jardim de Infância, ora de propriedade da Mitra Diocesana, cedido pela ordem dos Padres Carmelitas, e assim o Colégio será, em breve, uma realidade (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DE PARANAÍ, 1959, p. 30).

Problematizar os interesses que nortearam as ações dos agentes do capital religioso é imprescindível para entender a estruturação da igreja católica, em Paranavaí e região, em meio ao processo civilizador. Primeiramente, é necessário pensar as motivações que levaram Dom Jaime a optar pelas irmãs Vicentinas, ou melhor, por que a aliança com as Irmãs Vicentinas atraía Dom Jaime em detrimento às Irmãs Carmelitas? Em segundo, por que razão Frei Burcardo convidou as freiras para o trabalho no Brasil antes mesmo de prontificar o bispo? Não cabe aqui dar respostas imediatistas. Meu interesse, a princípio, é refletir sobre a situação. Entendo que o processo que constituiu a história religiosa de Paranavaí foi permeado pelas várias ações delineadas por seus agentes históricos. E nesse contexto, Dom Jaime, ao que tudo indica, tentava minimizar a influência que os carmelitas tinham ou poderiam vir a ter em Paranavaí. Disputa política no campo das trocas dos bens de salvação? Correlação de forças entre poderes simbólicos? A veleidade das queixas entre as partes indica parcimônia ou a violência – camuflada – dos interesses pelo controle da região? Bourdieu (1989) oportuniza pensar o poder simbólico como mecanismos no jogo de dominação:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para a alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação de diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavras, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energias (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Outra situação na qual o bispo de Maringá confrontou o poder simbólico da comunidade carmelita ocorreu quando um jovem teuto- catarinense, que tinha o objetivo de ser carmelita, foi persuadido por Dom Jaime a mudar de campo:

Depois da sua ordenação, Frei Bernardo foi liberado para fazer o seu noviciado no nosso convento de Straubing, na Alemanha. Durante o seu noviciado ele ficou doente e teve que se submeter a uma operação de câncer. Ficou com a esperança de terem conseguido eliminar a doença. No entanto, os médicos alertaram: se nada voltar durante 5 anos, será o sinal de que está curado. Bem no final dos cinco anos, a doença voltou. Acontece que o padre já não mais estava conosco porque Dom Jaime Luiz de Maringá o convidou pra entrar na sua Diocese. O religioso não resistiu a este convite e foi nomeado vigário de Santa Isabel do Ivaí. Não demorou até que a morte o alcançou. Ele está enterrado na igreja de Santa Isabel do Ivaí (FOERST, 2012, p. 15).

Frei Bernardo Rech era filho de teuto-catarinenses que viviam em Graciosa, uma comunidade pela qual os freis carmelitas nutriam especial predileção. Bernardo Rech foi ordenado padre em 18 de dezembro de 1955, e como ele queria ser carmelita, foi enviado em 1956 para fazer noviciado em Straubing¹⁰⁴, onde realizou os votos simples (KNOBLAUCH, 1976, p. 24). A carência de vocacionados para exercerem o trabalho religioso na região é menção recorrente nos registros carmelitas. O fato é que Frei Foerst registra não somente o trágico destino de Rech, mas a mudança em sua trajetória religiosa, acentuando a influência de Dom Jaime. E por que Dom Jaime escolhera e cooptara o moço para os serviços diocesanos? Demonstração de autoridade? Afeto? Ou estratégia para ampliar seu campo de poder?

A partir do exposto, penso que quando Dom Jaime assume a diocese de Maringá, a administração da região de Paranavaí e região pelos freis carmelitas passou por um processo de mudanças. Novas paróquias são fundadas e conseqüentemente os carmelitas vão paulatinamente perdendo áreas de influência. No entanto, não foi apenas a administração eclesiástica de Dom Jaime que levou a essa perda de influência, o processo de (re) ocupação da região de Paranavaí foi determinante para essa situação.

Nesse sentido, esse capítulo analisou o processo de institucionalização do catolicismo na região de Paranavaí, com ênfase na presença de Dom Jaime Luiz Coelho, bispo da Diocese de Maringá que, juntamente com os freis carmelitas, impulsionou o processo de ereção da diocese de Paranavaí. A análise dos documentos eclesiais e das narrativas dos freis, assim como a historiografia que trata do crescimento e desenvolvimento da região, permitiu entender que a região e a Igreja Católica expandiram-se, concomitantemente, em meio aos conflitos gerados pela disputa de lideranças religiosas

¹⁰⁴ Straubing é um município do estado da Baviera, Alemanha.

A pequena e novíssima região de Paranaíba, sufragânea da Diocese de Maringá, palco das atuações dos freis carmelitas e de Dom Jaime Luiz Coelho, constituiu-se num campo onde as forças senão opostas, tampouco antagônicas, mas de diferenciados interesses, disputaram a hegemonia sobre o capital religioso. Mediante o desenvolvimento econômico e social, o crescimento das comunidades católicas acompanhou o curso do progresso, da urbanização, em meio ao processo civilizador. Das disputas entre um e outro dos poderes simbólicos, a história confluía na instauração de mais uma diocese, a de Paranaíba, conforme a visão institucional de fronteiras sucessivas.

5.MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PARANAÍ (1963-1968)

[...]a igreja era o ponto de referência, o lugar em que se concentrava toda a vida da comunidade. Aí se reuniam as pessoas para rezar, e também para discutir as questões relacionadas à comunidade. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 15)

5.1 PARANAÍ: ESPAÇO DE LUTAS

Meu intuito é pensar a respeito da participação dos freis da Província Carmelita de Bamberg no processo de criação da Diocese de Paranaí. A contestação, como veremos adiante, cabe ao discurso memorialístico de que os freis carmelitas alemães foram apáticos ao processo de fundação deste território eclesiástico, se comparados à postura empreendedora do bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho.

As fontes analisadas são quatro Livros Tombo, um manuscrito e dois livros produzidos com a finalidade específica de narrar e tornar memorável a história religiosa de dois importantes municípios paranaenses, que são Maringá e Paranaí. Os documentos são: *Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião de Paranaí*; *Livro Atas da Paróquia de São Sebastião de Paranaí*; *Livro Tombo da Catedral Maria Mãe da Igreja de Paranaí*; *Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Loanda*; e o manuscrito *Memórias de um missionário Carmelita do século XX*. Os livros são *A igreja que brotou da mata* (ROBLES, 2007), e *A diocese de Paranaí: 40 anos de história e evangelização* (MARINHO, 2008).

Ao longo da década de 1950, a região de Paranaí conheceu um processo de (re) ocupação e desenvolvimento até então não visto. Isso gerou novas necessidades, econômicas, sociais e religiosas. Dentre essas necessidades, em razão do objetivo dessa pesquisa, aponto o desejo dos freis carmelitas de tornar a Igreja mais próxima e presente, evitando, talvez, o ganho de espaço de outras denominações religiosas. A Igreja Católica sempre demonstrou habilidades em acomodar suas estratégias de permanência. Andrade (2008, p. 257), aponta algumas das estratégias utilizadas pela Igreja em seu artigo intitulado *A religiosidade católica e a santidade do mártir*, no qual a historiadora aponta como a Igreja Católica faz uso de estratégias para intermediar e controlar a crença aos santos, a partir de “um corpo de crenças e um conjunto de práticas”.

Contanto, é possível identificar na proximidade com o bispo uma atuação mais efetiva em relação à realidade religiosa, cultural e social dessa comunidade; afinal, o que estava em jogo era a vida e a sobrevivência religiosa católica na região.

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a cafeicultura alcançou a fase de maior expansão em Paranaíba¹⁰⁵. Nesse período, Dom Jaime, bispo de Maringá, respondia também pelo rebanho de Paranaíba. Com a expansão e crescimento econômico da região houve um consequente aumento do número de diocesanos. Nesse contexto, a ampla produção do café gerou o crescimento econômico e demográfico da região, o que acabou dificultando um efetivo pastoreio do bispo de Maringá.

Sob essa base proponho pensar as razões religiosas e sociais da criação de uma diocese em Paranaíba, analisando o fato de que se tratava de uma região fortemente ligada à religiosidade popular (SCHUELTER, 2015). Inserida no contexto de expansão do território paranaense e crescimento demográfico em função da colonização, a região de Paranaíba agregou migrantes de outras regiões brasileiras, como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina. Também recebeu os imigrantes europeus, em sua maioria de origem teuta (PRIORI; BERTONHA, 2015). Para o clero – notoriamente os setores conservadores da Igreja – esse contingente populacional mesclando costumes provindos de todos os cantos e, sem a presença incisiva do clero católico, tenderia a desenvolver a fé de um modo impróprio aos olhos da igreja.

Esse catolicismo praticado pela comunidade de Paranaíba, distante do catolicismo oficial, foi explicitado por Frei Ulrico a partir do estranhamento presente em seu discurso, no livro “História e memórias de Paranaíba” no que tange por exemplo a montagem do presépio natalino, que segundo o mesmo: “Havia muitas coisas e coisinhas que realmente não tinham nada a ver com o presépio de Belém” ([1957] 1992, p.24), ou em relação a maneira como era comemorada a festa de Santo Reis ([1957] 1992, pg. 62), ou ainda a devoção mariana ([1957] 1992,pg 69) (SCHUELTER, 2015, p. 191)¹⁰⁶

Portanto, a figura de um bispo que zelasse pela comunidade constantemente inibiria excessos do clero e possíveis deslizes da comunidade.

¹⁰⁵ Sobre a expansão econômica de Paranaíba e região Cf.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA, [entre 2009 e 2012], p.51).

¹⁰⁶ SCHUELTER, Leide Barbosa Rocha . **Frei Ulrico Goevert: primeiras ações missionárias em Paranaíba-PR**.Artigo. VII Congresso Internacional de História: Políticas, culturas e narrativas na América na América Latina.MARINGÁ-PR, 2015.

Para pensar as expressões religiosas da região, sirvo-me dos estudos de Andrade (2008) que, para melhor delimitação conceitual, cunhou o conceito de religiosidade católica. A autora define que nessas manifestações “é difícil detectar o limite entre o institucional e o não institucional por se tratar de expressões complexas nas quais o devoto acredita estar vivenciando sua religião, sem a preocupação dela estar ou não sancionada pela instituição”. (ANDRADE, 2008, p. 238). É exatamente essa falta de institucionalização que o clero tenta combater na região, pois pensando de acordo com o viés da instituição, essas práticas não são vistas como católicas. Segundo a autora:

Admitia-se que o catolicismo popular padecia de ignorância, subjetivismo, sentimentalismo e superstição; a resposta que a Igreja tinha a seu alcance era ilustrar o povo e levá-lo ao que considerava a racionalidade das fontes autênticas e objetivas da experiência cristã: os sacramentos e a palavra de Deus. (ANDRADE, 2012, p. 43)

A autora expõe que essa meta foi implantada dentro da Igreja por movimentos litúrgicos e bíblicos e alcança seu auge a partir do Concílio Vaticano II. Acredito que o papel do bispo passa a ter uma demanda maior no sentido de dar efetividade a esse projeto de ilustrar a população católica.

Mesmo com alguns percalços, como veremos adiante, a Diocese de Paranavaí foi criada em 20 de janeiro de 1968, sua instalação ocorreu no dia 07 de julho de 1968. Essa diocese foi erigida em uma parcela da última área da ocupação e consequente colonização do Paraná denominada Norte Novíssimo¹⁰⁷.

Nas origens da história da Diocese de Paranavaí está a presença marcante de D. Jaime Luiz Coelho. Fundar uma nova sede de um bispado no Norte Novíssimo foi iniciativa do bispo de Maringá, mesmo havendo um certo desentendimento na relação do bispo com os freis Carmelitas, que administravam a paróquia de Paranavaí. A documentação aponta que D. Jaime planejara, já no início da década de 1960, o desmembramento do território eclesiástico e a consequente fundação da Diocese de Paranavaí. Esse fato reforça a capacidade empreendedora de D. Jaime Luiz Coelho, propagandeada num discurso segundo o qual, enquanto liderança religiosa, Dom Jaime manteve a postura de expandir a fé católica e, ao mesmo tempo, alargar as possibilidades de desenvolvimento da região.

¹⁰⁷ A região denominada Norte Novíssimo do estado do Paraná é agrupada em três microrregiões: Cianorte, Paranavaí e Umuarama. Atualmente essa região é conhecida como noroeste do Paraná.

A cidade de Paranavaí, além de ser um pequeno polo da região conhecida como Norte Novíssimo, apresentava uma localização estratégica. Paranavaí dista de Maringá apenas 80 km, por outro, o ponto mais distante em relação a futura sede da diocese estaria a 130 km, a paróquia de São Paulo Apóstolo de Querência do Norte. Dentre as cidades do noroeste do Paraná, Paranavaí reunia as melhores características para ser sede do novo bispado na região.

A região de Paranavaí, em razão do tardio processo de ocupação¹⁰⁸, e por causa do crescimento econômico com base na lavoura de café, atraiu um contingente populacional provindo de outras regiões brasileiras, como por exemplo, Pernambuco e Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Também foi nesse período que a imigração alemã, japonesa, italiana, libanesa, turca, espanhola e árabe aportou na região, para trabalhar nas mais variadas profissões (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, s/d, p. 20)

Isso quer dizer que a região confluiu um contingente humano diverso em culturas, costumes, inclusive, maneiras de vivenciar a fé católica. Não obstante, a Igreja Católica, no período, seguia uma orientação vinculada ao movimento ultramontano, ou seja, prezava pelo conservadorismo e as tradições romanizadas: “Em uma definição bastante esquemática, entende-se por catolicismo romanizado ou ultramontano aquele catolicismo praticado entre 1800 e 1960, nos pontificados de Pio VII a Pio XII [...]” (Manoel, 2004, p. 45)

A resistência da Igreja quanto às formas de manifestações populares da fé católica está explícita nos documentos eclesiais da época, como exemplo, destaco a Carta Encíclica *PASCENDI DOMINICI GREGIS* do Sumo Pontífice Pio X, de 1907. Condenando toda

¹⁰⁸ O Norte Novíssimo desenvolve-se a partir do século XX. Portanto, considerado tardio em relação ao histórico de ocupação dos territórios paranaenses. Para aprofundar a história da ocupação do Paraná indico BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN. **História Do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969; REBECCHI, Murilo. **Entre a colonização do noroeste do Paraná e a preservação da memória de um povo esquecido: os Xetá**. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.f. 97; ALCANTARA, José Carlos. **Política Local: um estudo de caso (Paranavaí: 1952-1982)**. Campinas, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281897/1/Alcantara_JoseCarlos_M.pdf. Acesso em: 10/10/2019; MARTINS. Gelise Cristine Ponce Martins. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)** Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2012, f.230; SILVA, P. M. S. da. **História de Paranavaí**. Edição Comemorativa aos 36 anos de Paranavaí. Obra Destinada ao Patrimônio Histórico-Cultural de Paranavaí. Paranavaí: [s.e.] 1987; WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

manifestação modernista, o Papa Pio X considera o crente modernista um perigo para a sã doutrina:

Se, porém, procurarmos saber que fundamento tem essa asserção do crente, respondem os modernistas: é a experiência individual. Com esta afirmação, enquanto na verdade, discordam dos racionalistas, caem na opinião dos protestantes e dos pseudo-místicos. (PIO X, CARTA ENCÍCLICA, 1907)

Por esse viés, identifica-se que a criação da Diocese de Paranavaí, com a introdução de um bispo presente no cotidiano da comunidade, atendia ao conceito certeuniano de estratégia da instituição em contrapartida às práticas do cotidiano: “Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, um lugar do poder e do querer próprios” (CERTEAU, 1998, p. 99).

A princípio, o clero de Paranavaí não dispunha de recursos econômicos suficientes para realizar o projeto pensado por Dom Jaime. Outro ponto que preocupava era a falta de padres seculares na futura diocese. Esta era formada por 25 padres, sendo cinco brasileiros, e apenas três padres diocesanos, os demais eram religiosos regulares e estrangeiros.

Dom Jaime via-se diante de um obstáculo: como fundar uma sede de um bispado em uma cidade que tinha apenas uma paróquia? E para agravar a situação, essa paróquia era regida por uma Ordem regular que estava ligada administrativamente à Província Carmelita de Bamberg na Alemanha?

Para Marinho (2008), foi o desenvolvimento da região noroeste que fez com que a Província Eclesiástica do Paraná sentisse a necessidade da criação de um novo bispado em Paranavaí. Essa ideia passou a ser discutida já a partir do início da década de 1960. A primeira providência foi a criação de uma segunda paróquia na cidade - “o que logo ocorreu, através do Decreto datado de 25 de janeiro de 1964, quando Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo Diocesano de Maringá, criou a Paróquia de Nossa Senhora das Dores, instalada no dia 02 de fevereiro, do mesmo ano” (MARINHO, 2008, p.30-31). Dessa maneira, a primeira ação de Dom Jaime em busca de concretizar seu projeto foi fundar a Paróquia Nossa Senhora das Dores que ficou a cargo do padre Eugênio Nichele.

Marinho (2008) explica que havia urgência em que as ideias se concretizassem, tanto que em 30 de dezembro de 1964 Dom Jaime requer:

“[...] falar com o Sr. Prefeito, Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Sr. Juiz de Direito e outras autoridades, bem como pessoas representativas de Paranavaí, para marcar uma reunião, entre os dias 5 e 8 de janeiro próximo, para eu poder expor o plano da criação da Diocese de Paranavaí e criar a Comissão Preparatória.” E mais adiante Dom Jaime informa Frei Ulrico que ele já iniciou um diálogo com Roma acerca da divisão do bispado e que no Brasil o Núncio Apostólico já havia autorizado a formação da comissão para iniciar os trabalhos (MARINHO, 2008, p. 31)

Essa reunião, conforme Livro Tombo da Paróquia São Sebastião, ocorreu já no mês seguinte do próximo ano:

Dia 25 de janeiro chegou Sua Excelência (sic) Dom Jaime Luiz Coelho, D.D. Bispo Diocesano de Maringá, aqui em Paranavaí a fim de instalar uma comissão preparatória para Construção e Instalação do Futuro Bispado de Paranavaí. Após a saudação do Senhor Bispo, dirigida as autoridades civis e eclesiásticas de Paranavaí e circunscrição o Sr. Bispo explicou a necessidade da criação da diocese de Paranavaí e as condições para esta criação. Os membros escolhidos foram: Comissão central: Presidente: Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá. 1º Vice-presidente: Frei Mathias Wernecke O.Carm., Vigário de Paranavaí. 2º Vice-presidente: Dr. José Vaz de Carvalho, Prefeito de Paranavaí. 1º Secretário: ~~Sr. Geraldo Longo~~ Sr. Anibal Aiita Pres. Da Câmara 2º Secretário: Sr. Geraldo Longo. 1º Tesoureiro: Sr. Dionísio Dal Prá. 2º Tesoureiro: Frei Ulrico Goevert O. Carm., Vigário de Graciosa Conselho: Vigários, Prefeitos e Vereadores das Paróquias e Municípios da circunscrição eclesiástica. (LIVRO TOMBO PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1965, p.59)¹⁰⁹

Merece destaque, nessa passagem, o fato de os dirigentes da Comissão pró bispado ficarem a cargo de dois importantes religiosos: o primeiro posto ocuparia o bispo de Maringá, mentor do projeto, Dom Jaime Luiz Coelho, e a segunda posição seria do vigário da paróquia São Sebastião, Frei Mathias Wernecke O. Carm. A Tesouraria ficou a cargo de dois nomes importantes de Paranavaí: Dionísio Dal Prá¹¹⁰, importante figura política da região de Paranavaí, e o cargo de segundo tesoureiro foi ocupado por Frei Ulrico, personagem que conseguiu, nos primeiros anos de institucionalização do catolicismo em Paranavaí, angariar recursos econômicos para melhor projeção do catolicismo na região. Dessa maneira, Dom Jaime deu os cargos de primeiro e segundo tesoureiros a duas pessoas de grande representatividade em Paranavaí em dois campos diferentes, uma pertencente ao campo político e outro ao campo religioso. Apesar de ser uma comunidade de maioria católica, o que facilitava essa união Estado e Igreja, a escolha de Dom Jaime mostra a perspicácia do

¹⁰⁹Optei por riscar o nome Sr. Geraldo Longo porque na fonte aparece assim.

¹¹⁰ Dionísio Dal Prá foi prefeito de Paranavaí entre 1969-1972 e foi eleito deputado federal em 1986. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ano, p. 50).

bispo em homogeneizar esses dois poderes para conseguir alcançar seus objetivos em relação a fundação desse novo bispado.

O Convento Carmelita da Paróquia São Sebastião de Paranavaí foi escolhido para sediar as reuniões da Comissão pró bispado, e também o cargo logo abaixo ao de Dom Jaime foi ocupado pelo vigário da mesma Paróquia. Por que Dom Jaime não fez as reuniões na recém-criada Paróquia Nossa Senhora das Dores? Por que Eugênio Nichele, seu pároco, não assumiu o cargo de 1º vice-presidente da Comissão Central para a criação do novo bispado? Acredito que a escolha de Dom Jaime esteja ligada à representatividade que os carmelitas tinham em Paranavaí, e pela simbologia que envolvia sua primeira paróquia, a Paróquia de São Sebastião. Possivelmente por já ter administrado toda a região que estaria a cargo da futura sede episcopal, a escolha de Dom Jaime pendeu para a paróquia mais antiga.

Dom Jaime era um homem com habilidades políticas e, ao utilizar o convento carmelita para as reuniões, e colocar na comissão os freis carmelitas, conseguiu blindar o projeto com emotividade. Ou seja, aproveitando-se da simpatia que parte da elite paranavaense sentia pelos carmelitas, o bispo logrou respaldar seu projeto. Obviamente, o Bispo da Diocese de Maringá tinha influência perante a elite de Paranavaí; mas para que o projeto se concretizasse era preciso ir além da influência, ele precisava que a elite se identificasse com o projeto. Com isso, cabe pensar nas intenções de Dom Jaime que, ao articular a hierarquia dos membros da comissão, levou em consideração o contexto social, os embates ideológicos, os conflitos políticos, as necessidades econômicas da diocese em processo de criação. É prestando atenção na habilidade política de Dom Jaime que se consegue entender o porquê desse bispo estar, comumente, relacionado ao desenvolvimento eclesiástico e também sociopolítico e econômico da região norte e noroeste do Paraná.

A primeira reunião registrada no Livro Tombo da Paróquia São Sebastião (1965) marca o início de um projeto que concretizar-se-ia três anos depois. Ao reunir figuras importantes de Paranavaí, Dom Jaime oficializou, perante as autoridades locais, a aspiração da fundação de uma nova diocese, e articulou entre membros da elite paranavaense os requisitos necessários para erigir a sede do novo bispado.

No Termo de Visita Pastoral à cidade de Paranavaí, ocorrida entre os dias 19 a 26 de março de 1965, Dom Jaime expõe:

Expusemos mais uma vez o nosso desejo, as dificuldades que se apresentam e afirmamos categoricamente: “Se o Bispado de Paranavaí não sair, não será por culpa do Bispo de Maringá”. Além do terreno para a Residência Episcopal, já doado,

pedimos parte da Praça Rodrigo Aires para a futura Catedral; terreno para o futuro Seminário e terreno ou prédio para a Cúria Diocesana. Estes são os requisitos mínimos. Uma vez construída a casa episcopal, o que seria pedido ao Comendador Remo Massi, o povo de Paranaíba ajudaria em mobiliá-la, bem como da aquisição de um carro para o Bispo. Pedimos também ao Com. Remo Massi um sítio para o Seminário, e ele ficou de estudar o pedido.

Na reunião resolveu-se o seguinte: A Câmara Municipal votaria lei doando uma parte da Praça Rodrigo Aires para a futura Catedral e esta funcionária provisoriamente na nova e bela Matriz que se está construindo na cidade junto ao Convento dos Padres Carmelitas; o Sr. Prefeito Municipal doou, a ser aprovado pela Câmara Municipal, três alqueires de terra das chamadas “60 alqueires” para a Construção do Seminário Diocesano, encarregando-se o Padre Vigário e outro membro da Comissão a escolher o local do terreno; as Prefeituras e Paróquias que compõem o território do futuro Bispado colaborarão na aquisição do imóvel para a Cúria Diocesana.

Comunicamos aos presentes que, no próximo dia 28, em Londrina, quando a reunião dos Bispos do Paraná ? estará presente o Sr. Nuncio Apostólico, Dom Sebastião Baggio, iremos fazer o requerimento, com a assinatura de todos os Bispos da Província Eclesiástica do Paraná, pedindo a criação do Bispado de Paranaíba. Comunicamos que iremos escrever ao Sr. Sebastião Paes de Almeida, residente em São Paulo, proprietário da fazenda São Joaquim, pedindo-lhe substancial ajuda para a instalação do Bispado de Paranaíba. É certo que Roma tem o seu tempo para julgar os processos enviados. Queremos, no entanto, lembrar que, se o nosso processo for bem encaminhado e instruído, o nosso comum desejo será realidade. [...] Recomendamos, outrossim, o início urgente dos dados pedidos para instruir o processo de criação do Bispado de Paranaíba, bem como as Escrituras dos terrenos, etc. (LIVRO TOMBO PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1965, pp.60-63)¹¹¹

Na citação anterior, é notável, nas palavras de Dom Jaime, certa preocupação com o desenvolvimento desse projeto que esbarrava na questão da aquisição do patrimônio da futura sede do bispado. Ele, como articulador, exonerava-se de uma possível culpabilidade caso o projeto não fecundasse: “Se o bispado de Paranaíba não sair, não será por culpa do bispo de Maringá”. Ou seja, as ações dos integrantes da Comissão não estavam condizentes com o esperado por Dom Jaime, e ele fez questão de demonstrar sua insatisfação. Além disso, delegava funções aos envolvidos direta e indiretamente, colocando a edificação desse projeto como um dever de todos, para a efetivação de um sólido patrimônio, o que seria imprescindível para a autonomia do bispado.

A legitimidade de Dom Jaime em realizar tais pedidos e fazer tais críticas tinha respaldo no fato dele ser, nesta região, o porta-voz do “capital simbólico” religioso, portanto seu pedido é “pronunciado por um locutor legítimo” (BOURDIEU, 1983, p. 05), o que lhe investe de poder. E este poder, ou melhor, o poder que suas palavras têm está ligado a

¹¹¹ Em relação a doação de parte da praça Rodrigo Aires não encontrei menção ao tema nos órgãos públicos de Paranaíba. Estive na Câmara dos vereadores de Paranaíba em 16/01/2019 lá o responsável pelo arquivo me deu autorização para consultar os arquivos e não encontrei nenhum documento que fizesse menção a esse projeto. Estive também na Prefeitura Municipal de Paranaíba em 18/01/2019, no departamento de “protocolos” e novamente fui informada da não existência de documentação referente ao tema.

representatividade do cargo ocupado e, principalmente, o fato de que os integrantes da elite dirigente de Paranavaí reconheciam-no como representante legítimo do poder religioso.

Dom Jaime, conhecia os meios para implementar seu projeto. Quando li pela primeira vez a passagem que conta sobre o pedido de Dom Jaime ao fazendeiro Remo Massi, acreditei que Dom Jaime estava sendo audacioso ao encargar a uma pessoa uma doação dessa magnitude. Encarregado de doar a residência episcopal e um sítio para o seminário, o italiano Remo Massi foi um representante da elite enriquecida com a expansão da economia cafeeira do noroeste do Paraná. Massi fez fortuna, se tornou um abastado fazendeiro dentro do cenário estadual do Paraná. Em entrevista realizada no dia 14 de março de 1953 e publicada em 26 de março do mesmo ano, no jornal *Correio da Manhã*, Remo Massi diz que só descobriu o Paraná em 1951, onde comprou de terceiros 300 alqueires de terra, nos quais plantou 100 mil pés de café. Posteriormente, ele adquiriu em Paranavaí uma área de 6.700 alqueires e ali instalou a então conhecida fazenda de São Sebastião onde foi plantado mais de 2.200.000 pés de café. Nessa mesma entrevista Remo Massi diz que fundou a cidade de Cristo Rei¹¹², no interior de sua fazenda, na qual posteriormente instalou um hospital com 50 leitos, contando com todos os modernos aparelhos cirúrgicos, e com profissionais da saúde que eram custeados pelo próprio fazendeiro. (CORREIO DA MANHÃ, 1953, p.9)¹¹³

Em relação a esse personagem, Garutti (2008), afirma que o fazendeiro Massi recebeu a honraria de ser condecorado como benfeitor da diocese recebendo o título da Santa Sé de *Cavaleiro da Ordem Equestre de São Gregório Magno*, o que o tornou Comendador Pontifício. (GARUTTI, 2006, p.74). Sobre o tema, no livro *Tombo da Paróquia São Sebastião* consta a seguinte informação:

No dia 14 de julho o sr. Bispo diocesano Dom Jaime Luiz Coelho veio a Paranavaí onde ele crismou 200 pessoas. Depois da missa das 10 ½ o sr. Bispo entregou ao sr. Remo Massi o diploma de comendador da Santa Sé, em atenção de benefícios prestados por ele à Diocese de Maringá e construção da nova igreja matriz de Paranavaí (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, p. 1963, p. 50)

¹¹² Cristo Rei foi uma localidade com grande número de habitantes devido a cafeeicultura, está localizado a 48 km de Paranavaí, mas não logrou tornar-se município, na atualidade é um povoado de Paranavaí.

¹¹³ CORREIO DA MANHÃ. **Fazendas modelos criadas pelo espírito empreendedor do cafeeicultor Remo Massi**. ed. 18406, ano 1953, p. 9. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=25063&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso 07/01/2019. Em conversação não formal com pessoas mais idosas de Paranavaí, essa visão que é apresentada pelo Jornal *Correio da Manhã* é questionada pelos mesmos. ANTONIO, Rogério Ribeiro. **Um plano privado de colonização dirigida: a Someco S/A em terras do Ivinhema (1961-1974)**. Programa de Pós-Graduação em História-PPGH/UFGD. Dourados, 2015, 126 fls.

Quanto aos argumentos utilizados por Dom Jaime para o desmembramento da Diocese de Maringá, uma das possibilidades que encontrei diz respeito ao tamanho da diocese que ele tinha em mãos – 14.902,67 km² –, o que tornava inviável um trabalho efetivo, pois estavam 40 paróquias sob sua jurisdição, com uma população de mais de um milhão de habitantes. Esse número demandava investir muito tempo em visitas, que em muitos pontos da diocese, levava meses para voltar a acontecer. (ROBLES, 2007, p. 238).

O grande empecilho para que Paranaíba se efetivasse enquanto sede do novo bispado era o fato de não possuir os requisitos necessários para a fundação: Paranaíba não tinha patrimônio para sustentar a sede do novo bispado, nem catedral, Cúria diocesana ou residência episcopal. A preocupação com a residência episcopal pode ser pensada como um esforço da Igreja Católica em ter em cada diocese uma residência ou palácio episcopal, que representasse de maneira material o poder daquele que o ocuparia. Ou seja, o representante máximo da Igreja Católica em cada diocese deveria ocupar uma residência que tornasse visível seu poder.

A distinção social, seja entre as camadas sociais ou instituições, tornou-se algo imperativo a partir da ascensão econômica e social da burguesia ocidental, e um dos pontos importantes foi a expressão arquitetônica de poder, segundo Elias (2008). A casa, o casebre, o palácio, o castelo, cada tipo de habitação alcançou status de distinguir as origens das pessoas, no processo civilizacional. Entre os distintos representantes do Estado, da Igreja e do empreendimento econômico, as estruturas de habitação converteram-se em indicadores de estruturas sociais:

As habitações tomam diferentes nomes segundo as diferentes condições daqueles que as ocupam. Diz-se 'a maior' de um burguês, 'o hotel' de um figurão, 'o palais' de um príncipe ou de um rei. Além das moradias do rei e de príncipes, também eram chamadas "palais" as sedes dos tribunais, por constituírem ramificações da residência do rei; e também tornou-se costume designar as residências de membros do alto clero pelo termo "palais" (ELIAS, 2008, p. 76).

Nesse sentido, algumas residências episcopais foram chamadas de palácio episcopal em razão principalmente do passado da Igreja Católica. Nos grandes centros muitas residências episcopais eram envoltas em muito luxo. Nas pequenas cidades como Paranaíba, embora as residências episcopais não fossem “palácios”, elas deveriam se sobressair em relação a grande maioria, já que essa residência abrigaria um importante membro da Igreja Católica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 363. /

A Câmara Municipal de Paranavaí, "Estado do Paraná, decretou, e eu Prefeito Municipal / sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Autoriza a Doação de 3 (três) alqueires de terras nas chamadas "60 Alqueires", de propriedade deste Município à Mitra Diocesana de Maringá.

Art. 1º - Fica S. Excia., Sr. Prefeito Municipal de Paranavaí, autorizado a doar na forma da Lei uma área de 72.000,00 metros quadrados, ou sejam, 3 alqueires de terras, a ser / entregue de acordo com o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal, na área das chamadas "60 ALQUEIRES", de propriedade deste Município.

Art. 2º - Essa doação será à Mitra Diocesana, para que se destine única e exclusivamente à construção de um Colégio Diocesano.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data / de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 6 de Maio de 1965.

Dr. José Vas de Carvalho
Prefeito Municipal -

Dr. Manoel Cândido Passos Paula
-Sec. de Viação e Obras Públicas-

Imagem 06: Lei 363/65, doação de 03 alqueires de terras a Mitra diocesana de Maringá
Fonte: Arquivo da Cúria diocesana de Paranavaí.

A imagem anterior mostra a lei 363/1965 de doação de três alqueires para a Mitra Diocesana de Maringá. Esse documento comprova que houve interesse da elite política de Paranavaí para que a fundação da sede da diocese se efetivasse em Paranavaí.¹¹⁴

Em carta do dia 13 de agosto de 1966, o Núncio Apostólico responde a Dom Jaime a respeito do processo de criação da diocese de Paranavaí:

Excelência Reverendíssima,
Apresso-me em responder sua prezada carta de 5 do corrente, relativa ao andamento do processo da ereção da nova diocese de Paranavaí.
Naturalmente o projeto está em estudo, com a atenção que merece uma proposta unânime dos Bispos dessa Província Eclesiástica. Mas, acredito que a sua realização não poderá estar tão próxima e certamente não dentro do ano em curso.
Ao chegar ao Brasil como Núncio Apostólico os Superiores deram-me instruções estritas para o exercício de minha missão. Um dos pontos dizia respeito precisamente à criação de novas dioceses e se me recomendava a máxima ponderação ao passar para a fase executiva de tais projetos selecionado somente aqueles “ que se apresentassem como absolutamente necessários para o bem das almas” e não autorizando o estudo senão quando houvesse número razoável de clero à disposição, perspectivas de vitalidade econômica e, sobretudo, a possibilidade de destinar às dioceses novas “Bispos verdadeiramente dignos e capazes, de conduta moral exemplar, zelosos, culturalmente bem preparados, experimentados no governo eclesástico, de um equilíbrio são e justo, dispostos a acolher e a promover as novas formas de apostolado, mas dando provas seguras de união e fidelidade à doutrina da Santa Sé”.
Neste ano estão em curso seis novas circunscrições eclesásticas e existem junto à Nunciatura cerca de vinte outros pedidos.
Não poderei lealmente prometer o que não depende de mim cumprir.
No ensejo envio-lhe minhas cordiais saudações no Senhor. ((MARINHO, 2008, p.31-32)

A nova diocese foi uma proposta aprovada de maneira coletiva pelos bispos da Província Eclesiástica, demonstrando que os argumentos utilizados por Dom Jaime foram convincentes, pois seus pares aprovaram unanimemente o projeto. Esse fato consolida a impressão que tive quando estava selecionando, fichando e analisando o material produzido sobre Dom Jaime. A impressão que tive a seu respeito foi a de que ele, normalmente, lograva alcançar sucesso em seus projetos. Um homem que possuía uma retórica invejável, o que lhe dava uma vantagem frente a seus adversários. Como foi mostrado no capítulo “Sob a

¹¹⁴ Na atualidade parte desse terreno que foi doado a mitra Diocesana em 1965, no ano de 2009 foi comprado pelo Município de Paranavaí (a área foi comprada pelo valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e estipulado que o pagamento se efetuará em 4 parcelas. A Cúria diocesana de Paranavaí recebeu as duas primeiras parcelas), em seguida o ministério público foi acionado para reaver a doação, já que a lei 363/1965 diz que a doação se destina única e exclusivamente para a construção de um seminário, que só foi construído 21 anos depois. Além do seminário foi construída uma igreja, um salão paroquial e três residências, essas construções ocupam uma área pequena do total do terreno que era de 77.550 m², a prefeitura comprou a área que não estava sendo utilizada que era de 60.288,50 m². Disponível em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PR/2022802018/160000619718//certidao_1534_293150110.pdf. Acesso em 25/01/2019.

influência de Dom Jaime”, ele sabia utilizar seu prestígio para alcançar seus objetivos. Notem que conseguiu que um território que não contava com os requisitos mínimos para ser sede de uma diocese, fosse aprovado para sê-lo.

As palavras do Núncio Apostólico deixam transparecer de maneira explícita as dificuldades e os problemas que envolviam o clero brasileiro, principalmente no que condizia a conduta destes.

A reunião requerida por Dom Jaime era uma estratégia para angariar recursos junto aos membros da elite local. Os textos de Marinho (2008) e Robles (2007) apontam que, em um primeiro momento houve certa relutância de membros da elite paranavaense em relação a instalação da sede episcopal em Paranavaí. Por isso, foi cogitada a ideia de instalar a nova diocese em Loanda-Pr.¹¹⁵, no entanto, Dom Jaime não era favorável a essa ideia.

A construção da residência episcopal preocupou também o Monsenhor Mário Tagliaferri:

Aos 13 de janeiro de 1967, houve reunião da comissão preparatória para o futuro bispado de Paranavaí com o Exmo. Bispo diocesano, Dom Jaime. A esta reunião esteve presente o Monsenhor Mário Tagliaferri, auditor da Nunciatura apostólica do Rio de Janeiro e as autoridades de Paranavaí e região. Fazendo uso da palavra, Monsenhor Mário Tagliaferri acentuou que para a criação do Bispado de Paranavaí era necessário, construir a casa do futuro Bispo, sob condição de não criar o bispado, se isto não acontecer. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1967, p. 72-73).

Um ano antes da criação da diocese, a questão da formação do patrimônio ainda era premente. Além de Dom Jaime, Bispo diocesano de Maringá, essa reunião teve a participação do Monsenhor Mário Tagliaferri, que respaldou as reivindicações de Dom Jaime, principalmente em relação a residência episcopal.

5.2 LOANDA-PR, SEGUNDA OPÇÃO

Para um bom desenvolvimento da vida religiosa da comunidade católica do noroeste do Paraná seria necessária a efetivação da divisão da diocese de Maringá. No entanto, entre a elaboração do projeto e a sua concretização havia um abismo. Dessa maneira, em virtude do que Dom Jaime caracterizou de má vontade, surge a possibilidade da sede da nova diocese ser

¹¹⁵ Essa cidade está localizada a 154 km de Maringá-PR.

em Loanda-Pr.¹¹⁶ Uma cidade que, segundo censo de 1960, contava com 20.612 habitantes, enquanto Paranavaí tinha 63.189 habitantes.¹¹⁷ Loanda não tinha as características de um polo regional, mas em contrapartida – como constata o discurso de Dom Jaime – estava mais empenhada em concretizar o projeto da fundação de uma nova diocese.

Às vésperas da criação da diocese com sede em Paranavaí, 12 de janeiro de 1968, Dom Jaime enviou correspondência ao Monsenhor Mario Tagliaferri expondo a seguinte situação: “Loanda, que também visitamos, já me enviou representação oferecendo-se para preparar tudo no menor espaço de tempo possível. Creio, porém, que o ideal é mesmo Paranavaí” (MARINHO, 2008, p. 34).

Segundo Robles:

Não foi totalmente serena a criação da nova diocese. Na contramão do empenho do bispo de Maringá e da população interessada, os carmelitas alemães não revelavam entusiasmo pela nova diocese nem concordariam para a implementação das providências exigidas. No dia 29 de novembro de 1967, monsenhor Mario Tagliaferri, encarregado de negócios da nunciatura apostólica, revelou a dom Pedro Fedalto, bispo auxiliar de Curitiba, com quem se encontrou em reunião no Rio: “A diocese e o bispo de Paranavaí não sairão enquanto não for construída a residência com dependências para a cúria. Que a culpa não seja lançada a nunciatura apostólica” (COELHO, 1968, 1f.). Atendendo pedido de dom Jaime, Fedalto acompanhou-o, no dia 15 de janeiro de 1968, a Paranavaí, quando ambos comprovaram *in loco* o pouco interesse com que era tratada a instalação da diocese, e ouviram dos carmelitas que a responsabilidade cabia ao bispo. Com a capacidade, que todos conhecem, de tomar decisões difíceis, dom Jaime ameaçou levar a nova sede diocesana para Loanda, cujas lideranças se dispunham a montar a infraestrutura necessária. O mesmo fez saber, depois, por carta, à nunciatura apostólica, deixando claro, porém, que sua preferência era por Paranavaí, polo regional mais expressivo que Loanda. (ROBLES, 2007, p. 237)

A responsabilidade pela possibilidade de Paranavaí não se tornar sede do bispado recairia sobre os carmelitas alemães que, aparentemente, não se mostravam entusiasmados pela proposta. Dom Jaime, como foi mencionado anteriormente, se eximiu de culpa, e agora é a nunciatura quem toma o mesmo caminho. Por que os carmelitas alemães não eram solícitos a efetivação da fundação de uma nova sede episcopal? Teriam receio de uma vigilância mais próxima e presente? Estariam preocupados com outros assuntos?

¹¹⁶ Com o processo de ocupação do Norte do Paraná, Loanda foi elevada a categoria de município desmembrada de Paranavaí e Mandaguari, pela lei estadual n° 253, de 26/11/1954. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/loanda.pdf>. Acesso em: 09/01/2019.

¹¹⁷ Censo Demográfico 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/312/cd_1960_sinopse_preliminar_br.pdf. Acesso em 09/01/2019. IBGE. XIII- área densidade demográfica e população urbana e da recenseada em 1° -IX- 1960, nas sedes municipais (cidades) segundo as unidades da federação as zonas fisiográficas e os municípios. 1960, p. 62-63.

Em meio a essas problemáticas, optei por analisar o Livro Tombo e o Livro Ata da Paróquia São Sebastião de Paranaíba, e me dei conta de que esses dois documentos colocam em dúvida a situação alocada por Robles (2007) em relação a falta de entusiasmo dos carmelitas para que fosse efetivado o projeto de criação de um bispado em Paranaíba.

No Livro Tombo de Paranaíba são escassos os registros realizados por Frei Ulrico Goevert, vigário de 1951 a 1965, ou os realizados por Frei Matias Werneke, vigário de 1965 a 1970. Nesse documento, existem 10 passagens acerca do processo de criação do bispado em Paranaíba, 08 delas estão relacionadas diretamente a Dom Jaime. Em apenas duas passagens os carmelitas abordaram o tema: “Agradeço à prefeitura e à Câmara municipal que cederam os terrenos para a futura catedral e ao futuro Seminário Diocesano e ao Senhor Antônio de Pádua Bicudo que doou 3 datas para futura residência episcopal”. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1965, p 69).

Anteriormente, em 1962, Frei Ulrico expõe:

No dia 22 de janeiro fiz uma viagem à Curitiba pedindo do governo três quadras no antigo posto de avião uma para a construção da futura catedral, uma para a construção do futuro colégio feminino que será dirigido pelas irmãs vicentinas e a terceira para a praça diante da Catedral. O sr. Governador prometeu de doar os três quarteirões a Mitra diocesana de Maringá. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1962, p. 47)

Essa passagem abre um ponto de interrogação. Qual o motivo que leva Frei Ulrico a viajar a Curitiba e realizar o pedido dessas doações? Não seria mais adequado que o pedido fosse realizado pelo bispo de Maringá, Dom Jaime, que supostamente seria uma figura de maior representatividade no cenário paranaense? Um outro ponto faz referência a acusação de que os carmelitas não estavam propensos a ajudar no projeto de criação do novo bispado. A referência anterior contraria à argumentação de Robles (2007) pois demonstra que Frei Ulrico não foi totalmente apático ao projeto de Dom Jaime.

No Livro Ata da Paróquia São Sebastião os carmelitas abordam mais vezes o assunto. Essa temática apareceu nas datas das seguintes reuniões: 03/08/1963, 07/08/1963, 12/04/1967, 19/04/1967, 22/04/1968 e 25/06/1968. Em agosto de 1963, o projeto já aparece na pauta do livro ata:

[...] anunciamos que o assunto a tratar-se (sic) era sobre a criação da Diocese de Paranaíba, notícia essa que foi recebida com grande alegria por todos os presentes. Em seguida o Sr. Presidente dirigiu-se ao Sr. Dionísio Dal Prá, indagando deste resultado da entrevista com a Sua Excia. O Sr. Bispo Diocesano Dom Jaime Luiz

Coelho sobre a criação da Diocese de Paranavaí; respondendo o Sr. Dionísio que realmente (?) nosso sentimento com Dom Jaime declaramos S. Excia Revmo., que tudo dependia do terreno, para a criação do Bispado. [...] (LIVRO ATA DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, 1963, p. 22)

Nas atas das reuniões da Paróquia de São Sebastião o tema da criação do bispado aparece seis vezes, fato que coloca em cheque a argumentação em relação a possível “má vontade” dos freis carmelitas alemães em trabalhar em prol da fundação do bispado.

Em reunião no dia 07/08/1963, o Livro Ata mostra a articulação criada entre poder político e poder religioso para a aquisição de um território para a construção da catedral:

Em discussão a matéria e ouvido o Senhor Prefeito Municipal, assim se expressou Sua Excia.: “que a catedral poderia ser construída na Praça Rodrigo Ayres mas que, de forma alguma poderia ceder a praça toda para a Mitra uma vez que ali já tinha investido grande soma na sua construção, além de outros inconvenientes. Declararam ainda o Senhor Prefeito que, nas imediações de dita praça, há um outro quarteirão de propriedade particular que poderia ser desapropriado e que estaria de pleno acordo em desapropriá-lo e com muita satisfação, uma vez que concretizada a criação do Bispado traria ao Município, mais progresso”. Manifestando-se sobre o assunto, o Revmo. Frei Ulrico, disse “que a catedral poderia ser construída, sem inconveniente algum na praça Rodrigo Ayres, uma vez que haja no contrato ou decreto a ser formulado entre Município e Mitra, uma cláusula que proíba tanto a Prefeitura como a Diocese a promover outra construção a não ser jardinagem e conservação.” Depois de discutido esse assunto entre os presentes, ficou então combinado que seria enviada mensagem a Câmara Municipal, com urgência a construção na praça Rodrigo Ayres, tão somente da Catedral, com a cláusula já citada e, como não seja aprovada, seria juntamente, anexadas novas mensagens, para a desapropriação de outros terrenos. Disse finalmente o senhor Prefeito que o senhor Geraldo Longo, na qualidade de vereador, poderia formular mensagem que ele Prefeito a assinaria tão logo lhe fosse apresentada. (LIVRO ATA DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DE PARANAÍ, 1963, pp.23-24)

Esses enunciados corroboram que, tanto por parte do poder político quanto por parte dos carmelitas, existiram iniciativas para que se concretizasse a criação do novo bispado. Importante destacar que o Prefeito assimilava a fundação do bispado à possibilidade de desenvolvimento do próprio município, pois segundo ele a criação do bispado em Paranavaí traria “progresso” ao município.

A citação anterior corrobora que houve por parte dos carmelitas empenho para a construção do patrimônio necessário para a efetivação do novo bispado. O texto é de 1963 e, como vimos, Dom Jaime montou a comissão pró-bispado em janeiro de 1965. Aproximadamente um ano e meio antes de montar a comissão, membros do poder público e

poder religioso, representado pelo carmelita Frei Ulrico, já estavam articulando como conseguir o requerido patrimônio.¹¹⁸

Nesse sentido, a assertiva que coloca os carmelitas como contrários à fundação do bispado em Paranavaí parece ser infundada, pois como mostra a citação, houve iniciativa por parte deles a favor da concretização do projeto.

Em face das dificuldades na formação do patrimônio episcopal para a fundação do novo bispado fez-se necessária a visita do bispo auxiliar da arquidiocese de Curitiba. O Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião registra a visita de Dom Pedro Fedalto¹¹⁹:

Estiveram em visita a esta paróquia no dia 15 de janeiro, Dom Pedro Fedalto e o Cônego Albano, reitor do Seminário da Arquidiocese de Curitiba e professor de Liturgia do Instituto de Filosofia da Universidade Católica do Paraná. Estava acompanhando os dois visitantes Sua Excelência Dom Jaime Luís Coelho, bispo diocesano de Maringá (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1967, p. 78)

Não há no Livro Tombo nenhuma explicação em relação ao teor da visita. Ela foi registrada, mas a impressão que se tem, ao ler, é de que significou o cumprimento de um protocolo.

No livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Loanda não encontramos nenhuma referência à possibilidade desta tornar-se sede do bispado. Dom Jaime, no período que antecedeu a criação do novo bispado, realizou 5 visitas oficiais à Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Loanda, entre inaugurações e visitas pastorais, no período de 1963 a 1968. As únicas referências que encontramos foi a passagem que fala a respeito da posse do novo bispo, Dom Benjamin¹²⁰. Essa é a única citação que aborda a questão da nova diocese após a sua criação. E a outra é de 1969, quando Dom Jaime já não era mais bispo dessa paróquia. Segundo Dom Jaime, o pároco de Loanda não havia deixado espaço para ele se despedir. Ele o fazia em um pequeno espaço de 22 linhas que havia sido deixado para que se comentasse uma visita pastoral, realizada por ele entre os dias 15 a 21 de novembro de 1966.

¹¹⁸ Em relação a aquisição de parte da praça Rodrigo Ayres, procurei informações na Câmara Municipal e na Prefeitura de Paranavaí e nada consta em relação a essa informação.

¹¹⁹ Bispo auxiliar da Arquidiocese de Curitiba de 1966-1970.

¹²⁰ Dom Benjamin nasceu 27 de novembro de 1911 em Ouriçangas, BA. Foi ordenado sacerdote dia 8 de dezembro de 1941. O Papa Paulo VI o nomeou bispo de Paranavaí em 11 de março de 1968. Sua ordenação episcopal aconteceu dia 9 de junho de 1968. Tomou posse dia 7 de julho de 1968. Tinha como lema: “Semen Dei Verbum” (A semente é a Palavra de Deus). O Papa João Paulo II aceitou sua renúncia dia 12 de outubro de 1985. Faleceu dia 17 de novembro de 1995 e foi sepultado na catedral Maria Mãe da Igreja em Paranavaí.

Em relação à possível fundação da diocese em Loanda, por falta de fontes que nos atestem o contrário, arrisco julgar ter sido uma das estratégias de Dom Jaime, para que os envolvidos na construção do patrimônio do bispado de Paranaíba fossem mais rápidos na aquisição dos elementos necessários para a efetiva fundação.

Sequencialmente, disponibilizo as imagens dos documentos de doação de terreno a Mitra Diocesana de Maringá, de 1964 (Imagem 07); de venda de parte de uma quadra a Mitra Diocesana de Maringá, de 1965 (Imagem 08); de isenção de tributos municipais a Mitra Diocesana de Maringá, 1966 (Imagem 09):

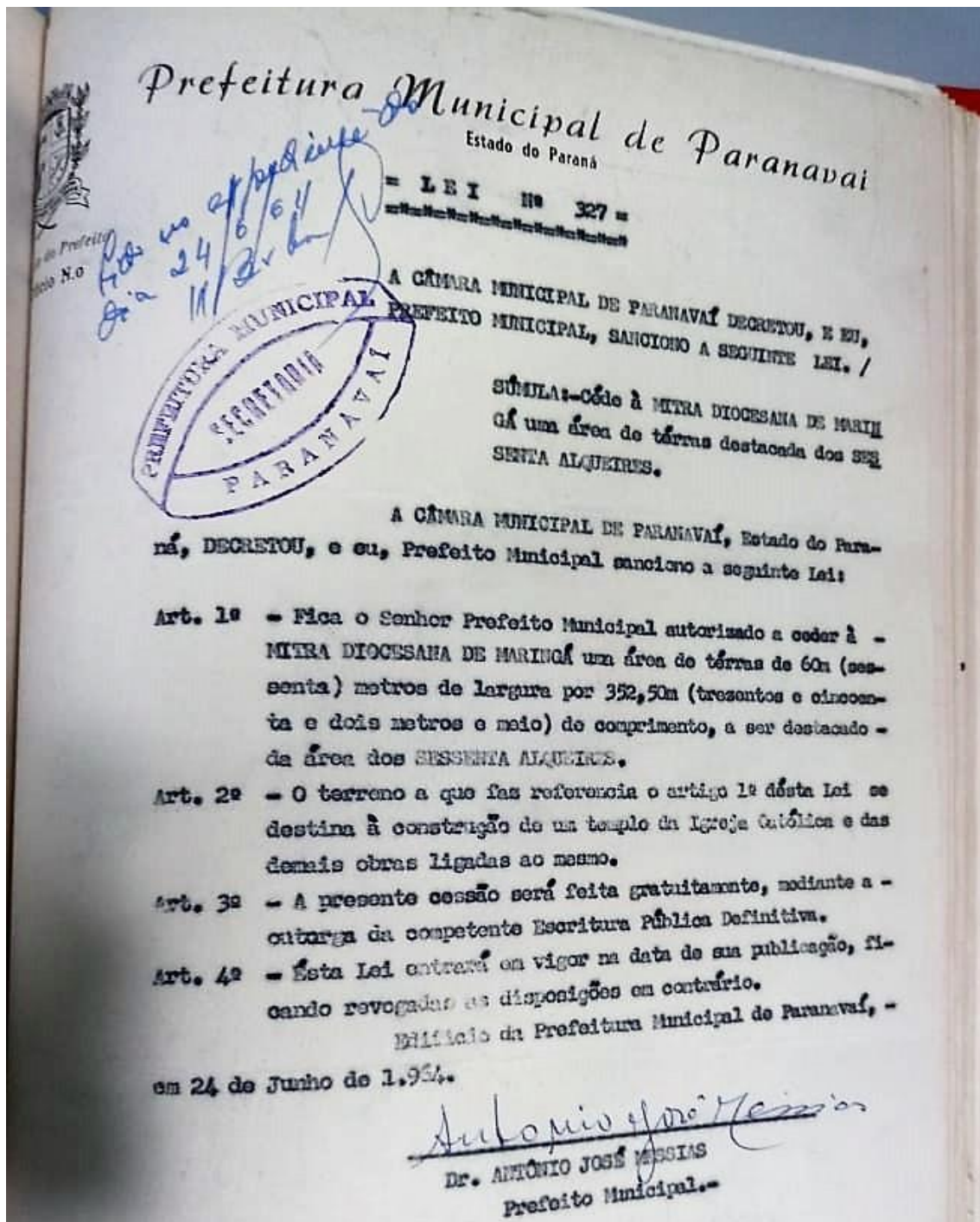


Imagem 07: Lei Nº 327 de doação de terreno a Mitra diocesana de Maringá. Câmara Municipal de Paranavaí, 1964.

Fonte: Arquivo da Cúria diocesana de Paranavaí



LEI No. 374

A Câmara Municipal de Paranaí, Est. do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

SUMULA:- Autoriza a vender, parte da quadra sem numeração do antigo loteamento do Aeroporto, para a MITRA DIOCESANA.

Art. 1º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a vender, na forma da Lei, parte da quadra sem numeração do antigo loteamento do Aeroporto, desta cidade, numa área de 2.100 metros quadrados, pelo preço de Cr. 3-5.000 (três mil cruzeiros) de acordo com os decretos n. 10.866 e 10.867, de 13.10.1955, Lei n. 2.464, de 27.10.1955, em cumprimento ao despacho do Excm. Sr. Governador do Estado, proferido em 14.7.60, no protocolo n. 9276/60, D.G.T.O., devendo a Prefeitura Municipal de Paranaí, aliguar as datas aos requerentes em três prestações anuais e o produto dessas vendas será empregado em obras públicas, de acordo com o vencido no referido protocolo.

Art. 2º- Essa área será um retângulo de 35 x 60 metros, localizada na quadra sem número da seguinte forma: Um dos lados de 35 metros, fazendo frente a Rua Guaporé, tendo as laterais de 60 metros equidistantes respectivamente das ruas Chile e Venezuela.

Art. 3º- A presente venda deverá ser feita à MITRA DIOCESANA DE MARINGÁ, para construção da futura Catedral de Paranaí.

Art. 4º- O Sr. Prefeito Municipal, fica autorizado a receber o produto da venda em Notas Promissórias, com vencimentos de acordo com o art. 1º desta Lei e outorgar escritura à MITRA DIOCESANA DE MARINGÁ, 10 dias após a publicação desta Lei.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Paranaí, em 26 de Junho de 1965.

Dr. João Vas de Carvalho
- Prefeito Municipal -

Dr. Benedito C. P. Paula
- Sec. de Viagem e Obras Públicas -

Imagem 08: Lei N° 374. de venda de parte de uma quadra a Mitra diocesana de Maringá. Câmara Municipal de Paranaí, 1965

Fonte: Arquivo da Cúria diocesana de Paranaí

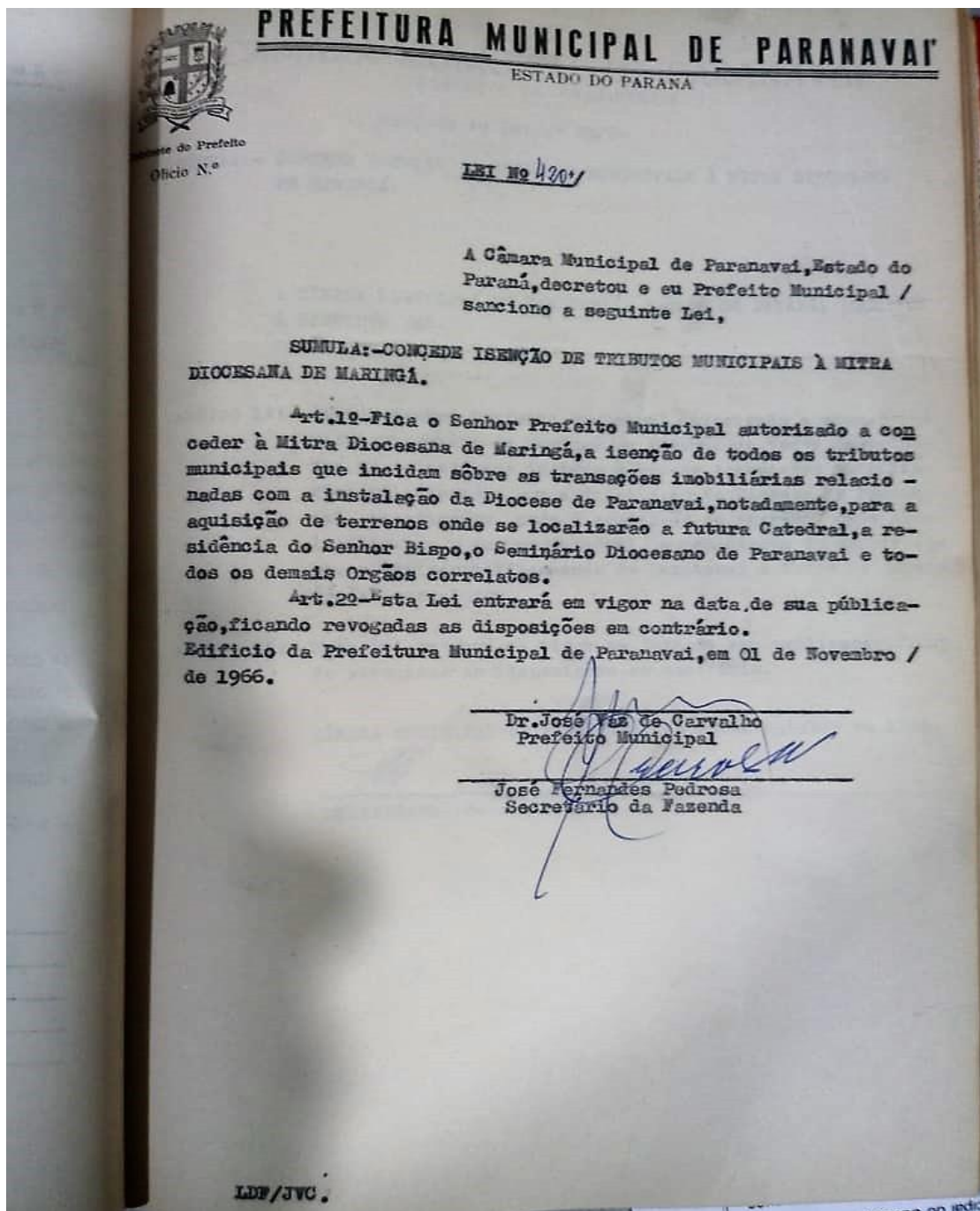


Imagem 09: Lei N° 420 de isenção de tributos municipais a Mitra diocesana de Maringá. Câmara Municipal de Paranavaí, 1966
Fonte: Arquivo da Cúria diocesana de Paranavaí

5.3 CONSTRUÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO

A frase “escolha bem suas batalhas” elucidada o momento em que os freis carmelitas estavam inseridos. Em uma guerra, ao lutar em diferentes frentes o exército torna-se mais vulnerável a ataques e, conseqüentemente, corre o risco de perder a guerra. Acredito que a

tática – sirvo-me do conceito de tática e não de estratégia, por entender que frente ao poder de D. Jaime os carmelitas expressavam o lado débil – que os carmelitas utilizaram foi centrar forças em uma batalha, e nesse momento a batalha escolhida foi a construção da nova igreja matriz.

A primeira menção no Livro Ata da Paróquia de São Sebastião, em relação à construção de uma nova igreja matriz, data do dia 12 de novembro de 1960, embora a comissão chamada Diretoria da Fábrica da Igreja Matriz de São Sebastião tenha sido formada um pouco antes, em 04 de abril de 1959. Essa reunião do dia 12 de novembro de 1960 tratou da formação da Comissão para angariar donativos para o início da construção da matriz. (LIVRO ATA, PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1960, p. 09).

Até 1965 os carmelitas e a comissão da igreja estavam centrados na construção da nova matriz. Contabilizei as seguintes datas de reuniões da Diretoria da Fábrica da Igreja Matriz de Paranavaí: 19/11/1960, 26/11/1960, 11/02/1961, 12/03/1961, 15/06/1961, 30/11/1961, 19/03/1962, 25/06/1962, 11/07/1962, 07/08/1962, 24/1/1962, 03/08/1963, 16/12/1963, 18/12/1963, 02/01/1964, 01/04/1964, 09/07/1964, 18/03/1965, 24/05/1965, 24/05/1965, 24/05/1965, 04/09/1965, 19/09/1965, 18/11/1965, 05/02/1966. Essas reuniões trataram de como arrecadar dinheiro para a construção da matriz. Rifa, doações, festas, troca de membros da comissão, tipos de materiais que seriam utilizados, entre outros. Até 1966 o conteúdo do Livro Ata tratava quase que exclusivamente acerca da construção da nova matriz.

Destaco a ata da reunião do dia 16/10/1965:

Senhor Geraldo Longo este procedeu a leitura do movimento do livro “caixa” do período de julho a esta data, que aponta um saldo de duzentos e quinze mil setecentos e dezessete cruzeiros e noventa centavos (CR\$ 215.717,90), ressaltando o senhor Tesoureiro que no mesmo período a Ordem do Carmo contribuiu com a importância de dois milhões de cruzeiros (CR\$ 2.000.000,00). (LIVRO ATA DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, 1965, p.25)

Para a construção da nova igreja matriz mobilizou-se toda a paróquia para arrecadar dinheiro, mas também a ordem dos Carmelitas na Alemanha enviava dinheiro ao Brasil para que se concretizasse a edificação desse patrimônio. A Província Carmelita de Bamberg era proprietária da igreja e do terreno que a circundava. Segundo Frei Alberto, foi Dom Geraldo Sigaud, bispo de Jacarezinho, que deu licença de escriturar o terreno da igreja em nome da Ordem: “Assim podíamos investir com mais segurança. Era costume entregar

paróquias aos religiosos ‘*ad nutum sanctae*’”. Caso um Bispo quisesse tirar a paróquia dos religiosos só conseguiria através da Santa Sé. (FOERST, 2012, p. 10)

Possivelmente, a atitude de Dom Sigaud ao colocar o terreno da igreja São Sebastião em nome da Província Carmelita de Bamberg propiciou aos carmelitas permanecerem com liderança em Paranavaí, sob o bispado de Dom Jaime. E foi por esse motivo também que a igreja da Paróquia de São Sebastião não tornou-se Catedral diocesana por determinado tempo.¹²¹



Igreja de Paranavaí na década de 1950. Fonte: *História e memórias de Paranavaí*, 1992, p.17



Igreja da Paróquia São Sebastião de Paranavaí.
Fonte: Dom Wilmar Santin
<https://www.flickr.com/photos/wsantin/2250563844>.
Acesso em 27/10/2019

Imagem 10: Primeira Igreja de Paranavaí e Igreja atual.

As imagens das duas igrejas, relacionando-as com o contexto da fundação de uma sede bispal em Paranavaí, oferecem uma pista de um dos motivos que levaram os carmelitas a centrarem seus esforços na construção da Igreja Matriz. A imagem 10, foto da década de 1950, mostra uma Igreja que carece de elementos estruturais, mas que em contrapartida rege administrativamente toda a região da futura diocese de Paranavaí. Não obstante, como foi tratado anteriormente, a Paróquia de São Sebastião foi perdendo paulatinamente espaço e

¹²¹ Pois esta Igreja, como veremos adiante foi a Catedral provisória da recém fundada diocese por 23 anos.

ocorreu a fundação de novas paróquias que foram sendo administradas por outros religiosos, tanto regulares, quanto seculares.

A segunda foto da imagem 10 aos olhos daqueles que acompanharam o desenvolvimento religioso de Paranavaí, ou seja, os freis carmelitas, mostra uma igreja muito diferente da anterior, com melhor infraestrutura, visivelmente mais bonita para os carmelitas e para a população local. No entanto, apesar da imponência arquitetônica esconde uma substancial perda de poder daquela que um dia fora chamada de região missionária de Paranavaí. De toda a região missionária, um território de aproximadamente 12.000 km², restaram duas paróquias para os carmelitas: Paróquia de São Sebastião de Paranavaí e Paróquia Nossa Senhora das Graças de Graciosa/Paranavaí.

Tanto no Livro Tombo, quanto no Livro Ata, a preocupação dos carmelitas era com a construção da nova matriz. Suas forças estavam voltadas para esse projeto, afinal, isto traria maior visibilidade à ordem. A construção dessa matriz seria uma forma de coroar todo o trabalho que foi empreendido pela Província Carmelita de Bamberg na região de Paranavaí, por isso a canalização de forças e recursos para esta que seria a marca indelével da presença carmelita. Com isso, não quero dizer que os freis carmelitas foram indiferentes ao projeto de Dom Jaime, apenas apontar que eles canalizaram seus esforços em prol de outro projeto.

Com a fundação da sede do bispado em Paranavaí, e como a comunidade católica não conseguiu construir uma catedral, a igreja matriz de São Sebastião foi elevada ao status de catedral provisória, e permaneceu assim até agosto de 1991, quando ocorreu a inauguração da catedral Maria Mãe da Igreja. Durante 23 anos a igreja que os carmelitas construíram, em meio ao processo de criação da Diocese de Paranavaí, funcionou como catedral para atender aos diocesanos da região que antes fora chamada de região missionária.

5.4 EFETIVAÇÃO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PARANAVAÍ

A proposta deste tópico é pensar a criação do bispado de Paranavaí, que ocorreu em meio a um ambiente de instabilidade no qual o Estado, teoricamente laico, deu suporte para o projeto religioso em questão¹²². Merece destaque também o intervalo de tempo entre a criação

¹²² FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo: D. Alberto José Gonçalves**. Franca : UNESP, 2006; NUNES, Márcio Manoel de Machado. A criação do

do bispado de Paranaíba – 20 de janeiro de 1968 – e a publicação do documento em 15 de março de 1968, espaço temporal no qual parece que as informações chegam com um pouco de atraso.

Os meandros da fundação da Diocese de Paranaíba se arrastaram até a véspera da criação, como apontado abaixo, e ante a complexidade de problemas envolvendo as doações que ora não se concretizavam, ou se eram efetivadas não agradavam a Dom Jaime, percebe-se um jogo de interesses que extrapola o campo religioso.

Em reunião da Comissão preparatória do futuro Bispado de Paranaíba, ocorrida no dia 11 de fevereiro de 1968, (lembrando que a Bula papal é de 20 de janeiro de 1968) data em que a criação da diocese já havia ocorrido, ainda se discutia a questão da residência episcopal:

No dia 11 de fevereiro Dom Jaime Luiz Coelho esteve em Paranaíba, para tratar da criação do Bispado de Paranaíba. O assunto abordado na reunião, na qual estava presente a comissão preparatória do futuro bispado, foi a residência do futuro bispo desta cidade. Dom Jaime, dirigindo-se aos membros da comissão e as autoridades principais de Paranaíba disse: “Os senhores querem mesmo que o bispado seja criado aqui em Paranaíba? Pois se não providenciarem a residência do bispo, vamos transferir para Loanda!

O único problema que havia era a residência do futuro bispo, exigida pela Nunciatura Apostólica do Rio de Janeiro.

O representante do senhor prefeito de Paranaíba, senhor Dantas, secretário da viação de obras públicas, se levantou e disse que o senhor Prefeito José Vaz de Carvalho estava disposto a oferecer Ncr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros novos) para a construção da residência episcopal.

O ilustríssimo senhor vereador, Francisco Luís de Assis, digníssimo presidente da Câmara municipal, se prontificou a arrumar a sua casa, ainda em construção, dentro de 50 dias pelo valor de Ncr\$ 25000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros novos). A proposta foi aceita pelo Sr. Bispo, e por todos os presentes.

Dirigindo-se ao local, sua Excelência fez (sic) algumas observações, dizendo que alguns reparos deviam ser feitos, ao que todos concordaram.

Na Missa da noite deste mesmo dia, Dom Jaime avisou o povo de Paranaíba que a sede do bispado ficaria mesmo em Paranaíba, e que, talvez até junho deste ano teremos a diocese de Paranaíba criada.

É grande a expectativa entre o povo e o clero que se encontra dentro dos limites da futura diocese.

Aguardamos com muita alegria e confiança na providência divina que isto se concretize, o quanto antes possível.

Desde já, esperamos carinhosa e filialmente a vinda do nosso pai espiritual, que por mercê divina, saberá dedicar-se totalmente aos trabalhos desta cédula da grei de Cristo, nos conduzindo às pastagens verdejantes e às águas límpidas da terra prometida. (LIVRO TOMBO PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1968, pp.78-79)

A citação anterior não foi escrita por Dom Jaime, e desperta atenção o último parágrafo, no qual o redator, possivelmente o frei carmelita Matias Wernecke, diz, em relação

ao novo bispo, que “saberá dedicar-se totalmente aos trabalhos desta cédula da grei de Cristo”. Seria uma crítica a Dom Jaime que não conseguiu realizar um trabalho pastoral mais efetivo, em razão da quantidade de paróquias e capelas?

Essa reunião, ocorrida dia 11 de fevereiro, reverbera numa incógnita: por que aproximadamente 20 dias depois que já houvera sido criada a Diocese de Paranavaí, Dom Jaime ainda esteja titubeando em relação ao local da sede do futuro bispado? Seria uma estratégia do bispo para persuadir aos interessados a colaborarem com mais doações para que a sede da diocese ficasse na cidade de Paranavaí?

O Livro Tombo e o Livro Ata da Paróquia São Sebastião não abordam o motivo da negativa da doação da residência episcopal que Dom Jaime supostamente pedira ao Comendador Remo Massi no ano de 1965. O certo é que no início de 1968 a outrora pujante Paranavaí ainda não havia reunido os requisitos mínimos para sediar o novo bispado. Dentre esses requisitos mínimos estava a residência do futuro bispo de Paranavaí, ponto imprescindível para a efetivação do projeto, que já não era projeto, pois a diocese de Paranavaí já havia sido criada no dia 20 de janeiro de 1968.

Segundo Robles, em carta do dia 22 de fevereiro de 1968 a Dom Manoel, arcebispo de Curitiba, Dom Jaime expõe:

Estive em Paranavaí e coloquei um dilema: ou Diocese em Paranavaí ou em Loanda. Logo todos se decidiram por Paranavaí, foi comprada a casa para o Bispo (NCr\$ 25.000,00), já em construção. Fiz a indicação de mudanças necessárias, local para a Cúria, etc. Dentro de 60 dias estará pronta. Já enviei à Nunciatura a planta da casa, bem como comuniquei já a posse de três alqueires para o futuro Seminário, terreno (3datas) para futura residência, se o Bispo assim o desejar, tudo com Escrituras registradas, e o projeto de lei na câmara para a doação de um terreno em uma praça, para futura catedral. No próximo dia 29 terei uma reunião com todos os Padres das paróquias que comporão a futura Diocese, para estudo de outras coisas necessárias. Espero assim, que logo se resolva a criação da Diocese (ROBLES, 2006, p. 237, apud COELHO, 1968, 1 f.)

A citação anterior é parte de uma carta a Dom Manoel D’Elboux, na qual Dom Jaime comunica que deu um ultimato para os membros que formavam a comissão pró-bispado, e que a diocese não seria em Loanda, pois Paranavaí havia conseguido formar o patrimônio necessário para que a sede da diocese ficasse em Paranavaí. É curioso que o recém bispado de Paranavaí foi criado sem as exigências mínimas requeridas pela nunciatura. A carta mencionada traz a data de 22 de fevereiro.

Em relação a criação da diocese de Paranavaí, Robles (2007) expõe:

Está suficientemente claro que, mais de um mês após a visita a Paranavaí, dom Jaime acredita na *futura* criação da diocese. Que, no entanto, estava criada há mais de um mês. Até hoje Fedalto estranha a proximidade entre a visita feita a Paranavaí e a data de criação. “Se no dia 15 de janeiro”, argumenta, “a nunciatura esperava as providências que Paranavaí tardava em tomar, como a diocese foi criada no dia 20? Em cinco dias teria sido possível fazer tudo que normalmente leva meses?” Em pleno mês de fevereiro, Tagliaferri fazia crer que ainda estava em caminho um evento já acontecido em 20 de janeiro. A surpresa de Fedalto encontra abrigo no teor da carta de 15 de fevereiro, escrita por Tagliaferri ao bispo de Maringá, na qual diz textualmente: “nas circunstâncias em que se encontra agora o processo de ereção da diocese de Paranavaí”, dando a entender que ainda se achava em trâmite um processo cuja resolução se dera quase um mês antes. (ROBLES, 2007, p. 237)

Segundo Robles (2007, p. 239), no dia 07 de março Tagliaferri envia uma carta, *sub secreto pontificio*, na qual declara que foi criada a nova diocese de Paranavaí e a nomeação do novo bispo: Reverendíssimo Cônego Benjamim de Souza Gomes, que era vigário da diocese de Sorocaba, na qual avisa que a publicação se fará no dia 15 de março. Por que Mario Tagliaferri esperou transcorrer tanto tempo para informar Dom Jaime acerca da criação do bispado?

Para uma cidade na qual a maioria dos habitantes professavam o catolicismo ter uma sede de um bispado em seu território era motivo de orgulho. Além do que, os dirigentes de Paranavaí não podiam aceitar perder a sede de um bispado para uma cidade que espacialmente, demograficamente e economicamente não lhe impunha concorrência. Acredito que esse tenha sido um elemento motivador. Possivelmente, excetuando-se as motivações religiosas, as doações realizadas estejam ligadas ao receio da elite dirigente de Paranavaí ante as ameaças de Dom Jaime. Fundar a sede do bispado num território que, por força das circunstâncias, se convertia num adversário, seria inadmissível.

As 15 paróquias pertencentes ao futuro bispado¹²³, mas que naquele momento estavam sob a administração de Dom Jaime, deveriam organizar festas para arrecadar fundos para a edificação da futura sede do bispado. Dessa maneira, os fiéis também foram levados a contribuir com a formação do patrimônio que foi requisitado. Faço essa observação porque não encontrei menção a pedidos de doações diretas à população, possivelmente eles existiram de várias maneiras, mas não posso atestar como foram realizados.

¹²³ Paróquia São Sebastião de Paranavaí, Paróquia Santo Antônio de Pádua de Alto Paraná, Paróquia São Pio X de Nova Londrina, Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Loanda, Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Paraíso do Norte, Paróquia Santo Antônio de Pádua de Tamboara, Paróquia Santo Antônio de Pádua de Terra Rica, Paróquia São João Batista de São João de Caiuá, Paróquia Santa Isabel Mãe do Precursor de Santa Isabel do Ivaí, Paróquia Nossa Senhora das Graças de Graciosa/Paranavaí, Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus de Planaltina do Paraná, Paróquia Santa Cruz de Santa Cruz de Monte Castelo, Paróquia Nossa Senhora das Dores de Paranavaí, Paróquia de São Carlos Borromeu de São Carlos do Ivaí, Paróquia de São Paulo Apóstolo de Querência do Norte.

Por fim, em 15 de março de 1968 foi publicada a criação da Diocese de Paranavaí e nomeado o primeiro bispo que estaria à frente da diocese: Dom Benjamim de Souza Gomes, empossado no dia 07 de julho do mesmo ano.

A cerimônia de posse do novo bispo contou com uma comissão preparatória para a organização do evento, e teve a frente figuras públicas da cidade de Paranavaí: o presidente da Câmara Municipal Francisco Luís, o auditor fiscal Antônio Pádua Bicudo, o professor Geraldo Longo e o gerente do *Nossobanco*, Sr. Afonso Cracco. O prefeito concedeu verbas para ajudar no financiamento do jantar que ocorreria no Harmonia Country Club. Poderia participar do jantar 100 pessoas de Paranavaí e 15 pessoas de cada paróquia da nova diocese. A participação de figuras públicas da cidade demonstra a importância que, todavia, exercia a instituição católica na comunidade religiosa, mas, principalmente, como em Paranavaí o poder público estava vinculado ao poder religioso.

A cerimônia de posse, segundo o Livro Tombo da Paróquia São Sebastião, foi um evento de proporções nunca vistas na região. A cerimônia teve a frente o Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Manoel da Silveira D'Elboux, que foi acompanhado de perto pelo bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, do secretário da Nunciatura Apostólica Monsenhor Mario Tagliaferro, de todos os bispos do estado do Paraná, alguns bispos do estado de São Paulo, membros do clero, figuras políticas, entre prefeitos do estado do Paraná e de São Paulo, além de deputados estaduais e federais do Paraná e uma grande quantidade de fieis, aproximadamente 50 mil pessoas. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1968, p. 83)

O evento é relatado como uma manifestação de fé da comunidade católica. Pessoas de Paranavaí e de cidades vizinhas saíram de suas casas para exaltar o novo bispo. A partir da exaltação, da devoção e manifestação da fé o projeto concebido por Dom Jaime foi dado por vitorioso. A exaltação não se limitou ao projeto criado e efetivado por Dom Jaime. A figura do bispo também foi enaltecida.

Robles (2007), relata algo sobre o primeiro encontro dos dois bispos:

Quando abriu diante de dom Benjamim o mapa da diocese de Paranavaí, que se estende de Alto Paraná até as ilhas do rio Paraná, dom Jaime lhe garantiu: “Ninguém pode me acusar de egoísmo. Ao contrário, sou tão generoso que dei a maior parte da minha diocese para você.” (ROBLES, 2007, p. 254)

Foi muito comum no Brasil, e todavia, ainda é utilizado, que durante a realização de eventos importantes haja a presença de membros dos dois grandes poderes institucionais:

Igreja e Estado. Paranavaí se tornar sede de um bispado foi um evento de grande proporção no qual o discurso do prefeito da cidade era esperado:

Excelentíssimo Reverendíssimo Dom Manoel D'Elboux, arcebispo de Curitiba; Excelentíssimo Reverendíssimo Monsenhor Mário Tagliaferri, representando o Núncio apostólico do Brasil; Excelentíssimo Reverendíssimo Dom Jaime Luiz Coelho, incansável batalhador para a instalação do Bispado de Paranavaí; Excelentíssimo Reverendíssimo bispos de outras dioceses, que nos honram neste momento, com vossas presenças; demais autoridades presentes, cristãos da minha terra e excelentíssimo reverendíssimo Dom Benjamim de Souza Gomes. O povo do Noroeste Paranaense outorgou-me poderes para saudar Vossa Excelência Reverendíssima no momento em que Vossa Excelência é empossado como titular da notável diocese Paranavaíense. E a minha missão revela-se agora de maior responsabilidade, porque há poucos instantes, recebi um telegrama de sua excelência, o Senhor governador do Estado Dr. Paulo Pimentel, para representá-lo também nesta notável festa Paranavaíense. Preliminarmente levando o meu pensamento ao redentor para agradecer-lhe esta homenagem que faz à Paranavaí, em determinando a instalação, a criação do bispado em nossa terra. Em verdade, muito lutamos para isto. Em verdade nós estávamos esperando este momento há muito tempo. E este ato de hoje veio coroar, veio premiar a nossa luta, de tantos e tantos anos, em busca do bem comum. Em verdade meus amigos, nem só de obras básicas, nem só de combate à erosão, vive um povo, as obras materiais há que ser presididas pela grande obra espiritual. Para isto, Dom Benjamin de Souza Gomes veio a Paranavaí. Completar aquela obra espiritual iniciada há 18 anos, naquela igrejazinha tósca (sic) de madeira, por Frei Ulrico Govert, que nos honra hoje com a sua presença. Dom Benjamin veio para ficar. Veio para auxiliar-nos nas soluções dos problemas sociais, mas veio também com a missão precípua de arrebatando as almas por ventura desviadas para os pantanais pecaminosos, e reconduzi-las ao reto caminho do Evangelho [...] (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1968, pp. 84-85)

O prefeito Dr. José Vaz de Carvalho estava em seu segundo mandato (1964-1969), e a cidade de Paranavaí havia 17 anos que se tornara município. Assim, tanto o poder religioso, quanto o poder temporal estavam galgando seu lugar ao sol. Acredito que na busca pela supremacia, a instituição católica estava em vantagem. Paranavaí, como já foi abordado, foi uma região de tardio processo de ocupação. Não sou adepta a teoria do vazio demográfico, tenho consciência que havia povos nativos na região, e não os desconsidero. Porém, a abordagem que faço diz respeito à colonização do Norte Novíssimo. E este perfil moderno, de plantio para exportação, com migrantes de várias regiões do país e de alguns países estrangeiros, não conferia aos moradores um sentimento identitário. A identidade desse povo havia de ser construída. Em contrapartida, a Instituição Católica, ou na falta dela o cristianismo, estava presente no imaginário dessas pessoas. O que isso quer dizer? Independente se a religiosidade vivenciada por essas pessoas era institucional ou popular, havia o elemento comum, um elemento identitário: a crença na salvação, via Jesus Cristo.

No contexto desses primeiros anos é o poder religioso que dará coesão a Paranavaí, na carência de outros elementos identitários. E possivelmente o representante máximo do poder público tenha tirado proveito desse processo. Devo dizer que não é minha intenção retirar desse processo o aspecto religioso, é muito complexo e injusto pesar a balança para um dos lados e dissociar elementos sagrados de elementos temporais.

No entanto, as palavras proferidas pelo prefeito – não apenas nessa passagem, mas também no trecho já citado em que José Vaz de Carvalho alia a fundação do bispado à ideia de mais “progresso” para Paranavaí –, expressam um discurso político proferido por um personagem que conseguia perceber as vantagens de uma aliança travada pelos dois poderes.

Ao retornar ao momento da vinda dos carmelitas a Paranavaí, e os primeiros anos da presença desses religiosos, o prefeito alia passado e presente, consolidando, assim, o poder temporal que esteve integrado ao crescimento da cidade e ao crescimento do poder religioso. O que estava sendo coroado com a fundação de uma sede episcopal em Paranavaí era o triunfo das forças política e religiosa, na região. Nesse sentido, esse passado considerado quase mítico não é uma história falsa ou que tenha sido criada. É “uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura” (PORTELLI, 1996, p. 21).

Após o discurso do prefeito municipal tiveram a palavra Dom Jaime Luiz Coelho, Monsenhor Mario Tagliaferri e Dom Sebastião Baggio. Em seguida, foi lida a Bula pontifícia do Papa Paulo VI.

5.5 BULA *NIL GRATIUS*: FORMALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DA DIOCESE DE PARANAVAÍ

Optei por transcrever a Bula Pontifícia do Papa Paulo VI. Nela temos as primeiras recomendações expressivas da estrutura hierárquica católica, em relação a Diocese de Paranavaí.

A bula que reproduzirei – parte dela formaliza a criação da Diocese de Paranavaí – traz em suas linhas questões consideradas de extrema importância para o bom funcionamento da nova diocese: a subordinação a Santa Sé e ao arcebispado de Curitiba, os limites jurisdicionais da região que foi criada, a criação e administração de um seminário diocesano, entre outras questões:

Nada é mais gratificante para Nós, responsáveis como somos, por vontade de Deus, da totalidade da instituição católica, do que velar para que a Igreja em todo o orbe terrestre progrida gradativamente com passo seguro, e com sábia deliberação, prover para que cresçam sempre novos filhos para Cristo e para seu reino de beatitude, a exemplo do grão de mostarda, que em silêncio cresce e dilata sua abundante folhagem. Por esta razão como o nosso venerável Irmão Sebastião Baggio, Arcebispo titular Éfeso e Núncio Apostólico no Brasil, depois de consultar Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá, e tendo ouvido a Conferência Episcopal Brasileira, propôs que da divisão do território da Sede de Maringá, fosse criada uma nova diocese. Nós, aprovando tudo isto, decretamos o que segue: suprimindo o consentimento de todos aqueles que sobre este assunto tenham ou presumam ter algum direito, separamos da diocese de Maringá o território integral dos municípios que de acordo com a vigente lei civil se denominam Alto Paraná, Amaporã, Diamante do norte, Guairaça, Itaúna do Sul, Loanda, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica e seus territórios e os integramos à configuração da nova diocese que se chamará de Paranavaí, com os mesmos limites que tem a região civil da qual se deriva. Esta nova diocese fazemos sufragânea da Sede Metropolitana de Curitiba, do mesmo modo como o seu Bispo estará sujeito, de acordo com as normas do direito, à mesma Sede Arquiepiscopal. A sede episcopal será na cidade de Paranavaí e a cátedra do magistério episcopal estará no templo curial que aí existe, dedicado a Deus em honra de São Sebastião Mártir, que elevamos à dignidade de Catedral, até que se construa outro a ser dedicado à Bem-Aventurada Virgem Maria Mãe da Igreja. Ao sagrado Prelado, além de concedermos todos os direitos, impomos também as obrigações próprias de sua função. [...] Sobre o acolhimento e a educação dos meninos e adolescentes que se sentem chamados ao sacerdócio divino, observem-se as normas do direito comum, tendo diante dos olhos as ordenações do Decreto “Optatum totius” do Concílio Vaticano II, como também as regras da Sagrada Congregação para a Educação Católica; além disso, quando se tornarem jovens, sejam os melhores enviados a Roma, ao Pontifício Colégio Pio Brasileiro para cursar as disciplinas filosóficas e teológicas. Logo que a criação da diocese de Paranavaí for efetivada pela execução destas letras automaticamente os Sacerdotes sejam vinculados àquela Igreja, em cujo território tenham legitimamente benefício ou ofício. Os outros Sacerdotes, clérigos e alunos do Seminário, à Igreja onde têm domicílio. Os atos e documentos que de algum modo dizem respeito à nova diocese, sejam transferidos da Cúria de Maringá para a de Paranavaí. [...] Queremos que esta Constituição se torne eficaz agora e para posteridade de tal maneira que tudo o que por ela foi decretado seja religiosamente observado por quem de direito e assim atinja sua finalidade. [...] Dada em Roma, junto a São Pedro, no dia 20 do mês de janeiro do ano do Senhor 1968, quinto do nosso Pontificado. (MARINHO, 2008, pp.36-38)

O Sumo Pontífice, representante máximo da Igreja Católica, nesse documento valida uma aspiração de Dom Jaime que havia sido iniciada 5 anos antes. A recém fundada Diocese de Paranavaí fora comparada a uma semente pequena que precisa de cuidados para desenvolver-se. E esse desenvolvimento, entre outros pontos, estava ligado à abertura de um seminário; esta ação seria necessária para que a Igreja pudesse dispor de mão de obra

sacerdotal regional, que conhecesse as peculiaridades regionais e, dessa maneira, pudesse intervir com eficácia. A semente daria frutos¹²⁴.

No Brasil, a vinda de clero estrangeiro foi estimulada em decorrência da falta de religiosos nacionais. Paulatinamente, após a Proclamação da República e principalmente após o Concílio Vaticano II, observa-se um movimento no sentido de aumentar a formação de um clero nacional, em uma tentativa de amenizar as diferenças que abalavam as relações clero estrangeiro e leigos.

Essa mão de obra sacerdotal viria suprir a escassez que, irremediavelmente, deixava a população à mercê de outras denominações religiosas que estavam a ganhar espaço.

Seguindo os métodos de Jesus, a Igreja ao utilizar as parábolas bíblicas articula didaticamente a compreensão dos fiéis; de modo que, ao elencar a parábola do grão de mostarda, empregada por Paulo VI, possibilitou ao leigo – o homem e a mulher comuns envolvidos no processo de abertura da diocese – entender, aceitar e colaborar com o pastoreio do recém empossado Dom Benjamin.

Ao utilizar a parábola o Papa chama a atenção para a necessidade de que os envolvidos tivessem ciência que estariam imbricados em um trabalho que exigiria paciência e constância. Assim como outros textos bíblicos, a parábola abre espaço para outras interpretações, simbolismos e, principalmente, ela torna mais inteligível a comunicação entre líderes e leigos.

Outro ponto que chama a atenção é a menção a São Sebastião¹²⁵ como padroeiro da cidade de Paranavaí. Acredito que esteja ligado à trajetória do santo, a simbologia do martírio de maneira a envolver a comunidade e, principalmente, ao fato de São Sebastião ter forte influência dentro das camadas populares. No Brasil são mais de 400 paróquias que têm São Sebastião como padroeiro (MEDEIROS, 2014). Além da igreja da primeira paróquia de Paranavaí ter homenageado São Sebastião, a cidade de Paranavaí também o tem como padroeiro. Na citação seguinte Frei Ulrico explica os motivos da escolha:

O padroeiro de Paranavaí é São Sebastião. Pelo fato de ser realmente vantajoso, quero contar o porquê de São Sebastião ter se tornado padroeiro da igreja e como sua imagem chegou aqui. Quando, em 1944, os primeiros colonos se instalaram em Paranavaí, trouxeram consigo também alguns animais, principalmente cabras e porcos. Pouco tempo depois de os colonos terem começado a criação de animais em grande escala, chegou a peste e dizimou um grande número de porcos. Na sua

¹²⁴ No entanto, esse não era um problema que atingia somente a sede do novo bispado. A carência de clero dito nativo era um problema de amplitude nacional.

¹²⁵ Sobre a hagiografia de São Sebastião - protetor contra a peste, a fome e a guerra - conferir: MEDEIROS, 2014, pp. 66-67.

grande aflição, os camponeses chegaram à conclusão de que deviam fazer uma promessa. Se Deus os livrasse da peste suína, eles fariam de São Sebastião o padroeiro da futura igreja. A peste realmente acabou e o povo cumpriu o prometido. Um deles foi a São Paulo com caminhão e trouxe de lá a estátua de São Sebastião. (GOEVERT, 1992, p.16)

Interessante notar que a devoção a São Sebastião se inicia antes da chegada dos missionários alemães a Paranavaí. O elemento que elege o santo está ligado a um dos aspectos aos quais ele é protetor: a peste. Para a instituição, elencar São Sebastião o padroeiro foi bem expressivo devido às características do próprio santo. A devoção a ele remonta a lutas, martírios, vitória contra as intempéries no condizente ao material e ao espiritual. Ter um santo guerreiro sustenta o sentimento de pertencimento coletivo, que se atrela à simbologia de identificação e admiração com a vida do santo. A obstinação de colocar a evangelização em primeiro plano, mesmo correndo riscos, é fortalecida pela ideia de que “a vida de um santo é uma história exemplar a ser imitada pelos homens (DA MATTA, 1984, p. 89). A didática da Igreja, em procurar instituir a questão da exemplaridade, intui aos fiéis que, indiferentemente aos perigos ou obstáculos mundanos, a Igreja está acima de tudo. Há, porventura, didática melhor a motivar um povo num processo de construção de sua sociedade e da sua própria identidade religiosa?

5.6. PERDE-SE ESPAÇO OU AMPLIA-SE FRONTEIRAS?

Em toda instituição há uma hierarquia a ser respeitada. A Igreja Católica prima pela hierarquia e esse fator garante a centralização do poder na pessoa do superior. Na região conhecida como Norte Novo o poder máximo estava nas mãos de Dom Jaime. E quais seriam os motivos que levariam um líder a dividir seu poder em vez de conservá-lo? Certamente a possibilidade de aumentá-lo. Classificar a pessoa de Dom Jaime como um visionário que se antecipou ao irremediável, tendo em vista o crescimento da região e a impossibilidade de administrar, não satisfaz meus anseios de pesquisadora. Mediante o contexto, acredito que Dom Jaime tenha sido um grande estrategista que viu a oportunidade de aumentar seu poder.

A prática discursiva de Dom Jaime foi articulada para mostrar que a fundação da Diocese de Paranavaí ocorreu por iniciativa sua. É perceptível a necessidade de reconhecimento de sua autoridade.

No Termo de agradecimentos e despedidas de Dom Jaime, dia 23 de junho de 1968, lê-se:

Ao visitar a Paróquia de São Sebastião de Paranavaí pela última vez, oficialmente como Bispo Diocesano, uma vez que, a pedido nosso, foi criada a Diocese de Paranavaí, desejamos externar aqui os nossos mais sinceros agradecimentos e nossas despedidas.

Já há uns oito anos atrás víamos a necessidade da criação da Diocese de Paranavaí, dado o crescimento extraordinário desta região do norte novíssimo de Paranavaí. Quando há onze anos atrás, chegávamos a Maringá, a Diocese contava com 15 paróquias, 24 municípios e 450.000 habitantes. Hoje, na mesma extensão territorial temos 40 paróquias, 49 municípios e uma população aproximada de 1.330.000 habitantes. Reconhecendo a fraqueza de nossas forças para acompanhar este desenvolvimento pedimos ao Santo Padre a criação da Diocese de Paranavaí, o que graças a Deus se concretizou com a nomeação agora de Dom Benjamim de Souza Gomes para 1º Bispo da Diocese de Paranavaí.

Queremos, pois, deixar aqui os nossos sinceros agradecimentos aos Srs. Padres Carmelitas pela sua dedicada colaboração apostólica. Neste vasto campo de apostolado propusemos assim, a possibilidade de criação da Diocese, uma vez que a cúria atual da Diocese de Paranavaí já foi toda a extensão da Paróquia São Sebastião de Paranavaí. A figura de Frei Ulrico Goevet O. Carm., está ligada a história da nova Diocese e nas suas mãos, e nas mãos do atual vigário Frei Mathias Werneck, O. Carm., queremos depositar os nossos agradecimentos e os votos de muitas bênçãos de Deus, estendemos a todos os Padres que já trabalharam nesta paróquia e que ainda hoje aqui exercem o seu ministério. Que o novo Bispo neles encontre a mesma amizade, dedicação e colaboração que nos foram prestadas nestes onze anos de pastoreio.

Agradecemos as Religiosas Carmelitas, que encontramos na Paróquia, e as Vicentinas que atenderam ao nosso azilo (sic) e criaram suas forças as já existentes para a construção do Reino de Deus.

[...] A todos os queridos fiéis que, a partir do próximo dia 7 de julho, juridicamente já não serão mais nossos Diocesanos, [...]

[...] Se mais não fizemos pela região e por Paranavaí, foi porque não pudemos. E por isso mesmo? a nossa incapacidade, pedimos ao Santo Padre a presença de um Bispo em Paranavaí, que irá encontrar dedicados colaboradores [...]. (LIVRO TOMBO PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1968, pp.81-82)

Se existiram conflitos entre os carmelitas e Dom Jaime no período que antecedeu à fundação da diocese, foram esquecidos. Em seu texto de despedida, Dom Jaime relembra e deixa registrado que a divisão da diocese foi realizada por iniciativa sua. A postura de Dom Jaime foi materializada pelo discurso oficial, evidenciando o poder e a influência que o bispo tinha no cenário religioso paranaense.

Bourdieu, chama de porta-voz autorizado aquele que consegue agir com palavras sobre as coisas, aquele que fala para e pela comunidade (BOURDIEU, 1998, p. 89). Nesse sentido, Dom Jaime foi porta-voz de um projeto que consolidaria o poder religioso na cidade de Paranavaí, assegurando, assim, a supremacia da Igreja Católica. Dito isso, saliento que o poder não estava apenas nas palavras de Dom Jaime, mas principalmente em Dom Jaime, no entanto, é importante ressaltar que esse discurso só encontrava ressonância para a comunidade católica.

Outro dado importante no texto de despedida de Dom Jaime está relacionado ao fato do bispo citar o trabalho que Frei Ulrico e os carmelitas realizaram na região de Paranavaí. Apesar das tensões, o bispo de Maringá, assim como foi feito pelo prefeito de Paranavaí, relembra o trabalho religioso empreendido pelos carmelitas e por Frei Ulrico. Acredito que esses dois personagens, Frei Ulrico e Dom Jaime, nutriam um sentimento de propriedade mútuo em relação à região de Paranavaí, cada qual envolto em suas convicções. O primeiro, pela proximidade com o território de Paranavaí, por ser o homem que deu os primeiros passos rumo a uma igreja institucionalizada na região, por tê-la acompanhado em seu processo de estruturação urbanística, social e religiosa, tinha por ela um sentimento de coparticipação na edificação civilizatória da sociedade paranavaense.

Dom Jaime, por sua vez, chegou depois dos carmelitas mas era o representante máximo da Igreja Católica na região, portanto, era compreensível sua atitude rígida, autoritária e centralizadora, pois o poder emanava dele.

O reconhecimento de Dom Jaime em relação ao trabalho efetuado pelos carmelitas, representados na figura de Frei Ulrico, dá indícios da necessidade institucional de valorizar o passado mítico da presença religiosa em Paranavaí e região, imortalizando uma história/memória que se concretizava com a criação da Diocese de Paranavaí.

Em 1979 foi criada a Província Eclesiástica de Maringá. Esse processo iniciou-se em “1959 com a criação da Diocese de Campo Mourão que fazia parte da jurisdição do centro-oeste em Foz do Iguaçu e foi efetivamente instaurada pelo Papa João XXIII, começando a funcionar em 23 de abril de 1960” (PEREIRA, 2007, p.82). A fundação da Diocese de Paranavaí – fio condutor deste capítulo – ocorreu em 1968. E por último, a partir deste contexto de desmembramento de dioceses, foi criada a Diocese de Umuarama em 1973, desmembrada da Diocese de Campo Mourão. A sucessão de desmembramentos e ereções de novas dioceses não expressaram divisões, senão a ampliação das sucessivas fronteiras que permitiram a Dom Jaime ampliar seus domínios, tornando-se arcebispo da nova Província Eclesiástica.

5.7 UM BISPADO SEM PATRIMÔNIO EPISCOPAL

Os carmelitas foram paulatinamente perdendo espaço e autonomia em Paranavaí e região. Os primeiros anos foram marcados pela administração de Dom Geraldo Proença de

Sigaud, bispo da Diocese de Jacarezinho. Os carmelitas não sentiam o peso de sua administração principalmente por causa da distância de um ponto ao outro, o que tornava inviável um acompanhamento constante.

Em 1957 o panorama muda. Dom Jaime Luiz Coelho toma posse da Diocese de Maringá. Em função da proximidade, Dom Jaime conseguiu ser mais presente que Dom Sigaud, mas essa administração estava ainda longe do esperado pela instituição.

Em 1968, novamente, os carmelitas se deparam com mudanças e, nesse momento, a administração episcopal estará literalmente ao lado. Dom Benjamim morou por dois anos no Convento do Carmo e a cúria da diocese também estava nesse espaço. Apesar da presença mais atuante do bispo não se registram conflitos ou tensão entre Dom Benjamim e os carmelitas.

O frei alemão Alberto Foerst indica a convivência entre o bispo de Paranavaí e os carmelitas:

Para facilitar a providência da casa para o bispo, compraram duas casas em construção e fizeram uma adaptação tão infeliz que o bispo nem chegou a morar nela. Antes ele preferiu morar no nosso convento, onde instalei provisoriamente numa sala perto da entrada a cúria diocesana e com a ajuda da prefeitura comecei a construir a residência do bispo num terreno que foi doado para esta finalidade (FOERST, 2012, p.22)

Em relação ao panorama econômico deixado por Dom Jaime e a residência episcopal, Frei Alberto (2012) fez a seguinte crítica ao bispo da diocese de Maringá:

Dom Jaime, o bispo de Maringá, antes de entregar a diocese a Dom Benjamim de Sousa Gomes, passou em todas as paróquias para se despedir e crismar todos os que ainda não tinham sido crismados (não se usou como critério a idade ou tamanho). Desta maneira ele realizou a sua “colheita” e para a nova diocese não deixou tostão algum. Mas nós carmelitas acolhemos a Dom Benjamim de braços abertos; ele não passou necessidades “nem teve que dormir de baixo de uma ponte”. Ele viveu conosco, recebendo tudo do convento. Ficou convivendo conosco até o término da nova residência episcopal, juntamente com a nova cúria diocesana. A planta para a construção veio da mesma firma construtora de São Paulo. Eu executei a obra por conta própria. Os cálculos foram feitos por um tal Dr. Radius de São Paulo. As duas casas, que eram destinadas para moradia do bispo, ficaram conosco porque eu empreguei dinheiro do comissariado para poder terminar a construção da residência. Foi por isso que as duas casas se tornaram propriedade dos carmelitas. (FOERST, 2012, p 23)

A crítica de Frei Alberto denuncia que Dom Jaime não estava preocupado com a maturidade física ou espiritual do crismando. Posso pensar essa atitude como uma espécie de espólio sagrado? O certo é que Frei Alberto não poupou palavras e reafirmou o trocadilho que

foi feito pelos carmelitas em relação ao lema episcopal de Dom Jaime, *in omnibus Christus/in omnibus pecuniae*, ou seja, em vez de utilizarem o lema “em tudo Cristo”, utilizavam “em tudo dinheiro”.

Em 1972 Dom Benjamin conseguiu mudar para a residência episcopal do bispado de Paranaíba:

Dom Benjamin deixa o Convento do Carmo para ir em sua residência situada no jardim 3 Marias. A mudança começou a ser transportada para que Dom Benjamin pudesse mudar no dia 1º de janeiro de 1972. No dia 1º foram convidados pelo Bispo os padres carmelitas para almoçar em sua nova Residência. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1972, p. 109)

Dom Benjamin foi descrito como um homem tranquilo, capaz de se adaptar à situação num território que, efetivamente, não oferecia o suficiente para a instalação do bispado. A residência episcopal demorou algum tempo para ser construída; e o restante do patrimônio efetivar-se-ia sob a administração do segundo bispo da diocese de Paranaíba.

Instalada a diocese, Dom Benjamin foi aos poucos conhecendo a "dura realidade desta Igreja de Deus", conforme escreveu num de seus relatórios. Diante disso, decidiu que não seria conveniente despendere recursos na construção de uma Catedral, permanecendo assim a Igreja Matriz de São Sebastião, dos frades carmelitas, como Catedral Diocesana.

Com a renúncia de Dom Benjamin, ocorrida em 23 de outubro de 1985, assumiu a diocese Dom Rubens Augusto de Souza Espínola (08/06/1928), nomeado pelo Papa João Paulo II, cuja posse se deu em celebração realizada no dia 8 de dezembro de 1985, festa da Imaculada Conceição.

Nos anos que se seguiram, Dom Rubens, sentindo a necessidade de a diocese ter sua própria catedral, ante a provisoriedade na utilização da Igreja Matriz de São Sebastião, por razões pastorais, e ante a advertência encaminhada pela Nunciatura Apostólica no Brasil quanto à observação da condição prevista na bula de criação da diocese, determinou a separação da Sé Catedral da diocese de Paranaíba da Paróquia de São Sebastião e a transferiu, provisoriamente, para a Paróquia Nossa Senhora das Dores, local escolhido para a construção de novo templo dedicado à Bem-aventurada Virgem Maria Mãe da Igreja, assumindo pessoalmente a função de pároco a fim de conduzir os trabalhos para a edificação da nova sede episcopal. (CATEDRAL MARIA MÃE DA IGREJA)¹²⁶

A renúncia de Dom Benjamin não tem nenhuma relação com o tardio processo de efetivação do patrimônio episcopal, ou ainda, não está relacionada com nenhuma estratégia político/religiosa para a manutenção do catolicismo oficial. Dom Benjamin renunciou em função da avançada idade, o que lhe impossibilitava de cumprir suas funções como bispo.

¹²⁶ Disponível em: <http://www.catedralparanaibai.org.br/historia>. Acesso em 05/01/2019

Oficialmente o bispado de Paranavaí foi erigido canonicamente dia 7 de julho de 1968, e a inauguração da Catedral Maria Mãe da Igreja ocorreu dia 15 de agosto de 1991, portanto, 23 anos depois da fundação do bispado.

A preocupação com a construção da Catedral firmou-se a partir do recebimento de uma carta da Nunciatura Apostólica de 15 de maio de 1988 cobrando o cumprimento da bula de fundação da diocese, na qual havia sido estabelecido que a igreja de São Sebastião seria uma catedral provisória. (REVISTA 35 ANOS DA DIOCESE DE PARANAVAÍ, 2002, p.08).

Neste capítulo coloquei em evidência o processo de criação da Diocese de Paranavaí, dando relevância para a relação entre Estado e Igreja em prol da concretização do projeto de Dom Jaime. Destaco o fato de que o bispo estava insatisfeito com as doações materiais efetuadas pela população de maneira geral, e pelo próprio Estado. Não cabe discutir, nesse momento, se o contexto reflete perda de influência religiosa na sociedade, ou se Dom Jaime nutria aspirações aquém da realidade socioeconômica.

Outro ponto destacado foi a relação, nesse processo de criação da diocese, entre os carmelitas e o bispo da diocese de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. O bispo cobrava dos carmelitas uma participação mais efetiva em seu projeto de criação da diocese de Paranavaí. A partir da documentação visualizei que os carmelitas, contrariamente ao materializado pelos memorialistas, não tiveram uma posição letárgica frente ao projeto de Dom Jaime; ao contrário, eles foram partícipes ativos nesse empreendimento.

Mas de fato é inegável que a peculiar autoridade episcopal de Dom Jaime, sua sagacidade política e seu poder de barganha foram imprescindíveis para o processo e trajetória da criação da diocese de Paranavaí.

6.A SOMBRA DA CRUZ CATÓLICA DEIXA MARCAS DE UM PROCESSO CIVILIZADOR

Que em nossa Ordem a ideia missionária está sempre mais acentuada, vê-se não só na cerimônia de envio missionário em nosso novo ritual. [...] Mesmo que o caminho seja longo, dificultoso e cheio de pedras, não se deve ter medo de sacrifício, estorvos e dificuldades e recuar diante disso. [...] O povo que crê reconhece na grande tarefa missionária da Igreja como é necessário que os missionários, os padres e os leigos devem colaborar através de orações e ofertas materiais para cumprir o legado e a tarefa missionária de Cristo: “Ide por todo o mundo e ensinai a todas as gentes.” (LIPPERT, 2001, p.44).

6.1 SOB A SOMBRA DA CRUZ DESENVOLVE-SE ENTÃO A POVOAÇÃO¹²⁷

Sob a sombra da cruz desenvolve-se a povoação! Nenhuma frase descreveria melhor esse momento histórico do que as palavras de Frei Ulrico Govert. Como mostrado nos capítulos anteriores, a cidade de Paranavaí, e região, passaram por um processo de ocupação no qual a Igreja teve relevante participação.

A frase de Frei Ulrico pode ter sido construída sob a ideia de que à sombra da cruz ocorreu a povoação do território no sentido primário, conotativo da palavra, mas, ao refletir sobre a história de Paranavaí é difícil separar o papel atuante da igreja – representada pelos missionários alemães – de seu desenvolvimento, propriamente dito.

Analisando o papel da Igreja nesse processo de ocupação de Paranavaí penso que evangelizar, para os carmelitas, possivelmente, seria fazer com que a população de Paranavaí, que estava “sob a sombra da cruz”, acatasse os hábitos e costumes pregados pela Igreja Católica. Acredito que os missionários ao elegerem hábitos e costumes que deveriam ser seguidos estavam também civilizando, ou seja, os crentes deveriam abandonar certos hábitos e introjetar outros que seriam ditados pelos carmelitas.

Projetada arquitetonicamente como um edifício erigido no ponto alto, tendo a cruz visível por vários pontos da cidade, a Igreja preenche o cenário da sociedade em construção, para além do papel simbólico que representa. Frei Ulrico discorreu acerca dos primórdios da

¹²⁷ O título desse capítulo foi retirado do livro “História e memórias de Paranavaí”, escrito por Frei Ulrico entre os anos de 1957 e 1958. GOEVERT, [1955] 1992, p.48)

construção da Igreja e apontou para o fato dos fiéis terem se preocupado com a visibilidade da Igreja.

No dia 27 de setembro de 1944 veio para cá o padre João Guerra para cuidar das almas dos pobres colonos. Construiu a primeira capela com uma sacristia muito pequena, que servia ao mesmo tempo como sala e quarto de dormir. Ele ficou em Paranaíba até o fim do ano de 1945. Mais tarde este padre tornou-se carmelita descalço. Nesta época os colonos também ergueram a primeira grande cruz de madeira no lugar onde hoje está a rodoviária. Acharam, entretanto, que o local era impróprio para a futura igreja matriz e mudaram a cruz para um lugar um pouco mais acima (GOEVERT, 1992, p. 20).

Na tentativa de aquisição, manutenção e expansão do poder, a Igreja e a cruz precisam ser elementos visíveis, precisam lembrar à população de Paranaíba de sua presença simbólica e física.

Depois da construção da atual e grande matriz serramos os paus da cruz no comprimento e ao meio e com isso fizemos a nova cruz da torre da igreja com 25 metros de altura. Quando Paranaíba recebeu a energia elétrica ela foi toda iluminada. Um dia, um avião que estava perdido em cima das nuvens de um temporal, ao avistar a cruz iluminada pôde novamente se orientar. Por meio do alarme o piloto nos deu a entender que estava em perigo. As pessoas, que tinham um carro disponível, foram rapidamente até o campo de aviação e formaram com seus faróis duas filas luminosas. No meio delas ele aterrissou e quando desembarcou, tirando o boné disse: "Deus com sua cruz nos salvou a vida". A cruz é o ponto mais alto em Paranaíba e aos pés desta cruz estendeu-se a cidade. Bem visível durante o dia e iluminada durante a noite deve ser esta cruz para todos um penhor da felicidade eterna. (GOEVERT, 1992, p.21)

A presença imponente e física da Igreja altera também a maneira como a população católica se relaciona com a instituição. Dessa forma, simbolicamente sob a sombra da cruz, se desenvolve a sociedade, ou seja, ocorre o processo civilizador no qual a Igreja intenta por regular os hábitos e comportamentos da população católica.

O autor Silva Júnior (2009) em seu trabalho "Nas Sombras da cruz": A Igreja católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920), faz a discussão acerca do papel da Igreja no processo de desenvolvimento das cidades no Ceará. O autor cita uma passagem de uma obra póstuma de Gustavo Barroso: "À margem da história do Ceará", lançado em 1962.

A fazenda que se situa, os vizinhos que se reúnem, a riqueza que aumenta, a capela que surge, a igreja que a substitui e, enfim, a matriz em torno da qual a vila formada ali se transforma em cidade. Eis todas as fases do nascimento, crescimento e formação da nova urbe nos vastos sertões. Preside a todas o espírito cristão. É a sombra da cruz que, assim, povoa e civiliza o deserto (BARROSO, GUSTAVO apud SILVA JÚNIOR, 2009, p. 92).

A presença da Igreja, representada pelos freis carmelitas, colaborou para que fossem introjetados novos hábitos na comunidade católica de Paranavaí a partir do convívio e de estratégias utilizadas pelos religiosos. Assim, faz sentido a definição de Hervieu-Léger: “[...] a igreja era o ponto de referência, o lugar em que se concentrava toda a vida da comunidade” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 15).

Ao pensar nos freis vindos da Província de Bamberg percorrendo as ruas da “Paranavaí em construção”, contemplando o campo missionário para o qual suas perspectivas devocionais motivavam a razão de permanecer, e trabalhar, consigo perceber o porquê da Igreja ser o ponto de referência de toda a vida da comunidade, conforme indicado por Hervieu-Léger.

São motivações que se mesclam na edificação de uma sociedade. Há os que buscam o progresso econômico; outros buscam no progresso econômico um meio de sustentação de suas vidas. Os religiosos buscam a implantação do projeto missionário.

Não pensemos numa sociedade estabelecida em 1950, em Paranavaí. E sim, num território sendo ocupado. Não poderia ainda estar definida a coesão social, portanto, a religião, como um centro difusor de identificação e aproximação, viria a colaborar no sentimento de identificação da população católica.



Imagem 11: Frei Ulrico Goevert em Santa Isabel do Ivaí-PR, [195-]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/wsantin/2270778185/in/photolist-4sEkf2>. Acesso em: 15/01/2021.

A distância cultural existente entre missionários carmelitas alemães e a comunidade paranavaense acarretava uma dissonância entre desejos e realização de tais aspirações, pois cada um dos lados tinha ideias pré-concebidas acerca do que o outro era, mas principalmente em relação às ações que idealizava do outro.

Os carmelitas eram homens que tinham outra nacionalidade, outros costumes e outros referenciais. Nesse sentido, em razão de todo o aporte teórico que trouxeram à região de Paranavaí, em virtude das comunicações escritas que fizeram e, posteriormente, alguns retornando ao lugar de origem, transitaram entre a diversidade cultural de dois continentes, emaranhando culturas a partir do pequeno campo missionário de Paranavaí e região.

A partir do enunciado, cabe adentrar no pensamento de Elias (1994) para entender a integração da sociedade por meio do elemento religioso católico como um processo, que se deu, no caso, como processo civilizador. Não é que se entende que o processo civilizador é reconhecido a partir do elemento de coesão social dado pela religiosidade. Mas, no caso da sociedade paranavaense, os elementos civilizacionais pressupostos à sociedade, em andamento, estiveram, não à mercê – seria presunção afirmar – mas, aliançado ao projeto evangelizador carmelita. Um e outro – projeto evangelizador e processo de construção social – andaram de mãos dadas nos meados do século XX, nessa região.

Nesta pesquisa, penso o conceito de processo civilizador de Norbert Elias como uma mudança de hábitos. Os missionários carmelitas vieram para o Brasil com um projeto de evangelização, de expansão da ordem. Como esse propósito pode ser separado do processo civilizador? Não considero viável, pois ao olhar para a documentação produzida pelos freis carmelitas, vejo o desejo destes de inserir na comunidade católica hábitos do que outrora fora vivenciado por eles na Alemanha.

Elias (1994) compreende que o que nos acostumamos a considerar civilizado é uma construção histórica; nesse sentido, cada época e cada sociedade apresentam comportamentos que lhes são próprios e, que levam a distinção tanto de uma época para outra, como de uma sociedade e outra:

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de comportamento (ELIAS, 1994, p. 72).

Como Elias trabalha a partir do conceito de processo, demonstra que o processo civilizacional, sendo, pois, de longa duração, não pode ser entendido como algo que teve início a partir de um determinado século. Há um conjunto de figurações que, ao longo da história, apresentou modificações dos padrões de comportamento que, indubitavelmente, levou o homem a afastar emoções e comportamentos naturais.

Era um padrão diferente do nosso – se melhor ou pior não vem ao caso. E se nossa *recherche du temps perdu* fomos levados de volta, passo a passo, do século XVIII para o XVI e do XVI para o XII, isto não implica que estejamos, como já alertamos antes, na expectativa de encontrar o “começo” do processo civilizador (ELIAS, 1994, p. 75).

Ao discorrer sobre os modos corteses que foram sendo estabelecidos na Europa, como por exemplo, o uso do garfo e outras maneiras educadas de se portar à mesa, Elias (1994) propõe refletir sobre as relações entre as pessoas, demonstrando que a mudança dos modos distintos refletiu uma diferenciação nas relações humanas. Quando as pessoas comiam na mesma quadra, com as mãos, bebiam no mesmo copo, e assim por diante, a estrutura e o caráter da vida emocional eram outros. Elias afirma:

Suas emoções eram condicionadas a formas de relações e conduta que, em comparação com os atuais padrões de condicionamento, parecem-nos embaraçosos ou pelo menos sem atrativos. O que faltava nesse mundo *courtois*, ou no mínimo não havia sido desenvolvido no mesmo grau, era a parede invisível de emoções que parece hoje se erguer entre um corpo humano e outro, repelindo e separando, a parede que é frequentemente perceptível à mera aproximação de alguma coisa que esteve em contato com a boca ou as mãos de outra pessoa, e que se manifesta como embaraço à mera vista de muitas funções corporais de outrem, e não raro sua mera menção, ou como um sentimento de vergonha quando nossas próprias funções são expostas à vista de outros, e em absoluto apenas nessas ocasiões (ELIAS, 1994, p. 82).

Esse conteúdo oportuniza pensar as relações estabelecidas em meio ao processo de construção civilizacional em Paranavaí e região. As reclamações dos freis carmelitas sobre a conduta de parte da comunidade católica apontam para hábitos que não condiziam com o ideal de sociedade objetivado pelos religiosos.

Nesse sentido, Frei Alberto aponta hábitos que deveriam ser mudados em relação à devoção dos paranavaenses:

A única coisa que conhecem são os santos. Os santos são seus deuses. Após a missa aparecem carregando todo tipo de quadros de santos para serem bentos, talvez pela décima vez. Cristo e os santos são iguais e não há para eles diferença. A festa de Santo Antônio, ou de outros santos, é comemorada muito mais do que a Páscoa e Pentecostes. As procissões, se não fossem acompanhadas pelas imagens dos santos, poderiam sem dificuldade ser confundidas com um bloco de carnaval, pois soltam terrivelmente muitos foguetes (FOERST, 2001, p.64)¹²⁸.

¹²⁸ Publicado em outubro de 1954, na Revista *Karmelstimmen* título original: “*Die Stimme der Mission*”.

A crítica de Frei Alberto, pensando a partir de um viés institucional, é compreensível pois até a instalação dos carmelitas a população de Paranavaí e região praticava sua devoção sem o intermédio da Igreja, e isso não é bem visto aos olhos institucionais que almejam se tornar um elo entre Deus e o homem.

Havia também o empecilho da falta de padres, que acabava atrapalhando os anseios dos carmelitas de inserir novos hábitos comportamentais na população da região missionária.

A nossa paróquia é muito grande: 100 Km de comprimento por 150 km de largura e só dois padres para atender as aproximadamente 50.000 pessoas, que se *dizem* católicas. [...] O povo daqui deverá embrutecer-se, se logo não houver mais padres (WUNDERLICH, 2001, p.28, grifo nosso).¹²⁹

Não dá para comparar as condições pastorais aqui no Brasil com as da Alemanha, pois um padre deve cuidar de 6.000 almas em média. Aqui na floresta o número é bem maior. Assim, as pessoas daqui exigem um padre, que pelo menos batize suas crianças, abençoe os casamentos, escute suas queixas e possa atender suas confissões (FOERST, 2001, p.66).¹³⁰

A falta de religiosos no Brasil foi um problema para a Igreja Católica desde o Brasil Colônia. Essa escassez de mão de obra religiosa abria espaço para outras denominações religiosas, entre outros fatores. Diante dessa situação: a falta de padres seria um problema para o plano expansionista da Província Carmelita alemã representada pelos freis alemães no Brasil.

Frei Joaquim relata as dificuldades enfrentadas pelos primeiros freis para conseguirem atender a toda a região missionária.

Muitas vezes Frei Henrique e Frei Alberto tiveram que passar a noite no jipe. Então ia-se para o trabalho. Passavam normalmente 3 dias em cada capela. Celebravam missa, batizavam, batizavam, batizavam...e faziam casamentos, ou ainda, resolviam até mesmo problemas civis. No entremeio um dos padres dava um curso intensivo de preparação para a Primeira Comunhão. Estas “crianças da Primeira Comunhão” em parte já tinham comungado pelo menos umas 20 vezes e agora faziam a “Primeira Comunhão”, porque queriam casar (KNOBLAUCH, 1976, p. 8).

A passagem seguinte fala das más ações. Frei Ulrico aborda algumas questões em relação a maus comportamentos:

[...] Pior, no entanto, acontece com aqueles que já de antemão vem para cá com o propósito de continuar a sua vida imoral. Eles chamam um trabalho bem lucrativo, por exemplo: derrubam 10 alqueires de mato e recebem pelo serviço um bom dinheiro. Então põe-se a gastar seus ganhos com bebidas e comidas ou desperdiçam tudo em orgias dos mais levianos modos. A sequência é então frequente: roubo, morte e homicídio. Aqui foram poucos meses em que não tivemos um morto por

¹²⁹ Publicado em novembro de 1953, na Revista *Karmelstimmen*. Título original: “*Briefe aus Brasilien*”.

¹³⁰ Publicado em outubro de 1954, na Revista *Karmelstimmen*. Título original: “*Die Stimme der Mission*”.

assassinato para enterrar. Mas nem sempre a vítima fazia parte dessa leviana corja. Muitos casos de assassinatos aconteceram por motivo de terra e direito de posse (GOEVERT, 1992, p. 53).

O relato é um retrato dos conflitos entre os grupos humanos num espaço ainda em construção, onde a diversidade de interesses, hábitos e nível cultural determina uma desordem por vezes violenta, senão escancaradamente promíscua. Para os freis carmelitas, o elemento regulador da moral entre esses grupos seria a religião, o catolicismo oficial.

Frei Ulrico apontou alguns comportamentos que ele identificou como típicos do Brasil.

Por ser difícil encontrar registro de nascimento e certidão de batismo aqui neste país, os bispos decidiram que em lugar da certidão de batismo é válido o juramento dos pais ou dos parentes mais próximos. Então chegou até mim uma mocinha com seu namorado. Queriam casar e ela afirmava ter 16 anos de idade. O pai estava preparado para sob juramento confirmar, porém eu percebi que o que ele queria mesmo era se livrar da filha. Também a mocinha me pareceu bastante miúda e não desenvolvida o suficiente para essa idade. Por isso expliquei para eles o castigo de Deus para os perjúrios e interroguei aos presentes quem poderia me jurar além do pai, que a noiva tinha 16 anos. Dito isto ergueu-se um homem e disse: "Eu juro que a menina tem 13 anos e 8 meses, eu sei quando e onde ela nasceu". Dirigi-me então ao pai da menina e dei-lhe uma pesada lição moral que o fez ficar mudo. A "noiva", porém, tomou o seu todo amado pelo braço, e disse furiosa: "Se o vigário não quer nos casar então nós vamos dormir juntos assim mesmo". Irritado dei a resposta: "Vocês poderão na verdade esta noite dormir sob o mesmo teto, mas em duas celas separadas, na Cadeia! Em poucos minutos o juiz de menores encarregar-se-á de vocês". Isso é claro que o pai também não queria. Assim, levou a sua querida filha de volta para casa (GOEVERT, 1992, pp. 12-13).

Qual descrição poderia ser mais clara a respeito das demandas culturais de uma sociedade em primórdios de formação? E qual traria maior clareza sobre o papel de autoridade e ordenador que empenhava o frei carmelita? A narrativa é enriquecedora:

Em todo o Brasil é assim: Se um rapaz desonra uma moça, tem que casar com ela. E se um noivo constata, após o casamento, que a moça não era mais virgem, ele pode declarar o casamento inválido. Por isso cada uma guarda-se cuidadosamente evitando se entregar. Mas se ela for incorreta, junto com o seu namorado oculta o erro e casam-se o mais breve possível. Se o rapaz desiste do casamento, ela comunica logo o seu passo em falso ao pai. Este tenta obrigá-lo a casar fazendo sérias ameaças. Se apesar disto ele não quer mais saber da moça, deve fugir o mais rápido possível para um outro Estado ou será levado para o cemitério mais cedo do que pensa.

Num determinado dia chegou até mim um homem com sua mulher. Nervoso, irado, berrando me disse: "Aqui o senhor tem novamente a mulher, que o senhor me deu ontem diante do altar. Ela não era digna de se casar". Depois de tê-lo acalmado um pouco, perguntei-lhe: "De onde o senhor sabe que ela não era mais digna de se casar?". "Eu a obriguei a confessar e ela então me disse. Ela deve casar-se com aquele que a desonrou". Eu perguntei se ele até ontem ainda não tinha tido caso com mulheres. Muito orgulhoso respondeu-me: "Eu sou homem!" Retruquei: "O senhor não é homem coisa alguma, pois o senhor não dominou a sua paixão entregando-se

para as mulheres da vida e agora o senhor, um mesquinho pecador, exige uma virgem para casar. Como o senhor pode exigir dos outros aquilo que o senhor mesmo não fez? É verdade que ela não seria digna de casar como uma virgem. Dou para o senhor um conselho: Tome a sua mulher, com a qual o senhor casou ontem, e vá para casa com ela.” Ele coçou um pouco a barba e as pessoas que estavam presentes lhe disseram: “O padre tem razão”. Em consequência do que eu disse ele tomou sua esposa pela mão e foi para casa. É verdade que ele não olhou imediatamente de maneira afetuosa (GOEVERT, 1992 [1957], pp. 26-27).

Interessante o raciocínio e argumentação do frei, mais interessante ainda é autoridade que exerce: sua palavra não fora contestada! Ao contrário, obedecida. A narrativa de Frei Ulrico, somada às notas que revelam as concepções e convicções que os freis trouxeram de sua terra natal, são indicadores da mentalidade posta no campo missionário, ou seja, o sacrifício da missão reivindica que a comunidade cresça em fé, e todos tenham que sacrificar algo. Objetivamente, os freis desempenhavam o papel ordenador no processo civilizacional, e a moral católica seu elemento unificador.

A região missionária, ou melhor, a comunidade católica, pertencente à região missionária de Paranaíba, com exceção de Graciosa, apresentava problemas comportamentais aos olhos dos missionários. Já ao distrito de Graciosa, em virtude do que remetia aos carmelitas, fora-lhe imputado um significado especial como será visto.

A cidade de Paranaíba comportava relevante heterogeneidade, ou seja, outros grupos, nacionais e europeus, compunham a sociedade local. Porém, não se encontra documentado que o tom de enaltecimento dos bons costumes teria sido utilizado em menção a esta cidade e a esses outros grupos que a compunham.

Além da preferência etnocêntrica, merece atenção o fato de que no seio da comunidade católica expressavam-se práticas diferenciadas de catolicismo. Uma parte mostrava-se familiarizada com práticas do catolicismo romanizado. Outra, em contrapartida, encontrava-se necessitada de urgente auxílio religioso, na visão dos carmelitas. Ou seja, essa parte do rebanho -a maioria dos não teuto-catarinenses- precisava de pastores para a encaminhar à salvação:

A mesma ignorância encontramos no campo religioso. O povo simplesmente não conhece nada da fé. Muitos foram só batizados e depois nunca mais tiveram contato com um padre. Assim, estão por aí em qualquer lugar no mato e não sabem nada do mundo. Vamos até eles no nosso jipe para celebrar a santa missa e ministrar os sacramentos. A maioria aparece pelo fato da missa se construir em algo diferente dentro da monótona vida no mato. Eles têm só uma pequena noção da missa. Chegam para a confissão e não sabem o que devem fazer na hora, visto que nunca se confessaram. Para a comunhão deve-se fazer um convite especial e pode acontecer

de eles se aproximarem com as mãos nos bolsos da calça e sem qualquer preparação para a mesma (FOERST, 2001, p. 64).¹³¹

A citação anterior demonstra a maneira como era apresentada aos leitores da Revista *Karmelstimmen* a precária situação da região missionária, enfatizando a forma como os populares professavam sua religiosidade. A passagem mostra os costumes – ou maus costumes – de uma parcela da população que não estava familiarizada com os rituais católicos. Em realidade, há sempre uma maneira própria do povo expressar a religiosidade, o que destoa, por tantas vezes, da instituição; conforme acentua Marc Bloch: “ademais, em larga medida as crenças populares escapavam ao controle eclesiástico” (BLOCH, 1993, p. 82).

E para o bom desenvolvimento do projeto missionário seria essencial que a comunidade seguisse os rituais institucionais, de acordo com a visão dos freis. A prática dos rituais permite que as pessoas sintam-se mais próximas umas das outras, pois, ao seguir o parâmetro instituído pela Igreja Católica o leigo passa a realizar determinada ação de maneira periódica. O que, conseqüentemente, acarretará uma introjeção daquela prática repetida. Dessa forma esse ritual pode ser pensado também como uma forma de inserir novos modelos comportamentais.

Nas fazendas o trabalho pastoral era muito difícil. Ali trabalhavam quase só assalariados, que em sua maioria provinham do Norte do Brasil. O seguinte acontecimento pode ilustrar um pouco a situação nestas fazendas. Nos primeiros anos da década de 60 chegou também na nossa região as doações de alimentos das Caritas norte-americana. Os católicos norte-americanos enviaram navios inteiros completamente lotados de farinha, leite em pó e óleo de cozinha. Nas fazendas de tempo em tempo após a missa a distribuição do leite era feita pessoalmente pelo pároco. O povo naturalmente fez a diferença entre “missa com leite” e a “sem leite”. O efeito: nas missas “com leite” a capela ficava cheia até o último lugar. Nas missas “sem leite” o padre rezava com os bancos quase vazios! (KNOBLAUCH, 1976, p. 19).

Essa passagem coloca em evidência a visão dos carmelitas sobre o nível de religiosidade e situação econômica dos habitantes da região missionária. Se por um lado havia teuto-catarinenses proprietários, bem estabelecidos, por outro, os assalariados, em sua maioria nordestinos, aos quais se fazia necessário inculcar valores morais e religiosos. Esse grupo é apresentado como mais preocupado com questões básicas, como o “ganho do leite”, do que com o desenvolvimento de princípios cristãos institucionais desde a perspectiva da salvação pensada pelos carmelitas.

¹³¹ Carta escrita por Frei Alberto Foerst e publicada na Revista *Karmelstimmen* em outubro de 1954. Título original: *Die Stimme der Mission*.

Mas, há de se pensar numa expressão religiosa muito mais prática que caracteriza a camada popular, e perceber que se interesses “menores” prevaleciam é por que existiam demandas a serem atendidas. No entanto, a preocupação dos freis centrava-se na moral religiosa que deveria ser absorvida por toda a comunidade, independentemente das diferenças temporais.

Outro ponto que destaco em relação às tentativas de mudanças de hábitos da comunidade paranavaense diz respeito ao mandamento da castidade. Este é um preceito religioso que possivelmente estava sendo desrespeitado pelos comunidade católica jovem de Paranavaí. Nesse sentido, os freis sentiram a necessidade de intervir para prevalecer esse princípio moral e cristão.

No ano de 1968 foi realizado um retiro que os freis denominaram “retiro moderno” dos jovens da “Juventude Legal”, esse encontro foi realizado para os jovens do sexo masculino. Dentre as seis pautas tratadas, três me chamaram a atenção: “Somos criados para amar (os dois sexos)”, “Eu e Ela (os namorados)”, “Sexo inquieto (como guardar a pureza)” (LIVRO TOMBO DA PARÒQUIA SÃO SEBASTÃO, 1968, p. 79). O fato de que em um retiro tenha que se dar tanta importância ao mandamento da castidade, de alguma forma, deixa entrever que a partir da concepção dos carmelitas a sociedade jovem católica de Paranavaí tinha problemas em respeitar o sexto mandamento. Outro “desvio” da comunidade que os freis acreditavam que deveriam resolver.

A incorporação de novos padrões comportamentais foi basilar para que o projeto pensado pelos freis carmelitas tivesse sucesso, e para que o processo de ocupação, colonização e urbanização pelo qual passava essa região também se efetivasse. Nesse sentido, estou falando de mudanças pertinentes não apenas ao âmbito religioso, mas também sociocultural.

O regramento do comportamento juvenil enquadra-se ao projeto evangelizador e civilizatório, pois ao tentar moralizar a vida sexual dos jovens, os freis carmelitas, além de cumprir suas obrigações missionárias, contribuíam com o Estado diminuindo demandas de políticas públicas que moralizassem a sociedade.

6.2 GRACIOSA: A ALEMANHA IDÍLICA

No projeto de expansão da Igreja católica no Brasil e, especificamente, no noroeste do Paraná, os carmelitas alemães tiveram que adaptar seu modo de viver para conseguir realizar o trabalho missionário em um contexto adverso. Advindos de uma Província onde a vida não se resumia à suntuosidade, os freis estavam acostumados a viver sob rigor:

Não estávamos acostumados com luxo em Bamberg, porque enfrentamos dificuldades e mais ainda na guerra. Além da austeridade vivida no convento, destaco também tínhamos feito a amarga experiência de ser prisioneiros de guerra (FOERST, 2012, p. 8).

Desse modo, a de se pensar na mentalidade dos freis carmelitas que ao se depararem com interesses menores e costumes estranhos, tanto à disciplina católica quanto ao projeto civilizador, construíam narrativas como a que se segue:

Estas experiências nos ajudaram a saber distinguir as coisas necessárias das coisas supérfluas e a aceitar as privações com espírito de renúncia e de sacrifício. Além desta dificuldade veio também a mudança alimentar que exigia muito de nós. A comida era arroz e feijão, o pão de cada dia, um pouco de carne; às vezes, para variar, um frango. Verdura era muito difícil ainda naquele tempo. Depois de uns dias, já ambientados um pouco na nova realidade, era hora de pensar no nosso trabalho como missionários. (FOERST, 2012, pp. 8-9).

Frei Alberto fala das dificuldades enfrentadas nos primeiros anos, dos anseios, das renúncias de um missionário que atendeu ao chamado religioso: “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura” (BÍBLIA SAGRADA, CAPÍTULO 16, VERSO 15, 2010).

Nesse sentido, a passagem de Frei Alberto Foerst aponta aos leitores da *Karmelstimmen* os conflitos de adaptação social e cultural, além das particularidades inerentes a região missionária de Paranavaí.

O missionário atribui às intempéries vividas ao longo da Segunda Guerra Mundial a eficácia de sua adaptação psicológica e social à região missionária. Os carmelitas integraram a sua bagagem cultural novos elementos pertencentes a população de Paranavaí e região para conseguirem atuar de maneira que alcançassem eficácia em seu trabalho. No entanto, havia um local pertencente a Paranavaí que, pelo menos a partir das fontes consultadas, os freis não encontravam tanto trabalho. Pois os habitantes desta localidade já estavam mais

familiarizados com as práticas cristãs almeçadas pelos carmelitas: o Distrito de Graciosa em Paranavaí.

Graciosa é um distrito do município de Paranavaí-PR, no qual em 1950 sua população era majoritariamente de alemães e teuto-catarinenses. Os primeiros colonos vindos de Santa Catarina chegaram em julho de 1944 ao lugar conhecido como “Água do 22”. O território, num primeiro momento, recebeu o nome de Colônia dos Catarinenses e depois Graciosa dos Catarinenses (GRANDE NOROESTE, 1994, p.7; SCHIROFF, 2014, p.8). Em 05 de agosto de 1953, foi oficialmente criado o Distrito de Graciosa. “A denominação de Graciosa dos Catarinenses teve origem na fé e na religiosidade dos pioneiros catarinenses, a maioria devotos de Nossa Senhora das Graças” (SCHIROFF, 2014, p.8). Essa era a imagem que a maioria da população tinha de si mesmo, e também era a maneira como os freis carmelitas olhavam para a comunidade.

Pela Lei Estadual n.º 15.941, de 08-05-1969, o distrito de Catarinense tomou a denominação de Graciosa¹³². A colonização de Graciosa também está ligada ao processo de expansão da cultura do café em decorrência do Oeste paulista que chegou ao Paraná.

Aproximadamente um ano após a chegada das primeiras famílias foi construído em Graciosa um salão de madeira que, naquele momento, servia de capela e de ambiente escolar. Essa primeira escola foi instalada no local onde hoje é o prédio do Colégio das freiras. Em 1947 foi construído o Grupo Escolar pela Prefeitura Municipal de Mandaguari, na gestão do então prefeito Décio Medeiros Pullin (SCHIROFF, 2014, p.7). Essa sala de aula reunia 32 crianças. No ano de 1951, o governo do estado do Paraná construiu a primeira escola que contava com duas salas de aula. O ginásio¹³³ foi criado em 1967. Esse era o local pelo qual os carmelitas nutriam certa predileção.

É perceptível nas palavras dos carmelitas, que de maneira geral, o olhar que eles tinham em relação a Graciosa era carregado de um certo saudosismo, pois em razão das particularidades desta localidade, estes eram remetidos a um lugar conhecido, que lhes trazia conforto: a Alemanha idílica. A passagem abaixo escrita por Frei Joaquim, deixa entrever esse olhar em relação a Graciosa:

Trata-se de uma colônia de brasileiros de origem alemã oriundos do Estado de Santa Catarina. Seus antepassados emigraram há mais ou menos 100 anos da Westfália e

¹³² Paranavaí (PR). In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 31. p. 376-381. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranavai/historico>. Acesso em: 08/11/2020.

¹³³ Corresponde ao Ensino Fundamental II.

em parte também da região de Hunsrück para o Brasil. Os colonos de Graciosa saíram de Santa Catarina por causa do café para também no Norte do Paraná fundarem uma nova pátria. No início tiveram, como seus antepassados 100 anos antes, que desbravar a selva-isto é, derrubar as árvores e então fazer queimadas-, construir casa, esperar pelas primeiras colheitas e acostumar-se com o clima quente. Além da peculiar coragem, eles trouxeram de Santa Catarina duas coisas importantes: a verdadeira fé católica e a língua alemã (KNOBLAUCH, 1976, p. 15).

Essa passagem em relação a Graciosa, que fazia parte da região missionária de Paranaíba, evidencia que o discurso dos missionários alemães, em muitos momentos, chamava a atenção para o fato de que dentro dessa região de missão existia um local no qual as práticas sociais e religiosas eram bem vistas pelos religiosos: Graciosa. Havia sempre uma entonação maior quando os freis carmelitas falavam da população com a qual tinham laços de origem, uma visão idílica, como podemos observar nas palavras de Frei Henrique:

Graciosa não fica distante, viaja-se aproximadamente uma hora para conseguir percorrer 18 km. O lugarejo está muito bem situado, num vale com um riacho, tendo uma paisagem parecida com a nossa Frânconia [...] A igrejinha é maior e mais bonita do que a velha igreja de Paranaíba. [...] Lá vivem quase sem exceção, de um e de outro lado, só famílias alemãs. Ali preguei em alemão e atendi confissões. Tive muito trabalho visto que o povo participa bastante na igreja (WUNDERLICH, 2001, pp. 16-17).¹³⁴

Dessa maneira, podemos notar que os teuto-catarinenses, segundo a concepção dos freis carmelitas, não demandavam trabalho de ensinamento da teoria e prática católicas, pois já estavam mais familiarizados com o catolicismo almejado pelos carmelitas. Essa assertiva foi colocada em outros trabalhos,¹³⁵ Chiquim coloca: “os alemães foram vistos pela sociedade paranaense, de maneira geral, como um povo mais devoto da fé evangélica, disciplinado e trabalhador, e que contribuiu para o crescimento econômico e cultural da região” (CHIQUIM, 2005, p. 95). A revista Grande Noroeste apontou em relação aos moradores de Graciosa: “Tradicionalmente cada pai e cada mãe carregam os mais compromissados princípios cristãos, os que com sabedoria souberam transmitir aos familiares. Eram eles um Evangelho vivo, uma Igreja caminhante, como aliás são até hoje” (GRANDE NOROESTE, 1994, p. 16).

¹³⁴ Carta escrita por Frei Henrique e publicada na Revista *Karmelstimmen* em outubro de 1953. Título original: “*Briefe aus Brasilien*”.

¹³⁵ ALVES, Elza Daufenbach. **Nos bastidores da Cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)**. 325 f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Santa Catarina. 2005; ALVES, Elza Daufenbach. **Discurso religioso católico e normatização de comportamentos (São Ludgero- SC, 1900-1980)**. 179 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. 1998.

O distrito de Graciosa foi privilegiado e conseguiu um padre fixo para atender suas necessidades espirituais¹³⁶: Frei Boaventura.

Naquele tempo existiam também outras ofertas para a construção do Seminário como Tamboara e uma outra localidade porque estas ofertas serviram também como propaganda para atrair colonos. Mas o frei Bona ficou firme em Graciosa porque facilitava a comunicação sendo que a maioria do povo falava alemão. Além disso vieram de Santa Catarina trazendo uma tradição e formação religiosa. Tudo isso contribuiu para o seminário ser construído em Graciosa (FOERST, 2012, p. 04).

Aparentemente o quesito étnico teve bastante relevância na escolha do local onde seria construído o seminário¹³⁷ carmelita. Local de excelência para uma ordem religiosa pois é nesta instituição que as sementes – entenda-se seminaristas –, poderiam gerar frutos para a Ordem Carmelita. Em relação a vinda de Frei Boaventura, religioso eleito para ficar fixo em Graciosa, Frei Alberto expõe:

O próximo missionário designado para reforçar a turma é P. Bonaventura Einberger, chamado simplesmente de frei Bona. Ele chegou no início de 1953, juntamente com a sua cunhada e três sobrinhos (Franz, Karl Otto e Elmar). A vocação missionária nasceu da guerra, ou melhor, depois da guerra. Frei Bona perdeu na guerra seus dois irmãos, um era o pai destes três jovens e um outro que não tinha filhos ainda. Também o tio padre estava na guerra, porém como enfermeiro. Ele sentiu uma certa responsabilidade pela mãe e pelos três jovens sem pai, que sobraram da família. [...] Com a abertura da missão no Brasil nasceu a vocação missionária para fugir da guerra e do comunismo que estava invadindo o mundo. Eles queriam fugir deste perigo e da ameaça que pairava sobre a Europa. Porém havia um impedimento: a mãe idosa não podia acompanhá-los nesta viagem, nem podia ficar sozinha na Alemanha. Por isso a viagem foi protelada e se esperava uma solução que veio com a morte da mãe. Agora ninguém os segurava mais. Em março de 1953 embarcaram em Hamburgo num navio rumo Brasil. Chegaram sãos e salvos em Paranavaí onde foram recebidos pelos freis Ulrico, Henrique e Estanislau. Estou mencionando tudo isso para contar um pouco dos episódios que aconteceram logo no início da missão. Eu participei da saída do Frei Bona e da sua comitiva, arrumando as caixas e despachando a mudança. Foi o êxodo da Alemanha (a mãe e os três filhos nunca mais voltaram para a sua terra. Já faleceram e estão enterrados no cemitério de Paranavaí). Não duvido das retas intenções do Bona. Foi medo que tomou conta deles. Eles queriam servir na missão. O Franz que estava no último ano do ginásio, queria ser útil como professor no seminário, a cunhada como cozinheira... os outros dois filhos também podiam ser úteis neste trabalho missionário. Assim pensaram, planejaram e vieram com a missão específica de iniciar o seminário de Graciosa que já era uma promessa do Provincial Jakobus Beck ao povo de Graciosa (FOERST, 2006, p. 04).

¹³⁶ O pedido de padres alemães para atender comunidades alemãs foi usual por essas comunidades. Ibidem, p. 51

¹³⁷ Funcionou como seminário menor até 1993, quando o local passou a ser noviciado. Neste seminário estudaram: Enedino Caetano Pereira, Wilmar Santin, Paulo Mendes, Josué Ghizoni, Gentil Lima, Antonio Babeto Spinelli, Aparecido Góis, Ivani Pinheiro Ribeiro, Reginaldo Manzotti e Irineu Miguel da Silva. Disponível em: <http://www.findglocal.com/BR/Paranava%C3%AD/133984940144500/Comissariado-Geral-dos-Carmelitas-do-Paran%C3%A1>. Acesso em: 28/10/2020

Nessa passagem Frei Alberto faz uma reflexão interessante: a vocação missionária de Frei Boaventura surgiu como consequência da Segunda Guerra Mundial. Ele não relata nenhum chamado divino, mas sim a necessidade, em razão da herança deixada pela Segunda Guerra, de buscar outro espaço.

Segundo relato dos moradores mais velhos do distrito de Graciosa, Frei Bona, como era conhecido, foi uma pessoa enigmática. Aliás, não apenas ele, mas sua cunhada e seus 3 filhos. Eles não estreitaram laços com a comunidade de Graciosa, eram muitos reservados e introspectivos.

Foi cedido a estes uma casa ao lado do Seminário Imaculada Conceição. Os quatro membros da família de Frei Bonaventura, não estabeleceram relações de convivência com a população de Graciosa, não fizeram amigos, não se casaram (um dos sobrinhos de Frei Bonaventura teve uma filha em um relacionamento fortuito). Quando o último deles morreu a casa passou a ser alvo de curiosos, que segundo conta-se tinha um expressivo número de vidros de experimentos, muitos com pequenos animais, insetos e répteis dentro.

Mas por que um distrito com 3 mil habitantes tinha a necessidade de ter um padre fixo enquanto outras localidades, com maior demanda, tinham a presença de um religioso esporadicamente? Lembrando que essa comunidade era exatamente a que recebia elogios por estar mais próxima de um típico catolicismo. Ou seja, essa comunidade, pensando de uma maneira prática, seria a que teria a menor necessidade de um religioso efetivo. Então, por que foi ela a eleita a disfrutar dessa regalia? Pode-se pensar subliminarmente que seja por questão de etnicidade, ou de identificação. No entanto, a partir da leitura dos documentos, a escolha ocorreu em razão de um acordo estabelecido entre o provincial Frei Jacobus Beck e a comunidade em uma visita que este fez ao Brasil em 1952.

Em seguida visitei a colônia, principalmente a escola e o cemitério e dialoguei com a comissão da Igreja. Esta me pediu com insistência para construir em Graciosa um convento com seminário. Querem doar terras e prometem sustentar os padres. [...] Eles querem principalmente que os padres alemães trabalhem em sua comunidade, com isso os filhos deles não adquirirão somente a cultura brasileira, mas também conservarão a herança cultural germânica de seus antepassados. [...] e sob uma orientação de um padre católico alemão querem fazer desta nova terra uma pátria com feições alemãs para seus filhos. (BECK, 1992 [1952], pp. 29-30).

Frei Joaquim, aborda essa mesma questão:

Nos primeiros anos da década de 50 o alemão ainda era a língua falada em Graciosa. Por isso não era de se admirar, que eles na primeira oportunidade pedissem um padre que “falasse alemão para morar com eles”. E para que o pedido deles fosse atendido fizeram uma proposta. “Se o senhor nos enviar um padre

alemão, daremos o terreno para um seminário e além disso prometemos ajudar na construção do mesmo. Com estas condições logo se chegou a um acordo” (KNOBLAUCH, 1976, p.15).

Um outro ponto significativo em relação ao distrito de Graciosa consiste no fato dos freis carmelitas conseguirem frear a entrada de outras denominações religiosas de maneira institucionalizada. Um distrito que no último censo contava com uma população de 5000 pessoas, até o ano de 2015 não contava com nenhuma igreja de outra denominação religiosa. A primeira igreja evangélica foi a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (Missão) de Graciosa, com registro em 14/04/2015.



Imagem 12: Igreja Assembleia de Deus.
Fonte: Arquivo Pessoal da autora.

A partir de relatos de alguns moradores, sabe-se que as tentativas de inserção de maneira institucionalizada de igrejas evangélicas eram barradas. Como durante muito tempo os teuto-catarinenses eram proprietários das casas e terrenos disponíveis, eles se negavam a vender ou alugar uma propriedade quando o intuito era a abertura de uma igreja de outra denominação religiosa.

Bourdieu (2011) embasa a discussão em torno do poder simbólico da Igreja, por meio de seus representantes, de estabelecer monopólio na empresa da salvação:

Na medida em que consegue impor o reconhecimento de seu monopólio (*extra ecclesiam nulla salus*) e também porque pretende perpetuar-se, a Igreja tende a

impedir de maneira mais ou menos rigorosa a entrada no mercado de novas empresas de salvação (...), bem como a busca individual de salvação. Ademais, a Igreja visa conquistar ou preservar um monopólio mais ou menos total de um capital de graça institucional ou sacramental (...) pelo controle do acesso aos meios de produção, de reprodução e de distribuição dos bens de salvação (...) e pela delegação ao corpo de sacerdotes do monopólio da distribuição institucional ou sacramental e, ao mesmo tempo, de uma autoridade de função (BOURDIEU, 2011, p. 58).

Ao chegarem a Paranavaí, os primeiros freis carmelitas não tinham nesse espaço relações familiares, nem relações de amizade. Eles estavam longe dos elementos culturais que até então fizeram parte de suas vidas. A aproximação com os habitantes de Graciosa também proporcionou aos freis carmelitas um processo de adaptação menos desgastante.

O sol do meio-dia reflete verticalmente sobre a terra. As crianças cozinham e assam ovos na areia. Quem anda descalço fica com bolhas nos pés. Ando permanentemente de sandálias. Faz semanas que não chove por aqui. A colheita está consumida pelo sol, a grama seca, o arroz e o milho quase totalmente perdidos. A manteiga derrete na sombra (WUNDERLICH, 2001, p. 25).¹³⁸

A familiaridade com os teuto- Catarinenses de Graciosa, possivelmente, acalentou o coração dos freis carmelitas em detrimento às dificuldades impostas pela geografia tão diferenciada da terra natal.

6.3 UM PROJETO EDUCATIVO, UM PROCESSO CIVILIZADOR: O PAPEL DOS FREIS CARMELITAS NA FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PRIMORDIAIS À CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE PARANAVAIENSE

Quanto mais os freis carmelitas aproximavam os leigos das práticas da Igreja, mais estes entravam em contato com a mudança de hábitos aspirada por Frei Ulrico. Nesse sentido, as pastorais¹³⁹, associações e confrarias vão ser uma excelente estratégia para que os carmelitas lograssem resultados. Segundo Mainwaring, a “missão da Igreja Católica no Brasil é cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais práticas pessoais de um espírito católico de fé e devoção mariana”. (MAINWARING, 2004, p.45)

¹³⁸ *Karmelstimmen*, novembro de 1953, número 11, páginas 336-341. Título original: "*Briefe aus Brasilien*".

¹³⁹ A finalidade da Igreja Católica é evangelizar, ou seja, difundir os ensinamentos deixados por Jesus nos evangelhos e nos livros sagrados. Para que a Igreja possa fazer essa divulgação do Santo Evangelho, precisa ter um plano organizado, um projeto de evangelização que é distribuído a vários grupos em diferentes setores. Esses setores são chamados “pastorais” e as pessoas que trabalham nessas pastorais são chamadas “agentes pastorais” ou “agentes de pastoral”. (SANTUÁRIO ARQUIDICESANO NOSSA SENHORA APARECIDA). Disponível em: <http://www.santuariodeaparecidarp.com.br/o-que-sao-pastorais>. Acesso em: 15/10/2020

Em Paranavaí, segundo Frei Ulrico, com a licença de Dom Sigaud, foi fundada a “Congregação Mariana” em outubro de 1951. “Estes Marianos me ajudaram e continuaram a ajudar na dura tarefa pelo bem da paróquia” (LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1951, p. 7). Mais a frente no Livro do Tombo, Frei Ulrico explica que Dom Sigaud autorizou: “introduzir ou criar na paróquia quatro associações religiosas, a saber: Cruzada Eucarística, Congregação Mariana masculina e feminina e Apostolado da Oração”: “Graças ao bom Deus, todas as quatro associações estão em pleno desenvolvimento aqui, na sede paroquial” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, [195-], p.8).

O culto a Maria, faz parte da história da Igreja Católica, e está muito presente na religiosidade popular no Brasil. Em relação a fundação da Confraria da Bem aventurada Virgem do Monte Carmelo:

[...] fundada aqui na Nossa Igreja Matriz a Confraria da Bem aventurada Virgem do Monte Carmelo ou também chamada Confraria do Santo Escapulário. O diploma da ereção está colocado ao lado do Altar de Nossa Senhora do Carmo na Igreja Matriz. Grande era o número dos fiéis que se inscreveram no livro da Confraria (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1959, p.33).

A necessidade de fundar associações religiosas em Paranavaí muito possivelmente esteja ligada a ideia de aproximar parte da população de práticas institucionalizadas. Além de servir aos anseios da igreja na assistência a população:

A Liga Católica feminina em prol da mulher parturiente e criança indigente de Paranavaí fez um convênio com a Santa Casa de Paranavaí. Conforme este convênio dentro da nova Santa Casa serão construídos cômodos, necessários para as irmãs e uma capela, e a Liga compromete-se a ajudar -em tempo não marcado- para a construção da nova Santa Casa 3.000.000,00 cr desta obrigação a Liga já podia pagar 300.000,00 cruzeiros (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1959, p.33).

Apesar de não conseguir traçar um perfil dos participantes dos Vicentinos e da Liga Católica Feminina, fica claro que as participantes do grupo ofereciam aos necessitados tanto amparo espiritual, quanto amparo em relação a necessidades básicas.

No dia 29 de abril tínhamos uma reunião da Confraria dos Vicentinos e da Liga Católica feminina na qual foi combinado que a Liga Cat. Continua a socorrer só as mulheres parturientes e crianças recém nascidas, e os Vicentinos todos os pobres e doentes porém com uma investigação severa. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1962, p. 47)

Em 1952 foi fundado em Graciosa o Apostolado da Oração, e “em 1956 foi criado o grupo Filhas de Maria por Frei Ulrico” (SCHIROFF, 2014, p. 11).

Como atestam as fontes, o empenho dos freis carmelitas por expandir a fé católica materializou-se na instituição de pastorais e frentes de trabalho leigo, asseverando o zelo pela Igreja de forma organizada.

6.3.1 Escola Paroquial e Jardim de Infância

O fato da região missionária de Paranavaí ter se constituído em pequenos municípios acarretou a estruturação social, cultural, econômica e religiosa da região.

A percepção da Igreja quanto à formação do rebanho não fora restrita à catequização dos leigos. Considerando a prática existente no seio das ordens religiosas em usar a educação como meio de civilizar a população, a Província Carmelita de Bamberg representada por Frei Ulrico, em 1952 abriu a primeira escola¹⁴⁰ de conotação religiosa em Paranavaí.

Se não tivéssemos a Escola Paroquial não poderíamos levar nem metade das crianças para Jesus. E para que a Escola Paroquial pudesse prosperar, foi necessário que nós, missionários, nos dedicássemos às crianças desde pequenas. [...] Portanto foi absolutamente necessário construir um Jardim da Infância. Alguns ‘super inteligentes’ me aconselharam a não me meter nisto, visto que eu não tinha dinheiro. [...] Primeiramente foram matriculadas 40 crianças, depois 50 e em seguida 60. Finalmente vimo-nos forçados a construir um novo Jardim da Infância. Com a ajuda de Deus conseguimos isto também em pouco tempo (GOEVERT [1957] 1992, p. 38).

A fundação da escola¹⁴¹ é colocada por frei Ulrico como uma necessidade social e religiosa, pois era latente a quantidade de analfabetos existentes naquele momento. No entanto, o que agregava valor a sua missão era salvar as crianças e adolescente da desmedida “ignorância religiosa” que assombrava a jovem Paranavaí.

Completa ignorância! De acordo com o último CENSO, o Brasil tem 9.908.255 homens e 11.387.235 mulheres, que não sabem ler e escrever. Portanto há 21.295.490 analfabetos, aproximadamente a metade da população. Em parte isto é causado pelo fato do ensino não ser obrigatório. Os pais são livres para mandarem ou não seus filhos para a escola. Uma outra causa é a falta de escolas e professores. Aqui em Paranavaí só há aulas até o 4º ano primário. Existem duas escolas: uma

¹⁴⁰ Cf. SIQUEIRA, M. S. **Entre rezas e saberes: Histórias e memórias da fundação e consolidação do Colégio Paroquial Nossa Senhora do Carmo (Paranavaí, 1952-1971)**. 127 f. Curitiba: Setor de educação da Universidade Federal do Paraná, 2016; SCHUELTER, L. B. R. **Do Paraná à Baviera: cartas e artigos da ordem do Carmo acerca da implantação do catolicismo em Paranavaí-PR (1952-1958)**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2015.

¹⁴¹ Na atualidade a Escola Paroquial Nossa Senhora do Carmo é denominado Colégio Nossa Senhora do Carmo

estadual com 900 alunos e 19 professoras e uma nova escola paroquial com 250 alunos e 5 professoras. É característico e elucidativo que até numa escola de religiosos brasileiros o quadro docente seja composto quase só por professoras. O salário é tão baixo que nem um pai de família pode viver e subsistir como professor. As salas de aula são muito pequenas para abrigar o crescente número de alunos. As crianças da nossa escola paroquial estão provisoriamente utilizando a antiga igreja (LIPPERT, 2001, p.56).¹⁴²

O censo do qual Frei Burcardo fala é de 1953 e a carta publicada na Alemanha em 1954. Frei Burcardo apresenta as dificuldades e empecilhos para a efetivação daquilo que havia sido projetado para Paranavaí.

Assim a fundação de uma escola católica se colocava como possibilidade de inserção de valores que eram alheios à população, ou seja, a escola funcionava como um veículo transmissor de ideias. Valores estes que teriam sua propagação a longo prazo teoricamente garantido, pois as crianças e jovens cresceriam mais próximos das regras institucionalizadas e passariam aos seus descendentes o que outrora aprenderam.

Chamo atenção ao fato do discorrido ser uma conjectura, e não uma regra, cada um que frequentava a Escola Paroquial tinha objetivos e finalidades subjetivas, no entanto, em relação a Escola Paroquial o que é salutar é que os ensinamentos empreendidos por ela ultrapassava as questões pedagógicas.

Na dissertação intitulada: *Do paraná à Baviera: cartas e artigos da ordem do Carmo acerca da implantação do catolicismo em Paranavaí-PR (1952-1958)* abordei a Escola Paroquial Nossa Senhora do Carmo desde a perspectiva de estratégias para a institucionalização do catolicismo em Paranavaí. Entretanto, nessa pesquisa penso essa instituição de uma forma diferente, penso um pouco aquém, olho para a edificação dessa instituição também como um instrumento para civilizar essa comunidade.

A criação da Escola Paroquial apresenta-se nesse contexto como uma estratégia para alcançar os objetivos da Província Carmelita de Bamberg no que concerne, a partir das orientações metodológicas, incutir e disseminar nos alunos hábitos mais próximos dos ideias cristãos e, conseqüentemente, da Igreja Católica.

Há que se pensar que os primeiros ensinamentos possivelmente eram básicos, já que as reclamações dos freis iam desde aspectos corriqueiros como a aproximação para alguns

¹⁴² A referência que faz Frei Burcardo em relação ao Censo, corresponde aos números apresentados no Anuário Estatístico do Brasil de 1953, no subitem: e) Distribuição das pessoas presentes de 5 anos e mais, segundo a instrução e o sexo e grupos de idade- 1º- IX- 1940 e 1º- VIII-1950. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO ...). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1953.pdf>
Acesso em: 30/10/2020.

rituais e o não saber se comportar, até opções mais elaboradas como a disciplina e o controle das emoções.

Pensando a educação de crianças e jovens Elias expõe:

[...] nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso (ELIAS, 1994, p. 15).

Além da Escola Paroquial, os carmelitas, com o aval de Dom Sigaud, iniciaram o Jardim de Infância Nossa Senhora do Carmo. Os carmelitas tinham consciência da importância de começar o processo de normatização dos comportamentos na mais tenra idade. Dessa forma, esse cuidado com as crianças mostra a importância da educação como possibilidade de formação religiosa e moral. O Jardim de Infância teve início em 1954, e foi em um primeiro momento administrado pelas Irmãs Carmelitas de Santa Terezinha do Menino Jesus, segundo Frei Ulrico:

Portanto foi absolutamente necessário construir um Jardim de Infância. Alguns “super inteligentes” me aconselharam a não me meter nisto, visto que eu não tinha dinheiro. É verdade que eu não tinha dinheiro, mas também não queria desistir por causa disto. Por isso aumentamos a antiga igreja em 7 metros; fizemos uma repartição, pedimos mesinhas e cadeiras e o Jardim da Infância teve início (GOEVERT, [1957]1992, p.38).

O Jardim de Infância Nossa Senhora do Carmo é vislumbrado nessa pesquisa como mais uma estratégia para instituir e propagar a religiosidade católica, além de assegurar que as crianças aprendessem os costumes e virtudes necessários a partir do ponto de vista dos carmelitas.

Os freis criaram também um orfanato em Graciosa com o intuito de atender as meninas órfãs e desamparadas. No dia 23 de julho de 1961 “[...] o Bispo Diocesano crismou e inaugurou o Colégio das Irmãs. Ele esteve muito contente, e deixou um bom dinheiro para o Colégio” (LIVRO DE ATAS DAS IGREJA DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE GRACIOSA, 1961, p. 02).

Schiroff (2014) acentua a importância das Irmãs Missionárias para a efetivação do orfanato:

As quatro primeiras Irmãs Missionárias Carmelitas de Santa Teresinha do Menino Jesus chegaram em Paranavaí no ano de 1955. No início trabalharam com jardim de infância. Por volta de 1960, as irmãs Tomasina Draisma e Gabriela Scondina foram transferidas para Graciosa com a finalidade de trabalhar no seminário. Com a chegada de mais irmãs, foi fundado em 1961 o “Orfanato Nossa Senhora do Carmo”, sob a presidência da irmã Maria Escolástica Paolino e apoio de pessoas da

comunidade entre eles: Geraldo Longo, José Vendolino Schuroff, João Gregório Back, Zenaldo Longo, Frei Alberto Foerst e Frei Ulrico Goevert (SCHIROFF, 2014, p. 73).

Essa instituição, além de mostrar o comprometimento dos carmelitas com as meninas que não tinham quem delas zelasse, propiciava inculcar nessa parcela da comunidade normas comportamentais e valores cristãos, ou seja, mais um mecanismo impulsionado pelos freis colocando em prática o projeto de formação de uma sociedade cristã.

6.3.2 Santa Casa de Paranaíba

Objetivo pontuar a fundação do hospital Santa Casa de Paranaíba como uma das estratégias para o processo de civilização da comunidade de Paranaíba, pois a existência de um hospital, e de médicos, diminuiria a necessidade de uma parcela da comunidade a recorrer a benzedeiros e curandeiros.

Além do que a existência e desenvolvimento desta instituição daria a Paranaíba “ares de cidade”, pois é muito difícil pensar uma cidade sem um hospital, já que a falta deste implicaria em possíveis perdas humanas e conseqüentemente prejudicaria o processo de urbanização de Paranaíba. E dependendo da situação faria com que emanasse nas pessoas reações não condizentes com o que se espera de um homem polido.

Em relação à fundação do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba me deparei com uma escassez de fontes. Nesse sentido, trabalhar com o passado é sempre desafiador, pois a (re) escrita da História implica em muitas situações como falta de fontes, disparidade nas informações, nas datas. Em determinados momentos da pesquisa acredita-se que encontrou-se o “significado” do que se pesquisa e ao virar a página dá-se conta de estar novamente no *grid* de largada, ou seja, o resultado volta a ser incompreensível. Por isso a importância dos indícios. E uma pesquisa implica em ter racionalidade e a sensibilidade de observar e trabalhar com indícios, pois quase nunca o objeto está explícito ou as fontes atendem ao questionamento do pesquisador da forma como ele almejava. Entretanto, o importante é que o historiador consiga oferecer uma leitura mais próxima do que outrora ocorreu e que é denominado de fato histórico.

Para alcançar esse objetivo um dos possíveis métodos a ser utilizado pode ser a do “paradigma indiciário” elencado por Carlos Ginzburg, segundo o qual para construir sua narrativa o autor parte dos indícios, dos dados marginais, pois se a “realidade é pouca,

existem zonas privilegiadas, sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

E foi a partir de pequenos indícios que consegui dar alguma organização ao momento em que é fundada a Santa Casa de Paranaíba e a participação da Igreja Católica representada por Frei Ulrico em sua fundação.

Falar da Santa Casa de Paranaíba e o projeto de abertura desta instituição é uma incógnita pois as datas de início de funcionamento dessa instituição se tornaram um desafio. Em dezembro de 2018 fui até a Santa Casa de Paranaíba a procura de dados acerca da fundação dessa instituição. No entanto, fui informada que as informações que eles tem são as mesmas que estão disponíveis no *site* da Santa Casa. As informações do site apontam que:

A Santa Casa de Paranaíba foi fundada em 09 de março de 1957, nesta cidade de Paranaíba, Estado do Paraná. É uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e beneficente de assistência social e de saúde. Tem como objetivo prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem qualquer distinção. (SANTA CASA DE PARANAÍBA)¹⁴³

Levando em consideração as informações do *site*, e as informações que apresento na sequência baseadas no Livro do Tombo da Paróquia São Sebastião de Paranaíba, existe uma distorção em relação às datas. No entanto, a foto abaixo ilustra um dado importante nessa pesquisa: a participação dos carmelitas no projeto de fundação desse hospital. A foto mostra a bênção, possivelmente, da pedra fundamental da Santa Casa de Paranaíba. Obviamente que a foto não demonstra a participação dos religiosos na fundação. Mas a foto mostra a participação da Igreja em eventos importantes para a cidade de Paranaíba.

¹⁴³SANTA CASA DE PARANAÍBA. **Quem somos**. Disponível em: <https://santacasadeparanaiba.org.br/quem-somos>. Acesso em 15/10/2020

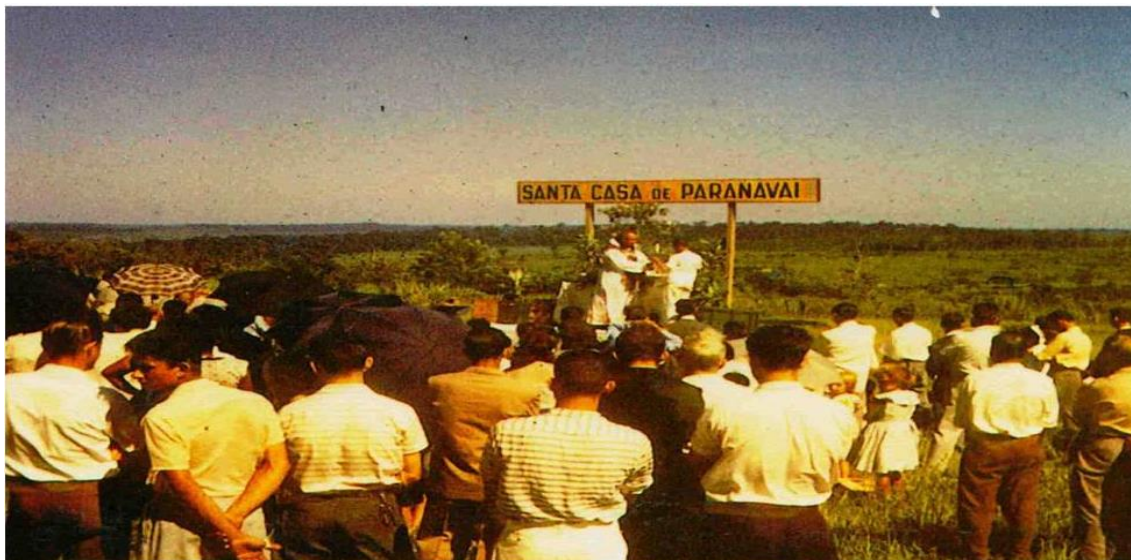


Imagem 13: Santa Casa de Paranaíba. Disponível em: <https://santacasadeparanavai.org.br/quem-somos>. Acesso em: 15/10/2020

Os dados que obtive acerca da abertura do hospital em Paranaíba dizem que o primeiro hospital se chamou Hospital do Estado Professor João Cândido Ferreira.¹⁴⁴ O Livro do Tombo da Paróquia São Sebastião em relação à fundação da Santa Casa aponta que:

No dia 1 de Dezembro 58 fundou-se a Santa Casa de Paranaíba cuja presidência se obrigou de reabrir o hospital dos indigentes dentro de poucas semanas e de construir um novo hospital no próximo ano de 1959 (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1958, p. 28).

Mais à frente esse mesmo documento coloca que no dia 20 de janeiro de 1959 “reabriu-se a Santa Casa de Paranaíba (anteriormente: Hospital João Cândido). No primeiro dia já internamos sete doentes indigentes” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1959, p. 29).

Dom Frei Wilmar Santin me contou a história – relatada na sequência – em relação à participação de Frei Ulrico na fundação da Santa Casa de Paranaíba:

[...] vou te contar está história que eu escutei do Senhor Luís Fernandes o pai do Note, que era coletor de Paranaíba, então o coletor estadual. O seu Luís me contou duas vezes a seguinte história: que o governador quando estava sendo fundada a Santa Casa, o governador Moisés Lupion, passou por Paranaíba. [...] então Frei Ulrico e o Silvío Vidal [...] os dois pediram uma ajuda para a Santa Casa, e o Lupion, Moisés Lupion governador, mandou o senhor Luis Fernandes que era coletor, dar uma ajuda, (ele não me falou quanto). O senhor Luis pegou o recibo e quem assinou foi o Frei Ulrico e o Silvío Vidal. Bem o que aconteceu foi que o

¹⁴⁴ O local que hoje recebe a praça Sinval Reis abrigava anteriormente o Hospital do Estado Professor João Cândido Ferreira. In: FREIRE, Rose Héliida Astolfo. **A praça e a cidade: o caso de Paranaíba-PR**. 150 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, 2012, p. 51.

partido do Lupion perdeu, ganhou o Ney Braga e começou a vir fiscalização exigir que o seu Luís pagasse, mas o seu Luís dizia: o governador que mandou pagar, não está escrito, mas a palavra do governador vale. Sim e não ele não sabia o que fazer e chamou o Frei Ulrico e o Drº Silvio Vidal. Diante da situação frei Ulrico diz a seu Luís: o senhor tem dois pratos aí? Tenho mais para quê? Eu vou pegar um e vou dar outro para o Drº Silvio Vidal, ele vai de um lado da rua e eu vou em outro, vamos de casa em casa, de comércio em comércio, pedir um cruzeiro de esmola para pagar isso aí (SANTIN, online, 2020).

Essa história contada por Dom Frei Wilmar Santin mostra a participação dos carmelitas na fundação da Santa Casa de Paranavaí, pois Frei Ulrico em parceria com o Dr. Silvio Vidal¹⁴⁵ ajudou a buscar recursos materiais para a fundação dessa instituição.

Segundo essa narrativa a fundação da Santa Casa tenha ocorrido nos últimos anos do segundo mandato de Moisés Lupion (1956-1961), já que foi ele que forneceu ajuda material para a construção da Santa Casa, mas quando Ney Braga (1961-1965) ascende ao governo os fiscais passam a cobrar a quantia doada à construção deste hospital.

A construção da Santa Casa colaborou para a efetivação do projeto missionário e o projeto colonizador do Estado pois as pessoas que chegavam à região com seus sonhos de enriquecimento, de melhores condições de vida, precisavam da garantia de que se viessem a necessitar de atendimento hospitalar o teriam.

6.3.3 Catequese e sacramentos: iniciação cristã e formação católica para a normatização comportamental

A catequese, enquanto ação pastoral da Igreja, foi uma das primeiras ações empreendidas pelos missionários; desta maneira, a catequese em meio ao movimento de ocupação e colonização integrou-se ao processo civilizador. A narrativa de Frei Goevert acentua o caráter estratégico da catequese para atrair as crianças:

Para ensinar às crianças o catecismo era necessário começar com as aulas logo. Nas missas de domingo pedi aos pais para enviarem os filhos aos domingos à tarde para a igreja. Frei Estanislau aceitou os meninos e para acompanhar as meninas colocou-se à disposição a professora Irene Patriota da escola estadual. Aqui, não é como na

¹⁴⁵ Dr. Sílvio Coelho Vidal Leite Ribeiro, nascido no Rio de Janeiro em 17/03/1920 e falecido também no Rio de Janeiro, em 25/04/1969. Formou-se em Medicina aos 22 anos e, como voluntário, foi para a Itália, onde exerceu a medicina atendendo os feridos no campo de batalha. Retornando ao Brasil, casou-se, mudou-se para Pato Branco, residindo posteriormente em Paranavaí, exercendo aqui sua profissão, na qual atendia pessoas carentes gratuitamente. Construiu e doou à cidade o melhor hospital da época. Pelo seu grande trabalho realizado por onde passou, seu nome ficou conhecido como benfeitor da humanidade. Disponível em: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Colégio Estadual Silvio Vidal.**

<http://www.pvasilviovidal.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1#:~:text=Formou%2Dse%20em%20Medicina%20aos,qual%20atendia%20pessoas%20carentes%20gratuitamente.>

Acesso em: 02/11/2020

Alemanha, onde as crianças têm aulas de religião na escola. Quando se quer cativar as crianças, não se pode chegar com aulas secas, mas deve-se inventar brincadeiras e ocupar-se desta maneira com elas. Logo havia uma bola para as meninas, e para os meninos naturalmente futebol. Como não poderia deixar de ser, em poucas semanas foi fundado um magnífico Futebol Clube do Catecismo e a praça em frente à nossa igreja tornava-se sempre mais animada. Assim, no belo mês de maio consegui fazer a Primeira Comunhão das crianças (GOEVERT, 1992, p. 12).

A catequese era uma das estratégias para afastar as pessoas de comportamentos tidos como “maus”, e aproximá-los de normas e comportamentos vistos pelos freis carmelitas como civilizados.

Os carmelitas buscaram fórmulas para driblar a possível falta de interesse por esses ensinamentos e buscaram desenvolver seus métodos para sobreviver enquanto instituição em Paranavaí. Foi uma forma encontrada para que os deveres instituídos pela Igreja fossem cumpridos.

Aqui em Paranavaí organizamos as aulas de catequese. Regularmente em todas as quartas-feiras 1.400 crianças participam do catecismo. Há alguns anos, quando o provincial Frei Adalbert Deckert de Bamberg esteve aqui ele me criticou com razão dizendo que era impossível dar aula para tantos alunos (em cada turma havia mais ou menos 500 crianças). Sim, ele tem razão, não dá nem para se discutir um tratamento individual. Mas não há outro jeito. Os meninos e as meninas de 7 ou 8 anos não sabem ler e escrever. Canto com elas o Credo e a Ave Maria e elas repetem. Semanas atrás pedi para um menino que faria a Primeira Comunhão, para rezar o Credo e ele respondeu-me: “Frei Ulrico, eu posso cantá-lo bem, mas não rezar”. Por tal resposta eu não esperava. Então eu disse ao menino: “Então cante”. E com voz alta ele cantou tudo direitinho (GOEVERT, 1992, p.38).

O contexto da região de Paranavaí exigia estratégias diferentes das utilizadas na Alemanha. Como muitos pais não tinham a formação religiosa esperada pelos carmelitas era necessário inculcar principalmente nas crianças os valores almejados pela instituição.

Acredito que as aulas de catequese tenham contribuído aos desejos de normatização de condutas comportamentais dos missionários carmelitas. Nos primeiros anos de trabalho missionário as aulas de catequese, em razão do grande número de alunos, eram ministradas tal como um sistema de produção industrial, ou seja, quase como uma produção em série. Era trabalhado com os jovens e adultos católicos o essencial, o importante era que houvesse um ensinamento religioso, ainda que mínimo, e que atrelado a isso ocorresse uma formação religiosa.

Os sacramentos incluindo os de iniciação cristã tiveram um papel importante nas ações dos freis carmelitas.

Em setembro 1955 veio também Dom Geraldo para crismar na paróquia de São Sebastião. Ficou 10 dias conosco. Visitamos todas as comunidades que eram atendidas por nós semanalmente. Frei Henrique ia na frente, preparando a comunidade para a recepção do senhor bispo e também para fazer as inscrições, tanto para crismas como também para os batizados. Aconteceu que muitos foram batizados e crismados no mesmo dia. Foi um grande movimento: nestes 10 dias de visita do bispo, 800 crianças receberam o sacramento do Batismo, 10.000 pessoas, entre crianças e adultos, foram crismados. Foi realmente uma maratona. A administração da crisma foi feita fora da missa. A pessoa apenas se inscrevia antes, arrumava padrinho ou madrinha de acordo com o sexo e entrava na igreja onde o bispo estava esperando. As igrejas ficavam lotadas, as portas eram fechadas para que ninguém pudesse sair antes da bênção final. A seqüência era esta: as orações iniciais, unção individual com o óleo do crisma e no fim a bênção para todos os crismados. Depois a porta era aberta e o povo saía, entrava uma nova turma, até que todos estivessem crismados. Depois disso tomávamos o rumo para a outra capela – normalmente 3 capelas por dia. Frei Henrique fazia os batizados e eu acompanhava o bispo nas crismas (FOERST, 2012, p. 13).

A Crisma é um dos sacramentos de iniciação da vida religiosa dentro da Igreja Católica. Nesse sacramento acredita-se que o fiel confirma sua crença nos ensinamentos cristãos. Segundo o Catecismo da Igreja Católica pelos “sacramentos da iniciação cristã, Batismo, Confirmação e Eucaristia, são lançados os fundamentos de toda vida cristã” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, online, [s.d.])¹⁴⁶

No entanto, é importante salientar que a ministração dos sacramentos, como o da crisma, difere em alguns países.

[...] a partir da revisão feita no Código de Direito Canônico, obedecendo aos fundamentos acordados no Concílio Vaticano II, os cardeais deixaram à livre escolha dos bispos e padres a definição da ordem cronológica dos sacramentos da Crisma e da Eucaristia, desde que, obedecido fosse o critério da idade da razão. A partir de então, em alguns países convencionou-se separá-los. No Brasil, como a festa da primeira Eucaristia para as crianças já estava bastante arraigada no catolicismo popular, os bispos optaram por retardar a administração da Crisma e instituíram-na em torno dos quinze anos de idade, para que as crianças que tivessem obtido a primeira Comunhão voltassem mais tarde à Igreja para receberem a Crisma (JORGE, 2009, p. 28).

A imagem 14 mostra os lugares onde foram realizadas as primeiras missas pelos freis carmelitas. Ao longo do texto foi mostrado como os missionários carmelitas direcionaram forças para a construção de capelas. Do ano 1951, data da chegada de Frei Ulrico a Paranavaí, até 1954 foram criadas 33 capelas na região missionária. A grande maioria dessas capelas tornaram-se paróquias com o desenvolvimento das cidades.

A diocese de Paranavaí, na atualidade, abrange 24 municípios, são eles: Alto Paraná, Amaporã, Diamante do Norte, Guairaça, Itaúna do Sul, Loanda, Marilena, Mirador,

¹⁴⁶ IGREJA CATÓLICA. **Catecismo do Igreja Católica**. Disponível em: http://conic.org.br/portal/files/catecismo_icar.pdf. Acesso em 02/11/2020

Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica.

No arquivo do Santuário do Carmo- Paróquia São Sebastião de Paranavaí, foi cedido a imagem 14 que, possivelmente, foi produzido por Frei Ulrico, ou a pedido do mesmo. Ele aponta as primeiras missas realizadas na região missionária. O mapa descreve a amplitude da região que os carmelitas tinham sob sua tutela. Na atualidade, o território corresponde à Diocese de Paranavaí.



Imagem 14: Primeiras Missas realizadas pelos freis carmelitas na Paróquia de Paranavaí
Fonte: Arquivo da Ordem do Carmo Paranavaí

Nesse sentido, a imagem 14 ajuda a pensar que a celebração dessas missas em locais que posteriormente tornaram-se capelas e, a grande maioria delas, com o tempo paróquias, só reforça a participação que os carmelitas tiveram na formação e desenvolvimento das cidades do Noroeste do Paraná.

6.3.4 Poder público e poder religioso: participação religiosa em eventos civis

O Brasil, de acordo com o parágrafo 3 do artigo 72 da constituição de 1891 é um Estado que, teoricamente, “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto” (BRASIL, 1891). No entanto, a Igreja Católica influenciou e ainda influencia o cotidiano de boa parte das pessoas no Brasil.

Em Paranavaí e região, no momento histórico estudado nesta pesquisa, a Igreja Católica tinha a hegemonia em número de adeptos e isso a colocava como “parceira” do Estado. Em muitas situações os freis carmelitas supriram nos primeiros anos demandas condizentes ao Estado.

Nesse sentido, a participação da Igreja em eventos importantes para a cidade era algo corriqueiro, poder religioso e poder público caminhavam lado a lado. O inverso também ocorria, ou seja, em eventos importantes dentro da Igreja Católica o poder público também estava presente. Fazer com que a população, leiga introjetasse os comportamentos católicos era uma maneira também de evitar a desordem local, ações prejudiciais, tanto ao poder religioso, quanto ao poder público.

Como exemplo apresento o convite para a inauguração do cinema em Paranavaí. Este apresenta que na inauguração haveria a benção do pároco Frei Ulrico.



Imagem 15: Convite de inauguração do Cine Paranavaí.

<https://www.flickr.com/photos/wsantin/3707493772/in/album-72157603872906141/>

Vale a pena destacar a estratégia do proprietário em inserir no convite para a inauguração o fato de que o poder público e religioso estariam presentes. Isso revela que além da inauguração em si, esse evento contaria com a presença dos dois principais poderes de Paranavaí.

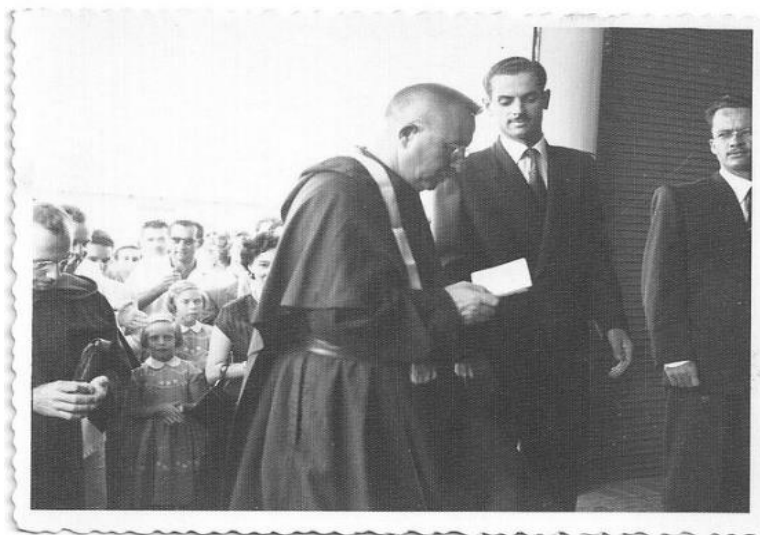


Imagem 16: Benção do Cine Paranavaí. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/wsantin/3706683705/in/album-72157603872906141/>

Na imagem nº16 observa-se a reunião dos poderes religioso e público: Frei Ulrico ao lado do advogado José de Alencar Furtado (representante do prefeito Drº José Vaz de Carvalho). Um evento no qual uma parcela da população foi assistir significava a oportunidade de ter contato com a benção do padre e contato com a modernidade presente na inauguração de um cinema na cidade.

No entanto, é relevante destacar que ao eleger a Igreja Católica, representada por Frei Ulrico, para estar presente no evento houve a marginalização de outras denominações religiosas e outros cidadãos paranavaenses que comungavam de outras opções religiosas. Nesse sentido, é possível observar uma hierarquia religiosa, a partir da qual se constrói referências, ou seja, ao pensar em eventos públicos a referência é o Estado e Igreja Católica.



Imagem 17: Primeiro Pároco, prefeito e juiz de direito.

<https://www.flickr.com/photos/wsantin/7988246463/in/album-72157621437382519/>

Acesso em: 22/10/2020

As relações de poder estão expostas na imagem 17, poder religioso e poder público reunidos. Não encontrei nas fontes reclamações acerca de intromissões do poder público em assuntos religiosos, o que me leva a pensar que havia um equilíbrio de forças naquele momento. Ambos os poderes, cada um a sua maneira, tentaram incutir regras e maneiras para encontrar um equilíbrio na região de Paranavaí.

A imagem 16 mostra a participação da Igreja Católica na história de Paranavaí. Era importante para o poder público que a igreja se fizesse presente nesses primeiros anos de efetiva ocupação de Paranavaí. A moralidade católica possivelmente atendeu em muitas ocasiões, situações em que o estado, quer por falta de verbas ou quer por falta de funcionários, não conseguia chegar naquele momento. Dessa maneira os dois poderes estavam unidos para tentar manter a ordem na região de Paranavaí.

6.4 VESTÍGIOS E HERANÇAS DA PRESENÇA CARMELITA EM PARANAVAÍ

Os missionários carmelitas deixaram marcas de sua passagem por Paranavaí. Essas marcas iniciaram já nos primeiros anos de trabalho missionário. Os missionários, a partir da execução de estratégias que a região missionária lhes impunha, souberam aliar conquistas no campo religioso e social da cidade. Nesse sentido os carmelitas influenciavam no que concerne a catequese, a educação, saúde, economia (aquisição de bens, construção de edifícios) entre outros. Todo esse empenho dos religiosos e consequentemente da Ordem deixaram marcas em Paranavaí.

Em 1955 foi criado o Comissariado Provincial do Paraná, ligado à Província da Alemanha Superior. No dia 20 de outubro de 2012, os freis carmelitas passaram à condição de Comissariado Geral dos Carmelitas do Paraná.

A província Germaniae Superioris que com seus missionários criaram tantas outras províncias e este comissariado, celebrou seu último capítulo na semana após o Pentecostes de 2012, depois disso as duas antigas províncias alemãs darão origem a uma única província carmelita na Alemanha, visto que seus frades são poucos, bem como suas vocações; neste capítulo também se decidiu a independência do Comissariado Provincial do Paraná que passará por decreto do Prior Geral a ser Comissariado Geral, se desligando da província alemã e esperançoso em se tornar no futuro uma província (CORREIA, 2017, n.p.).

Foi instalado em Paranavaí o Comissariado Geral dos Carmelitas do Paraná. A partir de 2012 a ordem religiosa foi elevada a Comissariado Geral e passou a estar ligada diretamente ao Vaticano e não mais à Província Carmelita de Bamberg. Contando com 33 freis, os carmelitas estão instalados nos conventos de Paranavaí, Graciosa, Curitiba, Rolim de Moura e nas paróquias de Navegantes e Florianópolis. A elevação dos carmelitas do Paraná a Comissariado Geral demonstra que o trabalho de evangelização iniciado com os carmelitas alemães logrou alcançar sucesso. Talvez não como o aspirado no início da abertura da região missionária, pois nesse momento eles aspiravam a abertura de uma prelazia, mas ainda assim conseguiram expandir territórios.

Além da elevação do campo missionário de Paranavaí à categoria de Comissariado Geral dos Carmelitas do Paraná, podemos citar como marca da presença carmelita a homenagem realizada pela instituição de ensino FAFIPA/UNESPAR ao dar ao campus de Paranavaí o nome de Campus Universitário “Frei Ulrico Goevert” .

Outro exemplo da relevante presença carmelita em Paranavaí diz respeito à elevação da paróquia São Sebastião a Santuário Nossa Senhora do Carmo, no ano de 2009, pelo bispo Dom Sérgio Aparecido Colombo. Etimologicamente, santuário significa lugar santo, um local que aos olhos dos fiéis possui reconhecimento e notoriedade. Eliade afirma que os Santuários são vistos como “Porta dos Deuses”, e portanto, lugares de passagem entre o Céu e a Terra (ELIADE, 2001, p. 30). Dessa forma, simbolicamente esse espaço sagrado seria um local no qual os crentes de Paranavaí estariam mais próximo do sagrado.

Outro aspecto importante da presença dos carmelitas em Paranavaí foi a inclusão no calendário oficial da cidade do dia da padroeira dos carmelitas Nossa Senhora do Carmo, comemorado no dia 16 de julho. Este fato de alguma maneira coloca em evidência a relevância da participação dos carmelitas no contexto de formação da cidade. Além disso, a presença carmelita estimulou a devoção a Nossa Senhora do Carmo na cidade.

A influência missionária dos carmelitas pertencentes à Província Carmelita de Bamberg é relevante em Paranavaí, seja a partir de seus aspectos arquitetônicos ou

ideológicos. Como exemplo do impacto na formação urbana e territorial, podemos citar a construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo localizada no Jardim São Jorge, o antigo Seminário São João da Cruz -na atualidade Colégio Paroquial Master-, do Seminário Imaculada Conceição de Graciosa, na Igreja Nossa Senhora das Graças de Graciosa e tantas outras capelas encabeçadas pelos freis carmelitas alemães. Este é o legado da presença carmelita na cidade e região.

Outro elemento que marca as “raízes católicas” da cidade diz respeito aos símbolos de Paranavaí especificamente o brasão. Este símbolo da cidade de Paranavaí, traz elementos católicos, segundo o site oficial da cidade, em relação aos elementos do brasão e seu significado, a “cruz romana retilínea, azul celeste, que divide os quatro quartéis simboliza em primeiro plano a fé crista dos paranavaenses, inabaláveis em sua crença religiosa”.¹⁴⁷

No campo da espiritualidade temos as estratégias criadas pelos carmelitas para enfrentarem a região missionária e garantirem a sobrevivência do projeto missionário como as atividades evangelizadoras e catequéticas.

No entanto, o que é ser civilizado? Quais os elementos de um homem civilizado? Pode-se pensar em um homem educado, cortês, polido, os sinônimos são muitos. Mas, como apontado por Elias (1994), o tornar-se civilizado é um processo, *O Processo Civilizador*. O que se considerava civilizado em 1950-1970, possivelmente pode não ser considerado em 2021. Nesse sentido, Frei Ulrico precursor do trabalho missionário em Paranavaí, tinha sérios problemas com cachorros, que entravam na Igreja São Sebastião e isso o incomodava. Então ele decidiu fazer um pedido ao bispo: “[...] Ao reverendíssimo senhor bispo fiz a proposta para que cada fiel ganhasse 25 dias de indulgência ao dar um bem intencionado pontapé num cachorro dentro da igreja.” E prossegue o missionário: “Alguns cachorros têm boa memória. Muitas vezes eu pessoalmente dei lhes chutes. Quando eles me vêem na rua começam já de longe a rosar e latir”. (GOEVERT, 1992, p. 16). É desse controlar-se, controlar seus instintos que o texto de Elias (1994) aborda. E esse controle dos instintos variam espacialmente e temporalmente, na atualidade esse comportamento de Frei Ulrico, agente evangelizador e civilizador seria reprovado pela maioria da população. Nesse sentido, ser civilizado é sempre a partir do ponto de vista do outro e a partir do contexto e temporalidade em que esse outro está inserido.

¹⁴⁷CIDADE DE PARANAÍ. **Nossa cidade/brasão**. Disponível em: <https://www.paranavai.pr.gov.br/municipio/1613#:~:text=A%20cruz%20romana%20retil%C3%ADnea%2C%20azul,tamb%C3%A9m%20fixado%20na%20Bandeira%20Nacional>. Acesso em: 16/01/2020

A partir do exposto, a preocupação dos missionários carmelitas em utilizar várias estratégias para mudar os comportamentos da comunidade paranavaense está ancorada na afirmação de Castilho: “Não existe controle religioso sem controle do imaginário. Não se pode mudar uma maneira de viver a religiosidade, se não se desmantela o universo simbólico que o sustenta, substituindo-o por outro” (CASTILLO, 1997, p. 120).

A dimensão coletiva do projeto civilizacional a partir da Escola Paroquial Nossa Senhora do Carmo, do Jardim de Infância Nossa Senhora do Carmo, da catequese, da construção de capelas, do orfanato construído em Graciosa, das associações religiosas, compreendem estratégias dos freis carmelitas enquanto agentes da sociabilização e propagação moral cristã. A organização que a Igreja gerou contribuiu para que a mudança comportamental ocorresse. Ao unir as pessoas em torno dos ritos institucionais, congregando-as pelo elemento fé, a Igreja conseguiu levar, paulatinamente, a uma relativa mudança de comportamentos.

Desta feita, a sociedade paranavaense, formada sob a sombra da cruz católica, traz as marcas do processo civilizador implementado pelos freis carmelitas da Província de Bamberg, um pouco da Baviera em solo paranaense.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando esta pesquisa foi iniciada o que eu tinha era um olhar observador, antes de tudo, sobre a sociedade paranavaense na qual nasci, cresci, e vivenciei os momentos mais marcantes da minha vida. Um olhar que me fazia sensível ao legado deixado pelos freis carmelitas que, provindos da Província de Bamberg para realizar missões, estiveram à frente da construção dessa sociedade, tanto arquitetônica quanto culturalmente.

Nasci em Loanda-Pr., localidade esta que outrora fazia parte da região missionária de Paranavaí. Loanda foi desmembrada da Paróquia São Sebastião em 1956, mas é uma sociedade herdeira do legado dos carmelitas; isto está presente na mentalidade e modo de vida da coletividade. Também me considero herdeira do trabalho empreendido pelos carmelitas. Fui batizada, fiz catequese, primeira comunhão e crisma na Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Loanda. Em 10/07/2004 me casei na Paróquia Nossa Senhora das Graças de Graciosa, distrito de Paranavaí, sendo que a celebração foi realizada pelo frei carmelita, e alemão, Afonso Pflaum, um dos missionários carmelitas que vieram à Paranavaí. Meus filhos foram batizados nas Igrejas que tiveram o auxílio dos freis carmelitas para serem fundadas: Paróquia Santa Isabel Mãe do Precursor, de Santa Isabel do Ivaí e Paróquia Nossa Senhora do Carmo, Jardim São Jorge, Paranavaí.

Do olhar observador logo foi sendo delineado o objetivo da pesquisa, já que mediante os estudos oportunizados pela graduação, e aprofundados no mestrado, a ânsia por entender como se deu o processo de institucionalização do catolicismo em Paranavaí, brotou da assimilação dos conceitos epistemológicos dos estudos históricos.

Dessa forma, ao longo desta pesquisa percorri meu anseio que era evidenciar que o projeto de institucionalização do catolicismo na região de Paranavaí, efetivou-se em meio ao processo civilizador da região. Projeto e processo, a partir da minha análise, foram etapas de uma mesma construção histórica que, objetivamente, traçou o perfil da sociedade de Paranavaí.

A obra *O Processo Civilizador*, de Norbert Elias (1994), tornou-se, ao longo da pesquisa, o alicerce sobre o qual minha tese foi se fundamentando. Entender que o campo missionário para os carmelitas (assim como para todo tipo de missões) não é tão somente o lugar social da institucionalização da religião, mas que constitui-se no lugar social onde o processo civilizador comporta, por excelência, os recursos da cristianização, é a conclusão para a qual a pesquisa me direcionou. Da mesma forma, a pesquisa apontou que as ideias, as

mentalidades e as visões de mundo produzidas pelos missionários estão ligadas ao fato dos mesmos olharem para Paranavaí a partir dos referenciais da sociedade que os produziu: a Alemanha. Portanto, quando afirmei que as correspondências dos freis carmelitas com sua matriz exportaram a realidade da diminuta região de Paranavaí aos campos europeus, ao passo que a permanência dos missionários acrescentou à comunidade paranavaense elementos alemães, estava asseverando a troca cultural que marcou o processo civilizador na região Norte Novíssimo paranaense.

A escrita da pesquisa passou a ser feita a partir da investigação sobre as ações dos freis carmelitas no campo missionário de Paranavaí e região. Desse modo, o capítulo inicial apresenta os vários discursos produzidos pelos freis, revelando fragilidades, decepções, esperanças e convicções. Relatos biográficos e autobiográficos de alguns missionários carmelitas demonstram que eles encontraram uma realidade diferente da que viviam na terra natal, entre seus pares. E são partes dessas produções que utilizei como fonte documental para a produção dessa pesquisa. Entre as fontes documentais utilizei, relatos cotidianos: cartas, artigos, relatos de viagem e memórias. Nessa documentação é visível a necessidade que os missionários tinham de expor, de gritar à comunidade leitora da revista *Karmelstimmen*, o “novo mundo”, as novas descobertas que eles estavam vivenciando. Os freis acreditavam que tinham direito à voz e mais ainda carregavam o dever de pronunciá-la.

Porquanto, traçaram um perfil da sociedade em formação para a qual o catolicismo local destoava do institucional, requerendo o trabalho de evangelização para a moralização da comunidade católica. Ou seja, no momento de estruturação da Igreja Católica na região de Paranavaí, o desconhecimento da maioria dos leigos frente aos preceitos católicos era algo que incomodava os freis carmelitas e foi retratado em várias narrativas.

Apresentei as dificuldades que a Igreja Católica enfrentou para manter-se no mundo moderno, o que acarretou uma necessidade de renovação da própria Ordem, culminando, entre outros fatores, com o estabelecimento da Ordem em Paranavaí-Pr. Além disso, apresentei o percurso teórico metodológico que percorri para entender a documentação produzida pelos freis carmelitas alemães. Em seguida, apresentei os religiosos e sua trajetória: a vinda deles ao Paraná como uma necessidade interna da Igreja no Brasil. A demanda de religiosos para cristianizar a sociedade, atrelada à ideia de processo civilizador, norteou a apresentação da pesquisa.

Na visão dos freis carmelitas o catolicismo que se desenvolvia na região missionária de Paranavaí estava permeado de ignorância e credices desnecessárias. Grande porcentagem

da população era analfabeta. As práticas culturais e econômicas do povo estavam ligadas ao ambiente rural. A relação das comunidades com o sagrado estava determinada pelo contexto local e a vivência religiosa baseada na tradição das festas, ritos e símbolos, com destaque para a devoção aos santos. Dessa forma, o primeiro capítulo alimentou a hipótese sobre ter sido a presença dos carmelitas de Bamberg o elemento determinante para o processo civilizador da região.

No capítulo seguinte é discutida a presença dos carmelitas, representantes da Igreja Católica, num momento em que o catolicismo se firma junto ao processo de desenvolvimento econômico e social da região. A reflexão acerca da relação entre Dom Sigaud, bispo da diocese de Jacarezinho-PR, e os membros da Ordem do Carmo que se estabeleceram em Paranavaí, partiu do questionamento a respeito das posturas de Dom Sigaud frente à realidade mundial e regional, oferecendo uma discussão sobre a relação constitutiva do indivíduo perante a sociedade. A relação dos carmelitas com o Bispo Dom Geraldo Sigaud é reverenciada pelo capítulo, que adentra as searas do conservadorismo, ou mesmo, reacionarismo do ultramontanismo católico, fazendo um paralelo com o desenvolvimento da região em pleno crescimento demográfico e social.

A discussão girou em torno da presença dos carmelitas e sua respectiva intervenção à formação da comunidade católica em meio ao processo civilizador na região. Para embasar a discussão, utilizei aportes teóricos como Elias (1994) e Chartier (1998), que favorecem o entendimento de que a formação de cada indivíduo não é um simples subproduto do tempo e contexto aos quais se insere, mas uma construção que reflete a forma como o indivíduo responde e transforma a realidade. Dimensões como tempo e contexto apreendem o desenvolvimento humano e, de forma distinta, cada ser traça sua trajetória e atua sobre a realidade.

Ainda em relação a Dom Sigaud, as ações da Igreja por intermédio do bispo, não expuseram discordâncias ou embates entre Dom Sigaud e os carmelitas em relação ao projeto de institucionalização do catolicismo. A distância regional, entre outros fatores, permitia aos carmelitas assumirem práticas cotidianas voltadas às necessidades da população, aproximando-os muito mais da comunidade do que o bispo conseguia alcançar.

A pesquisa demonstra que houve um somatório de contribuições para delinear o catolicismo na região, ou seja, uma sociedade hibridizada por imigrantes de várias nacionalidades, migrantes de outras regiões brasileiras, população já estabelecida, freis carmelitas, religiosos de outras ordens, padres seculares e bispos.

Um catolicismo em construção, um projeto em ação, e outras fronteiras sendo expandidas. Este é o assunto que perpassa as discussões do capítulo que trata da administração eclesiástica de Dom Jaime em relação à paróquia de Paranavaí, a partir da fundação da Diocese de Maringá, e da consolidação do crescimento econômico da região de Paranavaí. O capítulo pontua a relação de Dom Jaime Luiz Coelho e os carmelitas, numa disputa sobre a hegemonia do capital religioso.

Em relação a administração eclesiástica de Dom Jaime em Paranavaí, que pertencia a Diocese de Maringá, minha reflexão caminhou no sentido de mostrar que embora houvesse divergências entre o bispo e os carmelitas, foram conjuntamente integrantes do amplo processo cristianizador e civilizador que culminou na formação da Diocese de Paranavaí, marco da autonomia da região. Desta temática, os estudos apontam para o entendimento de que a disputa entre os poderes simbólicos em meio ao crescimento sociopolítico e econômico da região levou à instauração da Diocese de Paranavaí. De modo que o protagonismo de Dom Jaime para que a Diocese se desmembrasse é explicado como estratégias da Igreja para manter o capital simbólico em meio ao processo civilizacional, com base no conceito de fronteiras sucessivas recortado, interdisciplinarmente, da Geografia Cultural.

A reflexão se inclinou a pensar não a pessoa de Dom Jaime como o grande empreendedor da região Norte do Paraná, conforme parte da historiografia local anuí. E sim entender o processo civilizador ensejado na região para o qual a Igreja destinou seu projeto e, categoricamente, Dom Jaime correspondeu. Mesmo porque, a autoridade exercida por Dom Jaime advinha do poder simbólico que a Igreja lhe garantia.

Em relação a criação da Diocese de Paranavaí propus pensar as possíveis motivações para a sua fundação e contestar o discurso memorialístico de que os freis carmelitas alemães da Província Carmelita de Bamberg tiveram uma posição apática no que concerne a sua fundação. Outro ponto que mereceu destaque foi a relação estabelecida entre Igreja e Estado em prol da concretização do projeto de Dom Jaime. O empenho do Estado, representado pelo poder local, em contribuir com a concretização do projeto da Igreja foi pensado como uma estratégia (CERTEAU, 1994) de ambos os poderes para lograrem estabelecer influências, mas principalmente, manterem parte da população sob controle ao aproximar as comunidades católicas das regras institucionais da Igreja.

“Sob a sombra da cruz desenvolve-se a povoação”. As palavras de Frei Ulrico Goevert embasam e embalam toda discussão e reflexão propostas no capítulo que finda a escrita dessa pesquisa, por hora. Este capítulo indica o momento de concluir se a hipótese proposta

inicialmente: a sociedade paranavaense em construção, pelos meados do século XX, vivenciou a edificação na qual o projeto missionário dos freis carmelitas mesclou-se ao processo civilizador implementado pelas instituições seculares e religiosas. Considero que a pesquisa alcançou o propósito a que se propôs, e pode afirmar que os freis carmelitas da Província de Bamberg, da Baviera, estiveram presentes no processo de formação da região de Paranavaí; suas correspondências lograram trocas culturais, e a presença deles está marcada nas características desta sociedade.

Em relação a atuação dos carmelitas no processo de formação da comunidade de Paranavaí, atrelei situações do cotidiano com base nos relatos dos freis que, para além de contar as edificações arquitetônicas e pastorais, traçam um retrato da sociedade da época, em formação tanto social quanto religiosa e cultural. Relatos documentados nas cartas dos freis à Província de Bamberg, além de outros, que expressam sentimentos, também conflitos existentes na mente e no coração dos freis missionários. Enfim, uma narrativa que traz a noção do cenário nos primeiros anos de construção de uma sociedade e da presença marcante dos freis impingindo à fé das pessoas a marca da religião católica.

Outra questão importante que foi trazida para o desenvolvimento da pesquisa, diz respeito a figura de Dom Wilmar Santin. Este religioso ao traduzir parte das narrativas produzidas pelos carmelitas, de certa forma recupera e mantém a memória católica de Paranavaí. Essas traduções, foram uma estratégia para conectar a comunidade a se identificar, com seu passado e com o passado de sua cidade, colaborando assim para a formação e manutenção da identidade dessa sociedade.

Para finalizar, considero que este texto não deve ser entendido como um ponto final, muito menos como algo acabado, ele será reconstruído sempre ao iniciar-se uma nova leitura, com novas interpretações e novos pontos de vista. A cada leitura que faço me questiono se não deveria tê-lo escrito de outra forma, dando entonação a outros fatos, outros personagens, me questiono se dei protagonismo a alguns em detrimento de outros, mas é hora de findar, encerrar um ciclo.

Acredito que o olhar observador juntamente com o anseio de estudar, à luz da História, me permitiram percorrer caminhos que levaram a um conhecimento sobre a região, sobre a religião e a cultura de onde venho, permitindo conhecer-me melhor, inclusive. Espero ter contribuído, e que este tema não se esgote; que outros pesquisadores venham dar continuidade com novos olhares e novas reflexões.

8.REFERÊNCIAS

ALCANTARA, José Carlos. **Política Local: um estudo de caso (Paranavaí: 1952-1982). Campinas, 1987.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Disponível em http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281897/1/Alcantara_JoseCarlos_M.pdf. Acesso em: 10/10/2019.

ALBERTI, Verena. Literatura e Autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2313/1452>. Acesso em: 24/09/2018.

ALVES, Elza Daufenlach. **Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955).** 2005, f.320. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis SC.

ANDRADE, Solange Ramos. **O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963 – 1980).** Maringá Eduem, 2012.

_____. Solange Ramos. **A religiosidade católica e a santidade do mártir.** Projeto História. História e religiões, PUC-SP. Vol.37, jul-dez/2008.

ANTONIO, Rogério Ribeiro. **Um plano privado de colonização dirigida: a Someco S/A em terras do Ivinhema (1961-1974).** Programa de Pós-Graduação em História-PPGH/UFGD. Dourados, 2015, 126 fls.

AQUINO, Maurício de. **A nós suspiramos neste trem da vida: catolicismo, criação religiosa e identidade na devoção a Nossa Senhora Aparecida do Vagão Queimado de Ourinhos S.P.** (1954-2006). 208 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007.

_____. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923).** Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2012, 301 fls.

_____. **O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação** (The concept of Romanization of Brazilian Catholicism and the historical approach of the Liberation Theology) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2013v11n32p1485. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, 15 dez. 2013. Disponível em:

<file:///C:/Users/leide/Downloads/5789-Texto%20do%20artigo-24398-2-10-20131216.pdf>.

Acesso em 20/11/2020.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**; Trad. VIDAL, Paloma. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARIOCH, David. A vida de Frei Jerônimo na Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra. **Jornalismo Cultural**, 2017. Disponível em: <https://davidarioch.com/2017/10/28/a-vida-de-frei-jeronimo-na-2a-guerra/>. Acesso em 10/11/2019.

_____. Anjo da Morte pode ter morado em Graciosa em 1954. **Jornalismo Cultural**, 2014. Disponível em: <https://davidarioch.com/2014/12/26/anjo-da-morte-pode-ter-morado-em-graciosa-em-1954/>. Acesso em 10/11/2019

ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA DE LOANDA. **Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida**. n.1. Loanda, PR, 1955-19??.

ARQUIVO DO SANTUÁRIO DO CARMO. **Livro Tombo da Paróquia São Sebastião**. n.01. Paranavaí, PR, 1955- 19??.

ARQUIVO DO SANTUÁRIO DO CARMO. **Livro de atas da Paróquia de São Sebastião**. n.1. Paranavaí, PR, 1959-19??.

BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN. **História Do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

BARROS. Sergio Miceli Pessôa. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. 1985, f.222.Tese (Doutorado). Universidade de Campinas. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de filosofia e Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281349>. Acesso em: 11/01/2019.

BECK, Pe Jacobus. **Minha viagem à região missionária de Paranavaí**. Trad. Frei Wilmar Santin. Paranavaí: Livraria Nossa Senhora do Carmo, 1990.

BEIRED, José Luis Bendicho. Prefácio. In: RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele. (orgs.)**Catolicismo e Sociabilidade Intelectual no Brasil e na Argentina**. Cuiabá: EdUFMT, 2013, pp.11-15.

BEOZZO, José Carlos. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965**. f.463. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BERGER, Peter; Luckman, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido a orientação do mundo moderno**. Petrópolis: Vozes.

BERTONHA, João Fábio. **Integralismo: Problemas, Perspectivas e questões historiográficas**. Maringá: Eduem, 2014.

BÍBLIA SAGRADA. **Livro de Marcos, CAPÍTULO 16, VERSO 15**, 2010.

BLOCH, MARC. **Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOECHAT, Gustavo Vargas Laprovitera; ANDRADE, Solange Ramos de. Laboratório de Religiões e Religiosidades: relato de uma experiência. In: Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH Maringá (PR)** v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/laboratorio_de_estudos_em_religioes.pdf. Acesso em 16/11/2019

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. Ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. 4. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Perspectivas, 2011a.

_____. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. 11ªed. Campinas, SP: Papyrus, 2011b.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRITO, Angélica de. “**A cruz vencerá o comunismo**”: o discurso anticomunista do jornal Folha Norte do Paraná (1962-1965). 152f. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2952/1/000220421.pdf>. Acesso em 20/10/2019.

BRITO, Maria Eliane. *A Romanização no Espírito Santo: D. João Nery (1896-1901)*. 2007. 196f. Programa de Pós-Graduação em História Social: Universidade de São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. O pensamento novo, a última síntese – Gustavo Barroso e o Estado cristão integralista. In: RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele. (orgs.) **Catolicismo e Sociabilidade Intelectual no Brasil e na Argentina**. Cuiabá: EdUFMT, 2013. (pp. 55-76).

CASTILLO, José Manoel Saz del. O movimento da Reforma e a “paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX. In: TORRES-LONDOÑO, Fernando (org.). **Paróquia e comunidade no Brasil, perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. Paulus, 1997, p. 91-130.

CASTRO, Celso. O diário de Bernardina. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, E. M. Melo e. Odeio cartas. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella (orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em: http://conic.org.br/portal/files/catecismo_icar.pdf. Acesso em 02/11/2020.

CATEDRAL MARIA MÃE DA IGREJA. Disponível em: <http://www.catedralparanavai.org.br/historia>. Acesso em 05/01/2019.

CERSÓSIMO, Fecundo. Anticomunistas, nacionalistas y católicos. Trayectorias y redes transnacionales de la militancia contra-revolucionaria argentina en las décadas de 1970 y 1980. In: RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele. **Catolicismos e sociabilidade intelectual no Brasil e na Argentina**. (Orgs.). Cuiabá: EduFMT, 2013, pp. 245-271.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. **La debilidad de creer**. 1ª ed. Buenos Aires: Katz, 2006

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHIES, Cláudia ; YOKOO, Sandra Carbonera. **Colonização do Norte Paranaense**: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. Rev. GEOMAE . Campo Mourão/PR. v.3 - n. 1.2012, pp.27 – 44.

CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção a Vida, 2005.

CIDADE DE PARANAVAÍ. Nossa cidade/brasão. Disponível em:

<https://www.paranavai.pr.gov.br/municipio/1613#:~:text=A%20cruz%20romana%20retil%C3%ADnea%2C%20azul,tamb%C3%A9m%20fixado%20na%20Bandeira%20Nacional>.

Acesso em: 16/01/2020

CORRÊA, Ana Maria Martins Coelho. **A expansão da Igreja em Santa Catarina, a reação anticlerical e a questão do clero nacional (1892-1920)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CORREIA, Frei Tiago. O Comissariado Carmelita do Paraná em seus 60 anos de História. In: **História e arte no Carmelo do Paraná**. Disponível em:

<https://historiadocarmelo.blogspot.com/p/arte-no-carmelo-do-parana.html>. Acesso em 21/10/2020.

CORREIO DA MANHÃ. **Fazendas modelos criadas pelo espírito empreendedor do cafeicultor Remo Massi**. ed. 18406, ano 1953, p. 9. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=25063&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso 07/01/2019.

CURIA GENERALICIA O.C.D. Mensaje del capitulo general de los carmelitas descalzos a todos los religiosos de la orden. Roma, 1973;**CAPÍTULO GENERAL PROVINCIALES DE ESPAÑA**. Cartas-mensaje del capitulo general a toda la orden, 1968.

CÚRIA METROPOLITANA DE MARINGÁ, **Bula Papal Latissimas Partirie Ecclesias: Decreto de execução da criação das dioceses de Londrina e Maringá pelo papa Pio XII.**

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. **A construção histórico-social da modernidade e da (s) pós-modernidade (s): rupturas e resistência do discurso moderno.** 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2017.

DECKERT, Adalbert. Entre o povo brasileiro. In: FOERST, Alberto, et al. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí.** Trad. e notas Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 2001, p.79-85. Disponível em: <http://ocarmelo.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01/12/ 2019.

_____. Em solo brasileiro. In: FOERST, Alberto, et al. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí.** Trad. e notas Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 2001, p.70-78. Disponível em: <http://ocarmelo.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01/12/ 2019.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Homenagens marcam os 60 anos da SPDC .** 2012. Disponível em: <http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/paranavaí/local/44005-homenagens-marcam-os-60-anos-da-spdcc->. Acesso: 16/10/2019.

_____. **Redescobrimo praças públicas, bosques, parques e memoriais de Paranavaí.** 2014. Disponível em: <http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/paranavaí/local/57424-redescobrimo-pracas-publicas--bosques--parques-e-memoriais-de-paranavaí>. Acesso: 17/10/2019

DIOCESE DE JARAREZINHO. **História.** Disponível em: <https://diocesejacarezinho.org/diocese/historia/>. Acesso 17/10/2018.

DOEPGEN, Frei Bruno. Carta de Frei Bruno. In: FOERST, Alberto, et al. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí.** Trad. e notas Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 2001, p. 91-93.

EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Colégio Estadual Silvio Vidal.** <http://www.pvasilviovidal.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1#:~:text=Formou%2Dse%20em%20Medicina%20aos,qual%20atendia%20pessoas%20carentes%20gratuitamente>. Acesso em: 02/11/2020.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** Trad. Rogério Fernandes São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização. RJ: Zahar, 1994a.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. RJ: Zahar, 1994.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. RJ: Zahar, 2011.

ENCICLICA RERUM ECCLESIAE, 1926. Disponível em:

http://w2.vatican.va/content/piusxi/es/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19260228_rerum-ecclesiae.html . Acesso em 13/01/2019

EVANGELISTA, Luciana de Fátima Marinho. **O artista e a cidade: Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho-PR (1954-1957)**. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

FOERST, Alberto, et al. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí**. Trad. e notas Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 2001.

Disponível em: <http://ocarmelo.blogspot.com.br/> Acesso em: 01/12/ 2019.

_____. **Manuscritos**. Trad. Dom Wilmar Santin, 2012, [s.l.: s.n.].

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160. Disponível em: <http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/livros/a-escrita-de-si-michel-foucault> . Acesso em: 10/11/2019.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena. **Cadernos de seminários de pesquisa vol. III**. São Paulo: Editora Humanitas, 2011.

FREIRE, Rose Héliida Astolfo. **A praça e a cidade: o caso de Paranavaí-PR**. 150 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, 2012.

FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo** : D. Alberto José Gonçalves . Tese de Doutorado, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. –Franca : UNESP, 2006.f 256

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

GARUTI, Celso. **O poder no anel na diocese de Maringá**. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo S.P. 2006. f. 111
Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/1977/1/SelsonGarutti.pdf>. Acesso em 07/08/2020.

GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas: A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOEVERT, Frei Ulrico. **História e memórias de Paranavaí**. Trad. e notas Frei Wilmar Santin, O Carm. Paranavaí: Livraria Nossa Senhora do Carmo, 1992.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRANDE NOROESTE. **Graciosa: meio século de lutas e glórias**. 15 de out. a 15 de nov., ano VI, n.º 55, Paranavaí, 1994.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida; Maurílio Rompato (orgs.) **Histórias e Memórias da ocupação das Regiões Paranaenses no Século XX**. Maringá: Massoni, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. RJ: DP&A, 2006.

HELLER, MILTON Ivan. **A CIA e a Quartelada: os 50 anos do golpe de 64**. Curitiba, 2014.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O Peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. SP: Companhia das Letras, 1995. Disponível em:
<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/5728/4148>. Acesso 06/08/2018

IBGE. Censo Demográfico 1950. **Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional**, vol. XXVI- Estado do Paraná. Censos Demográfico e económicos. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v26_pr.pdf. Acesso em 09/09/2019.

_____. Censo Demográfico de 1960. **Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional**, vol. I Tomo XIV- Estado do Paraná. Censos Demográfico e económicos. Rio de Janeiro. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf. Acesso em 09/09/2019

_____. Censo Demográfico de 1970. **Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional**, vol. I Tomo XIX- Estado do Paraná. Censos Demográfico e económicos. Rio de Janeiro. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t19_pr.pdf. Acesso em: 09/09/2019.

JORGE, Pedro Henrique Souza. **Adultos na fé: os rituais de passagem de católicos e presbiterianos e o posicionamento dos iniciados em relação ao sincretismo religioso**. 123f. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Favia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

KNOBLAUCH, Frei Joaquim. **Os vinte cinco anos dos carmelitas da Província Germaniae Superioris no Brasil**. Trad. Frei Wilmar Santin, 1976.

KOTSCHNER, Padre Joseph. Prefácio. In: KNOBLAUCH, Frei Joaquim. **Os vinte cinco anos dos carmelitas da Província Germaniae Superioris no Brasil**. Trad. Frei Wilmar Santin, 1976.

LEJEUNE, Philippe. **El pacto autobiográfico y otros textos**. Trad. TORRENT, Ana. Madrid: Megazul-Endymion, 1994. Disponível em:
<https://archive.org/stream/PhilippeLejeune.ElPactoAutobiograficoYOtrosTextos/Philippe%20Lejeune.%20Elpacto%20autobiografico%20y%20otros%20textos#page/n1/mode/2up>. Acesso: 25/09/2018.

LIPPERT, Frei Burcard. A voz da missão. In: FOERST, Alberto, et al. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí**. Trad. e notas Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 2001, pp.41-49. Disponível em: <http://ocarmelo.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01/12/ 2019.

MAINWARIG, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da História**. Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MARIN, Jérri Roberto. **A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Paraguai e Bolívia**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. 514 p.

MARTELLI, Stefano. **A Religião na Sociedade Pós-Moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTINS. Gelise Cristine Ponce Martins. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. 230 f. Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2012.

MEDEIROS, Hélcio Pacheco de. **Os processos comunicacionais na festa de São Sebastião: bairro do Alecrim**. Natal/RN- Natal 2014. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

MENOZZI, Danielle. **A Igreja Católica e a Secularização**. São Paulo: Paulinas, 1999.

MEZZOMO, Frank Antonio. In **Uno Spirito: bispo e sociedade, igreja e conflitos sociais**. Campo Mourão: Fecilcam, 2012.

MINGA TONETTI, Júlio Cesar. **Nossa Senhora Aparecida: a nova padroeira do Brasil: diálogos sobre a devoção popular e a romanização**. São Paulo: [s.n.] 2019. 144p.

NIERO, Stela. **Intelectuais Católicos: Concepções Integristas na Revista Hora Presente e o Conservadorismo Católico no Brasil**. Dissertação. Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro. Instituto de Ciência Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.. Rio de Janeiro,,: Seropédica, 2017.

NOELLI, Francisco S.; MOTA, Lúcio T. A pré-história da Região onde se encontra Maringá, Paraná. In: **Maringá e o Norte do Paraná**. Estudos de história regional. DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). Maringá: EDUEM, 1999.

NUNES, Márcio Manoel de Machado. **A criação do Bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brazil (1889-1910)**. 186 f. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

OLIVEIRA, Giani Vendramel. A Companhia de Agricultura, Imigração E Colonização (CAIC) E O Processo Imigratório no Estado De São Paulo (1928-1936). In: PRIORI, Angelo. BERTONHA, João Fábio. **Imigração e Colonização: conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX**. Guarapuava: Unicentro, 2015, pp. 13-40.

OLIVEIRA, Alexandre Luis de. **Dom Sebastião Leme e as estratégias de atuação do catolicismo nos 1930**. *Fases de Clio* .Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História- UFJF. Vol. 2 n. 4 Jul/Dez. 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D5.-Alexandre.pdf> Acesso em: 20/10/2020.

PAULA, Antonio Roberto. **O Jornal do Bispo: A História da folha do Norte do Paraná**. Online. <https://jornaldobispo.blogspot.com/> visitado em 10/07/19.

PEREIRA, Márcia Maria. **A Igreja Católica em Maringá e a gestão de D. Jaime Luiz Coelho (1947-1980)**. 2007. 95 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2007.

PIO IX. Carta Encíclica. **Sobre os erros do Naturalismo e Liberalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1947, pp. 3-7.

PIO X. **OASCENDI DOMINICI GREGIS**. Carta encíclica, Roma, 1907.

PORTELLI, A. **O massacre de civitella Val di Chiana**. Toscana: 29 de junho de 1940: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação G. Vargas, 1996. p. 21.

PRIORI, Angelo. **O Levante dos Possesiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo**. Maringá: Eduem, 2011.

_____. POMARI, L. R.. AMÂNCIO, S.M.. IPÓLITO, V.K.. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

_____; BERTONHA, João Fábio (Org.) **Imigração e Colonização: Conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2015. pp. 7-10.

RAIMUNDO, Mariana de Matos Ponte. **Concílio Vaticano I 1869-1870): textos e contextos, tradição e representação**. Tese de Doutorado. 201 f. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

REBECCHI, Murilo. **Entre a colonização do noroeste do Paraná e a preservação da memória de um povo esquecido: os Xetá**. 147 f. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

RICCOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIGOLO FILHO, Pedro. **A romanização como cultura religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920**. 2006, 176 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2006.

ROBLES, Orivaldo, Pe. **A igreja que brotou da mata: 50 anos da Diocese de Maringá**. Maringá, PR: Dental Press, 2007.

RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele. (orgs.) **Catolicismo e Sociabilidade Intelectual no Brasil e na Argentina**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

ROMANO, Cristina de Toledo. **Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920**. 2007. 258 f. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007.

SANTA CASA DE PARAVAVAÍ. **Quem somos**. Disponível em: <https://santacasadeparanavai.org.br/quem-somos>. Acesso em 15/10/2020.

SANTIN, Frei Wilmar. Apresentação. In: GOEVERT, Frei Ulrico. **História e memórias de Paranavaí**. Trad. e notas Frei Wilmar Santin, O Carm. Paranavaí: Livraria Nossa Senhora do Carmo, 1992, pp.03-04.

_____. Apresentação. In: FOERST, Alberto, et al. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí**. Trad. e notas Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 2001, p.02-03. Disponível em: <http://ocarmelo.blogspot.com.br/> Acesso em: 01/12/ 2019.

_____. Biografias. In: FOERST, Alberto, et al. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí**. Trad. e notas Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 2001, p.94-96. Disponível em: <http://ocarmelo.blogspot.com.br/> Acesso em: 01/12/ 2019.

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro a obrigação depois a devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

_____. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. **Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo., 2005, pp 12928-12942. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericat latina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/38.pdf>. Acesso em: 27/01/2019.

_____; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551-1930. Scripta Nova. **Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales**. v. X, n. 218, ago 2006, Barcelona: Universidad de Barcelona. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103158/aquino_m_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso 26/01/2019.

SALINAS, Pedro. Defensa de la carta missiva y de la correspondencia epistolar. In: **El defensor**. Madrid: Alianza Tres, 1993.

SANTOS, Pe. Marcos Roberto Almeida dos. **Artigo de padre Marcos Roberto: Cem anos de dom Jaime- O centenário de um paulista**. Cúria Metropolitana de Maringá, 2016, Maringá. Disponível em: <http://arquidiocesedemaringa.org.br/noticias/704/artigo-de-padre-marcos-roberto-cem-anos-de-dom-jaime-o-centenario-de-um-paulista> Acesso em: 05/05/2020.

SCHIROFF, Francisca Bruning. **Nossa História Nossa Gente**. Editora Gráfica Paranavaí, Paranavaí, 2014.

SCHUELTER, Leide Barbosa Rocha. **Do Paraná à Baviera: cartas e artigos da ordem do Carmo acerca da implantação do catolicismo em Paranavaí-PR (1952-1958)**. 2015. 121 f.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

_____. Frei Ulrico Goervert: **Primeiras ações missionárias em Paranavaí-PR**. Artigo. VII Congresso Internacional de História. Maringá, 2015.

_____. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí enquanto possibilidade de fonte histórica para o estudo da religiosidade católica no município de Paranavaí-PR (1950-1960)**. 2012. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, (2012)

SIGAUD, Eugenio de Proença. **Catecismo Anticomunista**. 2ª Edição: Ed. Vera Cruz, 1963

SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da. **Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961)**. 2006. 95 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis

SILVA, P. M. S. da. **História de Paranavaí**. Paranavaí: Fundo Municipal de Cultura, 2014.

SILVA, Tiago Vidal da. **Devoção Mariana na Diocese de Jacarezinho: alguns apontamentos**. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/vidal-tiago.pdf>. Acesso em: 18/10/2019

SIQUEIRA, M. S. **Entre rezas e saberes: Histórias e memórias da fundação e consolidação do Colégio Paroquial Nossa Senhora do Carmo (Paranavaí, 1952-1971)**. 127 f. Curitiba: Setor de educação da Universidade Federal do Paraná, 2016.

SMET, Joaquín. Supresiones y Restauración. In: Los carmelitas: **Historia de la Orden del Carmen**. Tomo V. Biblioteca de los autores cristianos, Madrid, 1995, pp 1-582.

SOFFIATTI, Elza Silva Cardoso. **Pio XII e as origens do Concílio Vaticano II**. 245 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Franca, UNESP, Franca, 2016, p.49.

TAVARES, Marcelo dos Reis. **Entre a cruz e o esquadro: o debate entre a Igreja Católica e a maçonaria na imprensa francana (1882-1901)**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca-SP.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Org DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá: EDUEM, 1999, p.51-85.

_____. Nelson Dacio. **Norte do Paraná: história e fantasmagorias**. f. 338. Departamento de História do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001

WUNDERLICH, Frei Henrique. Cartas do Brasil. In: FOERST, Alberto, et al. **As aventuras de 3 missionários alemães em Paranavaí**. Trad. e notas Frei Wilmar Santin. Paranavaí, 2001, p. 21-40. Disponível em: <http://ocarmelo.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01/12/ 2019.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)**. Passo Fundo: Mérito, 2012.

ZILLES, Urbano. **O Concílio Vaticano I: a Igreja e o primado do papa**. Perspectivas Teológica. Faculdade Jesuíta de filosofia e teologia v.3, n.3, 1970, pp.151-168.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. **Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-PR (1930-1965)**. 2009. 429 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.